

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 24 de Abril de 2002



Série

Número 80

2.º Suplemento

Sumário

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. E GRUPO BANIF
CONSOLIDADO
Relatório e contas do ano de 2001

RELATÓRIO E CONTAS DE 2001

Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.;
Sociedade com o capital aberto ao investimento do público;
Sede social: Rua de João Távira, 30 - 9000 Funchal;
Capital social: 150.000.000 Euros - Pessoa Colectiva n.º
511029730;
Matrícula n.º 3658 da C.R.C. do Funchal

Índice

MENSAGEM AOS ACCIONISTAS	2	2.2.7 - Banif Imobiliária, S.A.	19
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3	2.2.8 - BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Infor- mação, A.C.E.	20
1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3	2.2.9 - Banco Banif Primus, S.A.	20
1.1 - Conjuntura Internacional	3	2.2.10- Banif - Banco de Investimento, S.A. .21	
1.2 - Conjuntura Nacional	4	3 - ANÁLISE DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	25
1.3 - Sistema Financeiro	4	3.1 - Banco (Contas Individuais)	25
2 - ACTIVIDADES DO GRUPO BANIF EM 2001	5	3.1.1 - Balanço	25
2.1 - Actividade do Banif - Banco Interna- cional do Funchal, S.A.	5	3.1.2 - Demonstração de Resultados . . .27	
2.1.1 - Negócio na Região Autónoma da Madeira	5	3.2 - Grupo Banif (Contas Consolidadas)28	
2.1.2 - Negócio no Continente	6	3.2.1 - Balanço Consolidado	28
2.1.3 - Marketing e Desenvolvimento . .9		3.2.2 - Demonstração Consolidada de Resultados	29
2.1.4 - Recuperação de Crédito	10	4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	30
2.1.5 - Recursos Humanos	10	5 - NOTA FINAL	30
2.1.6 - Tecnologia e Informação	10	6 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
2.1.7 - Controlo dos Riscos de Actividade . .11		6.1 - Balanço e Demonstração de Resultados . .31	
2.1.8 - Adaptação ao Euro	13	6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras	37
2.1.9 - Actividade Financeira	13	6.3 - Mapa de Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas	45
2.1.10- Actividade Internacional	13	6.4 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	47
2.2 - Actividade das Empresas Associadas . . .15		6.5 - Anexo às Contas	69
2.2.1 - Banif (Açores), SGPS, S.A.	16	6.6 - Demonstração dos Fluxos de Caixa77	
2.2.2 - Banco Comercial dos Açores . . .16		6.7 - Demonstração de Resultados por funções .78	
2.2.3 - Companhia de Seguros Açoreana, S.A., O Trabalho - Companhia de Seguros, S.A., O Trabalho Vida - Companhia de Seguros, S.A. .17		Anexos	80
2.2.4 - Banif - Investimentos - S.G.P.S., S.A. .18		- Relatório sobre o Governo da Sociedade . .80	
2.2.5 - Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	19	- Outras Informações	84
2.2.6 - Mundicre - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.19			

MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

O ano de 2001 constituiu para o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. e Grupo Banif um período de decisivas transformações no sentido da sua crescente afirmação no contexto do sistema financeiro português e, também, em termos da sua actividade internacional.

A actividade do Banif e do seu Grupo de Empresas continuou a desenvolver-se num contexto caracterizado por intensa e sofisticada concorrência, protagonizada por grupos financeiros de dimensão acrescida, em resultado do processo de concentrações verificado no sector.

Neste quadro o Banif registou, em consequência da actividade desenvolvida, um Resultado Líquido consolidado de 20,1 milhões de Euros, mais 18,2% que o verificado no ano anterior, e um Cash-Flow de 69,0 milhões de Euros, traduzindo

um crescimento de 23,0%, relativamente ao Exercício de 2000, tendo atingido um Total de Activos superior a mil e cem milhões de contos (5.710,9 milhões de Euros).

Prosseguiu em bom ritmo a expansão da rede física de distribuição do Banco, tendo iniciado a sua actividade 17 novos balcões. No encerramento do exercício o Banif contava, assim, com um total de 133 Agências, 31 das quais na Região Autónoma da Madeira, tendo o Banif Privado alargado a sua área de actuação às regiões de Almada, Cascais, Coimbra, Faro, Leiria, Maia e Setúbal. Ao nível do Grupo Banif, por seu lado, a rede de distribuição ascendia já, no final de 2001, a 338 pontos de venda, incluindo 55 estabelecimentos do Banco Comercial dos Açores, S.A..

O desenvolvimento da actividade comercial intensificou-se durante o ano em apreço, tendo, designadamente, sido criado e dinamizado um conjunto de Canais Agenciados que integra as redes de Promotores Assurfinance, Promotores Comerciais e Promotores Imobiliários, através dos quais foi possível incrementar a capilaridade da rede comercial do Banco, com resultados muito positivos em termos de negócio.

Ao nível de novos produtos procedeu-se ao lançamento do Banif Triplus, Poupança Banif 6 e Banifiscal, tendo, por outro lado, prosseguido a ênfase na venda dos produtos estratégicos com melhor margem.

O ano de 2001 ficou também assinalado pela concretização de passos muito importantes no âmbito do projecto de cross-selling de produtos e serviços do Grupo Banif. Através da implementação e aprofundamento daquele conceito, constituído em opção estratégica de desenvolvimento, o Grupo Banif tem experimentado níveis de integração e efeitos de sinergia cada vez mais relevantes, culminando na progressiva emergência e afirmação de uma autêntica cultura de Grupo.

Na área de recursos humanos foram lançados e concretizados os projectos Alfa e Ómega, importantes iniciativas que vão permitir a concretização de uma gestão dos recursos humanos estrategicamente orientada e consonante com os grandes objectivos do Banco e Grupo Banif.

A criação do Banif@st, projecto de banca electrónica do Banif, que contempla o acesso remoto (Telefone, WAP e Internet) ao Banco, para Particulares e Empresas, bem como a criação de um portal do Grupo Banif na Internet, consubstanciaram outros importantes desenvolvimentos das actividades do Banco e Grupo Banif, vindo permitir aos nossos Clientes a realização, por via electrónica, de um amplo conjunto de consultas e operações, desta forma enriquecendo e diversificando os canais de acesso aos nossos serviços. Ainda no âmbito da banca electrónica, há que assinalar a aquisição de 85% do capital da EconoFinance - Brasil, um portal financeiro que irá assegurar o apoio a toda a actividade de Private Banking internacional a ser desenvolvida pelo Grupo Banif.

No âmbito da actividade internacional e no quadro de uma estratégia de dinamização e diversificação do Banco e Grupo Banif, registaram-se igualmente significativos desenvolvimentos, tendo-se procedido à negociação da aquisição da Indusval USA Corp, uma broker dealer com assento no floor da Bolsa de Nova Iorque e, também, à criação de uma sociedade de serviços financeiros em Miami, cuja finalidade consiste em dar apoio ao projecto de International Private Banking do Grupo na América Latina.

Finalmente, adequada referência há que fazer ao processo de reestruturação do Grupo Banif. O crescimento por este registado nos últimos anos, em paralelo com a evolução verificada ao nível do sistema financeiro, nacional e internacional, vieram impor a necessidade de se proceder a uma reorganização interna do Grupo, tendo em vista a sua consolidação e o reforço da sua capacidade de manter um crescimento sustentado.

Neste sentido, foi deliberado em Assembleia Geral extraordinária de accionistas do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., realizada em 21 de Dezembro de 2001, proceder a um conjunto de operações conducentes, numa primeira fase, à concentração das participações sociais directa ou indirectamente detidas pelo Banco e, numa segunda fase, ao reagrupamento das mesmas em função do sector de actividade em que se integram, sob o controlo de sub-holdings a constituir para as principais áreas de negócio.

Desta forma se procura, designadamente, aumentar o grau de especialização por segmento de negócio, conseguir maior rapidez na tomada de decisões, estabelecer um comando unificado por área de negócio ao nível do Grupo e criar condições mais favoráveis ao estabelecimento de parcerias por áreas de negócio.

O Exercício de 2001 ficou, deste modo, assinalado por todo um conjunto de iniciativas e desenvolvimentos claramente direccionados para proporcionar ao Banco e Grupo Banif as necessárias condições para se poder prosseguir, com sucesso, o caminho até agora percorrido, num contexto cada vez mais competitivo mas, também, pleno de estimulantes desafios.

É, pois, com firme confiança no futuro da nossa Instituição e do seu Grupo de Empresas que fazemos o balanço do Exercício findo e iniciamos um novo ciclo de actividade, exprimindo aos nossos Clientes e a quantos têm acompanhado a nossa acção - em particular, ao Governo Regional da Madeira e às entidades de supervisão - o nosso reconhecimento.

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA, Joaquim Filipe Marques dos Santos

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Horácio da Silva Roque

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - Enquadramento Macroeconómico

1.1 - Conjuntura Internacional

Confrontada com um drástico abrandamento económico nos Estados Unidos da América (EUA) e uma profunda recessão no Japão, a economia mundial registou um crescimento real de 2,4% em 2001, depois de ter crescido 4,7% em 2000. Os últimos seis meses do ano foram caracterizados pela entrada da economia dos EUA em recessão técnica, tendo registado uma queda de 1,3% no Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre; sendo este trimestre ainda negativamente influenciado pelos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro. Com um segundo semestre fraco, apesar de se sentir algum alívio no último trimestre do ano, o PIB dos EUA deverá apresentar uma taxa média de crescimento anual (TMCA) de 1%, face a um crescimento de 4,1% em 2000.

Por seu turno, a Zona Euro não esteve imune a este movimento, tendo registado um crescimento de 1,6% em 2001 contra o aumento de 3,5% em 2000, com uma taxa de desemprego de 8,4%, ainda assim menor que os 8,8% verificados em 2000. Durante os últimos meses do ano, especialmente em finais do terceiro trimestre e na véspera da entrada em circulação da moeda única, a confiança dos produtores e dos consumidores da Zona Euro deteriorou-se, chegando a níveis não registados desde 1993.

A situação económica no Japão continuou a agravar-se, sentindo de uma forma aguda a recessão dos EUA, o seu principal parceiro comercial. Depois de ter crescido uns

modestos 1,5% em 2000, o ano de 2001 deverá ter testemunhado uma contracção na economia Japonesa na ordem dos 0,9%, o que pressionou o mercado de trabalho com a taxa de desemprego a subir para os 5% em 2001.

Porém, o crescimento económico dos principais países da Ásia (ASEAN) voltou a ser positivo em 2001, tendo registado uma TMCA de 5,6% após ter crescido 6,8% em 2000. Mais uma vez a China foi o principal impulsor deste crescimento que, depois de crescer 8% em 2000, deverá ter registado um aumento do seu PIB na ordem dos 7,3% em 2001.

A Europa de Leste também se ressentiu com a moderação da actividade económica global ao obter uma TMCA de 0,2% contra o crescimento S.A.udável de 4,8% conseguido em 2000. No entanto, e a beneficiar do elevado preço do crude especialmente nos primeiros nove meses do ano, a Rússia conseguiu registar um crescimento de 5,8% em 2001, após ter uma TMCA de 8,3% no seu PIB de 2000.

Na América Latina, assistimos ao agravamento da crise financeira na Argentina que obviamente condicionou o desenvolvimento económico na região. De facto, depois de ter contraído 0,5% em 2000, a Argentina deverá ter registado uma contracção de 2,7% no seu PIB em 2001. No Brasil, e apesar da desvalorização de 18,5% do Real face ao USD que beneficiou as exportações, o PIB cresceu somente 1,8% em 2001, depois de ter registado um aumento de 4,4% em 2000. Como um todo, e após ter crescido 4% em 2000, a América Latina registou um aumento de somente 1% como consequência não só da débil situação económica e social na Argentina, mas em grande parte devido ao abrandamento económico global.

No entanto, este abrandamento foi acompanhado por uma queda generalizada dos preços, especialmente notória no petróleo. De facto, o preço médio do crude caiu dos USD 30,83/barril em 2000, para os USD 26,68/barril em 2001, depois de ter chegado aos USD 19,51/barril em 1999. Todavia, a taxa média de inflação na Zona Euro subiu dos 2,4% em 2000 para os 2,7% em 2001, enquanto nos EUA caiu dos 3,4% para os 3,2%. No caso da Zona Euro, a inflação voltou a exceder o objectivo de 2% estabelecido pelo Banco Central Europeu (BCE).

Dado o contexto de abrandamento económico, em conjunto com o controlo da inflação, os bancos centrais dos EUA e Europa adoptaram uma política monetária expansionista. Como tal, a Reserva Federal norte-americana reduziu a sua taxa directora, Fed Funds Rate, em 475 pontos base de 6,5% para 1,75% (50 pb a 3 de Janeiro, 50 pb a 31 de Janeiro, 50 pb a 20 de Março, 50 pb a 18 de Abril, 50 pb a 15 de Maio, 25 pb a 27 de Junho, 25 pb a 21 de Agosto, 50 pb a 17 de Setembro, 50 pb a 2 de Outubro, 50 pb a 6 de Novembro, e 25 pb a 11 de Dezembro). Por seu turno, o BCE fechou o ano com a taxa de refinanciamento nos 3,25%, tendo cortado 150 pontos base (25 pb a 10 de Maio, 25 pb a 30 de Agosto, 50 pb a 17 de Setembro, e 50 pb a 8 de Novembro).

Apesar da agressividade dos Bancos Centrais, a conjuntura económica degradou-se ao longo do ano, devido em grande parte ao abrandamento da procura, agravada pelo aumento de existências que caracterizou o ano de 1999 e o início de 2000. Todavia, o estímulo dado por uma política monetária e fiscal expansionista, levou a que os níveis de existências se aproximassem do equilíbrio em muitos sectores já no 4º trimestre de 2001.

1.2 - Conjuntura Nacional

A economia portuguesa manteve um ritmo de crescimento sustentado, apesar do ano fechar com o agendamento de novas eleições depois da demissão do governo. Assim sendo, e a reflectir o abrandamento global, o PIB nacional cresceu 1,6% em termos reais, em linha com o crescimento na Zona Euro, e depois de ter registado um

crescimento de 3,5% em 2000. Esta redução na taxa de crescimento foi não só um efeito da débil situação externa, mas também do abrandamento do consumo privado que cresceu apenas 1,8% em 2001 contra o aumento de 2,6% de 2000.

O consumo privado, tanto em Portugal como na Zona Euro, foi algo afectado durante o ano com a deterioração da confiança dos consumidores. Porém, o mercado de trabalho em Portugal manteve-se quase inalterado, com uma taxa de desemprego de 3,9% em 2001 contra os 4% em 2000. Por seu turno, a Zona Euro registou uma taxa de desemprego de 8,4%, depois de ter alcançado 8,8% em 2000.

Apesar do drástico abrandamento económico, a evolução dos preços em Portugal não foi favorável, tendo a inflação média, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (IPCH), atingido os 4,4% em 2001, contra o aumento de 2,8% nos preços em 2000. Os principais responsáveis por este agravamento foram o aumento do custo da energia e um mau ano agrícola devido às intempéries que se fizeram sentir no início do ano. Por seu turno, a inflação homóloga (IPC) atingiu 4,2% em 2001, depois de crescer 2,2% em 2000.

Em termos de comércio externo na economia portuguesa, o défice da balança corrente e de capital agravou-se ligeiramente apesar de se manter próximo dos níveis registados em 2000, tendo subido de 8,6% para 8,75%, com a deterioração dos termos de troca.

1.3 - Sistema Financeiro

1.3.1 - Situação Global

Depois de um ano que foi caracterizado por fusões no sector bancário, que levou a que os cinco maiores bancos ficassem com 88% do mercado do crédito a nível nacional, 2001 foi um ano de consolidação do sector com o maior enfoque a ser dado ao crescimento orgânico. Porém, os principais grupos financeiros nacionais continuaram a prosseguir as suas estratégias de expansão internacional, como por exemplo em Espanha e Europa do Leste.

Por outro lado, e apesar da queda generalizada das taxas de juro, em 2001 assistiu-se a um abrandamento da taxa de crescimento no volume do crédito concedido, com especial destaque para o crédito à habitação, que embora continue a evidenciar um nível de crescimento bastante S.A.udável de 13%, reduziu esse crescimento face aos 20,3% registados em 2000. De facto, ao longo dos primeiros nove meses do ano, o crédito concedido pelo sector bancário nacional subiu 16,2%, longe do aumento de 31,5% registado em igual período de 2000. A exemplo do que sucedeu em 2000 este crescimento foi impulsionado pelo crédito interno a sociedades não financeiras, que registou um crescimento de 16,5%, mais modesto que os 24,1% registados em 2000. O crédito a particulares cresceu 10,3%, a ser influenciado por um decréscimo de 1,7% no crédito ao consumo, que compara com crescimentos de 21,3% e 20,8%, respectivamente, em 2000.

Apesar da queda dos volumes de crédito, verificou-se um reforço dos spreads, que no entanto não foi suficiente para evitar a queda de 10 pontos base na margem de intermediação financeira global que se situou nos 2,2% em Setembro de 2001.

1.3.2 - Mercado de Acções

Com sinais evidentes de um forte abrandamento a pairar sobre as principais economias mundiais, confirmado pelo decréscimo do PIB dos EUA em 1,3% no terceiro trimestre, os mercados accionistas passaram por uma forte correcção. Apesar da antecipada recessão económica nos EUA, o dólar continuou a apreciar-se face ao Euro, o que agravou ainda mais as consecutivas revisões em baixa das previsões de

lucros e receitas das empresas norte-americanas. Assim, os principais índices de acções tanto na Europa como nos EUA registaram uma variação negativa em 2001, em muitos casos marcando uma situação anómala de dois anos consecutivos em baixa.

Como tal, o índice Dow Jones perdeu cerca de 7,1%, o Nasdaq 21,1%, e o S&P 500 13%, tendo-se desvalorizado 6,2%, 39,3%, e 10,1% em 2000, respectivamente. Na Europa, o elevado endividamento das operadoras de telecomunicações em função dos investimentos efectuados nas licenças UMTS (terceira geração da rede móvel), e o subsequente adiamento do lançamento do mesmo, exerceu maior pressão sobre os índices europeus. Deste modo, o Eurostoxx 50 caiu cerca de 19,8% em 2001, enquanto os índices PSI-20, Ibex35, FTSE-100, e DAX caíram cerca de 24,7%, 7,8%, 16,2%, e 19,8%, respectivamente. O mercado Japonês (Nikkei) por seu turno sofreu uma desvalorização de 2,5%, depois de ter caído 27,2% em 2000.

A falta de Ofertas Públicas de Venda (OPV), bem como o aumento da incerteza associada ao mercado de acções que se a.c.e.ntuou na segunda metade do ano, levou a que as sessões normais da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLP) registassem um total de transacções em 2001 de 33,2 mil milhões de Euros, um decréscimo de 46,9% face aos 62,6 mil milhões de Euros alcançados em 2000. A redução da actividade deveu-se sobretudo a uma mudança nas preferências dos investidores que, confrontados com uma forte correcção no mercado de acções, passaram a procurar aplicações com menos risco e maior liquidez, com especial destaque para os fundos de tesouraria; efeito este que se testemunhou a nível mundial. De facto, durante 2001 o segmento accionista foi responsável por cerca de 92,4% do valor total transaccionado nas sessões normais de bolsa, menos 2,5 % do que os 94,9% de 2000, e o Mercado Especial de Operações por Grosso (MEOG), registou um decréscimo no volume transaccionado de 99,8% em relação a 2000, quando já se tinha reduzido em cerca de 75%.

1.3.3 - Mercados Monetário e Cambial

Aprevisível entrada em circulação do Euro, a 1 de Janeiro de 2002, serviu de suporte à moeda única no final do ano 2001. Este fenómeno, juntamente com a entrada da economia dos EUA numa recessão técnica, resultou numa recuperação do valor do Euro face ao USD. Mesmo assim, a cotação EUR/USD caiu dos 0,8964 em Novembro para os 0,8895 em finais de Dezembro. Contudo, desde o final de 2000, o Euro desvalorizou-se em cerca de 5,6% face ao USD.

A política de descida de taxas de juro assumida pelo BCE, motivou a descida das taxas de referência Euribor até Dezembro, tendo maior incidência nos prazos mais curtos. Assim, e tendo como referência o corte de 150 pontos base da taxa de refinanciamento do BCE, as taxas de juros a 1 e 3 meses caíram de 4,86% e 4,85% no final de 2000, para 3,33% e 3,29%, respectivamente. No mesmo período, as taxas Euribor a 6 meses e a 1 ano, tomadas como referências para as taxas praticadas no crédito bancário, caíram de 4,83% e 4,88% para 3,26% e 3,32%, respectivamente.

1.3.4 - Mercado de Obrigações

Dada a débil situação macro-económica, bem como a forte correcção bolsista a que se assistiu ao longo do ano nos principais mercados internacionais, as curvas de rendimentos tanto nos EUA como na Zona Euro registaram uma maior inclinação. O impacto dos cortes agressivos por parte da Reserva Federal dos EUA fez-se sentir com particular incidência no segundo semestre e nos prazos mais curtos, com a rendibilidade das obrigações do Tesouro norte-americano a 2 anos a cair 260 pontos base desde Fevereiro até Dezembro.

Os prazos mais longos tiveram movimentos mais restritos com os investidores esperançados numa eventual recuperação económica. Assim, a taxa de juro a 10 anos desceu apenas 6 pontos base, enquanto a 30 anos subiu 3 pontos base, tendo sido afectada no final do ano pela decisão do Tesouro dos EUA de não emitir mais dívida com prazos de 30 anos. Consequentemente, a curva de rendimentos tornou-se mais inclinada neste período.

Na Zona Euro, as curvas de rendimentos seguiram a mesma tendência que a verificada nos EUA, embora com movimentos não tão acentuados dada a menor agressividade do BCE. Assim, o diferencial de taxas de juros entre as duas economias situou-se nos 8 pontos base nos prazos de 10 anos, sendo de 143 pontos base nos 2 anos.

Em Portugal, a evolução das taxas de juro de longo prazo acompanhou a observada na Zona Euro, com os diferenciais de taxas de juro a 10 anos face à Alemanha a reduzirem-se significativamente, de 40 para 18 pontos base.

1.3.5 - Mercado de Retalho

No mercado de retalho, as taxas de juro reduziram-se de forma generalizada, reflectindo a política monetária mais expansionista do BCE. Assim, as taxas de juro para operações activas entre 181 dias e 1 ano, a empresas não financeiras, decresceram em média de 6,3% para 5% entre Dezembro de 2000 e o mesmo mês de 2001.

Nesse período, as taxas de juro activas praticadas em operações com prazo superior a 5 anos e com particulares (na sua maioria, crédito imobiliário) decresceram em média de 6,9% para 5%. De igual forma, as taxas de juro médias aplicadas a depósitos a prazo entre 181 dias e 1 ano e a mais de um ano decresceram de, respectivamente, 3,5% e 4,4% para 2,8% e 3%. Apesar da redução das taxas de juro activas, o crédito bancário concedido a particulares abrandou significativamente, tendo registado um crescimento de 21,3% em 2000 e 10,3% em 2001. Este efeito reflectiu, sobretudo, o decréscimo do crédito ao consumo de 1,7% que compara com um crescimento de 20,8% registado em 2000.

2 - ACTIVIDADES DO GRUPO BANIF EM 2001

2.1 - Actividade do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.

2.1.1 - Negócio na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banco na Região Autónoma da Madeira (RAM) continuou a registar elevados índices de crescimento, consolidando novos patamares de evolução que contribuem para manter e reforçar a nossa liderança na Região .

O grande aumento verificado na captação de recursos e no crédito concedido são, não só a expressão do aumento e do desenvolvimento económico que se verifica na Região, mas também o reflexo de um forte incremento da actividade comercial com consequente aprofundamento da forte penetração do Banco em todos os segmentos de mercado.

A Rede de Agências (RERAM) constitui a principal rede de negócios da RAM. Com 31 Agências, assegura uma forte cobertura do Banco em toda a Região e orienta a sua actividade comercial para os particulares e empresas de pequena/média dimensão.

Dotada de uma forte implantação, a RERAM tem assegurado um importante contributo na colocação de produtos do Banco, continuando a atingir importantes níveis de crescimento, como resultado de uma intensa acção comercial com melhorias significativas de qualidade e eficiente serviço prestado.

Tendo como base valores já de si elevados, são significativos os crescimentos de 15% nos recursos e de 23%

no crédito concedido em 2001, sendo expressivo o reforço de captação de recursos quer junto das comunidades madeirenses no exterior (+14%), quer junto dos residentes (+16%). É de salientar a continuada adesão dos residentes aos produtos do Banco, expressa, nomeadamente, nos valores de crescimento do crédito pessoal (+31%) e do crédito à habitação (+13%).

Com o objectivo de proporcionar melhores condições de atendimento, continuou o programa de remodelação das Agências, privilegiando a criação de espaços para o atendimento personalizado nas Agências da Ribeira Brava, Machico e S.A. nta Cruz.

A aproximação do Banco aos Clientes a nível da cobertura geográfica, aprofundou-se com a abertura de 3 novas Agências: Agência do Paul do Mar, freguesia do Concelho da Calheta - zona importante pelo volume de recursos que origina e que não possuía qualquer estabelecimento bancário, Agência no Madeira Shopping - importante Centro Comercial inaugurado no Funchal e Agência do Porto da Cruz, Concelho de Machico - freguesia onde o Banco possui importante núcleo de Clientes.

O Centro Banif Clientes (CERAM) orientou a sua actividade para o segmento de particulares de património financeiro elevado, através do Centro de Clientes Particulares e, para o segmento de empresas, através do seu Centro de Empresas.

Num segmento fortemente concorrencial, o CERAM apresentou um bom crescimento do seu volume de negócios, expresso em acréscimos de +26% no volume do crédito concedido (essencialmente para investimentos de M/L Prazo, que cresceu 48%) e +6% no volume de recursos, permitindo alargar a sua base de Clientes e melhorar a capacidade de resposta e qualidade de serviço.

O crescimento verificado no Banco veio a.c.e.ntuar a necessidade de reforçar algumas áreas, correspondentes a segmentos de mercado específicos, e dotar algumas estruturas com os meios que permitissem o reforço da sua actividade comercial.

Neste sentido, no final de 2001 procedeu-se à divisão do Centro de Clientes em duas estruturas autónomas - o Centro de Empresas (CERAM) e o Centro de Particulares e Institucionais (CPIRAM).

O nosso contributo para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira foi, também, reforçado através do aprofundamento dos protocolos celebrados com o Governo Regional da Madeira, Autarquias e seus fornecedores, nomeadamente nas áreas dos produtos e serviços de S.A.úde, construtores civis e de obras públicas, agentes de viagens e bombeiros, associações e clubes desportivos.

O elevado grau de implantação nas diversas áreas de actuação, o contínuo acréscimo de notoriedade, o amplo programa de formação desenvolvido ao longo do ano, permitiram atingir a generalidade dos objectivos a que nos tínhamos proposto, com reforço da segurança e da rentabilidade das operações.

O Núcleo de Residentes no Exterior, vocacionado para o acompanhamento dos nossos Clientes emigrantes, manteve o seu importante papel de apoio aos nossos escritórios de representação e promoveu deslocações à África do Sul, Venezuela e Jersey.

Como reflexo da actividade do Banco na RAM, verificaram-se os seguintes crescimentos em 2001:

Crescimento 2001/2000

Crédito.....	+14%
Recursos.....	+21%
Base de Clientes.....	+9%

2.1.2 Negócio no Continente

2.1.2.1 - Negócio no Segmento de Empresas

O ano de 2001 ficou marcado por uma conjuntura macroeconómica desfavorável, agravada no final do ano pelos acontecimentos internacionais e, a nível interno, por uma certa instabilidade, acompanhada de uma desa.c.e.leração do crescimento económico.

O Banif Empresas, atendendo à conjuntura nacional e internacional e a factores inerentes ao próprio Banco, teve como principais objectivos, durante o ano de 2001, um crescimento moderado do seu volume de negócios, privilegiando melhores níveis de risco e de rentabilidade e um incremento do cross-selling dentro do Grupo Banif.

Pelos motivos expostos, a estrutura da Direcção de Centros de Empresas (DCE) manteve-se inalterada em 2001 e assim permanecerá em 2002, contando com 19 pontos de venda (12 Centros de Empresas e 7 Delegações), sediados nos principais centros urbanos e industriais.

O crédito por desembolso cresceu, tal como planeado, de forma moderada, atingindo-se no final do ano de 2001 valores cerca de 10% acima do registado no período homólogo de 2000. Contrariamente ao sucedido em anos anteriores e beneficiando de condições de mercado mais favoráveis, foi possível melhorar as margens de intermediação do crédito de forma substancial.

O abrandamento económico já referido terá, naturalmente, consequências ao nível dos rácios de incumprimento do crédito. No entanto, os esforços de recuperação e de actuação atempada permitiram evitar que ocorresse em 2001 uma deterioração desses rácios.

Quanto aos recursos e como reflexo de uma situação de liquidez mais apertada por parte das empresas nossas Clientes, verificou-se uma ligeira redução dos montantes captados. No respeitante, à margem de intermediação dos recursos e face à redução gradual das taxas de juro ao longo de 2001, ocorreu uma inevitável diminuição do seu montante em termos absolutos.

A componente não relacionada com juros do Produto Bancário (comissões e outros proveitos) revelou uma evolução bastante favorável, fruto dos esforços desenvolvidos para aumentar o nível de comissionamento médio das operações e serviços prestados nesta área, tendo-se beneficiado de uma conjuntura de alguma forma favorável para este efeito.

Para o ano de 2002, a DCE prosseguirá com o seu objectivo de controlo do crédito concedido, com a implementação de um programa de acompanhamento de créditos com problemas ou sob alerta e, simultaneamente, procurar-se-á melhorar a rentabilidade dos activos afectos a esta área de negócio, o que passa pelo reforço da margem de intermediação activa e das taxas e comissões cobradas. Manter-se-á também como objectivo para o próximo ano, a dinamização do cross-selling com outras Direcções e empresas do Grupo, nomeadamente no que concerne aos negócios de Seguros e Leasing.

Para a prossecução destes objectivos a DCE irá continuar a apostar na qualidade na prestação dos seus serviços, factor determinante para a fidelização dos Clientes, numa oferta diversificada de produtos e serviços financeiros e numa gestão cada vez mais rigorosa, assente em melhorias do sistema de informação de gestão, racionalização dos processos e formação profissional.

Crescimento 2001/2000

Crédito por Desembolso	+8,0%
Recursos	- 4,2%
Contributo Total	+13,3%
Componente não Juro	+17,6%
Base de Clientes	+1%

2.1.2.2 - Negócio no Segmento Alto de Particulares

A Direcção de Particulares (DPAR), através do Banif Privado consolidou, durante o Exercício de 2001, a sua presença no segmento de particulares de rendimento médio/alto.

No decurso do ano há que assinalar, de forma especial, o alargamento das áreas de actuação do Banif Privado a importantes núcleos urbanos como Coimbra, Faro, Setúbal, Almada, Cascais, Maia e Leiria, para além dos já anteriormente existentes: Lisboa, Porto, Guimarães, Matosinhos, S. J. Madeira e Aveiro.

No final de 2001, o volume de recursos de Clientes geridos pelos 17 Directores de Particulares ultrapassava os 610 milhões de Euros, estando deste modo em linha com o objectivo definido.

O número de Clientes gerido no âmbito do Banif Privado cifrava-se em cerca de 2.800, o que dá uma carteira média de 165 Clientes por Director de Particulares.

A captação de novos Clientes durante 2001 - cerca de 470 - traduz não só o dinamismo da equipa comercial da Direcção mas, também, o crescente reconhecimento pelo mercado da qualidade dos produtos disponibilizados e dos serviços prestados, bem como do profissionalismo dos Directores de Particulares.

Como aspectos relevantes que marcaram 2001 devem ainda salientar-se:

- A campanha Banif Privado em revistas e publicações especializadas dirigidas ao segmento alvo;
- A criação do serviço de estafetagem de documentos, de modo a proporcionar uma maior comodidade aos Clientes;
- A introdução de uma linha de mobiliário específica e visualmente atraente para a Direcção de Particulares, visando proporcionar um maior conforto e privacidade no atendimento dos nossos Clientes;
- O estreitamento da colaboração com o Banif - Banco de Investimento, S.A. para alargamento do leque de produtos e serviços disponibilizados;
- A exploração de sinergias com a Direcção de Centro de Empresas, que possibilitaram a ampliação da base de Clientes.

Crescimento 2001/2000

Crédito	+29%
Recursos	+25%
Base de Clientes	+20%

2.1.2.3- Negócio no Segmento de Retalho

A Direcção da Rede de Agências (DRA) continuou durante 2001 a sua função essencial de captação de recursos e venda de produtos estratégicos: crédito pessoal, crédito imobiliário, Conta Gestão Tesouraria, cartões e fundos de investimento, para além dos produtos de cross-selling: seguros e leasing.

Mantendo como segmentos alvo os particulares, os empresários em nome individual e as pequenas empresas, foi aprofundada e substancialmente reforçada durante 2001 a nova estratégia de abordagem do mercado, com resultados evidentes na percepção conseguida junto dos Clientes alvo.

Ao nível dos recursos verificou-se um crescimento absoluto de 175 milhões de Euros, (considerando as transferências para a DPAR e a DCE), atingindo-se um saldo, no final do ano, de 865 milhões de Euros, já deduzido de 50 milhões de Euros de recursos transferidos em 2001 para as referidas Direcções.

No que respeita ao crédito estratégico, registou-se um crescimento absoluto de 200 milhões de Euros na respectiva carteira, com particular incidência no crédito aos pequenos negócios (crescimento de 52% da carteira), crédito imobiliário (+19%) e crédito por cartões (+75%). O total de crédito estratégico ascendia a 1.015 milhões de Euros no final de Dezembro de 2001.

Área de negócios da DRA onde mais se fez sentir a nova estratégia foi, sem dúvida, a dos cartões de crédito; durante 2001 a venda de cartões a.c.e.lerou e o Banco passou, pela primeira vez, a barreira dos 100.000 cartões em utilização pelos Clientes, nas suas várias modalidades (débito e crédito).

Durante 2001 manteve-se o objectivo de reforço da rede de Agências no Continente, em locais estrategicamente seleccionados para o efeito, tendo-se procedido à abertura de 14 novas Agências: Ma.c.e.da, Lisboa - Expo, Tavira, Hospital de Faro, Almirante Reis (Lisboa), Pombal, Marinha Grande, Castelo Branco, Fundão, Sta Eulália, Paredes, Beja, Ourém e Espinho. De assinalar que a rede no Continente ultrapassou as 100 Agências, tendo Beja sido a centésima Agência a abrir no Continente.

Prosseguiu a readaptação da rede de Agências ao conceito de "Agência virada para a venda", tendo-se renovado 8 Agências, das mais antigas do Banco.

Mas o facto mais relevante na actividade da DRA, no período em análise, foi a criação da Rede de Canais Agenciados. Em Janeiro de 2001 arrancou este projecto com a selecção, formação e dinamização dos mediadores exclusivos da Companhia de Seguros Açoreana.

Em Fevereiro deu-se início à selecção dos promotores comerciais - entidades externas ao Banco (contabilistas, ex-bancários, solicitadores, advogados, etc.) vocacionadas para a canalização de negócios de crédito habitação, crédito pessoal, Conta Gestão Tesouraria, leasing e recursos para o Banco.

Em Junho, institucionalizou-se, em termos definitivos, a terceira rede de canais agenciados, os mediadores imobiliários, que já canalizavam negócio imobiliário, agora de forma centralizada e contratualizada:

No final de 2001 a Rede de Canais Agenciados tinha 474 promotores autorizados, assim distribuídos:

REDES	AUTORIZADOS	ACTIVOS
Promotores Assurfinance	93	47
Promotores Comerciais	207	90
Promotores Imobiliários	174	78

A Rede de Canais Agenciados já foi responsável, em 2001, por 12% do negócio canalizado, no que respeita a crédito estratégico.

A merecer referência, também, a concretização no início de 2001 do projecto "Tecto Comum", alargando vários benefícios a todos os colaboradores das empresas do Grupo Banif e permitindo abrir conta no Banco à sua quase totalidade, visando assim fortalecer o espírito de Grupo e aumentar o cross-selling.

Outra área em destaque é a dos protocolos com associações comerciais, os quais têm sido um veículo de eleição para a canalização de Clientes para a Conta Gestão de Tesouraria, através de acções directas de venda, apoiadas na Direcção da Rede Directa (DRD). Em 2001 foram celebrados protocolos com 12 associações.

Crescimento 2001/2000

Crédito Estratégico	+14%
Recursos	+25%
Base de Clientes	+21%

PROJECTO CROSS - SELLING

O ano 2001 foi o ano de arranque para um novo projecto do Banco e do Grupo. Um projecto que tem como pilares de base a consolidação de uma cultura e a construção de uma estratégia de Grupo que maximize a rentabilidade e a fidelização dos Clientes através do *cross-selling*.

Para o desenvolvimento deste projecto, o Banif e o Grupo contaram com o apoio de uma equipa de consultores internacionais, com o objectivo de identificar e implementar os meios para explorar o elevado potencial de negócio cruzado entre as várias empresas do Grupo com menores custos de angariação e de risco.

O trabalho desenvolvido no âmbito desta parceria foi dividido em duas fases:

Fase I:

Diagnóstico - que passou por um inquérito a uma amostra representativa da base de Clientes; por um *audit* aos quadros superiores do Grupo e por um benchmark interno e externo de *performance* e oportunidades no sector financeiro.

A conclusão do "diagnóstico" levou à definição da visão e dos objectivos e à escolha da estratégia a seguir pelo Grupo.

Foram realizados três projectos de "teste piloto" ao nível da venda cruzada, que revelaram importantes expectativas de sucesso, levando à sua implementação para toda a rede comercial.

Fase II:

Esta fase teve como principal objectivo a implementação da estratégia definida, para o que foram definidos dois blocos de projectos distintos :

Projectos Comerciais - Realizados para melhorar os resultados das acções de *cross-selling* no Grupo Banif num curto espaço de tempo, tendo-se mesmo conseguido níveis de produção muito significativos e superiores aos anteriores.

Projectos Estruturais - Realizados para garantir a prática do *cross-selling* dentro do Grupo Banif e de forma sustentada no tempo.

Finalmente concluiu-se que, para garantir a prática do *cross-selling* com sucesso no tempo, é necessária a criação de uma estrutura própria dedicada ao desenvolvimento do *cross-selling* no Grupo Banif, estrutura esta que se encontra já em fase de implementação.

2.1.2.4 - Área de Particulares e Negócios

Unidade de Crédito Pessoal

Em 2001, o mercado de crédito ao consumo registou uma clara desaceleração, relacionada com a deterioração da conjuntura económica e com o forte abrandamento do consumo privado. Por outro lado, a forte expansão observada ao longo dos anos 90, terá conduzido, igualmente, o mercado a um nível estacionário no curto prazo.

A concessão de crédito pessoal pelo Banif foi afectada pelas condicionantes de mercado atrás referidas, embora tenham prosseguido os esforços de exploração de novos canais de distribuição.

O Banif iniciou, em 2001, a colocação de crédito pessoal através das novas redes de distribuição do Banco, cujos resultados foram já significativos e, efectuou campanhas de venda directa a Clientes que apresentavam crédito pessoal próximo do seu vencimento final e sem incumprimento.

Em 2001, foram contratadas cerca de 7.200 novas operações de Crédito Pessoal Banif, no montante global acumulado de cerca de 55 milhões de Euros, o que representa uma estabilização da produção face ao ano anterior.

A carteira de crédito ascendia em 31 de Dezembro de

2001 a cerca de 108 milhões de Euros (mais 30% que no final do ano 2000).

Unidade de Cartões

O ano de 2001 foi um ano positivo para o negócio de cartões do Banif. Os resultados traduziram-se no crescimento do número total de cartões emitidos em +27% face ao final do ano anterior e do respectivo crédito concedido em +55%. Por seu turno, os proveitos globais provenientes desta unidade aumentaram cerca de 71%.

Durante o ano atingiram-se crescimentos assinaláveis nas vendas do Cartão Excellence, cartão de crédito Visa Gold, cujo número mais que duplicou relativamente ao ano anterior, e dos cartões de crédito em geral, que cresceram 35%.

Em 2001, a Unidade de Cartões promoveu o lançamento de várias acções de *direct marketing* - via telefone e *mailing* - de venda de cartões de crédito e de aumento da sua utilização e facturação associada.

O Banco participou activamente nas campanhas promocionais lançadas pela Visa Portugal "Pague com Visa e Parta à Aventura" e "Tudo o que Precisa Saber Sobre o Euro".

Foram disponibilizadas aos titulares de cartões de débito novas transacções Multibanco, as Transferências Interbancárias e a Consulta de NIB.

No intuito de oferecer valor acrescentado aos Clientes, foi estabelecida uma nova parceria, com a empresa de Rent-a-Car Avis, tendo-se mantido as parcerias com os Hóteis Le Meridien e com a Empresa de Rent-a-Car Europcar. Estabeleceram-se também contactos com vista a novas parcerias, a disponibilizar em 2002.

Procedeu-se à mudança da imagem do Cartão Banif Electron, a fim de a alinhar com as novas regras da Visa International.

Foi assegurada a transição para o Euro dos cartões de débito e de crédito, bem como dos POS e ATM's, a qual decorreu com normalidade.

Foram igualmente dados passos decisivos para o lançamento, em 2002, de novas soluções para particulares, empresas, comerciantes e empresários.

A oferta de Servicing através do *Call Center* e do Banif@st foi significativamente melhorada, possibilitando aos Clientes a realização de novas transacções e alteração de elementos. Como resultado, intensificou-se grandemente o recurso dos titulares de cartões Banif a estes meios disponíveis.

O negócio de POS foi objecto de profunda alteração, que levou à melhoria das suas condições de gestão e a aumentos muito importantes nos proveitos gerados.

Continuou-se a adoptar o princípio de colocar ATM's em todas as novas Agências do Banco, tendo-se também procedido à instalação de um número considerável de ATM's em Agências que delas não dispunham, e em locais situados fora das Agências do Banco.

Fruto destas acções, o número de POS e de ATM's do Banco cresceu a bom ritmo, com o número de POS a aumentar 20% e o número de ATM's a subir 26%.

Unidade de Pequenos Negócios

A Conta Gestão de Tesouraria continuou a ser, durante o ano 2001, o principal produto do Banco destinado ao segmento de pequenas empresas, profissionais liberais e empresários em nome individual.

Pelas suas características inovadoras e distintas de outros produtos existentes no mercado nacional, a Conta Gestão de Tesouraria tem-se revelado muito importante para a captação de novos Clientes.

A sua comercialização continuou a ser essencialmente assegurada pela rede de Agências e Rede Directa, mas

merece já especial referência a importante contribuição para o negócio das novas redes de distribuição do Banco, bem como das associações comerciais com que o Banco vem estabelecendo protocolos (no ano 2001 foram assinados 10 novos protocolos).

Durante o ano 2001 foram abertas 3769 novas contas.

Em 31 de Dezembro o saldo global da carteira de crédito deste produto ascendia a 162,6 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 50% face ao montante de crédito existente no final do ano anterior.

2.1.2.5 - Crédito Imobiliário

Durante o ano de 2001 assistiu-se a uma recuperação no mercado de crédito imobiliário, apesar de, no primeiro semestre, se ter verificado uma diminuição do crédito concedido em relação a igual período de 2000.

Esta ligeira retoma está fundamentalmente relacionada com a evolução das taxas de juro, que têm apresentado um tendência decrescente desde Setembro de 2000.

Na verdade, as taxas Euribor praticadas pelo Banco (3 e 6 Meses) estavam no início do ano situadas nos 5,000%, mas, no final do mesmo período, rondavam já os 3,375% (Euribor a 3 e 6 Meses).

Aspecto relevante que continuou a caracterizar este negócio, foi a concorrência entre os Bancos que operam no mercado de crédito imobiliário, tendo sido evidente o esforço de todos os grupos financeiros no sentido de apresentarem produtos competitivos a nível de preço, celeridade processual e inovação na cobertura das necessidades dos Clientes.

A carteira de crédito imobiliário do Banco representava no início do ano transacto, 753 milhões de Euros, correspondentes a aproximadamente 15.000 contratos.

Durante o ano de 2001 o Banco celebrou 3.940 novos contratos que acresceram a carteira 212 milhões de Euros. Foram contudo liquidados 1.148 empréstimos num valor total de 55 milhões de Euros.

A posição da carteira do Banif representava assim, no final do ano de 2001, cerca de 890,5 milhões de Euros, que correspondiam a 17.740 contratos, ou seja, verificou-se um crescimento de 18% no volume total da carteira.

Os resultados obtidos, mesmo tendo em conta que o crédito à habitação do Banco não usufruiu, ao longo do ano de 2001, de qualquer campanha publicitária com vista a aumentar a notoriedade do Banco neste negócio, evidenciam um boa *performance*.

Para este resultado, e para além da descida das taxas de juro referida, terão contribuído também, por um lado, a aposta na criação e/ou incremento de outros canais destinados à comercialização do crédito à habitação do Banco, nomeadamente a Rede de Canais Agenciados e, por outro, uma forte aposta na captação de crédito habitação a outras Instituições de crédito, através da disponibilização aos mutuários de um produto com taxas e características atractivas e muito competitivas.

A incerteza quanto à eliminação do imposto de sisa, bem como o facto de muitas famílias estarem perto do seu limite de endividamento, o que faz com que a descida das taxas de juro não seja suficientemente motivadora para desviar poupanças para a compra de nova ou primeira habitação, não permitem estabelecer, com segurança, se a recuperação a que se assistiu no mercado de crédito imobiliário durante o ano de 2001, apesar de ligeira, vai continuar em 2002.

2.1.2.6 - Actividade do *Call Center*

A actividade comercial da Direcção da Rede Directa (DRD), durante o ano de 2001 pautou-se, essencialmente, pela

realização de campanhas na vertente outbound (emissão de chamadas), realizando-se para o efeito treze acções específicas dirigidas ao segmento de particulares e pequenos negócios.

O total de campanhas realizadas traduziu-se num aumento de quase 100% relativamente ao objectivo definido no plano de acção para 2001. Estas acções abrangeram produtos de crédito e de poupança colocados tanto junto de Clientes do Banif como de outras empresas do Grupo, consolidando a DRD desta forma a sua missão de canal estratégico na venda e apoio à venda dos produtos do Grupo Banif.

Destacam-se como campanhas de sucesso, as efectuadas ao longo do ano sobre os seguintes produtos:

- Cartões de Crédito Banif;
- Conta Gestão de Tesouraria;
- Poupança Banif 6%;
- Crédito Pessoal Banif;
- Cartões de Crédito BCA;
- PPR/E Açoreana;
- Crédito ao Consumo Mundicre.

O incremento das campanhas em parceria com as empresas do Grupo desenvolveu-se essencialmente ao longo do segundo semestre de 2001, tendo os resultados alcançados sido determinantes para a negociação com as associadas de novas campanhas para 2002.

Em Setembro de 2001 foi atribuída à DRD a responsabilidade da criação e funcionamento corrente do *Contact Center*, tendo para o efeito sido constituída uma equipa de seis operadores com formação e vocação específicas para o canal telefónico do serviço de banca electrónica (Banif@st).

Já no terceiro trimestre procedeu-se à actualização do parque informático existente e iniciou-se a negociação da substituição da plataforma informática que suporta o funcionamento da DRD, o que veio a concretizar-se já no último trimestre. Esta nova plataforma possibilitará o aumento de sinergias e produtividade já que, tanto a área de *Call Centre* como a do *Contact Centre*, passam a funcionar numa instância única da aplicação.

Ainda em Novembro de 2001 ocorreu a aquisição, na cidade da Maia, de um novo espaço para a instalação da DRD, o que permitirá a adequada disposição física dos recursos humanos bem como o aumento da sua capacidade.

No âmbito do projecto de *cross-selling* em curso, foi atribuída à DRD a responsabilidade pelo desenvolvimento do projecto de captação de Clientes. Para o efeito, e em colaboração com a Direcção da Rede de Agências e com os consultores externos, iniciou-se a preparação de uma campanha de abertura de conta no Banif a Clientes da Mundicre, Mundileasing, Companhia de Seguros Açoreana e O Trabalho - Companhia de Seguros. Esta acção começará em Janeiro de 2002, prolongando-se pelo primeiro semestre.

2.1.3 - Marketing e Desenvolvimento de Novos Negócios

De entre as principais actividades desenvolvidas ao longo de 2001, destaca-se desde logo a institucionalização de uma área de *cross-selling*, a qual tem por objectivo a dinamização do negócio e a exploração de sinergias entre o Banif e as suas empresas associadas.

Na área de marketing e publicidade, procedeu-se à selecção de uma agência de publicidade e de uma central de compras, visando, deste modo, a aquisição de serviços em condições mais vantajosas para o Banco.

Em 2001 foi lançada uma campanha institucional de grande impacto, a qual teve por objectivo a renovação da imagem do Banco. Foram, ainda, lançadas duas outras campanhas publicitárias de lançamento do Banif@st e de apoio à divulgação do Banif Privado.

Na área dos produtos fiscais e de passivo (recursos de Clientes) foi iniciada a sua renovação, em articulação com a campanha institucional referida e lançados, a Conta Poupança Banif 6, a Conta Ordenado Banif Triplus e, no final do ano, o pacote Banifiscal. No que diz respeito aos produtos não bancários, de referir o desenvolvimento e colocação junto dos Clientes de um conjunto de produtos de prestígio e o lançamento e comercialização da colecção de medalhas *Memórias da Madeira*.

Um factor importante de desenvolvimento e melhoria da qualidade do serviço prestado aos nossos Clientes foi sem dúvida o lançamento da solução de banca electrónica do Banif - o Banif@st. Seja por telefone, *wap* ou *Internet* os Clientes Banif passaram a dispor de uma importante ferramenta no que respeita ao contacto com o Banco, para a satisfação das suas necessidades financeiras. A renovação do *site* do Banif (www.banif.pt) bem como o lançamento de um portal do Grupo (www.grupobanif.pt) também merecem um destaque importante.

Na área da comunicação foram desenvolvidas várias acções, de âmbito interno e externo, de apoio à introdução do Euro, de entre as quais se destacam a elaboração de uma publicação, a produção de monofolhas distribuídas com o extracto de conta, o envio de *mailings* aos Clientes e a divulgação de diversas publicações com origem no Banco de Portugal.

De referir, para terminar, o desenvolvimento do Projecto Cliente de Grupo, projecto multi-empresa que, quando concretizado, assumirá uma importância fundamental no aumento das sinergias entre as empresas do Grupo Banif e consequentemente, permitirá potenciar o *cross-selling* de produtos e serviços e o aumento da capilaridade.

2.1.4 - Recuperação de Crédito Vencido e Crédito em Contencioso

A recuperação de créditos vencidos afectos ao Contencioso atingiu no Banco, em 2001, o montante global de 25.573 milhares de Euros, mais 26% que em 2000 (20.355 milhares de Euros) aqui se incluindo a verba de 2.431 milhares de Euros de recuperação de créditos já abatidos ao balanço (2.292 milhares de Euros em 2000). Por outro lado, a recuperação de créditos vencidos permitiu a libertação de 9.882 milhares de Euros de provisões constituídas (8.488 milhares de Euros em 2000).

Durante o exercício de 2001 entraram em Contencioso 38.581 milhares de Euros, mais 42% que em 2000 (27.094 milhares de Euros).

As provisões para riscos específicos de crédito (incluindo crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, conforme definido no Aviso 3/95 do Banco de Portugal) elevavam-se, no final de 2001 a 40.479 milhares de Euros, o que representava 69% do crédito vencido do Banco (68% em 2000).

Por sua vez, as provisões para riscos específicos de crédito adicionadas às provisões para riscos gerais de crédito totalizavam 72.413 milhares de Euros e correspondiam a 123,4% do crédito vencido (113,7% em 2000).

A melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco, aliada ao empenho e esforço dos serviços em recuperar o crédito em incumprimento permitiu concluir o ano de 2001 com um rácio de crédito vencido sobre o crédito total de 1,9% (2,2% em 2000).

Em 2001, foram efectuados abates ao balanço da ordem dos 15.205 milhares de Euros de créditos considerados incobráveis e que se encontravam já integralmente provisionados.

2.1.5 - Recursos Humanos

No Exercício de 2001 foi dada especial ênfase a três grandes projectos na área dos recursos humanos: a criação

dum sistema integrado de recursos humanos (Projecto Omega), a unificação da função pessoal do Banif/BCA (Projecto Alfa) e a implementação duma nova aplicação informática de pessoal, em Oracle, para o Banif e algumas empresas do Grupo Banif. O segundo projecto encontra-se concluído e em pleno funcionamento. O primeiro e o terceiro encontram-se em fase de implementação, de acordo com os respectivos planos.

A atenção dada aos recursos humanos pretende significar a enorme importância que estes recursos têm para a Instituição, dos quais depende, em grande medida, o seu desenvolvimento.

Durante o ano em apreço, o Banco aumentou o seu quadro de pessoal em 6,1%, passando de 1.331 empregados no final de 2000 para 1.412 empregados no final de 2001. Destes, cerca de 72% estavam afectos às áreas comerciais, ou seja 1% acima do valor do ano anterior. No conjunto das empresas do Grupo Banif, o número total de empregados elevava-se a 2.701, em 31 de Dezembro de 2001 (2.685 empregados no final de 2000).

Concretizaram-se, durante o período em apreço, 221 admissões e 140 S.A.ídas.

Os empregados apresentam uma antiguidade média no Banco de 7 anos e a sua idade média é de 35,8 anos, contra 35,6 no ano anterior. Este retardamento da idade média deve-se à política adoptada de dar preferência nas admissões a candidatos mais novos.

O nível das habilitações de base dos empregados tem vindo, também, a aumentar significativamente, como resultado duma política orientada para este objectivo: de 33% de empregados com formação superior em 2000, passámos para 34% em 2001.

face à política de admissões no que respeita à idade e às mudanças constantes da actividade bancária, vai sendo necessário um grande investimento em formação profissional. Tal como nos anos anteriores, a formação vestibular e a formação profissional e comportamental tiveram elevados índices de realização: 30.736 horas de formação para 2.019 participantes, ou seja, uma média de 21.7 horas de formação por empregado do Banco.

De entre as acções realizadas, destacam-se as de "Desenvolvimento das Competências de Venda", "Gestão Dinérgica", "Formação Vestibular", Formação "Euro", "Novo Sistema de Avaliação de Desempenho".

O número de horas de formação realizadas corresponde a 166 acções de formação a nível interno e 45 a nível externo.

Neste período o Banco apoiou, também, 11 empregados que frequentaram o "Curso de Fundamentos da Banca" e 15 do "Curso Complementar da Banca" do I.F.B. e, também, 14 empregados que frequentaram cursos superiores em Instituições públicas e privadas.

2.1.6 - Tecnologia e Informação

No que respeita aos sistemas de informação, o ano de 2001 caracterizou-se por, a par da disponibilização de novos produtos e racionalização de processos, se ter desenvolvido um esforço significativo de adaptação dos sistemas de informação ao Euro, tendo sido, neste domínio, cumpridas todas as recomendações das autoridades financeiras e respeitados os calendários definidos.

No âmbito dos novos produtos desenvolvidos assumem lugar de destaque os canais de distribuição electrónicos, cuja concretização pode ser considerada um caso de sucesso, tanto pelo conjunto de funcionalidades oferecidas ao Cliente como pela integração das várias plataformas tecnológicas envolvidas. O aproveitamento das novas tecnologias, sempre que se justifique e sejam úteis no suporte ao negócio, constitui um dos vectores estratégicos do desenvolvimento dos sistemas de informação do Grupo.

Foi também definido o modelo de Cliente de Grupo e construído o respectivo suporte tecnológico. Este processo percorre uma das vias estruturantes do sistema de informação e é o factor mais potenciador do suporte e aumento da venda cruzada.

Para os sistemas aplicativos centrais foi definida uma metodologia rigorosa e regras claras e precisas de desenvolvimento, a aplicar tanto aos novos sistemas a desenvolver como à reengenharia de alguns dos sistemas actuais, tendo em vista não só o aumento da robustez mas também a diminuição dos erros. Ainda neste domínio, procedeu-se à separação dos ambientes de desenvolvimento e produção e foi instituído um processo interno de certificação de qualidade.

As infra-estruturas de suporte dos sistemas de informação foram também objecto de atenção, encontrando-se em curso vários processos, a finalizar em 2002, de auditoria e definição das vias evolutivas dessa infra-estrutura, nomeadamente nas áreas de comunicações, servidores corporativos e sistemas centrais.

Relativamente a actividades não core business, encetaram-se processos de contratação de serviços em regime de *outsourcing*, tendo-se concretizado os relativos à impressão/expedição de documentos, produção e impressão de cheques, e manutenção do parque de microinformática.

Ainda em 2001 foi criado um Comité de Informática do Grupo Banif, constituído por representantes do Banif, Banco Comercial dos Açores, Banif - Banco de Investimento e Companhia de Seguros Açoreana, cujas funções, para além do apoio consultivo ao Conselho de Administração na definição das linhas estratégicas de desenvolvimento dos sistemas de informação, compreendem o parecer sobre as propostas de desenvolvimento apresentadas, tanto nos aspectos relacionados com a evolução dos sistemas de informação como na adequação dos meios e custos à sua concretização e sobre a priorização das actividades do plano.

2.1.7 - Controlo dos Riscos de Actividade

A Direcção de Gestão Global de Risco, órgão ao qual está cometida a avaliação dos riscos da actividade, procedeu em 2001 à alteração do seu estatuto orgânico de modo a adoptar uma estrutura mais adequada às necessidades do Banco, nomeadamente no que concerne a uma maior abrangência e supervisão.

Existem três Núcleos de Análise de Risco localizados em Lisboa, Porto e Funchal, um Núcleo de Estatística e Controlo de Risco e um Núcleo de Outros Riscos que incorpora as vertentes de risco de mercado e de risco operacional.

Os Núcleos de Análise de Risco, dos quais dependem os Analistas de Crédito, asseguram a verticalidade da acção de controlo do risco creditício, quer no processo de admissão e aprovação das operações de crédito quer no seu acompanhamento e processo de recuperação.

O Núcleo de Estatística e Controlo de Risco é responsável pela monitorização do risco do *portfólio*, analisando periodicamente a evolução dos limites estabelecidos e o cumprimento das políticas instituídas. A sua acção incide igualmente no desenvolvimento de metodologias de controlo interno que permitam aferir a evolução dos riscos ao nível dos produtos, segmentos de actividade, sectores, *rating* e contraparte.

O Núcleo de Outros Riscos desenvolve a sua acção de avaliação e monitorização dos riscos de mercado, acompanhando a exposição em riscos cambiais, de liquidez e de taxa de juro. A sua missão incide igualmente na área de *compliance* garantindo, em conjunto com outros departamentos do Banco, um adequado reporte às entidades

de supervisão. A revisão do Acordo de Basileia actualmente em curso, e as implicações que o mesmo trará na avaliação dos diferentes riscos da Instituição, está a ser devidamente acompanhada quer na procura de soluções tecnológicas de suporte à integral monitorização dos riscos, quer no desenvolvimento interno de regras e procedimentos conducentes à valorização e medição dos mesmos.

As metodologias de avaliação de risco de suporte à decisão, nomeadamente o *rating* interno destinado ao segmento de empresas e os algoritmos de *scoring* aplicados às operações de particulares foram actualizadas de modo a corresponder à conversão para o Euro, tendo-se igualmente procedido a ajustamentos dos próprios modelos que se consideraram pertinentes em função da experiência colhida e das alterações conjunturais de mercado.

Foram actualizados alguns normativos, nomeadamente os Regulamentos de Crédito de algumas Direcções Comerciais e de Produto, em ordem a assegurar uma maior coerência das regras de aprovação e delegação de poderes.

A acção comercial desenvolvida pelo Banco em 2001, na área do crédito incidiu, de novo, numa maior aposta no segmento de particulares, procurando assim diversificar os níveis de exposição por Cliente e minimizar os indicadores de incumprimento. Os critérios de concessão de crédito foram mais selectivos, quer para o segmento de empresas quer para o de particulares, tentando-se com esta medida minimizar o impacto da desfavorável evolução do cenário macro-económico.

A segurança das aplicações tem sido reforçada quer porque existe um maior enfoque na qualidade e liquidez das garantias em caução, quer porque se tem verificado um aumento da percentagem do crédito hipotecário (em especial Crédito à Habitação) relativamente ao global.

Para além do processo de avaliação casuística de cada Cliente, nos processos de avaliação de risco, concessão e monitorização, são efectuadas periodicamente numa base global, isto é, de todo o portfólio, os níveis de exposição por segmento de actividade, sector económico, modalidade de crédito, dimensão e *rating*, que contribuem para a tomada de decisões, nomeadamente para o estabelecimento de limites a cada uma destas variáveis.

O controlo da actividade creditícia é igualmente exercido ao nível da avaliação dos níveis de crédito vencido e da sua evolução, bem como na detecção de sinais de alerta que determinam alterações aos níveis de exposição e às garantias associadas. Para o efeito realizam-se periodicamente comités de avaliação de risco, para o segmento de empresas, nos quais estão presentes os diferentes órgãos envolvidos, nomeadamente comerciais, risco e recuperação.

Os riscos de mercados encontram-se sujeitos a limites estabelecidos pelos órgãos de gestão, e sob regras de funcionamento e controlo de acordo com os princípios constantes do regulamento interno de funcionamento da S.A.la de mercados, que são periodicamente revistas e actualizadas. São avaliados regulamente o risco país e de contraparte das Instituições financeiras, nacionais ou estrangeiras, mantendo-se particular atenção às alterações que se têm verificado no sistema financeiro, nomeadamente no que se refere à concentração.

As regras de gestão determinam uma adequada segregação de funções entre a tomada de riscos, o controlo e o registo de acordo com as regras de supervisão instituídas.

A gestão da liquidez é assegurada no curto prazo através de políticas de financiamento que visam minimizar o custo dos fundos tomados, associando diariamente os fluxos gerados pelo negócio quer de recursos quer de aplicações e respectivos prazos de maturidade às linhas disponíveis.

Nos prazos mais longos a cobertura dos activos de médio prazo tem sido realizada com a colocação de emissões de

obrigações de caixa e produtos estruturados junto dos Clientes, com prazos de maturidade mais longos, estando igualmente em fase de preparação novas operações de titularização que permitirão aumentar a capacidade de financiamento em activos de prazos mais dilatados. Tal é o caso de uma operação de titularização de Crédito Imobiliário no montante de 500 milhões de Euros que se encontra em fase adiantada de preparação e que se espera que venha a ser colocada no mercado até ao final do primeiro semestre de 2002.

Por forma a substituir a operação Atlantes I, lançada em Novembro de 1999, está em fase de ultimateção uma nova operação de titularização de Crédito Pessoal e de contratos de Leasing (Atlantes II) no montante de 250 milhões de Euros, a ser colocada parcialmente no mercado no mês de Abril de 2002.

O Banco obteve ainda, em 20001, fundos no mercado de capitais internacional, no montante de 125 milhões de Euros, por um prazo de três anos, sem qualquer garantia adicional.

Os riscos de natureza cambial e de taxa de juro apresentam-se pouco expressivos, atendendo à própria natureza da sua actividade, predominantemente comercial, e pouco relevante nos mercados de capitais, monetário e cambial, sendo quase inexistente ao nível dos instrumentos financeiros derivados, os quais consistem apenas em operações de *Interest Rate* e *Currency Swaps* para cobertura de riscos em carteira, quer para o Banco quer para as restantes empresas do Grupo Banif e muito raramente para Clientes.

O Banco não mantém actividade nos mercados de Futuros e Opções, constando apenas dos seus registos em 31 de Dezembro de 2001 duas operações relativas à compra de opções para cobertura de dois produtos estruturados, com taxa de juro indexada, designadamente “Banif Europa/Japão 2002” e “Banif Europa Rendimento Garantido”.

Pelo facto de ser inexistente a nossa actividade nestes mercados (Futuros e Opções), o Banco não dispõe de limites operacionais ou regras de funcionamento instituídas ao nível dos seus serviços, estando a sua eventual execução sujeita a aprovação casuística, pelos órgãos de gestão, e o controlo e registo individualizado por operação.

Ao nível do Grupo Banif apenas duas instituições efectuam operações com instrumentos financeiros pelo que de seguida se apresenta um resumo das políticas e dos meios operacionais e de controlo instituídos.

Banif - Banco de Investimento, S.A.

As políticas e práticas de gestão dos riscos associados às actividades desenvolvidas pelo Banif Investimento caracterizam-se por uma preocupação de constante monitorização e controlo dos mesmos.

Neste contexto, e tendo em conta a actividade desenvolvida, são praticamente inexistentes os riscos cambial, de taxa de juro e de liquidez, tanto que o Banif Investimento não possui uma carteira de negociação com expressão.

O principal risco assumido pelo Banif Investimento é assim o risco de crédito, limitado na sua quase totalidade ao risco inerente à carteira de obrigações detalhada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras. De referir neste âmbito que cerca de 80% desta carteira é constituída por obrigações com notação de *rating* “*investment grade*” e os restantes 20% de títulos sem *rating* na sua maioria emitidos por instituições financeiras nacionais.

Encontra-se implementado um sistema de limites interno que evita uma excessiva concentração de riscos.

A Administração do Banco reconhece à gestão de risco um papel determinante na definição da estratégia de negócio e, por conseguinte, na persecução dos objectivos definidos em matéria de rentabilidade e solvabilidade.

É neste contexto que se inseriu a criação, no último trimestre de 2001, do Comité de Risco do Banif Investimento. Este Comité tem a responsabilidade de elaborar as políticas e os procedimentos que suportem a implementação e a execução da estratégia de gestão de risco, aprovada em sede de Conselho de Administração.

Ao Comité de Risco compete controlar a globalidade dos riscos de liquidez, de mercado, de crédito e operacional gerados pelas distintas unidades de negócio do Banco. Assim, e no que concerne aos riscos de mercado e de crédito, incluem-se no âmbito das suas atribuições:

- Assegurar a correcta execução da estratégia de gestão de risco e informar a Comissão Executiva sobre o respectivo grau de implementação e de desenvolvimento;
- Submeter à aprovação da Comissão Executiva a estrutura de limites de risco de mercado e de risco de crédito;
- Conhecer em detalhe as posições e os riscos assumidos e a respectiva adequação aos limites em vigor;
- Aprovar excessos temporários de limites quando pertinente e devidamente suportado por adequada delegação de competências;
- Informar a Comissão Executiva dos resultados de gestão obtidos e da respectiva justificação face aos riscos assumidos;
- Definir e assegurar a correcta implementação das políticas, metodologias e procedimentos necessários para controlar os riscos;
- Propor à Comissão Executiva a estrutura do sistema de informação de gestão.

Ao Comité de Risco compete ainda definir e assegurar a correcta implementação das políticas e procedimentos necessários para controlar o risco operacional e o risco de liquidez.

Conforme já referido, o Banco não detém posições em instrumentos financeiros para fins de negociação. Assim sendo, a exposição detida em instrumentos financeiros derivados, “*cross currency interest rate swaps*” e “*interest rate swaps*”, reflecte uma política de cobertura integral do risco de mercado emergente em operações contratadas com Clientes.

Banco Banif Primus, S.A.

A estratégia de investimento do Banif Primus em instrumentos financeiros é definida pelo Comité de Tesouraria, liderado pelo Director Executivo responsável pela área. São realizadas reuniões semanais para avaliação do cenário macro-económico do país, com enfoque nas variáveis que possam influenciar mais directamente as taxas de juros, o câmbio e o mercado bolsista.

A partir desta avaliação são tomadas as decisões de investimento nos diversos instrumentos disponíveis no mercado, tais como Letras do Tesouro Nacional com taxas de juro pré e pós fixadas, Títulos Cambiais, ouro, financiamentos lastreados em acções, que contemplam operações combinadas nos mercados à vista e de opções ou a termo.

Diariamente são realizadas reuniões para acompanhamento das posições detidas pelo Banco, onde são avaliados possíveis ajustes, à luz do comportamento do mercado.

Também é política do Banco operar nos mercados de derivados, que são utilizados na maior parte das ocasiões, para cobrir posições activas ou passivas, não sendo usual a alavancagem em tais mercados.

As posições assumidas pelo Banif Primus em investimentos financeiros são definidas pelo Conselho de Administração por proposta da Directoria Executiva e são

acompanhadas por um sistema de VAR, que permite à Administração um controlo eficaz dos activos em que o Banco está posicionado vis a vis os limites definidos pelo Conselho, seja a nível individual dos activos, seja a nível global da carteira do Banco.

No ponto 6.4.1 (notas às contas individuais) e 6.4.2. (notas às contas consolidadas) são apresentadas nas notas 32A, o resumo das principais políticas contabilísticas e de gestão de risco, a discriminação das operações a prazo por vencer no final do ano, bem como as operações em aberto com contratos de futuros e opções, respectivos valores de mercado e prazos de vida residual.

2.1.8 - Adaptação ao Euro

Concluído que está este projecto na sua vertente de maior risco e, estando já em curso a fase de simples acompanhamento de fluxos e *reportings* para o Banco de Portugal, encaramos com satisfação a forma como todas as tarefas foram previstas, desenvolvidas e controladas, em rigoroso cumprimento do que se encontrava planeado.

Durante as diferentes fases do processo foi conseguido o objectivo primário de cumprimento de prazos e garantia de realizações, tanto do foro funcional como informático.

Naturalmente volumosos, os fluxos circulantes de Escudos e Euros saldaram-se por valores enquadrados no plano de previsão e foram tratados dentro de prazos razoáveis.

As previsões de aprovisionamento prévio, quer para a Instituição quer para os Clientes (*frontloading e sub-frontloading*), foram objectivas e envolveram valores muito próximos dos verificados, a ponto de, em 2 de Janeiro de 2002 se ter reiniciado o fluxo de levantamentos junto do Banco de Portugal, não se verificando por isso excedentes que teriam tido implicações na necessidade de constituição de cauções junto do Banco Central e futuros débitos.

As acções de formação desenvolvidas, revelaram-se, por seu lado, de grande abrangência, eficácia e total utilidade, tendo permitido um processo de migração em front-office sem incidentes.

2.1.9 - Actividade Financeira

A Direcção Financeira manteve como principal função a gestão integrada dos activos e passivos do Banco, cabendo-lhe ainda assegurar a intervenção do Banco e de algumas das suas empresas filiais nos mercados monetário e cambial e ainda a coordenação da actividade do Banco com as restantes instituições financeiras nacionais e estrangeiras.

Durante 2001 continuou a verificar-se o fenómeno da consolidação bancária ao nível do mercado Europeu, onde a dimensão é hoje um factor de significativa vantagem comparativa, o que condiciona a actividade do Banco, tendo em conta a sua dimensão relativamente reduzida numa escala Europeia.

Com as principais economias mundiais a mostrarem sinais evidentes de abrandamento, a redução da actividade económica levou a que os investidores passassem a procurar aplicações de menor risco e maior liquidez, refugiando-se em aplicações bancárias e em fundos de obrigações e tesouraria, em detrimento de aplicações nos mercados bolsistas e em fundos de risco elevado.

A volatilidade apresentada pelos mercados e a incerteza quanto à sua evolução levaram também o Banco a procurar limitar as suas carteiras de acções e obrigações privilegiando a liquidez.

Os resultados líquidos em operações financeiras registaram um acréscimo de 3,4%, cifrando-se em 3,7 milhões de Euros no final de 2001.

Em termos globais, os prejuízos registados nas carteiras de investimento e de negociação, em 2001, ascenderam a 1,1 milhões de Euros, contra 750 milhares de Euros em 2000, o que comprova o mau desempenho dos mercados accionistas e obrigacionistas em ambos os anos.

O lucro registado com outras operações financeiras ascendeu a 3,1 milhões de Euros, um crescimento em valor absoluto de 2,9 milhões de Euros em relação ao valor de 2000 que fora de 200 milhares de Euros.

O mercado cambial continuou a ressentir-se dos condicionalismos inerentes à introdução do Euro em Janeiro de 1999, agravada por uma forte valorização do dólar face à moeda Europeia. Este facto traduziu-se numa expressiva redução na actividade cambial resultante de operações comerciais, agravado pelo facto de as empresas com pagamentos a efectuar em dólares terem recorrido preferencialmente a financiamentos naquela divisa, beneficiando de uma taxa de juro mais favorável e numa perspectiva de desvalorização da moeda americana. Este cenário teve como consequência uma quebra significativa nos resultados cambiais do Banco que ascenderam a 1,5 milhões de Euros no final de 2001 contra 2,6 milhões de Euros no final de 2000.

No ano de 2001 as operações de bolsa intermediadas pelo Banco atingiram os 239 milhões de Euros. As comissões e outros proveitos provenientes destas operações e dos serviços de custódia de títulos do Banco cifraram-se em 2,3 milhões de Euros.

No âmbito dos mercados de capitais, durante o ano de 2001 a Direcção Financeira participou na preparação de uma operação de titularização de crédito imobiliário que por falta de enquadramento legal não se chegou a realizar estando, no entanto, prevista a sua concretização para a segunda metade de 2002.

2.1.10 - Actividade Internacional

As expectativas muito positivas criadas ao longo do ano no sistema financeiro e nos agentes económicos quanto à entrada em circulação do Euro no início do ano de 2002 contribuíram em grande medida para o aumento dos negócios do Banif na Zona Euro, traduzido num maior volume de operações com os seus parceiros financeiros europeus.

Adiminuição do risco percebido pelos agentes económicos, aliada à maior visibilidade do nome do Banco nos mercados internacionais de capitais foram factores importantes para a consolidação da actividade do Banco e do Grupo.

Por outro lado, a concentração bancária verificada nos últimos dois anos em Portugal fez emergir o Banif no mercado internacional como alternativa bancária mais consistente entre os Bancos portugueses de média dimensão.

O enfoque do negócio continuou a privilegiar as relações de trabalho com bancos de pequena e média dimensão na Europa comunitária e não comunitária, preservando contudo as excelentes relações de trabalho e de negócio que nos orgulhamos de manter com os grandes Bancos internacionais nossos principais correspondentes.

Durante o 1º semestre o Banco foi oficialmente aceite como membro de pleno direito do Groupement Européen de Banques (GEB), agrupamento de Bancos regionais europeus de pequena e média dimensão que, através da sua associação, procuram aprofundar os seus laços de cooperação e de negócios no domínio das operações bancárias, da troca de experiências profissionais e da inovação, contribuindo para a promoção e alargamento da gama dos produtos junto dos seus Clientes. É já bastante interessante o volume de transacções concretizadas entre o Banif e os restantes parceiros do GEB.

O alargamento das trocas comerciais dos nossos Clientes permitiu que a rede de relações internacionais do Banif se alargasse também a outras zonas geográficas, essencialmente no suporte de operações comerciais com países da América Latina, da Ásia e da Bacia Mediterrânica.

Fruto da sua maior penetração nos mercados internacionais, o Banif angariou duas operações de *funding* a médio prazo, que foram colocadas com grande sucesso junto de diversos Bancos europeus, no montante total de 125 milhões de Euros.

Ao longo do ano foram concretizadas várias operações à *forfait*, envolvendo a compra sem recurso de riscos de empresas portuguesas de bom "rating", com adequado grau

de acompanhamento da actividade e avaliação do risco de crédito pelos nossos Centros de Empresas.

Apesar da incerteza dos mercados internacionais, o Banco conseguiu angariar para a sua carteira de crédito várias operações de curto prazo ("*trade related*"), com boas margens, essencialmente de "risco Brasil". No final de 2001, o total dessa carteira de crédito representava cerca de 1 % do total da carteira do Banco, elevando-se a 27 milhões de Euros.

No âmbito do desenvolvimento da sua actividade internacional o Grupo Banif adquiriu um portal financeiro no Brasil, através do controlo de 85% do capital da sociedade brasileira Econofinance S.A., proprietária do referido portal.

Nos Estados Unidos da América aguardamos a autorização da Bolsa de Nova Iorque para concretizarmos a aquisição de uma licença de *broker dealer* com assento no *floor* do NYSE, a Indusval USA Corp, o que nos permitirá passar a operar directamente a partir de Nova Iorque e, futuramente, de Miami.

2.1.10.1 - Sucursal Financeira Exterior

Verificou-se, ao longo do ano, um bom crescimento do volume das transacções da Sucursal Financeira Exterior, fruto de um cada vez maior reconhecimento do nome do Banco e da sua Sucursal *Off-Shore* no mercado internacional.

O prestígio e a estabilidade da Zona Franca da Madeira contribuíram para uma crescente procura desta praça financeira por Clientes individuais, empresas e institucionais para a concretização dos seus negócios.

A actividade de captação de recursos demonstrou uma boa evolução, crescendo 10,9%, tendo a respectiva carteira passado de 600 milhões de Euros para 666 milhões de Euros no mesmo período. Como habitualmente, estes recursos são originários essencialmente da captação junto das vastas comunidades portuguesas não residentes espalhadas pelo Mundo.

Como resultado desta evolução o Total do Activo Líquido ascendeu a 855 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de 9,4% em relação a 2000. O crédito concedido evoluiu significativamente (mais 47,3% relativamente a 2000), passando de 25,3 milhões de Euros para 37,3 milhões no final do Exercício. Este crescimento ficou a dever-se inteiramente à captação de operações de *pre-export and export financing* de risco Brasil, até um ano, com margens muito atractivas e riscos bem controlados.

Por último, de referir que a carteira de Clientes registou um crescimento de 10% no ano em apreço.

2.1.10.2 - Filial das Ilhas Cayman

A actividade de captação de novos Clientes teve um bom comportamento durante o ano corrente, verificando-se um crescimento em número de 33% relativamente ao ano de 2000. Este crescimento, contudo, não corresponde a uma evolução dos recursos ao mesmo nível. Com efeito, os recursos captados de Clientes, particulares e empresas, cresceram 9,2%, de EUR 579,5 milhões para EUR 633 milhões.

No que respeita ao crédito concedido, houve um crescimento bastante significativo de 155,1% (de 24,3 milhões de Euros em 2000 para 62,0 milhões de Euros em 2001).

Destas operações de crédito internacional, 16% dizem respeito a operações de *pre-export and export financing* risco Brasil (Eur 9,9 milhões), até um ano, com boas margens, sendo o restante composto por operações de crédito de curto prazo.

Para a actividade financeira da Filial foi muito importante o conjunto de operações feitas nos mercados monetário e cambial, as quais continuam a representar um contributo muito importante para o Total de Activo Líquido, ascendendo a 90,5% do total deste. O Activo Líquido teve contudo um decréscimo de 10,7% em relação a 2000, situando-se no final do ano em 1.587 milhões de Euros.

Durante o 1º semestre a Filial efectuou duas emissões de obrigações indexadas ao risco Brasil ("Banif Cayman - Brazil Linked Note 6,00%/2004 - Serie A" e "Banif Cayman - Brazil Linked Note 8,125%/2007-Série A") respectivamente

nos montantes de EUR 10,75 milhões e de EUR 10 milhões, que foram integralmente colocadas junto de Clientes particulares e institucionais do Grupo.

Esta emissão de obrigações permitiu realizar operações de *trading* sobre os activos subjacentes, contribuindo positivamente para os resultados do Banco.

Em termos de exploração, o lucro líquido da Filial situou-se nos 49,4 milhões de Euros (decréscimo de 89,8% em relação ao apurado em 2000), apesar da melhoria verificada ao nível dos resultados em operações financeiras (que passaram de 38 milhões de Euros em 2000 para 250 milhões de Euros em 2001) e do aumento da margem financeira em cerca de 11%. No entanto, as dotações para provisões destinadas à cobertura da depreciação da carteira de títulos mantiveram-se elevadas (1.027 milhões de Euros em 2001), enquanto os custos administrativos e de exploração cresceram cerca de 16,6% relativamente ao ano anterior.

Além da participação na FINAB, a Filial passou a deter também uma participação de 15% no capital do Banif - Banco de Investimento, S.A., constituído em 16 de Dezembro de 2000 e de 30% no capital da Banif Information and Technology Holdings, Ltd, sociedade incorporada nas Cayman Islands em Fevereiro de 2001 e que detém 85% do capital social da sociedade brasileira Econofinance, S.A., detentora do portal financeiro Econofinance.

No último trimestre do ano, após a definição estratégica dos respectivos segmentos alvo de clientela, que teve como consequência a elaboração de um *business plan* a 5 anos, começou a ser implementada a infra-estrutura tecnológica que irá suportar o *International Private Banking* (IPB) do Grupo Banif.

Os objectivos da criação do IPB consistiram em assegurar o *upgrade* dos serviços básicos actualmente prestados pelo Grupo Banif às várias comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo e no lançamento de um leque de novos produtos e serviços na área de *private banking* destinados a Clientes residentes em países onde o Banif se encontra representado.

Orientado para servir uma clientela de património médio/alto, o IPB foi concebido e está a ser desenvolvido por forma a aliar as vantagens do *off-shore banking* à comodidade, rapidez e segurança de um sofisticado *internet banking*.

Em fase de a.c.e.lerado desenvolvimento, os testes de controlo de qualidade deverão vir a terminar no final do 1º trimestre de 2002, prevendo-se o lançamento do IPB ainda durante o mês de Abril.

2.1.10.3 - Residentes no Exterior

O ano de 2001 pautou-se pelo estreitamento e dinamização das relações da Direcção de Residentes no Exterior com as Representações do Banco no exterior, pelo acréscimo da actividade do Núcleo de Residentes no exterior na Região Autónoma da Madeira, e consequente incremento das relações comerciais com os Clientes, e pela boa *performance* das Representações no Exterior, traduzida no reforço da fidelidade dos nossos Clientes e no acréscimo da actividade comercial do Banco nos mercados em que se encontra presente, servindo-se cada vez melhor as Comunidades Portuguesas.

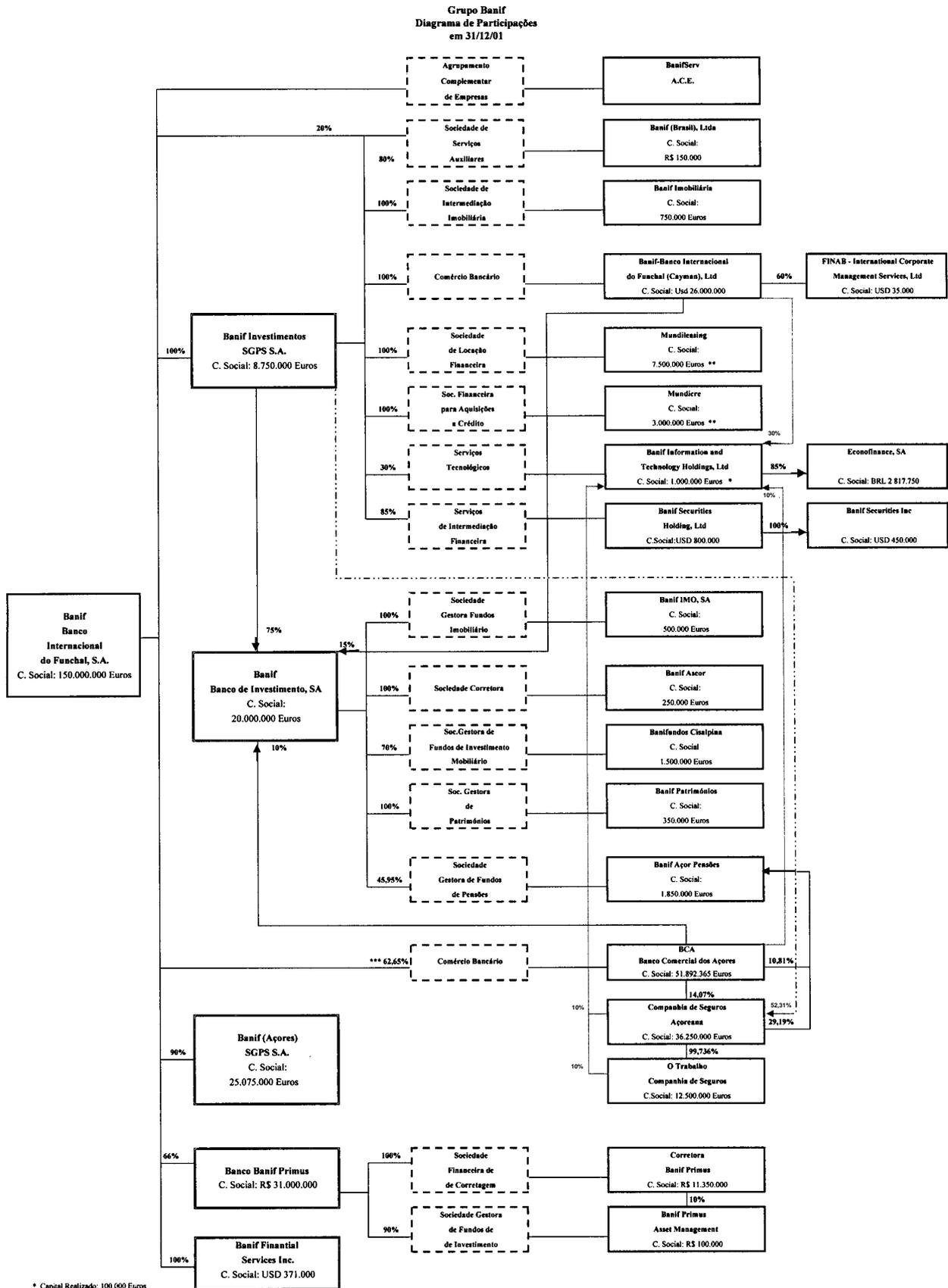
Foram efectuadas, pela DRE e pelas Representações, diversas acções de acompanhamento comercial, junto dos nossos clientes residentes no exterior, através de contactos pessoais, publicidade em meios de comunicação locais e patrocínio de eventos culturais das comunidades portuguesas nas suas áreas de residência.

Assim, o esforço da Direcção de Residentes no Exterior durante o ano de 2001, foi orientado no sentido de se reforçar a posição do Banco no segmento da emigração, através da melhoria da qualidade dos serviços a prestar, do alinhamento dos seus produtos às necessidades dos Clientes, e do aumento da rapidez do fluxo de informação de apoio à decisão, entre a DRE e as estruturas comerciais do Banco, no exterior e em Portugal.

Em relação às captações de recursos de Clientes Não Residentes, foram cumpridos os objectivos fixados para o ano, tendo as transferências para Portugal apresentado em 2001 um crescimento global na ordem dos 12,5%.

2.2 - Actividade das Empresas Associadas

As estrutura e composição do Grupo Banif em 31 de Dezembro de 2001 encontram-se resumidas no diagrama seguinte:



* Capital Realizado: 100.000 Euros
 Sociedade em processo de constituição
 ** Pendente de Realiza
 *** Estes incluem 77.270 acções correspondente a 0.744%

Durante o Exercício de 2001 continuou a ser desenvolvido o esforço no sentido de incrementar e consolidar a interligação entre as empresas incluídas no Grupo Banif. Continuaram igualmente a ser implementadas políticas de actuação coordenadas, quer ao nível comercial, quer ao nível das principais Direcções Centrais, que trazem ao Grupo Banif significativas vantagens tanto no aproveitamento de sinergias internas, como no desenvolvimento de acções de *cross-selling* entre as diversas empresas do Grupo.

O Grupo Banif é actualmente constituído por mais de duas dezenas de sociedades, incluindo o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., empresa-mãe do Grupo, as quais desenvolvem principalmente a sua actividade no sector financeiro e segurador, em diversas vertentes, designadamente banca comercial e de investimentos, seguros, financiamento de aquisições a crédito, locação financeira, corretagem, gestão de patrimónios, gestão de fundos e serviços auxiliares.

Face ao crescimento evidenciado nos últimos anos pelo Grupo Banif e à evolução verificada ao nível do sistema financeiro nacional e internacional, foi considerado fundamental, em termos estratégicos, determinar-se uma nova ordem organizacional interna, tendo em vista a consolidação do Grupo e o reforço da sua capacidade de manter um crescimento sustentado, assente numa adequada estrutura financeira e de gestão.

Para o efeito, estabeleceu-se a necessidade de, numa primeira etapa, se proceder à concentração das participações sociais directa ou indirectamente detidas pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., para, numa segunda etapa se proceder ao seu subsequente reagrupamento, em função do sector de actividade no qual se integram, sob o controlo de sociedades gestoras de participações sociais (*sub-holdings*) a constituir para as principais áreas de negócio - banca comercial, seguros e outras actividades financeiras, procurando-se com tal reestruturação atingir os seguintes objectivos:

Aumentar o grau de especialização por segmento de negócio e a rápida tomada de decisões;

Implementar um eficiente comando unificado dentro do Grupo por área de negócio, com a consequente segregação de funções estratégicas e operacionais;

Assegurar a crescente afirmação do Grupo Banif, enquanto Grupo financeiro privado português, apto a operar em termos competitivos nos mercados financeiros nacional (continente e regional) e internacional;

Flexibilizar e potenciar a adopção de parcerias estratégicas por segmento de negócio e melhorar a capacidade de obtenção e alocação de fundos a cada empresa e actividade;

Optimizar o aproveitamento dos Fundos Próprios do Grupo Banif;

Facilitar e otimizar a cadeia de remuneração dos Capitais Próprios aos vários níveis do Grupo, incluindo o da "holding".

Neste sentido, realizou-se em 21 de Dezembro de 2001, no Funchal, uma Assembleia Geral Extraordinária do Banco, na qual foram aprovadas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração tendo em vista a autorização das operações necessárias à concretização do processo de reestruturação do Grupo Banif, que deverão concluir-se no primeiro semestre de 2002.

2.2.21 - Banif (Açores), S.G.P.S., S.A.

Até 31 de Dezembro de 2001 a Banif (Açores), S.G.P.S., S.A. detinha exclusivamente na sua carteira de investimentos 7.139.126 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A.,

representativas de 68,788% do capital social e 1.980.000 acções da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., representativas de 27,31% do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2001 a Banif (Açores), SGPS, S.A., procedeu à transmissão das participações sociais supra referidas.

No tocante às 7.139.126 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., foram as mesmas transmitidas a favor dos accionistas Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. e Investador, SGPS, S.A., por dação em cumprimento do pagamento de dívida de suprimentos e por venda, na proporção das participações sociais detidas (90% a favor do Banif e 10% a favor da Investador).

Por sua vez, a participação que a Banif (Açores), SGPS, S.A., detinha no capital social da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., foi alienada a favor da Banif Investimentos - SGPS, S.A..

As operações mencionadas inseriram-se no processo de reestruturação em curso do Grupo Banif atrás referido.

Deste modo, no final do Exercício em apreço, a Banif (Açores), SGPS, S.A. deixou de deter quaisquer participações sociais noutras sociedades, sendo o seu Activo constituído quase integralmente por aplicações financeiras de curto prazo no Banif.

A evolução dos principais indicadores da Banif (Açores), SGPS, S.A., no Exercício de 2001, foi a seguinte:

	(Expresso em milhares de Euros)		
	2001	2000	%
Activo Líquido	17.515	63.747	-72,52
Capitais Próprios	17.509	16.754	4,51
Resultado do Exercício	619	(1.470)	142,14

2.2.2 - Banco Comercial dos Açores, S.A.

O Banco Comercial dos Açores, S.A. (BCA) manteve e aprofundou no ano de 2001 as suas grandes orientações estratégicas: constante enriquecimento da sua dinâmica comercial e procura sistemática de ganhos de produtividade, sejam eles os decorrentes de novos processos internos, ou os resultantes das potencialidades que advêm da sua integração no Grupo Banif.

O BCA manteve a sua inequívoca liderança na Região Autónoma dos Açores, registando um crescimento visível dos seus activos, bem como dos recursos de clientes, num ano que, globalmente, pode ser considerado como de enquadramento macroeconómico favorável na Região.

Está, hoje, desenhada e praticamente implementada, uma estratégia multiproducto e multicanal que permite antecipar que a resposta comercial do Banco aos novos desafios do mercado se situará ao nível dos melhores *standards*.

De facto, o *portfolio* de produtos e serviços desenvolvidos e oferecidos pelo BCA é completo e está, hoje, enriquecido por uma oferta financeira mais vasta, resultante dos produtos e serviços das restantes empresas do Grupo Banif, com especial destaque para os produtos de seguros e da banca de investimento.

Tal significa que o conjunto de propostas de valor que o Banco Comercial dos Açores disponibiliza hoje no mercado, sejam elas de desenvolvimento próprio ou decorrentes da estratégia de *cross-selling*, já definitivamente lançada, permitem corresponder e satisfazer quaisquer necessidades financeiras dos seus Clientes.

Para além dos aspectos quantitativos descritos, manteve-se uma especial preocupação com a qualidade do serviço, medida a todos os níveis:

- Aprofundamento da abordagem segmentada dos mercados-alvo: particulares, empresas, particulares de elevado rendimento, institucionais e residentes no exterior;

- Ajustamentos na rede de distribuição do Banco, atentas as determinantes de conveniência, de serviço e de qualidade. No fecho do exercício, eram 53 os pontos de venda do Banco, assim desagregados: 40 Agências distribuídas por todas as ilhas e concelhos da Região, 5 Centros de Empresas e 4 Centros de Particulares e Institucionais. Para além desta forte implantação regional, o Banco tem ainda uma agência em Lisboa e está representado nos Estados Unidos, em Fall River, no Estado de Massachussetts e em S. José, no Estado da Califórnia, bem como no Canadá, com um escritório em Toronto.
- Lançamento de vários projectos conducentes à melhoria de diversas instalações do Banco, dos quais merecem destaque a reconstrução da sede histórica do Banco, na Matriz, e o início da construção de uma nova agência nas Flores;
- Realização de diversos investimentos em novas dotações tecnológicas que permitiram, para além de ganhos de produtividade, melhor e mais rápido atendimento. Neste domínio merece realce a substituição integral do parque microinformático do Banco, e das suas redes de comunicação, a par do *up-grade* do sistema central;
- Lançamento e finalização do projecto de banca electrónica já basicamente concluído e com entrada em produção prevista para o 1º trimestre de 2002.

Com as acções acima sintetizadas, o Banco Comercial dos Açores cumpriu o plano de actividades previsto para 2001 e alcançou, igualmente, os grandes objectivos traçados.

O Activo Líquido do BCA cresceu, em 2001, cerca de 7,2%, tendo no entanto o crescimento sido bastante mais significativo quer ao nível da Carteira de Crédito (+22% relativamente ao final de 2000) quer da Carteira de Recursos de Clientes (+14,3% relativamente ao final de 2000).

Também ao nível da rentabilidade da exploração se registaram importantes melhorias, tendo o Cash-Flow de Exploração apresentado um acréscimo de 39,6% relativamente ao ano anterior, e o Resultado Líquido do Exercício evidenciado um crescimento de 15,8%, ascendendo a 6.765 milhares de Euros em 2001.

A intervenção noutros domínios merece, igualmente, destaque sintético:

Na área de recursos humanos, realce para a harmonização dos seus processos administrativos e políticas de gestão em integração com o Banif, com efeitos positivos nos custos e na operacionalidade. Manteve-se a política de rotação de empregados tida como determinante na motivação para a mudança e melhoria das qualificações profissionais. A estrutura humana do Banco era, no final do ano de 2001, constituída por 451 empregados, contra 454 um ano antes.

No âmbito dos recursos materiais manteve-se o esforço de desmobilização de imóveis não afectos à exploração. Apesar da forte expansão da actividade, dos investimentos efectuados e de processos estruturais como o relativo ao Euro, os custos administrativos mantiveram-se num patamar de contenção, tendo mesmo o *cost to income* passado de 68,5% em 2000 para 60% em 2001.

O controlo do Risco de Crédito, a par de uma intervenção muito acentuada ao nível do crédito vencido, tem produzido excelentes resultados na qualidade da carteira.

No que diz respeito ao controlo do Risco de Crédito e sob a coordenação da Direcção de Gestão Global de Risco, tem-se vindo a melhorar, sistematicamente, os modelos de análise do risco, bem como a acompanhar de perto as maiores responsabilidades. Paralelamente, esta Direcção analisa a evolução macroeconómica e sectorial antecipando cenários de risco e de oportunidades.

No tocante à recuperação de créditos vencidos, o ano de 2001 saldou-se, como referido, por um balanço muito positivo que permitiu que o Banco encerrasse o Exercício com o crédito vencido a pesar 1,66% no crédito total (2,1% um ano antes) e com as provisões para crédito vencido, em conjunto com as provisões para riscos gerais de crédito, a garantir uma cobertura de 133%. Ainda em 2001, foram abatidos cerca de 1.494 mil euros de créditos considerados incobráveis, mas totalmente provisionados.

No que concerne às áreas operativas e de organização merece relevo todo o processo de adaptação à introdução física do Euro, que decorreu com a devida antecipação e sem problemas.

Por fim, cabe registar que em 2001 foi realizada uma Operação Pública de Venda relativa a 14,484% do capital social do Banco detido pela Região, a que correspondeu a alienação de 1.503.218 acções. Esta operação foi bem sucedida permitindo, desta forma, o encaixe pretendido, a dispersão do capital e a admissão do Banco ao mercado de cotações da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

Apresentam-se seguidamente alguns dos indicadores mais relevantes da actividade do BCA:

	(Expresso em milhares de Euros)		
	2001	2000	Varição %
Activo Líquido	964.121	899.414	7,2%
Recursos de Clientes	785.057	686.732	14,3%
Crédito Concedido	683.057	559.898	22,0%
Capitais Próprios e Resultados	75.758	68.993	9,8%
Cash Flow de Exploração	15.149	10.852	39,6%
Resultado do Exercício	6.765	5.842	15,8%

2.2.3 - Companhia de Seguros Açoreana, S.A., O Trabalho - Companhia de Seguros, S.A., O Trabalho Vida - Companhia de Seguros, S.A.

O ano de 2001 ficou marcado de forma indelével pelos trágicos acontecimentos ocorridos em 11 de Setembro nos EUA e pelas consequências que daí, naturalmente, resultaram para a indústria seguradora a nível mundial.

Os enormes prejuízos em vidas humanas e bens materiais, de dimensão e impacto assustadores, conduziram a indústria seguradora à reavaliação das condições técnicas de previsão e tarifação dos diferentes riscos, ao encarecimento das condições de acesso aos capitais de resseguro e à indisponibilidade de capitais para determinadas coberturas, produzindo-se, assim, uma alteração profunda nas condições de funcionamento dos mercados.

No plano interno, após a absorção da Companhia de Seguros Oceânica ocorrida em 1999 e na sequência das aquisições da O Trabalho Vida - Companhia de Seguros, S.A. (TVCS) e O Trabalho - Companhia de Seguros, S.A. (TCS) ocorridas em 2000, prosseguiu o esforço de reestruturação, redimensionamento e modernização das seguradoras do Grupo, tendo em vista a total integração das operações e a fusão das três sociedades, tendo, em 27/12/2001, sido concretizada a fusão por incorporação da "Trabalho Vida" na Companhia de Seguros Açoreana, S.A. (CSA).

Para além do ambicioso programa de reestruturação e mudança organizacional em curso, foram eleitos também como vectores principais de desenvolvimento para 2001 a modernização tecnológica e melhoria dos níveis de produtividade, a melhoria dos padrões de qualidade e de serviço e, na perspectiva estratégica, o reforço da coesão e integridade estrutural dos sistemas e operativas das 3 Companhias.

No âmbito da modernização tecnológica e da melhoria dos níveis de produtividade, foram concluídas a implementação da leitura óptica por código de barras, bem

como a 1ª fase do projecto de *work flow* na área dos sinistros automóvel, tendo sido eliminada a circulação de papel nesta área; está em curso e em fase de testes o *work flow* da proposta de negócio de todos os ramos reais, o qual será posteriormente integrado na Açornet; foi adquirido e está em fase de implementação uma aplicação de gestão para as reconciliações bancárias; foi igualmente iniciado o levantamento e estudo de novas soluções na área da criação, impressão e expedição de documentos e encontra-se praticamente concluída a instalação da infraestrutura passiva única de comunicações de voz e dados em todos os escritórios das companhias.

Foi concluído o projecto ACC (análise de condutas comerciais), tendo sido analisados o atendimento nos vários escritórios e serviços centrais, o qual culminou na definição dos padrões de conduta e das atitudes a observar no atendimento.

Ao longo de 2001 prosseguiu a migração dos ficheiros e a conversão das aplicações e tabelas para Euros, bem como a adaptação de formulários e tarifas, tendo sido concluída a mudança para o EURO, dentro dos prazos previstos e com assinalável êxito.

Encontra-se em fase de testes pelos utilizadores a aplicação de *Datawarehouse* que corresponderá a uma importante melhoria na qualidade dos dados e sistemas de apoio à decisão.

Prosseguiu o desenvolvimento e a integração de soluções com a plataforma Segurnet tendo a CSA e a TCS participado em todos os projectos e iniciativas do sector nesta área.

Está em fase de conclusão, a migração do Segvida para o GIS, descontinuando-se a plataforma informática do Trabalho Vida.

No âmbito do *cross-selling*, importa destacar o importante esforço que nesta área todas as empresas do Grupo estão a desenvolver, no sentido de serem aproveitadas as redes de distribuição e as bases de Clientes comuns e conquistada a maior quota de valor dos mesmos, bem como a adesão dos agentes ao projecto de Assurfinance.

Os resultados do envolvimento da rede agenciária da CSA e TCS na venda de produtos de banca e *leasing* revelaram-se encorajadores. Aderiram ao projecto, na 1ª fase iniciada em Março de 2001, mais de 70 agentes, os quais promoveram a colocação de operações de crédito e *leasing* cujos montantes ultrapassaram os dois milhões de contos.

Em simultâneo, importa assinalar o incremento, com notável sucesso, da colocação de seguros por parte das redes comerciais do Banif e do BCA.

O processo de reestruturação, redimensionamento, racionalização e reposicionamento das companhias constituiu o principal eixo das acções desenvolvidas em 2001.

A modernização, redimensionamento e reabilitação física dos escritórios e serviços do Trabalho e Trabalho Vida traduziu-se num investimento global de aproximadamente 5 milhões de Euros. Foram objecto de remodelação quase todos os escritórios da TCS e os edifícios da Barbosa du Bocage, em Lisboa, e Rua da Conceição, no Porto. Foram libertos os edifícios da Av. 5 de Outubro (Trabalho Vida), Rua da S.A. udade, Dr. Alfredo Magalhães e Av. da Boavista, no Porto e um total de 24 Escritórios. Destes, 5 por encerramento e 19 por fusão. Foram objecto de remodelação 37 escritórios e adquiridos oito novos espaços.

A racionalização de meios traduziu-se no aproveitamento comum dos espaços, bem como na partilha de meios materiais, técnicos e tecnológicos. O processo de racionalização envolveu ainda a redução do número de efectivos das companhias ajustando-o à dimensão dos negócios. Este processo, que decorreu de forma serena e sem

sobressaltos, absorveu um custo global de cerca de 9.176 milhares de Euros, dos quais 5.624 milhares de Euros em 2001, custos que foram na sua totalidade absorvidos pelas contas de exploração das seguradoras do Grupo. Neste período deixaram de fazer parte do quadro das companhias 271 elementos e foram admitidos 66 novos colaboradores, no que constituiu um processo de rejuvenescimento muito importante.

Tendo em vista obter e captar o maior volume de sinergias, foram criadas estruturas comuns em todas as áreas de actuação, cuja capacidade de resposta e operação, num ambiente multicultural e espacialmente descontínuo, tem excedido as melhores expectativas.

Foram uniformizadas as políticas e critérios nas diferentes áreas da gestão e alinhados os procedimentos e metodologias de actuação. Foi concluída a harmonização e uniformização de produtos e tarifas. No caso da “Trabalho Vida” foi concluída a migração dos seus programas, tabelas e ficheiros para o sistema informático da CSA.

Todo este processo de intensa e profunda mudança organizacional foi monitorizado de forma sistemática, realizado de forma veloz e, sobretudo, procurando evitar danos colaterais na imagem das companhias.

Em termos consolidados, a produção do conjunto das seguradoras atingiu 208,3 milhões de Euros, dos quais 90,0 milhões de Euros nos Ramos Vida e 118,3 milhões de Euros nos Ramos Não Vida, correspondendo, respectivamente, a acréscimos de 17,3%, 31,4% e 8,5%.

Em termos de quota de mercado, esta evoluiu de 2,68% para 2,82%, em termos globais. Mas, se se considerar isoladamente os Ramos Não Vida, a quota de mercado era já de 3,69%, no final de 2001.

Em termos de resultados económicos, de salientar o excelente resultado conseguido pela Companhia de Seguros Açoreana de 5.045,7 milhares de Euros, mais 24,5% que o resultado obtido em 2000. Este resultado é particularmente significativo se considerarmos que o Exercício de 2001 foi fortemente penalizado pelos custos de reestruturação referidos.

A evolução do *cash-flow* operacional da Companhia de Seguros Açoreana reflecte, também, uma dinâmica de crescimento e melhoria da situação económica e financeira, tendo atingido o montante de 7.236,5 milhares de Euros. Em termos de solvabilidade, a margem de solvência e o Fundo de Garantia, calculados de acordo com o modelo em vigor, reflectem ter a Companhia de Seguros Açoreana uma capacidade excedentária para cumprir os seus compromissos futuros, evidenciando um grau de cobertura de 144,3%.

Numa óptica consolidada, o Activo Líquido situou-se nos 433,1 milhões de Euros (compara com o Activo Líquido de 403,3 milhões de Euros, obtido em 2000) e os Resultados Líquidos consolidados do Exercício atingiram o valor de 7.244,9 milhares de Euros, que supera em 58,4% o valor de 4.572,4 milhares de Euros de 2000. A expressão dos resultados alcançados, num ano fortemente influenciado por factores externos desfavoráveis, e num contexto de reestruturação e mudança empresarial, evidencia a capacidade intrínseca e sustentada de gerar resultados por parte deste agrupamento e é bem a tradução do excelente desempenho alcançado.

2.2.4 - Banif - Investimentos - SGPS, S.A.

A Sociedade desenvolveu a sua actividade em conformidade com o quadro legal das empresas *holding*, definido pelos Decretos-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, n.º 318/94, de 24 de Dezembro e n.º 378/98, de 27 de Novembro, centrando-se essencialmente no acompanhamento e apoio às empresas suas participadas.

No âmbito do processo de reestruturação estratégica do Grupo Banif, esta sociedade reforçou a sua participação na Companhia de Seguros Açoreana, S.A., passando a deter 52,31% do respectivo capital social, através de aquisição de 1.980.000 acções à sociedade Banif (Açores) - SGPS, S.A..

Na sequência da estratégia de internacionalização do Grupo, esta sociedade adquiriu, ainda, em 2001, 85% do Capital Social da Banif Securities Holdings, Ltd, no valor de USD 680.000, e 30% do Capital Social da Banif Information and Technology Holdings, Ltd, no valor de EUR 30.000.

Em cumprimento do estipulado nos contratos da promessa de compra e venda celebrados aquando da constituição do Banif - Banco de Investimento, S.A., foram alienadas 400.000 acções ao Banco Comercial dos Açores, S.A. e 600.000 acções ao Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd, representativas de 10% e 15%, respectivamente, do Capital Social daquela Instituição de Crédito, passando a participação directa da Banif - Investimentos, SGPS, S.A. nesta Instituição, a ser de 75%.

A Sociedade obteve, sem qualquer taxa remuneratória associada, financiamentos a título de suprimentos do seu accionista único, Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. no valor global de 40,9 milhões de Euros. Obteve, ainda, empréstimos do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd no valor de 27,2 milhões de Euros.

Por decisão da Assembleia Geral da Sociedade, em 2001, foram distribuídos dividendos relativos aos lucros do Exercício de 2000, no valor de aproximadamente 2,9 milhões de Euros.

A Sociedade não dispunha no final de 2001 de um quadro de pessoal próprio.

(Expresso em milhares de Euros)			
	2001	2000	Variação %
Activo Líquido	86.708	86.239	0,54
Capitais Próprios	13.341	14.603	- 8,64
Resultado do Exercício	1.631	3.225	- 49,43

2.2.5 - Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.

A produção global da Mundileasing em 2001 foi de 126,9 milhões de Euros, no total de 3.666 novos contratos, dos quais cerca de 115,7 milhões de Euros são referentes a *leasing* mobiliário e cerca de 11,2 milhões de Euros são relativos a *leasing* imobiliário, valores que, em relação ao ano anterior, representam um crescimento global de 14,6%.

O valor médio dos contratos situa-se, na locação mobiliária, em cerca de 32 mil Euros, representando, pois, uma boa dispersão do risco.

Cerca de 48% da produção referida teve origem nas redes de distribuição do Banif.

A Sociedade efectuou, durante o ano de 2001, quatro rollovers, no montante global de 43,5 milhões de Euros, na sequência da operação de securitização de activos ocorrida em Novembro de 1999 mas, não obstante esse facto, a carteira de crédito líquida, passou de 88,9 milhões de Euros, no final de 2000, para 121,8 milhões de Euros no final de 2001.

As provisões totais para riscos de crédito ascendiam, no final do ano, a 2.243 milhares de Euros, valor que representa cerca de 90% do crédito vencido, o que traduz uma adequada cobertura dos riscos de crédito.

O *Cash-Flow* gerado no Exercício foi de cerca de 2.323 mil Euros, valor que, em relação ao ano anterior, representa um crescimento de 44,6%.

A margem financeira cresceu de 2.099 mil Euros em 2000, para 2.797 mil Euros, em 2001 (um acréscimo de 33,3% no período referido).

A Sociedade encerrou o Exercício de 2001 com um Lucro Líquido de Impostos, de 748 mil Euros (+19,7% relativamente ao ano anterior).

No final do ano, o número de empregados da Mundileasing era de 37.

(Expresso em milhares de Euros)			
	2001	2000	Variação %
Activo Líquido	125.510	93.373	+ 34,42
Capitais Próprios	9.907	9.655	+ 2,61
Resultado Líquido	748	625	+ 19,68

2.2.6 - Mundicre - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.

A produção global da Mundicre em 2001 foi de 26,2 milhões de Euros, a que corresponderam 3.158 novos Contratos de Mútuo, valores que, em relação a 2000, se traduziram num aumento de 17,5%.

O valor médio dos contratos situa-se em cerca de 8.281 Euros, representando, pois, uma boa dispersão do risco.

A Sociedade efectuou, durante o ano de 2001, quatro rollovers, no montante global de 12,3 milhões de Euros, na sequência da operação de securitização de activos ocorrida em Novembro de 1999, tendo a carteira de crédito líquida, passado de 12,3 milhões de Euros, no final de 2000, para 20,9 milhões de Euros, no final de 2001.

As provisões totais para riscos de crédito ascendiam, no final do ano, a 1.050 milhares de Euros, valor que representava 73% do crédito vencido.

O *Cash-Flow* gerado no Exercício foi de cerca de 952 mil Euros, valor que em relação ao ano anterior representa um crescimento de 58,9%.

A margem financeira cresceu de 993 mil Euros, em 2000, para 1.487 mil Euros, em 2001. A Sociedade encerrou o Exercício de 2001 com um Lucro Líquido de Impostos de 255 mil Euros (+129,7% relativamente ao ano anterior).

No final do ano, o número de empregados da Mundicre era de 27.

(Expresso em milhares de Euros)			
	2001	2000	Variação %
Activo Líquido	21.248	12.830	+ 65,61
Capitais Próprios	4.030	3.795	+6,2
Resultado Líquido	255	111	+ 129,73

2.2.7 - Banif Imobiliária, S.A.

A Banif Imobiliária tem como missão a gestão dos imóveis não afectos à exploração, propriedade das sociedades do Grupo Banif, localizados no Continente, com o objectivo principal de proceder à sua venda, arrendamento ou valorização para posterior alienação ou arrendamento.

O valor dos imóveis sob gestão ascendia, em 31 de Dezembro de 2001, a 77 milhões de Euros compreendendo terrenos e prédios destinados à habitação, comércio e serviços, alguns dos quais arrendados.

Durante o ano de 2001, a Banif Imobiliária contratou vendas no montante de, aproximadamente, 18 milhões de Euros que proporcionarão, aos respectivos proprietários, mais valias de 2,7 milhões de Euros e negociou contratos de arrendamento que gerarão rendas anuais de cerca de 299 mil Euros, que traduzem um *yield* médio de 6,80%.

Ainda, durante o Exercício a sociedade desenvolveu intensa actividade no domínio da valorização dos imóveis de maior expressão financeira tendo, para o efeito, preparado os respectivos estudos e lançado os projectos de reabilitação dos seguintes imóveis: Edifício "O Trabalho", localizado na Figueira da Foz, propriedade da "O Trabalho" - Companhia de Seguros; Edifício "Templa", localizado no Barreiro, propriedade do Banif e Edifício "Ferragial", localizado em Lisboa, propriedade da Companhia de Seguros Açoreana.

	(Expresso em milhares de Euros)		
	2001	2000	Varição %
Activo Líquido	6.224	6.295	- 1,12
Capitais Próprios	1.267	1.249	1,45
Resultados do Exercício	18	42	-57,2

2.2.8 - BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E.

Durante o ano de 2001 a Banifserv orientou a sua acção no sentido do suporte tecnológico ao Grupo e à venda cruzada, procurando reposicionar-se estrategicamente nesse sentido, numa perspectiva de integração que se espera venha a produzir os seus resultados mais concretos, a curto prazo.

Como realização neste domínio, foi disponibilizado o portal do Grupo Banif, secundando a aposta na diversificação dos canais de distribuição, onde, a par das componentes de Banca Internet para particulares e para empresas, se possibilitou o acesso a toda a oferta das várias empresas do Grupo, e se apresenta ao Cliente uma visão integrada de todos os canais electrónicos disponíveis. O acesso do Cliente pode ser feito via Internet, telefone ou telemóvel. Complementarmente, é oferecido acesso a *sites* financeiros nacionais e internacionais e informação de carácter geral.

No que respeita à potenciação da venda cruzada, instalaram-se as aplicações e infra-estruturas de suporte à mesma, de acordo com as solicitações das empresas envolvidas; foi ainda definido e institucionalizado o conceito de Cliente de Grupo, tendo-se procedido à respectiva implementação técnica.

No capítulo mais estrito do suporte ao negócio bancário, procedeu-se à adaptação dos sistemas informáticos ao Euro, com renovação integral de alguns desses sistemas, citando-se, sem ser exaustivo, a prestação de serviços a clientes, a rescisão do uso de cheque e os cheques pré-datados. Foram, também, desenvolvidos novos produtos, como por exemplo a Conta Banif Triplus, Banifuturo, Poupança Banif 6 e Conta EuroInvestimento, e introduziram-se alterações significativas nas Contas Ordenado, Jovem e Conta Gestão de Tesouraria.

Adicionalmente, foram lançadas as bases de uma reflexão sobre a Plataforma de Suporte às Operações Bancárias e procedeu-se à adaptação ou renovação de alguns dos sistemas departamentais, nomeadamente do Imobilizado e Pessoal. Criaram-se também as bases de um sistema descentralizado de acesso à informação.

O ano de 2001 registou também progressos significativos no domínio do robustecimento de processos e da gestão e controlo da informação contabilística. Foram negociados, a nível de Grupo, contratos de *outsourcing* de actividades não *core business*, tais como a impressão e expedição de documentos, a produção de cheques e a manutenção dos sistemas de microinformática. Estes processos permitirão reduções de custos significativas e, espera-se, aumento da qualidade do serviço prestado.

No âmbito organizacional continuou-se, em 2001, o processo de reestruturação e implantação do A.C.E., nomeadamente por integração da ex-Direcção de Sistemas de Informação, do Banif, que foi extinta. Os quadros daquela Direcção transitaram, na sua generalidade, para a Banifserv, através da celebração de acordos de cedência.

Afectação dos Recursos da Banifserv

	Jan-01	Jun-01	Dez-01
Total de Recursos	60	56	61
Projectos Centrais	4	5	4
Projectos	14	8	12
Manutenção	7	8	7
Sistemas e Produção	21	23	24
Serviço a Clientes	7	7	10
Serviços de Suporte	7	5	4

Durante o ano em análise, a BanifServ apresentou proveitos de 6.494 milhares de Euros, sendo 2.843 milhares de Euros respeitantes à prestação de serviços às agrupadas, e o restante a trabalhos para o próprio A.C.E..

No que se refere aos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, verificou-se uma evolução no sentido da redução assinalável deste tipo de custos, passando de 2.837 milhares de Euros em 2000 para 1.733 milhares de Euros em 2001.

2.2.9 - Banco Banif Primus, S.A.

A actividade do Banco Banif Primus ao longo do ano de 2001 foi altamente influenciada pela conjuntura macroeconómica desfavorável vivida pelo Brasil. Os sucessivos choques adversos como a crise na Argentina, os atentados nos Estados Unidos e o racionamento de energia eléctrica, obrigaram o Banco Central do Brasil a adoptar uma política monetária restritiva, com elevação da taxa de juros interna de 15% para 19%, na tentativa de controlar a subida do dólar americano face ao Real e da taxa de inflação.

Foi este o cenário de contornos depressivos que influenciou todas as áreas de negócios do Banco com destaque para as actividades de *Corporate*, Mercado de Capitais e Corretora onde se assistiu à redução muito significativa do volume de transações fruto do comportamento registado nas bolsas a nível mundial.

A actividade de *Corporate Finance* para além dos seus clientes tradicionais tem procurado desenvolver a sua acção também junto de empresas portuguesas.

Assim, foram obtidos alguns mandatos de consultoria na área de fusões e aquisições bem como houve participação na assessoria a empresas, com vista à compra/venda de participações estratégicas e montagem de operações de financiamento para reestruturação de passivo como foi exemplo da Varig e da Vasp de respectivamente R\$156 e R\$98 milhões.

O Banco manteve-se activo na área de privatizações, apesar da escassez de operações, tendo-se apenas concretizado a privatização do Paraiban - Banco do Estado da Paraíba, no montante global de cerca de cerca de R\$80 milhões.

A actividade de Mercado de Capitais doméstico conseguiu originar, montar e coordenar a distribuição de um programa de emissão de *debentures* para a GAFISA, bem como participou também na originação de 3 operações de renda fixa para empresas brasileiras e portuguesas em conjunto com o Banif- Banco de Investimento, S.A. que montou e liderou a distribuição das mesmas.

A Tesouraria do Banco, embora beneficiada pelo aumento significativo de recursos disponíveis, consequência de 2 emissões de Credit Linked Notes totalizando EUR 20,75 milhões liderados pelo Banif-Banco de Investimento, S.A., apresentou uma *performance* negativa, condicionando ainda mais os resultados do Banco em 2001.

Para a Banif Primus Asset Management o ano de 2001 foi positivo, tendo apresentado um crescimento do património dos fundos sob gestão, fruto do desenvolvimento de uma acção comercial exclusiva para institucionais e da actividade de *Private Banking*, que, com 27 milhões de reais captados junto de Clientes particulares, responde por uma fatia cerca de 25% dos fundos.

Na sequência da reorganização efectuada a partir do 2º semestre do ano e das alterações produzidas na gestão do Banco, concentraram-se um conjunto de serviços no escritório de São Paulo, dando-se início à actividade de originação, montagem e distribuição de operações de *Trade Finance*. O Banco teve ainda necessidade de realizar investimentos significativos em sistemas informáticos e tecnologia, capazes de o preparar para a entrada em

funcionamento do SPB, novo sistema de pagamentos brasileiro.

(Expresso em R\$ 1.000)

(Contas Consolidadas)	31/12/2001	31/12/2000	%
Activo Líquido	274.513	545.964	-49,8%
Capitais Próprios	33.085	34.867	-5,1%
Resultado Líquido	(3.330)	2.952	-212,8%

2.2.10 - Banif - Banco de Investimento, S.A.

O Banif - Banco de Investimento, S.A. (“Banif Investimento”), que resultou da cisão da Ascor Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A., foi formalmente constituído em 15 de Dezembro de 2000, com um capital social de 20 milhões de Euros, tendo por objectivo principal autonomizar e dinamizar as actividades de Banca de Investimento do Grupo Banif, abrangendo assim as actividades de Corporate Finance, Personal Finance e Mercado de Capitais, e, ainda, as actividades de Gestão de Activos e Corretagem, através das subsidiárias Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Patrimónios - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., Banif Imo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif Ascor - Sociedade Corretora, S.A..

Procedeu-se, no decurso de 2001, à transferência gradual para o Banif Investimento da actividade do Grupo Banif na área da banca de investimento, tendo em vista oferecer aos Clientes deste Grupo um conjunto alargado de produtos e serviços especializados e com um significativo valor acrescentado.

Simultaneamente deu-se início à implementação de diversas medidas tendo em vista uma melhor coordenação da actividade do Banco e das suas sociedades instrumentais, preservando, no entanto, a sua independência funcional.

No decurso do ano foram também realizados investimentos significativos pelo Banif Investimento, nomeadamente em sistemas informáticos, instalações e organização, inerentes à criação de uma estrutura autónoma, embora integrada com as restantes entidades do Grupo Banif.

Por outro lado, deu-se ainda início à criação de uma estrutura comercial autónoma, no âmbito do Banif Investimento, tendo em vista dinamizar a venda dos seus produtos e serviços, quer através do apoio e acompanhamento das redes comerciais das restantes entidades do Grupo Banif, quer na angariação de novos Clientes.

Ao contrário do verificado em 31 de Dezembro de 2000, em que os valores de actividade evidenciados nas contas do Banif Investimento resultavam exclusivamente da corretagem desenvolvida pela Ascor - Dealer Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. até 15 de Dezembro desse ano, os valores evidenciados em 31 de Dezembro de 2001 reflectem apenas a actividade bancária desenvolvida pelo Banco em 2001, pelo que os valores, ao nível da demonstração de resultados, não são comparáveis entre si.

Neste contexto, no ano de 2001 e ao nível do Produto Bancário, a Margem Financeira do Banif Investimento ascendeu a cerca de 1.295,2 milhares de Euros, os Resultados Líquidos em Operações Financeiras a 1.110,4 milhares de Euros e as Comissões Líquidas a 478,1 milhares de Euros.

As contas do Banif - Banco de Investimento, S.A. evidenciavam, assim, em 31 de Dezembro de 2001, um lucro líquido individual de 78,1 milhares de Euros e um lucro líquido consolidado de 210,3 milhares de Euros, para um total de activos líquidos de 138,1 e 160,1 milhões de Euros, respectivamente.

(Expresso em milhares de Euros)

Banif Investimento (Individual)	2001	2000	Varição %
Activo Líquido	138.065,0	24.582,4	+461,6%
Capitais Próprios	20.756,6	22.285,2	-6,9%
Resultado do Exercício	78,1	1.785,2	-95,6%

(Expresso em milhares de Euros)

Banif Investimento (Consolidado)	2001	2000	Varição %
Activo Líquido	160.094,7	54.992,6	+191,1%
Capitais Próprios	20.932,4	22.326,7	-6,2%
Resultado do Exercício	210,3	1.832,0	-88,5%

No decurso do ano 2001, as actividades de Gestão de Activos e Corretagem foram desenvolvidas pelas sociedades instrumentais do Grupo para essas áreas de negócio, enquanto que as actividades de *Corporate Finance*, Mercado de Capitais e de *Personal Finance* foram já quase totalmente desenvolvidas pelo Banif Investimento.

2.2.10.1 - Corporate Finance

O ano de 2001 constituiu o primeiro ano completo de actividade do Banif Investimento, após a sua formal constituição em 15 de Dezembro de 2000, pelo que foi um ano de consolidação para a actividade que a Direcção de *Corporate Finance* vinha a desenvolver.

A Equipa de Trabalho da Direcção de *Corporate Finance* é actualmente composta por 7 elementos, repartidos por 3 áreas principais de actividade: Assessoria Financeira, Transacções de Mercado e Financiamentos Estruturados, estando assim dimensionada e vocacionada para dar resposta a qualquer tipo de solicitação de prestação de serviços financeiros a empresas ou outras entidades colectivas.

A Direcção de *Corporate Finance* em 2001, tal como em 2000, teve como principais linhas de orientação o envolvimento em operações de mercado de capitais e na prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira a diversas entidades nos mercados nacional e brasileiro, no âmbito da avaliação de projectos de investimento, de reestruturações financeiras, de fusões e aquisições, de alianças estratégicas e de privatizações, com ênfase na promoção e desenvolvimento de contactos comerciais em articulação com as diversas entidades do Grupo Banif.

No que respeita à área da consultoria financeira, merecem referência especial as avaliações efectuadas em 2001 à InterRéditus do Grupo Réditus, a assessoria prestada à Sociedade Águas da Cúria na avaliação da empresa e na identificação de um parceiro financeiro e a assessoria prestada ao Sport Lisboa e Benfica com vista à construção do novo estádio em “*Project Finance*”, para além de diversos trabalhos efectuados no âmbito da reestruturação do passivo financeiro de empresas nacionais.

Em 2001 foram organizados e montados pelo Banif Investimento financiamentos de médio e longo prazo para apoio ao investimento e programas de Papel Comercial num montante total de cerca de 60 milhões de Euros.

Nas operações de Mergers & Acquisitions S.A. lienta-se a actividade do Banif Investimento como consultor de vários grupos portugueses, na intermediação de aquisições de empresas dos sectores de Media, Águas e Sumos, Construção Civil e Tecnologias de Informação.

Apesar de se ter verificado no ano 2001 uma redução significativa dos volumes transaccionados nos mercados secundário de capitais, quando comparados com o ano de 2000, a área de *Corporate Finance* participou no Sindicato de Colocação da 4ª e última Fase de Privatização da Brisa - Autoestradas de Portugal, S.A. e na organização e liderança

da 4ª Fase de Privatização do Banco Comercial dos Açores, S.A., concretizada em Dezembro de 2001.

Perspectiva-se ainda para 2002 um crescimento significativo no que concerne ao envolvimento em operações de Securitização (*Asset backed Securities*) e Financiamentos Estruturados a empresas nacionais de grande dimensão, bem como no apoio a processos de internacionalização de empresas portuguesas, com destaque nos mercados da América Latina, tendo como principais objectivos a identificação de oportunidades de negócio, a procura de parceiros estratégicos locais e o apoio em matéria fiscal, numa óptica de desenvolvimento de operações de *cross-border* com o Banif Primus no Brasil.

Toda a orientação desta área em 2002 terá ainda por base a continuação de uma política sustentada de investimento e envolvimento em operações no mercado primário, sendo o seu objectivo a liderança e participação em alguns IPO's, bem como em Operações Públicas de Venda e Operações Públicas de Aquisição.

2.2.10.2 Mercado de Capitais

A actividade do Banif Investimento no mercado de capitais no ano de 2001 centrou-se na originação, montagem, colocação e *market-making* de operações de renda fixa, com especial ênfase em emissões de entidades brasileiras. Relativamente à Tesouraria, conforme estava previsto iniciou-se a actividade de trading da carteira de obrigações e consequentemente a implementação de uma política de financiamento de médio prazo.

No âmbito do mercado primário de capitais, durante o ano de 2001, o Banif Investimento esteve envolvido na estruturação e montagem de quatro *asset backed note programmes*, designadamente, para a Cabelte - Indústrias do Brasil, S.A. (Grupo Nelson Quintas), Brasturinvest - Investimentos Turísticos, S.A. (Grupo Pestana), OPP Finance Ltd (Grupo Odebrecht) e Trade Invest Limited (veículo de financiamento especializado na emissão de *trade related notes*) envolvendo um montante global de 680 milhões de Euros nas referidas quatro operações. As primeiras emissões realizadas ao abrigo desses programas ascenderam a cerca de 190 milhões de Euros.

Adicionalmente, o Banif Investimento participou em emissões de entidades brasileiras das quais se destacam a participação no sindicato da emissão da República Federativa do Brasil (9,50% Jan 2011) e da emissão de Eletropaulo Metropolitana (*Zero Coupon Dez 2002*), ambas com o estatuto de *co-manager*.

O Banco esteve igualmente activo na colocação de emissões para o Grupo Banif das quais se destacam: duas emissões de *Credit Linked Notes* indexadas ao risco de crédito do Brasil efectuadas pelo Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd., no total de 20,75 milhões de Euros; duas emissões de *Fixed Rate Notes* para o Banco Banif Primus, S.A. no montante global de 20 milhões de Euros e duas emissões de obrigações subordinadas, uma para o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., no valor global de 12,5 milhões de Euros e outra para o Banif - Banco de Investimento, S.A. no valor de 7,5 milhões de Euros. Este último emitiu em Outubro de 2001 um empréstimo obrigacionista de caixa no valor de 15 milhões de Euros, operação esta igualmente estruturada pela área do Mercado de Capitais.

Saliente-se ainda que o Banco reforçou a liderança nas Regiões Autónomas com duas operações de relevo: uma emissão de Notas do Governo Regional dos Açores, no montante global de 91,25 milhões de Euros, em que o Banif Investimento foi *co-manager*, tendo desempenhado um papel de destaque no sindicato a convite do *Credit Suisse First Boston* (líder da operação) e a assessoria financeira ao

Governo Regional da Madeira para o processo de selecção do *rating advisor*.

Por último, é de salientar que nas operações de mercado primário, o Banif Investimento tem privilegiado parcerias com Bancos brasileiros, designadamente o Banco Itaú Europa, S.A. e o *BB Securities* (Grupo Banco do Brasil), e bancos internacionais, designadamente o *Credit Suisse First Boston* e a *Schroder Salomon Smith Barney* do Grupo Citigroup, como forma de assegurar o envolvimento em operações de maior dimensão e reforçar a visibilidade do Banco no mercado.

O volume de transacções efectuadas em mercado secundário pelo Banif Investimento foi superior a 1,7 biliões de Euros (contra 0,5 biliões de Euros em 2000), destacando-se um volume de colocação de instrumentos de renda fixa no retalho do Grupo Banif de cerca de 65 milhões de Euros. Atendendo à importância desta base de Clientes de retalho, durante o ano de 2001, decidiu-se afectar recursos específicos para promover a actividade de comercialização de instrumentos de rendimento fixo.

No segmento institucional, o Banco esteve particularmente activo na colocação de renda fixa emitida por entidades brasileiras em Portugal, Espanha, Luxemburgo, Suíça e Brasil junto dos principais investidores institucionais e de unidades de *private banking* internacionais.

No que se refere a operações de derivativos e cambiais, o Banif Investimento realizou diversas operações cujo valor nominal total ascendeu a 100 milhões de Euros. Estas operações estiveram associadas a operações de mercado de capitais, não tendo envolvido qualquer risco financeiro para o balanço do Banco.

A carteira de obrigações do Banco foi constituída ao longo do ano, tendo atingido um valor global de 115 milhões de Euros, a 31 de Dezembro de 2001. No processo de criação desta carteira foram considerados aspectos, tais como, diversificação, liquidez, moeda e risco de crédito, por forma a atingir um perfil conservador de risco/retorno e um fluxo de rendimentos estáveis.

Paralelamente à criação da carteira de obrigações foi definida uma política de *funding* suportada nos princípios de optimização do custo de financiamento, de cobertura do risco cambial e de diversificação e estabilização das fontes de financiamento do Banif Investimento.

2.2.10.3 Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos foi desenvolvida através das sociedades instrumentais para esta área de negócio: Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Patrimónios - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., Banif Imo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. e Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.:

Banifundos Cisalpina

A dinamização da actividade e a alteração da imagem corporativa desta Sociedade, iniciada no ano de 2000, com a subscrição pela Cisalpina Gestioni de 30% do capital social e com o lançamento de 8 novos fundos de investimento mobiliário, prosseguiu em 2001, com especial ênfase nas vertentes do marketing financeiro, da gestão de investimentos, das técnicas de venda e dos programas de incentivos, tirando partido da comprovada experiência da Cisalpina Gestioni e dos seus accionistas estratégicos Bipop-Carire e Putnam Investments nestas áreas.

A Banifundos Cisalpina tem sob gestão um conjunto diversificado de fundos de investimento mobiliários, constituído por 5 fundos de acções (Banifundo Acções

Portugal, Banifundo Euro Acções, Banifundo Acções Brasil, Banifundo Oportunidades e Banifundo PPA), 1 fundo de tesouraria (Banifundo Euro Tesouraria), 3 fundos de obrigações (Banifundo Euro Obrigações, Banifundo Euro Renda Mensal e Banifundo Obrigações Mercados Emergentes) e 3 fundos de fundos (Banifundo Estratégia Conservadora, Banifundo Estratégia Equilibrada e Banifundo Estratégia Conservadora).

Em 31 de Dezembro de 2001, o volume de activos sob gestão ascendia a cerca de 90,7 milhões de Euros, o que representou um aumento de 11,9% relativamente ao volume atingido no final do exercício de 2000. De referir que no mesmo período, o total de activos sob gestão do sector de fundos de investimento mobiliário, decresceu de 21.558,1 para 21.266,4 milhões de Euros, o que se traduz uma redução de 1,4%, pelo que a Banifundos Cisalpina aumentou marginalmente a sua quota de mercado, que se cifrava, no final de 2001, em 0,43%.

Mais uma vez é de destacar o excelente desempenho do fundo Banifundo Euro Renda Mensal, com rentabilidade efectiva nos últimos 12 meses de 4,65%, e em 1º lugar no *ranking* da respectiva classe de fundos, e o fundo Banifundo Euro Tesouraria, com uma rentabilidade efectiva no mesmo período de 3,47%, e em 2º lugar no *ranking* dos fundos de tesouraria (Fonte: APFIN).

As comissões brutas geradas pela Sociedade em 2001 ascenderam a 1.017,0 milhares de Euros, um crescimento de 32,9% em relação aos 765,6 milhares de Euros obtidos em 2001, enquanto que as comissões líquidas evidenciam um ligeiro decréscimo de 2,2%, de 733,3 para 717,0 milhares de Euros, em resultado do substancial aumento dos custos de comercialização dos fundos sob gestão.

Por outro lado os gastos gerais administrativos em 2001 aumentaram cerca de 10,1% em relação ao ano anterior, ascendendo a 679,4 milhares de Euros, em linha com o acréscimo do volume de actividade da Sociedade

Neste contexto, em 2001, a Banifundos Cisalpina obteve um resultado líquido de 1,4 milhares de Euros, contra os 23,2 milhares de Euros obtidos em 2000, reflectindo não só os fortes investimentos realizados como também o referido aumento dos custos de comercialização.

(Expresso em milhares de Euros)

	2001	2000	Variação %
Activo Líquido	1.810,2	1.777,3	+ 1,8%
Capitais Próprios	1.644,7	1.643,3	+ 0,1%
Resultado do Exercício	1,4	23,2	- 93,8%

Banif Patrimónios

A actividade desta sociedade é a prestação de serviços de gestão de patrimónios para particulares e institucionais, em bases discricionária e participada.

Pelo segundo ano consecutivo verificaram-se condições de mercado extremamente adversas para este tipo de actividade, o que se reflectiu no volume de activos sob gestão, apesar da qualidade dos serviços prestados pela Banif Patrimónios.

Neste contexto a Banif Patrimónios terminou o ano com um volume total de activos sob gestão de cerca de 97,6 milhões de Euros (dos quais cerca de 10,7 milhões de Euros de 50 Clientes particulares), contra um total de activos sob gestão no final de 2000 de 124,7 milhões de Euros.

A exemplo do que já sucedia no final do ano 2000, parte significativa do volume de activos sob gestão no final de 2001 pertence a Clientes institucionais do Grupo Banif, na sequência da decisão de centralizar na Banif Patrimónios a actividade de gestão de activos mobiliários do Grupo.

O volume de comissões brutas cobradas no ano de 2001 ascendeu a 352,8 milhares de Euros, um decréscimo de

21,7% em relação ao valor de 450,3 milhares de Euros, obtido em 2000, enquanto que os gastos gerais administrativos evidenciaram igualmente um decréscimo de 21,7%, ascendendo a 278,0 milhares de Euros em 2001.

Os resultados líquidos da Banif Patrimónios ascenderam assim em 2001 a cerca de 0,9 milhares de Euros, inferiores aos 8,1 milhares de Euros obtidos em 2000.

(Expresso em milhares de Euros)

	2001	2000	Variação %
Activo Líquido	508,7	568,6	-10,5%
Capitais Próprios	415,9	414,9	+0,1%
Resultado do Exercício	0,9	8,1	-88,6%

Banif Açor Pensões

Na sequência da concretização, em 28 de Dezembro 2000 do processo de fusão por incorporação da SGM - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões Mundial, S.A. na Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e subsequente aumento do capital social e redenominação social desta sociedade para Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., durante ano de 2001 a Banif Açor Pensões desenvolveu, integrou e consolidou a sua estrutura de suporte operacional, tendo-se dotado dos instrumentos e suportes técnicos e comerciais necessários ao desenvolvimento regular da sua actividade.

Procedeu-se assim à mudança de suporte contabilístico da gestão, quer da sociedade, quer dos fundos, tendo sido possível obter todo um conjunto de indicadores de gestão que permitiram acompanhar com regularidade o desempenho da empresa e dos fundos de pensões sob sua gestão, o que permitiu actuar tempestivamente sobre as carteiras e as estratégias de investimento face à continua degradação dos mercados financeiros.

Para além dos dois fundos de pensões fechados que gere, o Fundo de Pensões Banif e o Fundo de Pensões BCA, a Banif Açor Pensões geriu e comercializou dois fundos abertos para particulares e empresas, o 'PPR/E Universal' e o 'Açor Seguro Empresas', que foram objecto de alteração das respectivas denominações comerciais para 'Previdência Privada, PPR/E' e 'Previdência Empresas, FP' em 19 de Novembro de 2001.

Foram assegurados pela Sociedade vários serviços no âmbito da gestão técnica e administrativa dos fundos sob gestão e foram efectuados alguns estudos e avaliações de responsabilidades com planos de reforma, para potenciais Clientes, bem como trabalhos de consultoria nesta área.

O âmbito de actuação da Sociedade foi alargado aos mercados do Continente e da Região Autónoma da Madeira, tendo sido obtido um mandato para a gestão do Fundo de Pensões do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, tendo ainda transitado em carteira para 2002 um conjunto de 7 mandatos, ainda em fase de negociação, que representarão cerca de 16 milhões de Euros de activos.

A Sociedade continuou a subcontratar a gestão financeira das carteiras de activos dos fundos à Banif Patrimónios, S.A., beneficiando, assim da sua *expertise* na gestão de investimentos e da associação a parceiros internacionais, tendo iniciado igualmente durante o ano de 2001 uma cooperação nesta área com o Grupo Edmond de Rothschild.

A Banif Açor Pensões terminou o ano de 2001 com um montante global de fundos sob gestão de 91,8 milhões de Euros, contra 84,1 milhões de Euros no final de 2000, ou seja um crescimento de 9,1%.

Em resultado da estratégia de investimento prosseguida, num contexto de mercado muito desfavorável e com estimativas de rentabilidades medianas negativas, a Banif Açor Pensões encerrou o exercício de 2001 com todos os

seus Fundos de Pensões a apresentarem rendibilidades anuais positivas e obteve uma das melhores rendibilidades na gestão de fundos de pensões abertos à participação de empresas, com uma rentabilidade anualizada em 2001 de 0,68% no Fundo 'Previdência Empresas, FP'. A rentabilidade dos fundos de pensões do Banif e do BCA foi de 1,66% e 0,97% respectivamente e do fundo aberto à participação de particulares 'Previdência Privada PPR/E' de 0,68%.

No que diz respeito ao processamento e pagamento de pensões, a Banif Açor Pensões atingiu em 2001 o montante global de 3,0 milhões de Euros, um crescimento de 38,8% relativamente ao valor de 2000.

Para 2002 prevê-se a expansão da actividade da Sociedade nos mercados do Continente e da Região Autónoma da Madeira e uma consolidação da posição na Região Autónoma dos Açores, continuando-se a privilegiar a oferta dos produtos e serviços da sociedade às médias empresas, potenciando assim as sinergias e o conhecimento deste sector por parte das restantes entidades do Grupo Banif.

O montante total dos proveitos no ano de 2001 ascendeu a 672 milhares de Euros, o que representou um crescimento de 67,5% relativamente ao valor obtido em 2000. De destacar o valor da prestação de serviços, o qual ascendeu a 358 milhares de Euros, evidenciando um crescimento de 56,4% face ao valor do ano anterior.

Ao nível dos custos operacionais, verificou-se um acréscimo de 29,3%, passando de 288 milhares de Euros, em 2000, para 372 milhares de Euros, em 2001, resultante do impacto para a totalidade do ano dos custos com a estrutura necessária ao desenvolvimento da actividade técnica e comercial da Sociedade, criada no exercício anterior.

Neste contexto, o Resultado Líquido obtido pela Banif Açor Pensões no ano 2001 ascendeu a 23,4 milhares de Euros.

(Expresso em milhares de Euros)

	2001	2000	Varição %
Activo Líquido	3.103,6	2.484,1	+ 24,9%
Capitais Próprios	2.429,0	2.405,7	+ 1,0%
Resultado do Exercício	23,4	6,0	+ 287,4%

Banif Imo

No decurso do ano de 2001, a Banif Imo arrancou com a sua actividade após a obtenção da autorização pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, para o início de actividade de dois fundos mobiliários: o Banif ImoGest - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado e o Banif ImoPredial - Fundo de investimento Imobiliário Aberto.

Os referidos fundos iniciaram a sua actividade em 23 de Abril (Banif ImoGest) e em 14 de Agosto (Banif ImoPredial), o que permitiu à Sociedade terminar o ano com um total de 20,8 milhões de Euros de activos líquidos sob gestão, beneficiando, por um lado, do crescente interesse dos subscritores face à instabilidade dos mercados mobiliários, e, por outro, da política de investimento assente numa dispersão geográfica, que permite ultrapassar o arrefecimento sentido no mercado imobiliário mais representativo do País - o de Lisboa.

No que respeita à actividade dos fundos, o Banif ImoGest realizou, integralmente, o capital previsto de cerca de 15 milhões de Euros no prazo estipulado pela CMVM., concluindo o ano com 15,3 milhões de Euros de activo global líquido e uma rentabilidade anualizada de 2,84%, encontrando-se a totalidade das suas disponibilidades adstritas a processos de investimento em curso. O Banif ImoPredial concluiu o ano com o valor líquido global sob gestão de 5,5 milhões de Euros e uma rentabilidade anualizada de 5,27%, o que o posiciona no quartil superior do mercado.

O ano de 2002 irá representar o exercício de afirmação da Banif Imo, beneficiando, em termos conjunturais, da instabilidade dos mercados bolsistas para atrair aforro para os fundos sob gestão e, em termos orgânicos, da continuidade de políticas de investimento funcionalmente e geograficamente dispersas, posicionando-se nos segmentos imobiliários em crescimento. Desta forma, além da previsível duplicação dos activos sob gestão, a sociedade deverá, com a sua política de investimento, concretizar os objectivos de rentabilidade dos fundos sob gestão, que presidiram à sua criação.

Já no final do ano de 2001 a Banif Imo procedeu ao aumento do seu Capital Social em 125 mil Euros, por entrada em dinheiro do accionista único Banif - Banco de Investimento, S.A..

Os proveitos, em 2001, ascenderam a 136,4 milhares de Euros, dos quais 128,9 milhares de Euros referentes a comissões, tendo o resultado líquido no ano sido de 1,7 milhares de Euros.

(Expresso em milhares de Euros)

	2001	2000	Varição %
Activo Líquido	558,5	383,7	+ 45,5%
Capitais Próprios	501,7	375,0	+33,8%
Resultado do Exercício	1,7	0,0	n.a.

2.2.10.4 Corretagem

Banif Ascor

A Banif Ascor desenvolve a actividade de corretagem no Grupo Banif desde 15 de Dezembro de 2000, na sequência da sua criação, em resultado da operação de cisão da Ascor Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A..

O primeiro ano de actividade foi caracterizado pela continuação do esforço de investimento iniciado no ano anterior ao nível dos sistemas de informação, com especial ênfase nos sistemas necessários à realização de operações nos principais mercados internacionais. Neste contexto, a partir de Julho foi possível já oferecer aos Clientes serviços de corretagem internacional nos principais mercados europeus (com destaque para Espanha e Alemanha).

Este esforço de investimento foi acompanhado de uma reestruturação interna e de uma dinamização e diversificação da actividade comercial, o que, com a contribuição da actividade de *research*, permitiu, por um lado, fazer uma melhor segmentação dos Clientes, com a consequente fidelização dos antigos Clientes e melhoria da qualidade do serviço prestado, e, por outro, traduziu-se na captação de novos Clientes nacionais e internacionais, entre os quais alguns dos maiores Bancos de investimento mundiais.

De destacar no primeiro semestre a abertura da Delegação de Ponta Delgada, com o objectivo de potenciar as acções de *cross-selling* com o Banco Comercial dos Açores, S.A., passando a sociedade a desenvolver as suas actividades comerciais próprias em 5 locais distintos: na sua Sede e junto à Agência do Banif da Rua do Ouro em Lisboa e nas Delegações do Porto, do Funchal e de Ponta Delgada.

Está previsto para o decurso de 2002 a oferta aos Clientes do Grupo Banif da corretagem nacional e internacional on-line.

Durante o ano de 2001, não obstante a acentuada diminuição do volume de negócios dos mercados bolsistas, a Banif Ascor angariou um volume bruto de comissões de cerca de 2,3 milhões de Euros. Deste valor cerca de 300 mil Euros (13%) dizem respeito a corretagens angariadas através de outras entidades do Grupo Banif.

A quota média de mercado obtida na actividade de corretagem no mercado nacional decresceu de 2,8% em 2000 para 2,3% no ano de 2001, reflexo da grande concorrência

existente no mercado, devida quer à sua expressiva contracção, quer à elevada concentração das operações efectuadas por institucionais pertencentes a outros grupos financeiros nas corretoras desses mesmos grupos. De referir que a quota de mercado da Banif Ascor relativa ao mês de Janeiro de 2002 ascendeu já a 3,8%.

Nesta conjuntura altamente desfavorável, a Banif Ascor encerrou o ano de 2001 com resultados líquidos positivos de 120 mil Euros, não sendo comparáveis com os obtidos em 2000, dado que estes reflectiram apenas a actividade dos últimos 15 dias do ano.

(Expresso em milhares de Euros)

	2001	2000	Variação %
Activo Líquido	21.470,1	29.672,2	-27,6%
Capitais Próprios	441,7	375,0	+37,3%
Resultado do Exercício	120,0	21,7	n.a.

3 - ANÁLISE DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 - Banco (Contas Individuais)

A análise dos documentos contabilísticos do Banco evidencia as seguintes características dominantes da actividade desenvolvida ao longo do Exercício de 2001 e dos respectivos resultados:

- Um crescimento sustentado do volume de negócios do Banco, com maior incidência no crescimento do Crédito sobre Clientes (+18,4%), do que no crescimento dos Recursos Totais de Clientes (+8,2%) e do Activo Líquido (+4,7%);
- Em face à evolução referida, o rácio de conversão de depósitos em crédito, registou um aumento significativo, atingindo os 128,6% no final de 2001 (contra 117,5% em 2000 e 105,7% em 1999). Este sucessivo aumento do referido rácio tem sido conseguido sem afectar a liquidez do Banco, devido às menores taxas de conversão evidenciadas pelas restantes unidades bancárias do Grupo Banif (BCA e Banif Cayman), e permitiu em 2001 alcançar uma Margem Financeira superior em 18,9% à registada em 2000, compensando largamente o efeito negativo do estreitamento das margens de intermediação financeira que se tem vindo a registar nos últimos anos.
- Em resultado da aquisição à Banif (Açores) SGPS, S.A. de 90% da participação que detinha no Banco Comercial dos Açores, operação já incluída no processo de reestruturação do Grupo Banif, os Fundos Próprios do Banco passaram de 271,3 milhões de Euros no final de 2000, para 248,5 milhões de Euros no final de 2001, um decréscimo de 8,4%. Como consequência, no final de 2001, o rácio de solvabilidade situou-se em 8,2% (9,2% sem o impacto da operação acima referida) inferior aos 9,8% registados no final de 2000.
- A progressiva redução do rácio de crédito vencido sobre crédito total, de 3,2% em 1999, para 2,2% em 2000 e finalmente para 1,9% em 2001, o que confirma mais uma vez os bons desempenhos verificados ao nível da recuperação do crédito vencido e de concessão de crédito novo, o qual vem registando níveis de incumprimento bastante inferiores à média da carteira, resultado de uma política de concessão de crédito que privilegia a qualidade e a gestão do risco.
- O razoável desempenho evidenciado pelo Banco ao nível da angariação de Comissões e Outros Proveitos que cresceram cerca de 7,7% em termos globais entre 2000 e 2001 e representam já cerca de 25% da Margem Bruta de Exploração.

- O abrandamento do crescimento dos Gastos Gerais Administrativos que apenas aumentaram 9,8% no ano de 2001, contra um crescimento de 23,5% no ano de 2000. S.A.lienta-se o reduzido crescimento de 5,4% dos Custos com o Pessoal especialmente tendo em conta o aumento das dotações efectuadas para o Fundo de Pensões do Banco e o reforço do quadro de pessoal resultante do crescimento da actividade. Os Outros Gastos Administrativos, em especial devido aos significativos encargos dispendidos em projectos de reestruturação e de reorganização já iniciados em anos anteriores e ainda a decorrer, apresentam um acréscimo mais expressivo de 17,7% relativamente ao ano anterior.
- Com a alienação das participações detidas pela Banif (Açores), SGPS, S.A. no Banco Comercial dos Açores e Companhia de Seguros Açoreana, houve necessidade de constituir, no final do ano de 2001, uma provisão para cobrir a depreciação financeira, no montante de 7,3 milhões de Euros, que reflecte a diferença entre o valor da participação financeira do Banco na Banif (Açores) SGPS, S.A., e o seu actual valor contabilístico. A constituição da referida provisão apenas afectou as contas individuais do Banco, pelo que, excluindo o impacto desta provisão, bem como da poupança fiscal associada, o Resultado Líquido do Banco seria de 16,8 milhões de Euros, a que corresponderia um crescimento de 26,3% relativamente ao ano de 2000.

3.1.1 - Balanço

O Activo Líquido do Banco ascendia, no final de 2001, a 4.728,6 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 4,7% relativamente ao ano anterior. A Sucursal Financeira Exterior apresenta por seu turno, um aumento do volume de negócios, com maior incidência para o Crédito sobre Clientes (+155,3%) do que nos Recursos Totais de Clientes (+9,23%), o que contribuiu muito favoravelmente para o desenvolvimento da actividade global do Banco.

A rubrica “Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais” apresentava, no final do ano, um valor de cerca de 138,5 milhões de Euros, registando um decréscimo de 25,1% face ao valor registado no final de 2000, sendo constituída na sua maior parte por depósitos à ordem pontuais, junto do Banco de Portugal, para fazer face às reservas legais de caixa. Por sua vez, a rubrica “Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito” evidenciava um saldo líquido de 123,3 milhões de Euros (+3,4% que o saldo verificado no final do ano anterior) e era constituída na sua maioria por valores a cobrar (107,3 milhões de Euros). A soma das duas rubricas anteriores baixou o seu peso na estrutura do Balanço do Banco, passando de 6,7% em 2000 para 5,5% em 2001.

No que se refere à rubrica “Outros Créditos sobre Instituições de Crédito” regista-se um decréscimo de 13,9% relativamente a 2000, totalizando 1.040,2 milhões de Euros. Esta rubrica é constituída em grande parte por aplicações interbancárias do Banco, junto da sua filial nas Ilhas Cayman, contendo ainda as aplicações do Banco em títulos de depósitos emitidos pelo Banco de Portugal e as restantes aplicações interbancárias efectuadas no âmbito dos mercados monetários. O seu peso no Activo Líquido do Banco era de 22,0% em 2001 (26,8% em 2000).

Por seu turno, a rubrica “Crédito sobre Clientes” apresentava no final de 2001, e tal com vem acontecendo ao longo dos últimos anos, um crescimento significativo que se cifra em termos de volume em 471,9 milhões de Euros (passando de 2.568,4 milhões de Euros no final de 2000 para 3.040,3 milhões de Euros no final de 2001), o que traduz um acréscimo percentual de 18,4%, tendo o peso desta rubrica no Activo Bruto do Banco aumentado para 62,6% no mesmo período (55,5% no final de 2000).

A estrutura comercial implantada no Banco, aliada à manutenção de apertados controlos sobre os riscos de crédito, tem favorecido o crescimento da Carteira de Crédito a ritmos bastante acelerados, mas ao mesmo tempo em bases sólidas e seguras, que se poderão confirmar nas melhorias apreciáveis registadas ao nível do risco médio de carteira e na segurança das operações e, consequentemente, na redução do número de novas situações de incumprimento.

Esta política selectiva e controlada, seguida nos últimos anos na outorga do crédito, juntamente com uma permanente actuação sobre o crédito vencido, permitiu que o peso deste último no total de Carteira de Crédito continuasse a sua evolução descendente, que se vem verificando nos últimos anos, passando em apenas 5 anos, de 7,2% no final de 1996 para 1,9% no final de 2001.

Por sua vez, as provisões para riscos específicos de crédito (incluindo crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, conforme definido no Aviso 3/95 do Banco de Portugal) elevavam-se, no final de 2001, a 40,5 milhões de Euros, o que representava 69% do total do crédito vencido (67,8%, no final de 2000).

As provisões para riscos específicos de crédito, adicionadas às provisões para riscos gerais de crédito totalizavam 72,5 milhões de Euros, no final de 2001 (65,3 milhões de Euros no final de 2000) e correspondiam a 2,38% da carteira total de Crédito a Clientes e a 123,6% do total do crédito vencido (113,9% no final de 2000).

Em termos económicos, as provisões constituídas para riscos de crédito cobrem integralmente, e mesmo com razoável folga, a parte irrecuperável do crédito vivo e vencido de clientes em incumprimento ou cuja situação económica e financeira deixa antever dificuldades na sua recuperação. Durante o ano procedeu-se ao abate ao balanço de créditos de muito difícil recuperação, ou mesmo irrecuperáveis, mediante a utilização de provisões, no montante de 15,1 milhões de Euros (17,5 milhões de Euros em 2000).

No que respeita à distribuição sectorial do crédito, á semelhança do que acontecera nos anos anteriores e também por força do crescimento das Carteiras de Crédito à Habitação, Crédito Pessoal e Conta de Gestão de Tesouraria, o crédito a “Particulares” volta a apresentar em 2001 um reforço significativo quer em montante (+257 milhões de Euros), quer ao nível do seu peso (43,8% em 2000 para 45,4% em 2001). O sector “Comércio, Restaurantes e Hotéis” apesar de ter apresentado um crescimento absoluto de 4,6 milhões de Euros reduziu o seu peso na distribuição sectorial do crédito para 16,7% no final de 2001 (19,6% no final de 2000). Por seu lado o sector “Serviços,” com um crescimento absoluto de 136 milhões de Euros, aumentou o seu peso na distribuição sectorial do crédito de 13,23% no final de 2000 para 15,7% no final de 2001.

Os sectores “Construção e Obras Públicas” e “Indústrias Transformadoras” evidenciam menores crescimentos em valor absoluto de, respectivamente, 14,4 milhões de Euros e 41,7 milhões de Euros, baixando, em consequência, os seus pesos na distribuição sectorial do crédito do Banco.

Distribuição Sectorial do Crédito

milhares de euros

	2000		2001	
	Valor	%	Valor	%
Comércio Restaurante e Hotéis	503.450	19,60%	508.092	16,71%
Indústrias Transformadoras	326.700	12,72%	368.483	12,12%
Serviços	339.890	13,23%	476.610	15,68%
Construção e Obras Públicas	196.160	7,64%	210.520	6,92%
Transportes e Comunicações	46.080	1,79%	47.736	1,57%
Particulares	1.123.880	43,76%	1.381.070	45,42%
Outros Sectores	32.230	1,25%	47.830	1,57%
Total	2.568.390	100,00%	3.040.341	100,00%

A rubrica “Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo” voltou a registar em termos globais um forte decréscimo relativamente ao final do ano anterior, que se situava no final de 2001 em - 47,3%, a que não foi alheia a consistente canalização de recursos para a actividade creditícia, em substituição de outras aplicações com menor remuneração.

O peso da referida rubrica “Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo” no Activo Líquido do Banco baixou de 1,9%, em 2000, para 0,75%, em 2001, com um total, líquido de provisões, de 35,5 milhões de Euros.

No entanto, a redução assinalada foi mais expressiva ao nível dos títulos de Emissores Públicos (-89,3%) do que nos Títulos de Outros Emissores (-31,9%), em resultado da melhor remuneração que estes últimos oferecem. face à volatilidade que o mercado de taxas fixas apresentou e à deteriorações dos riscos de crédito, o Banco optou por reduzir a sua carteira de obrigações.

O investimento do Banco nos mercados accionistas foi reduzido, com especial incidência para a carteira de acções de entidades não residentes (-41%), em virtude do comportamento dos mercados bolsistas nacionais e internacionais.

A rubrica “Partes de Capital em Empresas Coligadas” que regista, na sua quase totalidade, as participações directas do Banco nas sociedades do Grupo, sofreu em 2001 uma alteração substancial devido à aquisição de 62,65% do capital social do BCA à Banif (Açores)SGPS, S.A. e à aquisição de mais 15% do capital social do Banco Banif Primus, S.A., elevando-se a 90,4 milhões de Euros (48,2 milhões de Euros no final de 2000), representando esta rubrica, no final de 2001, cerca de 1,9% do Activo Líquido do Banco.

Ao nível das rubricas de Imobilizado (“Imobilizações Incorporáveis” e “Imobilizações Corpóreas”), verifica-se que, em termos globais, o seu valor, líquido de amortizações, apresentou um acréscimo de 11,3% relativamente a 2000, elevando-se a 118,1 milhões de Euros no final de 2001 (contra 106 milhões de Euros no final de 2000), enquanto o seu peso na estrutura do Balanço se manteve relativamente estável (2,5% em 2001 e 2,4 em 2000).

Em valores brutos, as aquisições para o Imobilizado do Banco elevaram-se a 24,6 milhões de Euros em 2001.

De salientar o elevado peso que os “Imóveis de Serviço Próprio”, em valores líquidos, apresentam no total de Imobilizado Corpóreo (77,8% no final de 2001, contra 85,1% no final de 2000).

O Rácio de Imobilizado do Banco (que inclui o Imobilizado Financeiro), determinado de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal, melhorou, passando de 78,1% no final de 2000 para 75,3 % no final de 2001.

A rubrica “Outros Activos”, em termos líquidos apresenta um decréscimo de 24,6% relativamente ao ano anterior, totalizando 126,1 milhões de Euros no final de 2001. Esta rubrica é constituída fundamentalmente por “Outras Imobilizações Financeiras” num total de 58,2 milhões de Euros (98,9 milhões de Euros no final de 2000), por “Imóveis não afectos ao Serviço”, num total de 33,2 milhões de Euros (29,4 milhões de Euros no final de 2000) e por “Devedores”, 30,5 milhões de Euros (38,9 milhões de Euros no final de 2000).

As Contas de Regularização Activas e Passivas apresentavam, no final de 2001, um saldo líquido credor de 3,7 milhões de Euros, e que reflecte uma redução substancial quando comparado com os 27,5 milhões de Euros registados em 2000. De realçar igualmente o peso reduzido destas rubricas no Activo Líquido e Passivo do Banco (0,9%, em ambos os lados do

balanço, em 2001 e 1,4% e 2,0% respectivamente, em 2000). Tal evolução é o resultado do trabalho desenvolvido internamente de verificação dos conteúdos desta rubrica e da regularização de movimentos internos em aberto que persistiam à data de encerramento das contas anuais de 2000, e que tal como se esperava não se reflectiram em custos ou a.c.e.r.tos à conta de exploração.

No que respeita ao Passivo do Banco, os Recursos Alheios ascendiam a 4.456,3 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 4,8% relativamente ao ano anterior, mantendo a cobertura de 94,2% do Activo Líquido também verificada em 2000.

A rubrica “Débitos para com Instituições de Crédito”, registou um modesto aumento de 3,8%, em 2001, mantendo o seu peso na estrutura do Balanço de 40,6% (41,0% em 2000). Esta rubrica é constituída, em grande parte, por aplicações da nossa filial nas Ilhas Cayman junto do Banco, pelo que, tal como nos anos anteriores, não se registou em 2001 um aumento do recurso aos mercados monetários interbancários, tendo o Banco mantido ao longo do ano uma reduzida utilização das linhas de crédito de que dispõe num apreciável número de Instituições de Crédito nacionais e estrangeiras.

Por outro lado, os recursos captados junto dos nossos Clientes (incluídos nas rubricas “Débitos para com Clientes” e “Débitos representados por Títulos”) evidenciaram em 2001 um crescimento sustentado, em resultado da transferência de aplicações em bolsa e em fundos de investimento de risco, por parte dos nossos Clientes, para depósitos e outros produtos de taxa fixa, decorrente do comportamento das taxas de juro ao longo do ano e da elevada volatilidade e quebra das cotações registada ao nível dos mercados accionistas, a partir da segunda metade de 2000.

Os Recursos Totais de Clientes aumentaram, entre o final de 2000 e o final de 2001, cerca de 8,2%, elevando-se a 2.364 milhões de Euros no final do ano em apreciação.

Para o aumento atrás referido, muito contribuíram os Depósitos à Ordem e de Poupança com crescimentos de, respectivamente, 24,6% e 20,6%, o que compensou o menor crescimento evidenciado pelos Depósitos a Prazo (+ 2,6% para 1.447,2 milhões de Euros no final de 2001). A rubrica “Débitos representados por Títulos” sofreu, em 2001 um decréscimo de 24%.

A crescer aos Depósitos de Clientes, o Banco apresentava, no final do ano, cerca de 112,4 milhões de Euros de “Passivos Subordinados”, um acréscimo de 12,5% resultante da emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 12,5 milhões de Euros realizada em Julho de 2001, que contam para os Fundos Próprios do Banco e que, por serem emitidas a prazos longos (prazo inicial de 10 anos, 2001-2011), permitem reforçar a estabilidade dos nossos recursos.

Os Capitais Próprios do Banco passaram de 237,2 milhões de Euros para 240,1 milhões de Euros, entre os finais de 2000 e 2001, o que corresponde a um crescimento de apenas 1,2%. O peso dos Capitais Próprios no total do Activo Líquido, em consequência do referido crescimento reduzido, passou de 5,3%, no final de 2000, para 5,1%, no final de 2001.

A relação Recursos Totais de Clientes/Capitais Próprios (9,6? em 2000 e 10,3? em 2001) continua a confirmar a forte solidez financeira do Banco.

Pelas razões atrás apresentadas, o Rácio de Solvabilidade (calculado de acordo com as instruções do Banco de Portugal), situou-se, no final de 2001, em 8,2%, ainda assim superior ao limite mínimo de 8%.

Evolução da Estrutura do Balanço Global

(em percentagem)

	2001	2000	VR %
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2,9	4,1	-25,1
Disponibilidades em Instituições de Crédito	2,6	2,6	3,4
Crédito sobre Instituições de Crédito	22,0	26,8	-13,9
Crédito a Clientes	63,4	56,0	18,6
Aplicações em Títulos	1,1	1,9	-41,9
Participações e Partes de Capital e empresas coligadas	1,9	1,1	84,6
Imobilizações Incorpóreas	0,2	0,1	552,3
Imobilizações Corpóreas	2,3	2,3	2,6
Ações Próprias	0,0	0,0	0,0
Outros activos	2,7	3,7	-24,6
Contas de regularização	0,9	1,4	-35,8
	100,0	100,0	4,7
	2001	2000	VR %
Débitos para com Instituições de Crédito 40,6 41,0 3,8	15,8	13,2	24,6
Débitos para Clientes à vista	32,7	33,0	3,6
Débitos representados por títulos	1,5	2,1	-24,0
Outros passivos	0,3	0,6	-36,4
Contas Regularização	0,9	2,0	-51,1
Passivos Subordinados	2,4	2,2	12,5
Provisões Diversas	0,7	0,6	22,1
Capitais Próprios e Resultados	5,1	5,3	1,2
	100,0	100,0	4,7

3.1 2 - Demonstração de Resultados

A diminuição das margens de intermediação financeira, ao longo do ano, sentida não só ao nível do Banco, mas também de todo o sistema bancário, afectou a Margem Financeira ainda que em menor grau que nos anos anteriores. No entanto, o crescimento mais acentuado do crédito relativamente às demais aplicações do Banco, associado ao aumento quase generalizado dos “spreads” de crédito a que se assistiu a partir do 2º semestre de 2001, permitiu contrariar aquele efeito e assegurar, mesmo, um apreciável acréscimo da Margem Financeira, que passou de 81 milhões de Euros para 96,3 milhões de Euros (+18,9%), entre 2000 e 2001.

O Produto Bancário do Banco (total dos proveitos líquidos de exploração) cresceu 17,3%, elevando-se a 131,9 milhões de Euros em 2001, contra 112,4 milhões de Euros em 2000.

Ao nível das restantes componentes do Produto Bancário, para além da Margem Financeira, merece especial destaque a evolução registada pelos Outros Proveitos (Comissões e Outros Proveitos de Exploração), que aumentam cerca de 7,7% entre 2000 e 2001 (29,6 milhões de Euros em 2000 e 31,9 milhões de Euros em 2001). Por seu turno, os Lucros Líquidos de Operações Financeiras, em 2001, apresentam uma forte crescimento relativamente ao valor registado no ano anterior, atingindo 3,7 milhões de Euros (+103,4% que em 2000).

A Margem Bruta de Exploração totalizava 127,6 milhões de Euros ou seja +17,6% que o valor apurado em 2000. A esta margem correspondem taxas de rentabilidade de 2,76% e 53,45%, respectivamente, do Activo Líquido e dos Capitais Próprios, a valores médios de 2000.

Conforme já assinalado, os Gastos Gerais Administrativos (rubrica que inclui Custos com o Pessoal e com Fornecimentos e Serviços de Terceiros) ascenderam a 76,2 milhões de Euros em 2001 contra 66,2 milhões de Euros em 2000, representando tal evolução um crescimento de 9,8%.

O rácio Gastos Gerais Administrativos/Margem Bruta de Exploração regista uma apreciável melhoria, reduzindo-se de 61,0% em 2000 para 56,9% em 2001, passando assim para um nível mais aceitável.

Em resultado do reforço do quadro de pessoal do Banco em 2001 (passando de 1.331 empregados no final de 2000 para 1.412 empregados no final de 2001), os Custos com o Pessoal registam um crescimento de apenas 5,4%, totalizando 44,7 milhões de Euros, tendo o custo médio por empregado descido de 31,9 mil Euros em 2000 para 31,7 mil Euros em 2001, o que traduz um decréscimo médio de 0,6%, a que não foi alheio o efeito da política de contratação de empregados jovens e de primeiro emprego.

A evolução, em 2000, da rubrica “Outros Gastos Administrativos” (Fornecimentos e Serviços de Terceiros) decorre das situações já referidas, apesar de se terem mantido, ao longo do ano, o rigoroso controlo de consumos, a racionalização dos custos e a permanente negociação dos preços com os nossos fornecedores, impostos pela gestão do Banco.

O seu montante ascende a 27,9 milhões de Euros (+17,7% que o valor registado em 2000).

A conjugação dos desempenhos atrás referidos levou à obtenção de um Cash Flow de Exploração de 54,9 milhões de Euros, valor este superior em 29,7% ao apurado em 2000 e ao qual correspondem taxas de remuneração de 1,19% e de 23,0%, (1,05% e 18,1% em 2000) respectivamente, do Activo Líquido e dos Capitais Próprios do Banco, a valores médios de 2001.

Enquanto as Dotações para Amortizações apresentam um crescimento de 36,7% (passando de 7,9 milhões de Euros em 2000 para 10,9 milhões de Euros em 2001) as Dotações para Provisões (líquidas de reposições), prudentemente avaliadas e dando cumprimento ao disposto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal, registam também um acréscimo significativo de 26,1%, ascendendo em 2001 a 29,2 milhões de Euros, valor este que se poderá considerar, ainda bastante elevado, já que representa mais de 50% do Cash Flow de Exploração do Banco (mais precisamente, 53,3% em 2001 embora abaixo dos 54,8% registados em 2000).

O Resultado do Exercício depois de impostos apresentou um decréscimo de 10,8%, fixando-se em 11,8 milhões de Euros, no ano de 2001 (13,2 milhões de Euros em 2000). Tal decréscimo resulta, como atrás se referiu, da constituição da provisão para depreciações financeiras de 7,3 milhões de Euros. Excluído o impacto da referida provisão constituída e da poupança fiscal associada (cerca de 2,3 milhões de Euros), o Resultado Líquido do Banco, seria de 16,8 milhões de Euros, a que corresponderia um crescimento de 26,3% relativamente ao ano de 2000.

Evolução das Principais Rubricas de Resultados (Contas Individuais)

	(Expresso em milhares de Euros)		
	2001	2000	Varição
Juros e Proveitos Equiparados	270.883	220.565	22,81%
Rendimento de Títulos	3.344	3.174	5,34%
Juros e Custos Equiparados (-)	177.928	142.768	24,63%
Margem Financeira	96.299	80.972	18,93%
Lucro Líquido de Operações Financeiras	3.700	1.819	103,40%
Outros Proveitos	31.870	29.586	7,72%
Outros Custos (-)	4.309	3.874	11,24%
Margem Bruta	127.560	108.503	17,56%
Custos C/ Pessoal (-)	44.722	42.421	5,42%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros (-)	27.912	23.725	17,65%
Cash Flow de Exploração	54.926	42.357	29,67%
Dotação Para Amortizações (-)	10.854	7.940	36,69%
Dotação Para Provisões (-)	36.819	29.295	25,68%
Reposição de Provisões	7.524	6.065	24,06%
Resultado de Exploração	14.777	11.186	32,10%
Resultado Líquidos Extraordinários	-754	2.825	-126,69%
Resultado antes de Impostos	14.023	14.011	0,08%
Provisão p/ Impostos sobre Lucros (-)	2.202	759	190,05%
Resultado Líq. Depois de Impostos	11.821	13.252	-10,80%

Grupo Banif (Contas Consolidadas)

Procedemos à consolidação das contas do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., na qualidade de empresa-mãe, com as empresas filiais e associadas, em obediência ao disposto no Decreto-lei n.º 36/92, de 28 de Março de 1992, e de acordo com as Instruções Técnicas de Consolidação de Contas do Banco de Portugal, fixadas ao abrigo do artigo 7º daquele diploma.

A análise dos documentos contabilísticos consolidados do Grupo Banif evidencia as seguintes características dominantes da actividade desenvolvida ao longo do Exercício de 2001 e dos respectivos resultados :

Um crescimento moderado do volume de negócios do Grupo Banif, sendo mais expressivo ao nível do Crédito Concedido (+18,7%) e do Activo Líquido (+24,7%), do que ao nível dos Recursos Totais de Clientes (+11,2%).

Em consequência, um reforço do rácio de conversão de depósitos em crédito de 93,5% em 2000 para 99,8% em 2001, o que permitiu contrariar os efeitos negativos para a Margem Financeira do Grupo Banif, resultantes do estreitamento das margens de intermediação financeira, tendo aquela registado mesmo um acréscimo de 17,8% entre 2000 e 2001.

A redução do peso do crédito vencido no crédito total do Grupo de 2,3% em 2000 para 1,9% em 2001, acompanhada de um significativo reforço das Provisões Totais para Riscos de Crédito, que no final do ano anterior representavam 112,8% do Crédito Vencido Total e no ano em apreciação representam 125,6% desse crédito.

A manutenção de uma adequada solidez financeira, traduzida num Rácio de Solvabilidade de 9,2%, no final de 2001, para o Grupo Banif, valor este que regista uma ligeira redução relativamente ao do final de 2000 de 10,3% mas que se apresenta bastante superior ao mínimo de 8% imposto pelo Banco de Portugal.

A evolução favorável registada pela generalidade dos indicadores de rendibilidade do Grupo, confirmada por um aumento do Resultado Líquido do Exercício de 18,2%, fixando-se em 20,1 milhões de Euros.

3.2.1 - Balanço Consolidado

Após exclusão, por consolidação de contas, das operações inter-empresas do Grupo Banif, fundamentalmente a nível das rubricas “Outros Créditos sobre Instituições de Créditos”, “Outros Activos” e “Débitos para com Instituições de Crédito”, chegamos a um total do Activo Líquido do Grupo Banif em 31 de Dezembro de 2001 de 5.710,9 milhões de Euros.

A rubrica que apresenta o maior peso no Activo Líquido do Grupo é “Crédito sobre Clientes”, líquida de provisões para riscos específicos de crédito, com 66,6%, tendo sido no entanto a rubrica “Crédito sobre Instituições de Crédito” a que maior crescimento registou (+90,3%). Em contrapartida, os Débitos para com Instituições de Crédito evidenciam um crescimento bastante expressivo de + 176,6% passando de uma quota de 9,9% para 21,9% do total do Balanço, em termos líquidos. No entanto, o endividamento líquido do Grupo Banif manteve-se a um nível reduzido (cerca de -185 milhões de Euros, considerando o saldo das operações activas e passivas com Instituições de Crédito).

Em termos brutos, os “Créditos sobre Clientes” ascendiam a 3.856,2 milhões de Euros, o que representa um valor superior ao registado pelo Banco em 816,2 milhões de Euros, decorrente da actividade creditícia desenvolvida pelo Banco Comercial dos Açores, com cerca de 691,1 milhões de Euros, sendo os restantes 124,9 milhões de Euros provenientes, em termos líquidos, das outras empresas do Grupo.

O total do crédito vencido do Grupo Banif manteve-se praticamente ao mesmo nível, com um ligeiro acréscimo de 0,5% no seu montante relativamente ao ano anterior,

cifrando-se em 74,5 milhões de Euros (representando 1,9% do total da Carteira de Crédito), sendo que, ao longo do ano, foram abatidos ao balanço créditos incobráveis ou de muito difícil recuperação, mediante utilização de provisões, no montante global de 17,4 milhões de Euros.

O Imobilizado Total Líquido (“Imobilizações Incorpóreas” e “Imobilizações Corpóreas”) do Grupo Banif elevava-se a 167,4 milhões de Euros (contra 160 milhões de Euros no final de 2000) e detinha um peso no total do Activo Líquido de 2,9%, o qual tem vindo a decrescer favoravelmente ao longo dos últimos anos. Por seu turno, o Rácio de Imobilizado, calculado em percentagem dos Fundos Próprios Consolidados do Grupo Banif regista uma melhoria, passando de 56,9% em 2000 para 52,5% em 2001.

As Contas de Regularização do Grupo Banif apresentavam um saldo líquido devedor de 20,2 milhões de Euros, representando as Activas 1,6% do Activo Líquido Consolidado e as Passivas 1,3% do mesmo (em 2000, representavam 2,3% e 3,5% respectivamente).

Os Recursos Totais de Clientes ascendiam no final de 2001, a 3.865 milhões de Euros, valor este que se mostra superior ao valor do Banco em 1.600,6 milhões de Euros, e que provêm, essencialmente dos contributos líquidos do Banco Comercial dos Açores, de 785 milhões de Euros e do Banif (Cayman) Ltd., de 687,5 milhões de Euros.

O valor global da Situação Líquida do Grupo Banif (incluindo Interesses Minoritários) elevava-se no final de 2001 a 285,3 milhões de Euros (contra 271,9 milhões de Euros no final de 2000), enquanto os Fundos Próprios, calculados conforme instruções do Banco de Portugal, se fixavam em 359,8 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 5,9% relativamente ao ano anterior.

Evolução da Estrutura do Balanço Consolidado

(em percentagem)

	2001	2000	VR %
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2,6	4,6	-29,5
Disponibilidades em Instituições de Crédito	2,8	2,2	55,7
Crédito sobre Instituições de Crédito	15,9	10,4	90,3
Crédito a Clientes	66,6	69,9	18,9
Aplicações em Títulos	4,9	4,2	44,1
Participações e Partes de Capital e empresas coligadas	0,7	0,7	26,1
Imobilizações Incorpóreas	0,4	0,3	50,7
Imobilizações Corpóreas	2,5	3,1	-0,5
Ações Próprias	0,0	0,0	0,0
Outros activos	1,6	1,8	12,9
Contas de regularização	1,6	2,3	-11,1
Diferenças de consolidação e equiv. Patrimoniais	0,3	0,4	-0,5
Interesses Minoritários		0,0	
	100,0	100,0	24,7
	2001	2000	VR %
Débitos para com Instituições de Crédito	21,9	9,9	176,6
Débitos para Clientes à vista	18,7	19,7	18,7
Débitos para Clientes a prazo	45,9	53,5	7,0
Débitos representados por títulos	3,1	2,7	39,7
Outros passivos	0,6	0,9	-22,4
Contas Regularização	1,3	3,5	-54,3
Passivos Subordinados	2,5	2,7	14,7
Provisões Diversas	0,8	0,8	22,0
Diferenças de consolidação e equiv. Patrimoniais	0,1	0,1	17,2
Capitais Próprios e Resultados	4,5	5,5	3,2
Interesses Minoritários	0,7	0,7	12,2
	100,0	100,0	24,7

3.2.2 - Demonstração Consolidada de Resultados

O forte crescimento da actividade creditícia, ao nível do Grupo Banif, que se registou em 2001, possibilitou uma evolução bastante positiva da Margem Financeira, que ascendia no final de 2001 a 131,0 milhões de Euros (+ 17,8% relativamente ao ano anterior).

Por seu turno, os Lucros Líquidos em Operações Financeiras, apesar das perturbações registadas ao longo do ano de 2001 nos mercados financeiros nacional e internacional e que se agravaram, com o “11 de Setembro”, atingiram os 5,5 milhões de Euros, um crescimento de 18,4% relativamente a 2000, em que haviam alcançado cerca de 4,6 milhões de Euros.

Os Outros Proveitos apresentam uma evolução menos positiva, situando-se apenas 2,8% acima do valor registado no ano anterior, com um valor de 52,6 milhões de Euros, afectados em especial pela redução das comissões provenientes das actividades de corretagem e de banca de investimentos, enquanto que os Outros Custos cresceram 13,6%, cifrando-se em 10,2 milhões de Euros.

Em resultado dos comportamentos atrás referidos, atingiu-se em 2001 uma Margem Bruta de Exploração de 178,8 milhões de Euros (+ 13,2% que em 2000).

Os Gastos Gerais Administrativos, bastante influenciados pelo moderado crescimento evidenciado pelo Banco, registam um crescimento de 7,8% relativamente ao ano anterior (ligeiramente inferior ao registado pelo Banco que foi de 9,8%), totalizando 109,8 milhões de Euros, tendo havido uma melhoria no rácio Gastos Gerais Administrativos/Margem Bruta de Exploração que passou de 64,5% em 2000 para 61,4% em 2001.

O Cash Flow de Exploração do Grupo Banif, com um crescimento de 23,0% relativamente a 2000, elevava-se a 69,0 milhões de Euros no final de 2001, a que correspondem taxas de rentabilidade de 1,34% e de 28,4% relativamente ao Activo Líquido e aos Capitais Próprios a valores médios de 2000.

O ligeiro decréscimo da Dotação para Provisões (líquida de reposições e anulações), verificado em 2001 (-5,4% relativamente ao ano anterior, com um montante total líquido de 27,7 milhões de Euros), conjugado com um crescimento da Dotação para Amortizações (+ 31,5% relativamente a 2000 num total de 18 milhões de Euros) levou a que o Resultado de Exploração do Grupo Banif se elevasse no final de 2001 a 28,1 milhões de Euros, ou seja, +73,1% que o mesmo resultado apurado no ano anterior.

Ao nível dos resultados extraordinários verificou-se a inversão do seu saldo líquido (de +8,2 milhões de Euros em 2000 para -0,4 milhões de Euros em 2001) em parte (cerca de 2,5 milhões de Euros) devido ao efeito da reclassificação contabilística de acordo com a Instrução n.º 9/2001 do Banco de Portugal, que passou a levar à rubrica de Outros Proveitos o valor das recuperações de créditos e juros abatidos ao Balanço e que até aí eram contabilizados em Ganhos Extraordinários.

A manutenção da carga fiscal que passou apenas de 20,5% em 2000 para 20,9% em 2001, permitiu que o Resultado Líquido Consolidado do Exercício evidenciasse um crescimento expressivo, relativamente ao ano anterior, que se eleva a 18,2%, fixando-se em 20,1 milhões de Euros no final de 2001.

Ao referido Resultado Consolidado correspondem taxas de rentabilidade de 0,39% e de 8,3% relativamente ao Activo Líquido e aos Capitais Próprios, a valores médios de 2001.

Análise Comparativa
Grupo Banif

Expresso em milhares de euros

			Variação
	2001	2000	%
Margem Financeira (Inc. Rend. Títulos)	131.018	111.218	17,80%
Lucros em Operações Financeiras (líq)	5.464	4.614	18,42%
Outros Proveitos (líq)	42.339	42.147	0,46%
Margem Bruta	178.821	157.979	13,19%
Gastos Gerais Administrativos	109.844	101.876	7,82%
Cash Flow	68.977	56.103	22,95%
Amortizações	17.967	13.660	31,53%
Provisões (líq)	27.652	29.243	-5,44%
Res emp. Filiais excluídas da consol.	4.774	3.053	56,37%
Resultado da Exploração	28.132	16.253	73,09%
Resultado do Exercício (depois de impostos)	20.081	16.991	18,19%

4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em resultado da actividade desenvolvida durante o ano de 2001, o Banco gerou um Resultado do Exercício, líquido de impostos, no montante de 11.821.430,83 Euros (Esc. 2.369.984.097\$00).

O Conselho de Administração S.A.lenta, no entanto, que o Resultado acima referido foi fortemente afectado pela provisão constituída nos termos do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, para fazer face à depreciação da participação financeira do Banco na Banif Açores, SGPS, S.A. no montante de 7.262.993,56 Euros (Esc. 1.456.099.474\$00) e que resulta das operações efectuadas no final do ano, no âmbito do processo de reestruturação em curso do Grupo Banif, conforme explicado no Relatório e Contas e respectivos anexos relativos ao Exercício de 2001. A referida provisão afectou exclusivamente as contas individuais do Banco pelo que não tem expressão ao nível das suas contas consolidadas.

Assim, considerando que:

- Os resultados de exploração corrente do Banco, excepto quanto ao efeito da provisão referida anteriormente, apresentam uma significativa melhoria evidenciada pelos principais raios de rentabilidade e de eficiência, conforme demonstrado na análise às contas efectuada no Relatório do Conselho de Administração;
- A dedicação e empenhamento da generalidade dos empregados do Banco e a sua contribuição para a formação dos resultados obtidos justificam a distribuição de uma gratificação a título de participação nos resultados, calculada com base nos critérios que o Conselho de Administração entender por mais convenientes na prossecução das políticas de pessoal do Banco,

o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos da alínea b) do nº 1 do Artº 376º do Código das Sociedades Comerciais e do Art.º 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de resultados:

	EUR	PTE
Para Reserva Legal	1.182.143,08	236.998.410\$00
Para Distribuição de Dividendos	9.000.000,00	1.804.338.000\$00
Para Distribuição pelos Empregados	922.776,11	185.000.000\$00
Para Outras Reservas	716.511,64	143.647.687\$00
	11.821.430,83	2.369.984.097\$00

(Dividendo de EUR 0,30 por acção)

5 - NOTA FINAL

Conforme já referido no Relatório de Gestão respeitante ao Exercício de 2000, em 23 de Fevereiro de 2001 foi cooptado para o Conselho de Administração o Senhor Dr. Artur de Jesus Marques, situação que foi objecto de ratificação na Assembleia Geral Anual de Accionistas realizada em 30 de Março de 2001.

Por carta de 20 de Novembro de 2001, o Senhor Dr. João Alberto Monarca Pires apresentou renúncia às funções de vogal suplente do Conselho Fiscal que desempenhava em representação de A. S.A. ntos J. Alves e Associados, SROC. Por comunicação desta sociedade de 6 de Dezembro de 2001, foi indicado em sua substituição o Senhor Dr. João Carlos Miguel Alves.

Ao terminar o seu Relatório sobre a actividade desenvolvida durante o Exercício de 2001, entende o Conselho de Administração exprimir ao Conselho Fiscal e ao Conselho Consultivo o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que aqueles órgãos do Banco em todas as circunstâncias lhe dispensaram.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2002.

O Conselho de Administração:

Horácio da Silva Roque - Presidente
 Joaquim Filipe Marques dos Santos - Vice-Presidente
 Carlos David Duarte de Almeida - Vice-Presidente
 Artur Manuel Pires Chambel
 António Manuel Rocha Moreira
 Artur Manuel da Silva Fernandes
 Manuel Isidoro Martins Vaz
 Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
 Artur de Jesus Marques

6 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

6.1.1 - BANCO

Balanço em 31 de Dezembro de 2001 (Contas Individuais)

(Expresso em milhares de Euros)

ACTIVO	2001/12/31			2000/12/31
	BRUTO	PROV. E AMORT.	LÍQUIDO	LÍQUIDO
1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	138 478		138 478	184 944
2. Dispon. à vista sobre Instituições de Crédito	123 276	14	123 262	119 217
3. Outros Créditos sobre Instituições de Crédito	1 040 183		1 040 183	1 208 706
4. Créditos sobre Clientes	3 040 341	40 564	2 999 777	2 529 338
5. Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo	35 560	29	35 531	67 292
a) De Emissores Públicos	1 939	17	1 922	17 937
b) De Outros Emissores	33 621	12	33 609	49 355
6. Acções e Outros Títulos de Rendimento Variável	19 424	5 086	14 338	18 567
7. Participações	2 258	560	1 698	1 699
8. Partes de Capital em Empresas Coligadas	97 670	7 263	90 407	48 206
9. Imobilizações Incorpóreas	24 665	13 641	11 024	1 690
10. Imobilizações Corpóreas	164 385	57 361	107 024	104 349
(Dos quais: Imóveis)	111 107	19 225	91 882	90 222
11. Acções Próprias ou partes de capital próprias				
12. Outros Activos	129 023	2 903	126 120	167 179
13. Contas de Regularização	40 764		40 764	63 476
14. Prejuízo do Exercício				
TOTAIS	4 856 027	127 421	4 728 606	4 514 663

(Expresso em milhares de Euros)

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	2001/12/31	2000/12/31
1. Passivos Eventuais	333 048	331 030
Dos quais:		
1.1. Aceites e Compromissos por Endossos de efeitos descontados		
1.2. Cauções e activos dados em garantia	15 413	15 413
2. Compromissos	624 847	639 898
Dos quais:		
2.1. Resultantes de operações de venda com opção de recompra		
TOTAIS	957 895	970 929

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

(Expresso em milhares de Euros)

PASSIVO	31/12/01	31/12/00
1. Débitos para com Instituições de Crédito	1 919 699	1 849 739
a) À Vista	746 524	65 005
b) A Prazo ou com Pré-Aviso	1 173 175	1 784 734
2. Débitos para com Clientes	2 292 496	2 091 477
a) Depósitos de Poupança	98 372	81 547
b) Outros Débitos	2 194 124	2 009 930
ba) À Vista	746 963	599 490
bb) A Prazo	1 447 161	1 410 440
3. Débitos representados por Títulos	71 384	93 935
a) Obrigações em circulação	17 500	29 988
b) Outros	53 884	63 947
4. Outros Passivos	15 902	24 994
5. Contas de Regularização	44 470	91 023
6. Provisões para Riscos e Encargos	32 117	26 277
b) Outras Provisões	32 117	26 277
7. Fundo para riscos bancários gerais	97	97
8. Passivos Subordinados	112 380	99 880
9. Capital Subscrito	150 000	150 000
10. Prémios de Emissão	58 214	58 214
11. Reservas	20 026	15 774
12. Resultados transitados		
13. Lucro do Exercício	11 821	13 252
TOTAIS	4 728 606	4 514 663

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2001
(Contas Individuais)

(Expresso em milhares de l

DÉBITO	31/12/01	31/12/00	CRÉDITO	31/12/01	31/12/00
1. Juros e Custos Equiparados	177 928	142 768	1. Juros e Proveitos Equiparados	270 883	220 565
2. Comissões	2 511	1 693	Dos quais:		
3. Prejuízos em Operações Financeiras	4 497	15 756	De Títulos de Rendimento Fixo	3 229	3 776
4. Gastos Gerais Administrativos	72 634	66 146	2. Rendimentos de Títulos	3 344	3 174
a) Custos com o Pessoal	44 722	42 421	a) Rendimento de Acções, de		
Dos quais:			Quotas e de Outros Títulos		
Salários e Vencimentos	33 489	31 786	de Rendimento Variável	34	101
Encargos Sociais	11 150	10 193	b) Rendimento de Participações	155	80
Dos quais:			c) Rendimento de Partes de Capital		
Com Pensões	1 873	1 722	em Empresas Coligadas	3 155	2 993
b) Outros Gastos Administrativos	27 912	23 725	3. Comissões	18 546	17 014
5. Amortizações do Exercício	10 854	7 941	4. Lucros em Operações Financeiras	8 197	17 575
6. Outros Custos de Exploração	830	795	5. Reposições e Anulações respeitante		
7. Provisões para Crédito Vencido e			a correcções de valor relativas a		
para Outros Riscos	29 556	29 269	Créditos e Provisões para Passivos		
8. Provisões p/Imobiliz. Financeiras	7 263	27	Eventuais e para Compromissos	7 524	6 065
9. Resultado da Actividade Corrente	15 745	12 572	6. Reposições e Anulações respeitante		
10. Perdas Extraordinárias	3 373	3 768	a correcções de valor relativas a		
11. Impostos sobre Lucros	2 202	759	Valores Mobiliários que tenham o		
12. Outros Impostos	968	1 386	carácter de Imobilizações Financeiras,		
13. Lucro do Exercício	11 821	13 252	a Participações e a Partes de Capital		
			em Empresas Coligadas		
			7. Outros Proveitos de Exploração	13 324	12 572
			8. Resultado da Actividade Corrente		
			9. Ganhos Extraordinários	2 619	6 593
			10. Prejuízo do Exercício		
TOTAIS	324 437	283 559	TOTAIS	324 437	283 559

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

6.1 - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONVERTIDOS EM EUROS

6.1.2 - Grupo Banif

Balanco Consolidado em 31 de Dezembro de 2001

(Expresso em milhares de Euros)

ACTIVO	2001/12/31			2000/12/31
	BRUTO	PROV. E AMORT.	LÍQUIDO	LÍQUIDO
1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	149 100		149 100	211 433
2. Dispon. à vista sobre Instituições de Crédito	158 889	15	158 874	102 068
3. Outros Créditos sobre Instituições de Crédito	908 440		908 440	477 360
4. Créditos sobre Clientes	3 856 150	50 360	3 805 790	3 200 816
5. Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo	230 250	2 996	227 254	144 173
a) De Emissores Públicos	49 782	380	49 402	73 674
b) De Outros Emissores	179 628	2 616	177 012	70 499
c) Títulos próprios	840		840	
6. Acções e Outros Títulos de Rendimento Variável	58 604	7 491	51 113	39 368
7. Partes de Capital em Empresas Associadas				
8. Partes de Capital em Empresas Filiais Excluídas da Consolidação	35 211		35 211	30 144
9. Outras Participações Financeiras	3 410	611	2 799	9 693
10. Imobilizações Incorpóreas	44 557	20 674	23 883	15 853
11. Imobilizações Corpóreas (Dos quais: Imóveis)	223 436	79 951	143 485	144 240
(Dos quais: Imóveis)	143 514	23 630	119 884	117 829
12. Diferenças de Reavaliação-Equiv.Patrimonial	25	7	18	106
13. Diferenças de Consolidação	25 644	6 926	18 718	18 726
14. Capital Subscrito não Realizado				
15. Acções Próprias				
16. Outros Activos	96 329	4 060	92 269	81 761
17. Contas de Regularização	93 923		93 923	105 655
18. Prejuízo Consolidado do Exercício			0	
19. Interesses Minoritários				
TOTAIS	5 883 968	173 091	5 710 877	4 581 396

(Expresso em milhares de Euros)

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	2001/12/31	2000/12/31
1. Garantias Prestadas e Passivos Eventuais	515 434	477 035
Dos quais:		
1.1. Aceites e Endossos		
1.2. Garantias e Avals	515 434	461 621
1.3. Outros		15 413
2. Compromissos	731 139	743 133
Dos quais:		
2.1. Resultantes de operações de venda com opção de recompra		
TOTAIS	1 246 573	1 220 168

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

(Expresso em milhares de Euros)

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	31/12/01	31/12/00
1. Débitos para com Instituições de Crédito	1 251 511	452 520
a) À Vista	701 180	34 477
b) A Prazo ou com Pré-Aviso	550 331	418 043
2. Débitos para com Clientes	3 689 252	3 350 793
a) Depósitos de Poupança	150 348	131 521
b) Débitos à Vista	1 069 263	901 105
c) Débitos a Prazo	2 469 641	2 318 167
3. Débitos representados por Títulos	175 238	125 432
a) Obrigações em Circulação	120 858	78 875
b) Outros	54 380	46 557
4. Outros Passivos	32 419	41 758
5. Contas de Regularização	73 736	161 431
6. Diferenças de Reavaliação-Equiv.Patrimonial	2 837	1 703
7. Diferenças de Consolidação	4 914	4 910
8. Provisões para Riscos e Encargos	41 389	33 641
a) Provisões p/Pensões e encargos similares		
b) Outras Provisões	41 389	33 641
9. Fundo para Riscos Bancários Gerais	2 186	2 071
10. Passivos Subordinados	141 120	122 998
11. Capital Subscrito	150 000	150 000
12. Prémios de Emissão	58 214	58 214
13. Reservas	26 466	22 041
14. Reservas de Reavaliação	1 940	1 891
15. Resultados Transitados	2 108	1 607
16. Interesses minoritários	37 466	33 394
17. Lucro Consolidado do Exercício	20 081	16 991
TOTAIS	5 710 877	4 581 396

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

Demonstração Consolidada de Resultados do Exercício de 2001

(Expresso em milhares de Euros)

DÉBITO			CRÉDITO		
	31/12/01	31/12/00		31/12/01	31/12/00
1. Juros e Custos Equiparados	203 692	133 020	1. Juros e Proveitos Equiparados	333 672	243 276
2. Comissões	4 929	3 276	2. Rendimentos de Títulos	1 038	959
3. Prejuízos em Operações Financeiras	104 115	32 554	3. Comissões	29 277	30 708
4. Gastos Gerais Administrativos	109 844	101 876	4. Lucros com Operações Financeiras	109 579	37 168
4.1. Custos com o Pessoal	70 472	68 051			
4.2. Outros Custos Administrativos	39 372	33 825			
5. Amortizações do Exercício	17 967	13 660	5. Reposições e Anulações de Provisões	14 790	14 280
6. Outros Custos de Exploração	3 299	3 419	6. Resultados em Empresas Associadas e em Filiais excluídas da consolidação	4 822	3 053
7. Provisões para Crédito Vencido e para Outros Riscos	42 442	43 496	7. Outros Proveitos de Exploração	23 322	20 470
8. Provisões p/Imobiliz. Financeiras		27	8. Ganhos Extraordinários	4 166	12 511
9. Perdas Extraordinárias	4 555	4 277	9. Interesses minoritários	577	
10. Impostos sobre Lucros	5 313	4 386	10. Prejuízo Consolidado do Exercício		
11. Outros Impostos	2 032	2 336			
12. Resultados em Empresas Associadas e em Filiais excluídas da consolidação	48				
13. Interesses minoritários	2 926	3 110			
14. Lucro Consolidado do Exercício	20 081	16 991			
TOTAIS	521 243	362 427	TOTAIS	521 243	362 427

DIREÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - BANIF GLOBAL

(Expresso em milhares de euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA DENOMINAÇÃO	VALOR NOMINAL EUR	VAL. MÉDIO AQUISIÇÃO EUR	VALOR COTAÇÃO EUR	VALOR BALANÇO EUR
A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO						554 025,20
Valores de rendimento variável						554 025,20
Emitidos por residentes.....						
BPI-SGPS	87 766	EUR	87 766,00	2,26	198 351,16	198 351,16
BRISA	35 860	EUR	35 860,00	4,85	173 921,00	173 921,00
PT MULTIMÉDIA	6 000	EUR	30 000,00	7,80	46 800,00	46 800,00
PORTUGAL TELECOM	10 000	EUR	50 000,00	8,75	87 500,00	87 500,00
SONAE SGPS	58 584	EUR	292 334,16	0,81	47 453,04	47 453,04
B. TÍTULOS - INVESTIMENTO						54 429 218,04
Títulos de rendto. fixo - de emissores públicos						1 938 677,31
De dívida pública portuguesa.....						
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos						1 162 101,54
OTMP/97 V.23/02/2007		EUR	491 828,00	111,73%	534 125,21	549 511,50
OTMP/97 V.23/03/2002		EUR	610 301,00	100,36%	611 277,48	612 487,09
OTMP/98 V.23/06/2008		EUR	100,00	102,95%	102,77	102,95
De outros emissores públicos nacionais.....						
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						776 575,77
AÇORES 96/06		EUR	748 196,85	100,00%	749 468,78	748 196,85
AÇORES 92/05		EUR	28 331,72	100,17%	28 280,72	28 378,92
De emissores públicos estrangeiros.....						
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						
Títulos de rendto. fixo - de outros emissores						33 620 515,51
Emitidos por residentes.....						12 066 416,53
- A curto prazo.....						4 248 076,64
Papel Comercial						4 248 076,64
COMINTUR 78ª EMISSÃO	8	PTE	399 038	49 879,79	399 038,32	399 038,32
COMINTUR 79ª EMISSÃO	8	PTE	399 038	49 879,79	399 038,32	399 038,32
EUROGÉ'S	950 000	EUR	950 000	1,00	950 000,00	950 000,00
LISGRÁFICA 19ª EMISSÃO	2 500 000	EUR	2 500 000	1,00	2 500 000,00	2 500 000,00
- A médio e longo prazo.....						7 818 339,90
MUNDICENTER/97 venc. 26/03/2004		PTE	497 296,52	100,00%	497 296,52	497 285,41
PETROGAL/96 2ª VENC. 04/12/2003		EUR	349 158,00	100,00%	349 088,17	349 158,00
SALVADOR CAETANO VENC 6/01/2004		EUR	562 500,00	100,00%	562 500,00	562 500,00
SECIL/CMP/95/2005 VENC. 01/03/2005		EUR	448 918,11	100,00%	448 873,22	448 918,11
PORTUCEL 99/04		EUR	750 000,00	99,83%	747 374,99	748 693,95
SONAE IMOBILIARIA 98/05		EUR	473 843,04	99,56%	473 843,04	471 771,37
EDIFER 98/03		PTE	89 783,62	99,95%	89 693,84	89 736,92
METRO 95/07		PTE	99 759,58	100,00%	99 759,58	99 759,58
BNC 99/03		EUR	250 000,00	100,00%	249 500,00	250 000,00
CEMG/97 1ª V.15/02/2002		EUR	1 496 393,69	100,00%	1 491 904,51	1 496 393,69
CEMG/98 V. 30/11/2003		EUR	1 296 874,00	100,00%	1 294 020,88	1 296 874,00
IMOLOC/98 A) VENC.28/04/2003		PTE	430 213,19	100,00%	430 213,19	430 213,19
PARTEST 98/08		EUR	498 797,90	100,00%	496 303,91	498 797,90
BANCO ALVES RIBEIRO 99/04		EUR	250 000,00	100,00%	250 000,00	250 000,00
PETROGAL 94/04		EUR	238 625,00	99,93%	238 625,00	238 454,16
CARRIS 98/05		EUR	89 783,62	100,00%	89 783,62	89 783,62
Emitidos por não residentes.....						21 554 098,98

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - BANIF GLOBAL

(Expresso em milhares de euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA DENOMINAÇÃO	VALOR NOMINAL EUR	VAL. MÉDIO AQUISIÇÃO EUR	VALOR COTAÇÃO EUR	VALOR BALANÇO EUR
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						21 554 098,98
BEAR STEARNS 1998/2003		PTE	803 064,62	99,99%	803 064,62	802 947,41
MORGAN 1997/2007		PTE	349 158,53	100,00%	373 075,89	349 158,53
HIPO-BANK 97/07		PTE	1 246 994,75	100,00%	1 246 994,75	1 246 994,75
OBRIG. CAIXA SUBORD. BANIF-CAYMAN 98/08		USD	17 020 310,90	1,00	17 020 310,90	17 020 310,90
OBRIG. GOLDEN STATES HOLDINGS 2003		USD	1 134 687,39	1,00	1 134 687,39	1 134 687,39
OBRIGAÇÕES MANNESMANN 4,875%		EUR	1 000 000,00	1,00	1 010 000,00	1 000 000,00
Valores de rendimento variável						18 870 025,21
Emitidos por residentes.....						5 579 497,97
- Acções.....						5 579 497,97
BEIRA VOUGA ACÇÕES ORDINARIAS	20 317	PTE	101 381,83	4,99	9 627,37	101 342,87
BEIRA VOUGA PREFERENCIAIS SEM VOTO	21 500	PTE	107 285,00	4,99	10 187,95	107 241,55
GESTENAVE	700	PTE	3 493,00	49,88	0,00	34 915,47
GRANDE HOTEL CALDAS DE FELGUEIRA	50 300	PTE	250 997,00	3,66	184 255,94	184 255,94
IMOVALOR	19 890	PTE	99 251,10	14,12	311 522,23	280 766,85
REAL COMPANHIA SEGUROS	12 698	PTE	63 363,02	17,96	43 975,13	228 014,49
RENDIMO	97 000	PTE	484 030,00	4,41	334 721,17	427 388,33
RICARDO GALLO	195 000	EUR	973 050,00	9,20	1 794 000,00	1 794 000,00
COMP.PORTUGUESA TRAB. PORTUARIOS	357 626	EUR	357 626,00	0,97	146 626,66	347 846,69
MACEDO & COELHO	188	EUR	938,12	0,33	62,04	62,04
TERTIR 94	61 547	PTE	307 735,00	4,99	132 326,05	306 995,13
INAPA	101 880	EUR	509 400,00	5,65	480 873,60	575 179,73
SEMAPA	87 811	PTE	87 811,00	4,42	416 224,14	388 273,34
EDP	1 175	EUR	1 175,00	2,90	2 867,00	3 411,90
BRISA	360	EUR	360,00	4,80	1 713,60	1 727,00
GRÃO PARÁ	115 000	PTE	573 617,58	6,94	592 250,00	798 076,64
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						7 475 000,00
- Fundos.....						7 475 000,00
BANIFUNDO ESTRATÉGIA EQUILIBRADA	30 000	EUR	150 000,00	5,00	123 894	150 000
BANIFUNDO ESTRATÉGIA AGRESSIVA	15 000	EUR	75 000,00	5,00	46 403	75 000
BANIFUNDO ESTRATÉGIA CONSERVADORA	50 000	EUR	250 000,00	5,00	244 345	250 000
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1 000 000	EUR	5 000 000,00	5,00	2 922 200	5 000 000
BANIFUNDO OBRG. MERCADOS EMERGENTES	250 000	EUR	1 250 000,00	5,00	1 321 025	1 250 000
BANIFUNDO OPORTUNIDADES	150 000	EUR	750 000,00	5,00	157 095	750 000
Emitidos por não residentes.....						5 815 527,24
- Acções.....						2 449 597,95
EBBOKERS	40 900	EUR	40 900,00	8,54	121 064,00	349 210,04
TELE NORTE CELULAR PART.-ADR	42	USD	42,00	56,55	1 089,44	2 375,06
COMP. PARANAENSE DE ENERGIA	6 700	USD	6 700,00	18,45	59 678,88	123 590,15
TELEFONICA DATA BRASIL- ADR	89	USD	89,00	0,00	973,56	0,00
EBBOKERS	10 000	USD	10 000,00	6,80	29 501,87	67 980,46
K FORCE	5 000	USD	5 000,00	7,84	35 685,92	39 218,77
TELE LESTE CELULAR PART.-ADR	42	USD	42,00	56,48	974,58	2 372,22
PETROLEO BRASILEIRO	9 280	USD	9 280,00	30,79	234 076,09	285 731,31
TELE SUDESTE CELULAR -ADR	449	USD	449,00	34,61	6 419,38	15 538,98
TELE NORTE LESTE PART-ADR	8 862	USD	8 862,00	21,32	157 169,02	188 965,22
TELECOM S.PAULO	2 245	USD	2 245,00	20,99	33 625,33	47 126,40
USINAS SIDERUGICAS	11 950	USD	11 950,00	12,39	33 898,79	148 012,88
BRASIL TELECOM PART. -ADR	420	USD	420,00	86,14	19 768,07	36 180,62
INRANGE TECHNOLOGIES CL B	9 700	USD	9 700,00	40,04	135 929,88	388 415,18
TELESP	840	USD	840,00	36,50	8 826,05	30 662,51
TELEMIG CELULAR PART. ADR	105	USD	105,00	88,38	4 482,13	9 279,81
TELE CELULAR SUL PART.- ADR	210	USD	210,00	36,18	3 895,95	7 597,36
BRASIL DISTR PAO ACU-SP ADR	2 700	USD	2 700,00	41,70	67 400,43	112 589,36
TELE CENTRO OESTE CEL-ADR	700	USD	700,00	17,12	5 559,97	11 984,35
TELE NORDESTE CEL. PART.-ADR	105	USD	105,00	57,43	3 358,62	6 030,10
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES ADR	8 350	USD	8 350,00	19,27	39 414,56	160 941,59
GLOBO CABO ADR	17 250	USD	17 250,00	6,53	68 702,48	112 617,27
SIDERUGIA BELGO MINEIRA	850 000	BRL	850 000,00	0,10	60 921,37	87 136,73
ITAUSA INVESTIMENTOS	50 000	BRL	50 000,00	0,98	53 019,94	48 866,30
UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS	3 000 000	BRL	3 000 000,00	0,03	74 765,32	78 958,17
GLOBO CABO - PREF	100 000	BRL	1 000,00	0,39	39 581,70	38 604,38
EMPRESA BRAS DE AERONA- PREF	9 000	BRL	90,00	5,51	58 053,17	49 609,07
TELE NORDESTE CELULAR-CM RCT	2 298	BRL	2 298,00	0,00	4,72	3,66

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - BANIF GLOBAL

(Expresso em milhares de euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA DENOMINAÇÃO	VALOR NOMINAL EUR	VAL. MÉDIO AQUISIÇÃO EUR	VALOR COTAÇÃO EUR	VALOR BALANÇO EUR
-A médio e longo prazo						3 365 929,29
ATLANTIS CERTIFICATES		EUR	3 365 929,29	0,95	3 365 929,29	3 365 929,29
C. TÍTULOS A VENCIMENTO						
De emissores públicos						
De dívida pública portuguesa						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
De outros emissores públicos nacionais						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
De emissores públicos estrangeiros.....						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
De outros emissores						
Emitidos por residentes						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
Emitidos por não residentes						
- Por organismos financeiros internacionais.....						
- Por outros não residentes.....						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS						158 139 758,65
Participações						158 139 758,65
- Em instituições de crédito no País.....						
- Em instituições de crédito no Estrangeiro.....						
- Em outras empresas no País.....						82 315 837,15
AMBELIS	400	PTE		49,88	19 223,87	19 951,92
B.V.L.P.SA	36 645	EUR		0,80	36 645,00	29 354,26
BANIF AÇORES SGPS	4 513 500	PTE		5,10	15 757 975,90	23 020 969,46
BANIF-INVESTIMENTOS SGPS,SA	1 750 000	PTE		4,99	8 728 963,20	8 728 963,20
BCA	6 502 483	EUR		7,29	47 377 069,67	47 377 069,67
CABO TV MADEIRENSE S.A.	87 860	PTE		5,74	1 257 146,26	503 980,41
CENTRO DE EMP. INOVAÇÃO DA MADEIRA,LDA	800	PTE		4,99	5 620,06	3 990,38
FINANGEST	526	EUR		1 017,55	3 460,89	535 230,10
MARGUEIRA - Soc.Gest.Fundos Imobiliarios,SA	811	PTE		4,99	4 122,11	4 045,25
S.I.B.S - Soc. Interbancaria de Serviços, SA	34 479	PTE		3,96	204 656,83	136 438,08
SUBLOC - Locação de Submarinos , SA	2 500	EUR		10,00	24 210,65	25 000,00
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA	16 085	PTE		15,94	1 203 474,63	256 390,79
VIA LITORAL SA	4 750	EUR		155,39	711 692,50	738 110,00
BANIF FINANCIAL SERVICES INC	371 000	USD		1,13	420 969,02	420 969,02
VISA	1	PTE		14 963,94	14 963,94	14 963,94
RENDIMO SOC.IMOBILIARIA SA		PTE				1 612,78
IMOLOC INV. IMOBILIARIO SA CONSORCIO		PTE				498 797,90
- Em outras empresas no Estrangeiro.....						18 131 930,96
S.W.I.F.T.	10	BEF	9 813,78	981,66	13 655,77	9 816,63
BANIF BRASIL LDA	30 000	BRL	17 311,09	0,49	15 292,14	14 659,89
BANIF PRIMUS		BRL				18 107 454,43
Outras Participações Financeiras						57 691 990,55
- Financiamentos a Título de Suprimentos						
BANIF INVESTIMENTOS SGPS SA		PTE				10 393 353,91
BANIFSERV - EMP SER. SIST.TEC.INF.ACE		PTE				15 861 773,13
BANIF INVESTIMENTOS SGPS SA		USD				30 546 238,51
VIA LITORAL		EUR				890 625,00
TOTAL						213 123 001,88

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - GRUPO BANIF

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA	VALOR NOMINAL EUR	VAL. MÉDIO AQUISIÇÃO EUR	VALOR COTAÇÃO EUR	VALOR BALANÇO EUR
		DENOMINAÇÃO				
A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO						554 025,20
Valores de rendimento variável						554 025,20
Emitidos por residentes.....						
BPI-SGPS	87 766	EUR	87 766,00	2,26	198 351,16	198 351,16
BRISA	35 860	EUR	35 860,00	4,85	173 921,00	173 921,00
PT MULTIMÉDIA	6 000	EUR	30 000,00	7,80	46 800,00	46 800,00
PORTUGAL TELECOM	10 000	EUR	50 000,00	8,75	87 500,00	87 500,00
SONAE SGPS	58 584	EUR	292 334,16	0,81	47 453,04	47 453,04
B. TÍTULOS - INVESTIMENTO						288 301 240,73
Títulos de rendto. fixo - de emissores públicos						49 782 689,92
De dívida pública portuguesa.....						
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						17 295 009,26
OTMP/97 V.23/02/2007		EUR	5 704 267,00	110,01%	6 194 833,96	6 275 459,15
OTMP/97 V.23/03/2002		EUR	5 598 280,00	100,49%	5 607 237,25	5 625 535,67
OTMP/98 V.23/06/2008		EUR	100,00	102,95%	102,77	102,95
OTMP/98 V.23/09/2013		EUR	5 078 080,00	106,22%	5 212 069,69	5 393 911,49
De outros emissores públicos nacionais.....						
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						3 966 738,68
AÇORES 96/06		EUR	1 745 792,64	100,00%	1 748 760,48	1 745 792,64
AÇORES 92/05		EUR	227 850,88	99,08%	227 440,75	225 754,45
AÇORES 93/05		EUR	1 995 191,59	100,00%	2 014 345,43	1 995 191,59
De emissores públicos estrangeiros.....						28 520 941,98
- A curto prazo.....						21 359 864,52
NOTAS BANCO CENTRAL	11 200	BRL	7 353 375,61	100%	7 353 375,61	7 353 375,61
LETRAS TESOURO NACIONAL	12 981	BRL	5 471 238,79	100%	5 459 945,03	5 471 238,79
NOTAS TESOURO NACIONAL	8 396	BRL	8 507 310,47	100%	8 507 310,47	8 507 310,47
DIVIDAS CERTIFICADO PRIVATIZAÇÃO	103 273	BRL	12 578,94	100%	12 578,94	12 578,94
DIVIDAS ELETROBRAS	70	BRL	9 796,75	100%	9 796,75	9 796,75
DIVIDAS SIDERBRAS	10	BRL	5 563,96	100%	5 563,96	5 563,96
- A médio e longo prazos.....						7 161 077,46
REP. BRASIL 6,625% 21/05/02	1 415 000	NLG	642 099,10	100,22%	643 062,15	643 511,62
REP. BRASIL 6,625% 21/05/02	10 870 000	FRF	1 657 120,82	100,02%	1 657 120,82	1 657 452,24
REP. BRASIL 8,625% 03/03/03		EUR	4 728 000,00	101,58%	4 716 180,00	4 802 702,40
REP. BRASIL 9,5% 29/07/02		EUR	56 000,00	102,52%	57 120,00	57 411,20
Títulos de rendto. fixo - de outros emissores						175 433 506,42
Emitidos por residentes.....						25 656 776,17
- A curto prazo.....						7 698 798,10
Papel Comercial						
COMINTUR 78ª EMISSÃO	8	PTE	399 038	49 879,79	399 038,32	399 038,32
COMINTUR 79ª EMISSÃO	8	PTE	399 038	49 879,79	399 038,32	399 038,32
EUROGÉ'S	650 721	EUR	650 721	1,00	650 721,46	650 721,46
LISGRÁFICA 19ª EMISSÃO	3 750 000	EUR	3 750 000	1,00	3 750 000,00	3 750 000,00
EDA 18ª EM.	2 500 000	EUR	2 500 000	1,00	2 500 000,00	2 500 000,00
- Outros Títulos						
- A médio e longo prazo.....						17 957 978,08
MUNDICENTER/97 venc. 26/03/2004		PTE	996 086,52	100,00%	996 094,42	996 083,31
PETROGAL/96 2ª VENC. 04/12/2003		EUR	349 158,00	100,00%	349 088,17	349 158,00
SALVADOR CAETANO VENC 6/01/2004		EUR	562 500,00	100,00%	562 500,00	562 500,00
SECIL/CMP/95/2005 VENC. 01/03/2005		EUR	448 918,11	100,00%	448 873,22	448 918,11
PORTUCEL 99/04		EUR	750 000,00	99,83%	747 374,99	748 693,95
SONAE IMOBILIARIA 98/05		EUR	473 843,04	99,56%	473 843,04	471 771,37
EDIFER 98/03		PTE	89 783,62	99,95%	89 693,84	89 736,92
METRO 95/07		PTE	99 759,58	100,00%	99 759,58	99 759,58
BNC 99/03		EUR	500 000,00	100,00%	499 000,00	500 000,00
CEMG/97 1ª V.15/02/2002		EUR	2 493 989,48	100,00%	2 486 507,51	2 493 931,62
CEMG/98 V. 30/11/2003		EUR	2 294 469,79	100,00%	2 289 421,96	2 294 469,79
IMOLOC/98 A) VENC.28/04/2003		PTE	682 729,34	100,00%	682 729,34	682 702,13
PARTEST 98/08		EUR	498 797,90	100,00%	496 303,91	498 797,90
BANCO ALVES RIBEIRO 99/04		EUR	440 000,00	100,00%	440 000,00	440 000,00
PETROGAL 94/04		EUR	737 422,90	99,98%	736 175,91	737 252,06

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - GRUPO BANIF

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA DENOMINAÇÃO	VALOR NOMINAL EUR	VAL. MÉDIO AQUISIÇÃO EUR	VALOR COTAÇÃO EUR	VALOR BALANÇO EUR
CARRIS 98/05		EUR	89 783,62	100,00%	89 783,62	89 783,62
BANCO FINANTIA 97/02		EUR	1 246 994,74	99,98%	1 243 752,55	1 246 692,97
EDP 96/06 22ª EMISSÃO		EUR	309 254,70	100,00%	307 399,17	309 254,70
PETROGAL 96/03 1ª EMISSÃO		EUR	249 398,95	100,00%	249 149,55	249 398,95
PETROGAL 96/03 2ª EMISSÃO		EUR	523 488,39	100,00%	523 383,69	523 488,39
SONAE IND. 98/03 C/WARRANTS		EUR	24 870,06	100,00%	24 472,14	24 870,06
MODELO CONTINENTE 95/03		EUR	249 398,95	100,00%	248 775,45	249 398,95
FNACINVEST/91		EUR	387 615,85	100,00%	0,00	387 615,85
COBRE/87 -SÉRIE A		EUR	24 939,89	100,00%	0,00	24 939,89
AGERG		EUR	24 939,89	100,00%	0,00	24 939,89
TOPINVEST		EUR	2 493 989,50	100,00%	2 493 989,50	2 493 989,50
TOPINVEST		EUR	748 196,85	100,00%	748 196,85	748 196,85
EDP 21ª EMISSÃO		EUR	1 664,00	66,69%	1 109,56	1 109,77
CCCA MUTUO 12/2003		PTE	498,80	99,08%	494,01	494,20
BCPN 06/2004		EUR	148 142,00	99,50%	148 142,00	147 403,75
CPP ZERO 06/2049		EUR	36 497,04	61,99%	22 628,16	22 626,00
-Outros						
OBRIG. BANIF CAYMAN-BRAZIL LINKED NOTES		EUR	0,00	0,00%	0,00	0,00
Emitidos por não residentes.....						149 776 730,25
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						113 915 851,78
OBRIG. GOLDEN STATES HOLDINGS 2003		USD	1 134 687,39	100,00%	1 134 687,39	1 134 687,39
OBRIGAÇÕES MANNESMANN 4,875%		EUR	1 000 000,00	100,00%	1 010 000,00	1 000 000,00
LEHMAN 06/2004		EUR	2 000 000,00	100,02%	2 004 000,00	2 000 304,98
GMAC 02/2004		EUR	3 000 000,00	99,69%	2 941 374,09	2 990 550,12
BEAR STEARNS 04/2005		EUR	3 000 000,00	99,40%	2 976 000,00	2 981 863,99
CAF 01/2003		DEM	1 278 229,70	100,70%	1 293 824,11	1 287 237,35
GROUPE 09/2003		EUR	2 500 000,00	99,89%	2 493 750,00	2 497 136,76
CABELTE 02/2002		EUR	4 568 000,00	100,38%	4 572 568,00	4 585 293,13
GOLMAN 10/2005		EUR	4 500 000,00	99,62%	4 464 000,00	4 482 965,01
REPSOL 08/2003		EUR	2 000 000,00	99,86%	1 964 000,00	1 997 184,67
FORD 03/2003		USD	2 836 718,48	99,34%	2 779 984,11	2 817 874,39
SALOMON 02/2004		EUR	2 500 000,00	99,86%	2 500 000,00	2 496 577,62
LIGHT 10/2005		USD	1 361 624,87	100,00%	1 361 624,87	1 361 624,87
LIGHT 10/2005		USD	1 418 359,24	100,00%	1 418 359,24	1 418 359,25
DONALDSON 05/2005		USD	3 404 062,18	100,48%	3 415 295,59	3 420 400,54
ITAU EUROPA 11/2003		EUR	2 485 000,00	99,79%	2 478 787,50	2 479 804,93
BRITISH 02/2003		EUR	2 359 000,00	100,18%	2 366 077,00	2 363 143,31
RENAULT 07/2004		EUR	2 000 000,00	99,68%	1 985 000,00	1 993 574,50
MBNA 11/2003		USD	2 836 718,48	99,06%	2 805 514,58	2 810 065,34
BLADEX 11/2002		USD	2 836 718,48	100,07%	2 832 463,41	2 838 815,94
SYNNVX 07/2003		EUR	2 000 000,00	99,96%	1 999 000,00	1 999 133,28
PINAULT 07/2004		EUR	2 500 000,00	99,91%	2 495 000,00	2 497 831,18
SONERA 08/2002		EUR	2 650 000,00	99,02%	2 623 500,00	2 623 956,88
CEMG 03/2006		EUR	2 500 000,00	99,69%	2 492 500,00	2 492 368,29
ALCATEL 09/2003		EUR	2 150 000,00	98,22%	2 074 750,00	2 111 724,47
FRANCE TELECOM 11/2003		EUR	2 500 000,00	99,83%	2 470 000,00	2 495 840,53
PHILIPS 07/2004		EUR	3 000 000,00	99,69%	3 003 000,00	2 990 767,02
COUNTRYWIDE 09/2005		USD	2 836 718,48	99,39%	2 814 024,74	2 819 415,71
DT 08/2003		EUR	2 500 000,00	99,91%	2 490 000,00	2 497 648,74
GMAC 08/2004		EUR	2 000 000,00	99,87%	1 950 000,00	1 997 433,96
HERTZ 08/2004		USD	2 836 718,48	100,06%	2 666 515,38	2 838 320,43
MORGAN STANLEY 04/2003		EUR	1 200 000,00	100,00%	1 200 000,00	1 200 000,00
RODIA 07/2002		EUR	2 500 000,00	100,00%	2 500 000,00	2 500 000,00
DVB 06/2003		USD	2 836 718,48	99,24%	2 808 351,30	2 815 056,46
TOY 02/2004		EUR	2 500 000,00	102,13%	2 487 500,00	2 553 234,67
BCPN 05/2006		EUR	2 500 000,00	99,72%	2 490 000,00	2 492 889,84
BPIN 05/2006		EUR	2 500 000,00	99,76%	2 493 750,00	2 494 028,98
TELEFO 10/2004		EUR	2 500 000,00	99,89%	2 505 000,00	2 497 337,33
ICI 01/2002		USD	3 256 552,82	100,15%	3 276 092,14	3 261 437,44
TRADE INVEST 12/2002		USD	4 538 749,57	100,00%	4 538 749,57	4 538 749,57
P. TELECOM 02/2005		EUR	2 500 000,00	99,73%	2 495 000,00	2 493 273,52
TYC 11/2004		EUR	2 500 000,00	99,70%	2 453 250,00	2 492 528,36
AT&T 11/2003		EUR	2 500 000,00	99,85%	2 496 500,00	2 496 271,60
BAVB 12/2006		EUR	2 500 000,00	99,82%	2 495 500,00	2 495 509,96
F. TELECOM 05/2003		EUR	2 500 000,00	99,74%	2 498 750,00	2 493 426,36
RIO BRANCO		EUR	600 000,00	100,00%	600 000,00	600 000,00
BRASIL FAST FOOD		USD	37 500,00	4,54	170 203,11	170 203,11
- Por organismos financeiros internacionais.....						12 064 137,21
-A médio e longo prazo						
OPP FINANCE 6% 19/05/03		EUR	17 000,00	100,00%	17 000,00	17 000,00
BNDES 8,5% 25/02/02		EUR	1 539 041,56	100,46%	1 545 967,25	1 546 166,17
BNDES 9,5% 10/09/02		EUR	680 000,00	102,85%	696 320,00	699 380,00
BNDES 10% 25/02/05		EUR	25 000,00	103,00%	23 750,00	25 750,00
BCO CY 7,125% 29/6/03		EUR	10 000,00	99,00%	10 000,00	9 900,00
BEI 5,75% EURO FUNG 97/07		EUR	496 000,00	106,84%	523 924,80	529 937,67
BEI 5,625% EURO FUNG 99/28		EUR	496 000,00	108,99%	507 160,00	540 589,65

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - GRUPO BANIF

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA	VALOR	VAL. MÉDIO	VALOR	VALOR
		DENOMINAÇÃO	NOMINAL	AQUISIÇÃO	COTAÇÃO	BALANÇO
			EUR	EUR	EUR	EUR
BEI 96/06		EUR	74 819,85	108,10%	858 555,89	808 772,66
BEI 99/07		EUR	496 000,00	98,37%	520 800,00	487 920,28
BEAR STEARNS 1998/2003		PTE	803 064,62	99,99%	803 064,62	802 947,41
MORGAN 1997/2007		PTE	349 158,53	100,00%	373 075,89	349 158,53
HIPO-BANK 97/07		EUR	1 745 792,65	100,00%	1 745 792,65	1 745 792,65
OPP FINANCE 9.25% 11/06/02		USD	3 724 044,02	99,53%	3 719 575,17	3 706 541,02
BCO SAFRA CAYMAN 20/12/04		USD	794 281,17	100,00%	794 281,17	794 281,17
- Por outros não residentes.....						23 796 741,26
CIMENTO RIO BRANCO		EUR	500 000,00	100,00%	500 000,00	500 000,00
CESP 9,75% 27/02/04		EUR	35 000,00	99,37%	31 850,00	34 779,50
GLOBO COM PART 8,625% MAR 02		EUR	1 170 000,00	100,00%	1 170 000,00	1 170 000,00
LIR ENERGY 8% 15/02/03		USD	397 140,59	99,67%	397 140,59	395 830,02
LIR ENERGY 10% 06/09/02		USD	172 472,48	102,57%	176 870,53	176 905,03
CESP 10,5% MAR 04		USD	56 734,37	94,75%	53 755,82	53 755,82
TRADE INV 5,25% 13/12/02		USD	11 610 121,40	100,00%	11 610 121,40	11 610 121,40
METROPOLITANA 0% 21/08/02		USD	1 418 359,24	95,29%	1 357 369,79	1 351 608,42
METROPOLITANA 0% 05/09/02		USD	1 475 093,61	95,02%	1 392 930,90	1 401 633,95
METROPOLITANA 0% 09/12/02		USD	2 836 718,48	92,72%	2 642 686,94	2 630 244,05
ELETROPOLAU 0% 11/01/02		USD	181 549,98	98,83%	181 368,43	179 421,31
DEBENTURES UHSC11		USD	2 774 794,26	100,00%	2 737 607,76	2 774 794,26
DEBENTURES INHA11		USD	1 496 628,64	100,00%	1 492 630,18	1 496 628,64
FIF PRIMUS DI		USD	20 410,82	100,00%	20 410,82	20 410,82
FIF BM&F		USD	608,04	100,00%	608,04	608,04
Valores de rendimento variável						58 050 231,21
Emitidos por residentes.....						13 865 794,54
- Acções.....						13 865 794,54
BEIRA VOUGA ACÇÕES ORDINARIAS	20 317	PTE	101 381,83	4,99	9 627,37	101 342,87
BEIRA VOUGA PREFERENCIAIS SEM VOTO	21 500	PTE	107 285,00	4,99	10 187,95	107 241,55
GESTENAVE	700	PTE	3 493,00	49,88	0,00	34 915,47
GRANDE HOTEL CALDAS DE FELGUEIRA	50 300	PTE	250 997,00	3,66	184 255,94	184 255,94
IMOVALOR	19 890	PTE	99 251,10	14,12	311 522,23	280 766,85
REAL COMPANHIA SEGUROS	12 698	PTE	63 363,02	17,96	43 975,13	228 014,49
RENDIMO	97 000	PTE	484 030,00	4,41	334 721,17	427 388,33
RICARDO GALLO	195 000	EUR	973 050,00	9,20	1 794 000,00	1 794 000,00
COMP.PORTUGUESA TRAB. PORTUARIOS	357 626	EUR	357 626,00	0,97	146 626,66	347 846,69
MACEDO & COELHO	188	EUR	938,12	0,33	62,04	62,04
TERTIR 94	61 547	PTE	307 735,00	4,99	132 326,05	306 995,13
INAPA	506 664	EUR	2 533 320,00	5,66	2 391 454,08	2 865 196,37
SEMAPA	170 557	PTE	170 557,00	4,22	808 440,18	719 807,49
EDP	102 350	EUR	102 350,00	3,00	249 734,00	307 445,08
BRISA	360	EUR	360,00	4,80	1 713,60	1 727,00
GRÃO PARÁ	115 000	PTE	573 617,58	6,94	592 250,00	798 076,64
BPI ESCRITURAS NOM.	511 777	EUR	511 777,00	2,59	1 156 616,02	1 325 502,43
IMPRESA	77 270	EUR	77 270,00	10,41	169 221,30	804 149,00
PT-MULTIMÉDIA-EMIÇÃO-01-A	5 000	EUR	2 500,00	8,68	38 500,00	43 400,00
PT-MULTIMÉDIA-SUBSCRIÇÃO	1 750	EUR	1 750,00	8,68	13 475,00	15 190,00
PT-MULTIMÉDIA	102 248	EUR	51 124,00	8,96	797 534,40	915 695,12
SONAE SGPS - 1ºEMI/00	696 000	EUR	696 000,00	0,91	563 760,00	636 480,00
MULTIMÉDIA.COM	61 998	EUR	35 958,84	1,95	115 936,26	120 896,10
PORTUGAL TELECOM	18 495	EUR	18 495,00	9,05	161 831,25	167 367,59
GALERIA NAZONI	750 000	EUR	3 740,98	9,98	3 740,98	7 481,97
SOC. DAS ÁGUAS DA CURIA, SA	80 000	PTE	399 038,32	6,92	553 661,00	553 651,00
MADRAGOA SÉRIE A	166 667	EUR	166 667,00	1,21	201 378,55	201 378,55
MADRAGOA SÉRIE B	166 667	EUR	166 667,00	1,21	201 378,55	201 378,55
MADRAGOA SÉRIE C	166 666	EUR	166 666,00	1,21	201 377,34	201 377,34
FCP	37 215	EUR	186 075,00	2,53	94 898,25	94 153,95
SPORTING	28 700	EUR	143 500,00	2,53	78 925,00	72 611,00
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						12 714 620,59
- Fundos.....						12 714 620,59
BANIFUNDO ESTRATÉGIA EQUILIBRADA	49 951	EUR	249 755,00	5,00	206 292	249 755
BANIFUNDO ESTRATÉGIA AGRESSIVA	24 975	EUR	124 875,00	5,00	77 262	124 875
BANIFUNDO ESTRATÉGIA CONSERVADORA	79 927	EUR	399 635,00	5,00	390 598	399 635
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1 299 278	EUR	6 496 390,00	5,00	3 796 810	6 496 390
BANIFUNDO OBRG. MERCADOS EMERGENTES	530 904	EUR	2 654 520,00	5,08	2 805 147	2 698 792
BANIFUNDO OPORTUNIDADES	199 879	EUR	999 395,00	5,00	209 338	999 395
BANIF IMOGEST	69 805	EUR	1 740 929,36	25,01	1 774 960	1 745 779
Emitidos por não residentes.....						31 469 816,08
- Acções.....						19 711 503,09
EBBOKERS	58 540	EUR	58 540,00	8,46	173 278,40	495 499,53
EBBOKERS	199 925	GBP	45 997,53	3,00	599 775,00	599 775,00
TELE NORTE CELULAR PART.-ADR	42	USD	42,00	56,55	1 089,44	2 375,06
COMP. PARANAENSE DE ENERGIA	6 700	USD	6 700,00	18,45	59 678,88	123 590,15
TELEFONICA DATA BRASIL- ADR	89	USD	89,00	0,00	973,56	0,00
EBBOKERS	10 000	USD	10 000,00	6,80	29 501,87	67 980,46
K FORCE	5 000	USD	5 000,00	7,84	35 685,92	39 218,77
TELE LESTE CELULAR PART.-ADR	42	USD	42,00	56,48	974,58	2 372,22
PETROLEO BRASILEIRO	9 280	USD	9 280,00	30,79	234 076,09	285 731,31
TELE SUDESTE CELULAR -ADR	449	USD	449,00	34,61	6 419,38	15 538,98

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - GRUPO BANIF

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA	VALOR	VAL. MÉDIO	VALOR	VALOR
		DENOMINAÇÃO	NOMINAL	AQUISIÇÃO	COTAÇÃO	BALANÇO
			EUR	EUR	EUR	EUR
TELE NORTE LESTE PART-ADR	8 862	USD	8 862,00	21,32	157 169,02	188 965,22
TELECOM S.PAULO	2 245	USD	2 245,00	20,99	33 625,33	47 126,40
USINAS SIDERUGICAS	11 950	USD	11 950,00	12,39	33 898,79	148 012,88
BRASIL TELECOM PART. -ADR	420	USD	420,00	86,14	19 768,07	36 180,62
INRANGE TECHNOLOGIES CL B	9 700	USD	9 700,00	40,04	135 929,88	388 415,18
TELESP	840	USD	840,00	36,50	8 826,05	30 662,51
TELEMIG CELULAR PART. ADR	105	USD	105,00	88,38	4 482,13	9 279,81
TELE CELULAR SUL PART.- ADR	210	USD	210,00	36,18	3 895,95	7 597,36
BRASIL DISTR PAO ACU-SP ADR	2 700	USD	2 700,00	41,70	67 400,43	112 589,36
TELE CENTRO OESTE CEL.-ADR	700	USD	700,00	17,12	5 559,97	11 984,35
TELE NORDESTE CEL. PART.-ADR	105	USD	105,00	57,43	3 358,62	6 030,10
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES ADR	8 350	USD	8 350,00	19,27	39 414,56	160 941,59
GLOBO CABO ADR	17 250	USD	17 250,00	6,53	68 702,48	112 617,27
SIDERUGIA BELGO MINEIRA	850 000	BRL	850 000,00	0,10	60 921,37	87 136,73
ITAUSA INVESTIMENTOS	50 000	BRL	50 000,00	0,98	53 019,94	48 866,30
UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS	3 000 000	BRL	3 000 000,00	0,03	74 765,32	78 958,17
GLOBO CABO - PREF	100 000	BRL	1 000,00	0,39	39 581,70	38 604,38
EMPRESA BRAS DE AERONA- PREF	9 000	BRL	90,00	5,51	58 053,17	49 609,07
TELE NORDESTE CELULAR-CM RCT	2 298	BRL	2 298,00	0,00	4,72	3,66
MILLENIUM PNB	43 114 000	USD	993 031,07	0,02	993 031,07	993 031,07
TELEFONICA BDR	440 000	USD	7 190 042,39	16,34	7 190 042,39	7 190 042,39
BCO ITAU	2 000 000	USD	169 394,39	0,08	169 394,39	169 394,39
COELCE PNA	10 000 000	USD	23 086,21	0,00	23 086,21	23 086,21
CONFAB PN	5 000	USD	5 120,97	1,02	5 120,97	5 120,97
COPENE PNA	1 300 000	USD	278 228,36	0,21	278 228,36	278 228,36
COSIPA PN	50 000	USD	11 855,48	0,24	11 855,48	11 855,48
EMBRATEL PAR PN	41 000 000	USD	4 776,21	0,00	4 776,21	4 776,21
PETROBRAS PN	65 100	USD	1 722 983,38	26,47	1 722 983,38	1 722 983,38
PLASCAR PART PN	26 300 000	USD	25 497,81	0,00	25 497,81	25 497,81
POLIALDEN PN	5 200 000	USD	600 733,29	0,12	600 733,29	600 733,29
SADIA SA PN	13 000	USD	8 619,65	0,66	8 619,65	8 619,65
TELEMAR PN	2 700 000	USD	42 779,51	0,02	42 779,51	42 779,51
TELESP CA PA PN	10 000 000	USD	35 748,40	0,00	35 748,40	35 748,40
TRAN PAULIST ON	5 000 000	USD	12 886,19	0,00	12 886,19	12 886,19
ISIMINAS PNA	1 000	USD	3 108,39	3,11	3 108,39	3 108,39
VALE RIO DOCE ON	61 500	USD	1 481 749,84	24,09	1 481 749,84	1 481 749,84
PETROBRAS BN	207 200	USD	179 055,34	0,86	179 055,34	179 055,34
TELEFONICA N4	440 000	USD	589 640,32	1,34	589 640,32	589 640,32
OZI OPD	4 668	USD	3 137 503,45	672,13	3 137 503,45	3 137 503,45
-A médio e longo prazo						11 758 312,99
ATLANTIS CERTIFICATES		EUR	11 758 312,99	0,95	11 758 312,99	11 758 312,99
TÍTULOS SUBORDINADOS						4 194 813,18
-A médio e longo prazo						
- A curto prazo.....						
OBRIG. CX. SUB. BCP/1995-2005	179 881 486	EUR	1798814,86	99,98%	1 789 821	1 798 375,95
OBRIG. CX. SUB. BIC/1995-2002	74 819 685	EUR	748196,85	99,89%	735 178	747 398,52
OBRIG. CX. ESSI/1996-2006	8 000	EUR	399038,31	99,95%	389 541	398 841,99
BAYER HIPO 05/05/2014		EUR	1250000	100,00%	1 073 438	1 250 000,00
OBRIG. BTA 07/2006	20 000	PTE	99,76	97,19%	96,26	96,96
OBRIG. MONTEPIO 12/2006	20 000	PTE	99,76	100,00%	97,20	99,76
TÍTULOS PRÓPRIOS						840 000,00
BANIF CY 7,75% 29/01/03	84	EUR	840000	100,00%	840 000	840 000,00
C. TÍTULOS A VENCIMENTO						
De emissores públicos						
De dívida pública portuguesa						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
De outros emissores públicos nacionais						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
De emissores públicos estrangeiros.....						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
De outros emissores						
Emitidos por residentes						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
Emitidos por não residentes						
- Por organismos financeiros internacionais.....						

6.2 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

6.2.1 - GRUPO BANIF

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	MOEDA DENOMINAÇÃO	VALOR NOMINAL EUR	VAL. MÉDIO AQUISIÇÃO EUR	VALOR COTAÇÃO EUR	VALOR BALANÇO EUR
- Por outros não residentes.....						
- A curto prazo						
- A médio e longo prazos						
D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS						40 030 345,39
Participações						40 030 345,39
- Em instituições de crédito no País.....						
- Em instituições de crédito no Estrangeiro.....						
- Em outras empresas no País.....						3 917 253,94
AMBELIS	400	PTE		49,88	19 223,87	19 951,92
B.V.L. P. SA	124 594	EUR		0,72	112 888,89	89 210,00
CABO TV MADEIRENSE S.A.	87 860	PTE		5,74	1 257 146,26	503 980,41
CENTRO DE EMP. INOVAÇÃO DA MADEIRA,LDA	800	PTE		4,99	5 620,06	3 990,38
FINANGEST	526	EUR		1 017,55	3 460,89	535 230,10
MARGUEIRA - Soc.Gest.Fundos Imobiliarios,SA	811	PTE		4,99	4 122,11	4 045,25
S.I.B.S - Soc. Interbancaria de Serviços, SA	103 436	PTE		4,30	513 116,63	444 897,88
SUBLOC - Locação de Submarinos, SA	2 500	EUR		10,00	24 210,65	25 000,00
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA	24 335	PTE		20,44	1 444 453,87	497 370,03
VIA LITORAL SA	4 750	EUR		155,39	711 692,50	738 110,00
VISA	1	PTE		14 963,94	14 963,94	14 963,94
RENDIMO SOC.IMOBILIARIA SA		PTE				1 612,78
IMOLC INV. IMOBILIARIO SA CONSORCIO		PTE				498 797,90
ATLÂNTICO CLUBE INT. FÉRIAS AÇORES	250	EUR	1 247,50	4,99	0,00	1 246,99
CABO TV AÇOREANA,SA	66 000	EUR	330 000,00	5,39	355 543,14	355 543,14
CINAÇOR- SOC. TEATRO E CINEMA AÇORES,SA	20	EUR	25,00	4,99	0,00	99,76
NORMA AÇORES- EST. APOIO DES. REG.,SA	10 000	EUR	50 000,00	4,99	49 879,79	49 879,79
SOGEO-SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES,SA	24 529	EUR	122 645,00	4,99	72 410,58	122 350,14
TRANSINSULAR (Açores)- Transp. M. Insul,SA	2 000	EUR	10 000,00	5,49	10 973,55	10 973,55
- Em outras empresas no Estrangeiro.....						11 783,69
COMERCIAL DOS AÇORES, INC.- S.JOSÉ CALIF.	100	USD	113,47	1,13	113,47	113,47
COMERCIAL DOS AÇORES, INC.- FALL RIVER	1 000	USD	1 134,69	1,13	1 134,69	1 134,69
S.W.I.F.T	11	BEF	9 938,78	957,78	14 374,66	10 535,53
Outras Participações Financeiras						890 625,00
- Financiamentos a Título de Suprimentos						
VIA LITORAL		EUR				890 625,00
Partes de capital em Empresas Filiaidas Excluidas de Consolidação						35 210 682,76
AÇOR-PENSÕES-SOC.GESTORA FUNDOS DE PENSÕES						1 376 201,27
COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA, S.A.						33 834 481,49
TOTAL						328 885 611,33

6.3 - MAPA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

6.3.1 - Global

CONTAS	Saldo em 31/12/2000		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido) (a)	Valor (líquido) em 31/12/2001
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações					
				(líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	11 402,83	9 713,02	13 808,70	0,00	253,68	4 622,52	15,07	90,43	11 024,16
Trespases.....									0,00
Despesas de estabelecimento.....	1 244,16	1 240,10	79,92			19,02	0,00	0,00	64,96
Custos plurianuais.....	1 607,09	1 470,19	0,00			31,20	15,07	90,43	0,21
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	4 300,24	3 591,37	1 631,03			1 088,78	0,00	0,00	1 251,12
Sistemas de tratamento automático de dados (Software).....	4 251,34	3 411,36	12 097,75		253,68	3 483,53	0,00	0,00	9 707,88
Outras.....									0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	152 912,56	52 651,57	4 966,42	0,00	2 511,18	6 230,97	82,53	1 372,72	100 052,37
Imóveis de serviço próprio.....	96 378,52	12 477,50	634,26		1 905,54	1 864,68	13,42	1 170,02	83 392,71
Outros imóveis.....	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em imóveis arrendados.....	8 303,86	4 536,72	1 036,73		339,79	580,52	62,24	0,00	4 502,90
Equipamento.....	40 849,35	31 257,71	3 068,20		25,84	3 354,05	0,00	202,70	9 128,92
Património artístico.....	521,80	0,00	0,05		0,00	0,00	0,00	0,00	521,84
Imobilizado em locação financeira - equipamento.....	610,16	610,16	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas.....	6 246,87	3 769,47	227,17		240,02	431,71	6,87	0,00	2 506,00
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	4 088,44	0,00	5 802,86	0,00	-2 764,86	0,00	154,79		6 971,64
Imobilizações incorpóreas.....	0,00		0,00		0,00				0,00
Imóveis de serviço próprio.....	1 972,08		1 960,87		-1 905,54				2 027,41
Imóveis arrendados.....	579,81		1 959,42		-579,81				1 959,42
Equipamento.....	1 536,55		1 882,58		-279,51		154,79		2 984,82
Património artístico.....	0,00		0,00		0,00				0,00
Outras imobilizações corpóreas.....	0,00		0,00		0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações.....	0,00		0,00		0,00				0,00
TOTAIS	168 403,82	62 364,59	24 577,98	0,00	0,00	10 853,49	252,39	1 463,15	118 048,18

a) Corresponde a 800.494,51 €uros de capital e 710.066,42 €uros de amortizações referente a abates de imob. Incorporado
 a) Corresponde a 1.480.413,61 €uros de capital e 310.398,56 €uros de amortizações referente a abates de imóveis de serviço próprio
 a) Corresponde a 1.483.660,99 €uros de capital e 1.280.958,42 €uros de amortizações referente a abates de equipamento

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

6.3 - Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas em 31 de Dezembro de 2001
 6.3.2 - Grupo Banif

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor (líquido) em 31/12/2001
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	20 066,32	14 573,99	19 952,65		11 078,59	6 818,35	-15,30	13 105,55	16 584,37
Trespases.....									
Despesas de estabelecimento.....	2 947,52	1 707,31	627,23			517,08	0,66	90,43	1 351,01
Custos plurianuais.....	3 714,85	2 888,07	40,24		113,15	299,32	-15,07		575,34
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	4 328,94	3 612,58	2 332,95			1 326,50			1 722,81
Sistemas de tratamento automático de dados (Software).....	8 935,23	6 350,41	16 916,52		10 965,44	4 624,79	-0,34	13 015,12	12 826,53
Otras.....	139,79	1,62	35,70			50,64	-0,55		108,68
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	206 941,80	73 876,83	10 784,08	1 355,34	2 987,02	9 528,20	296,60	3 728,96	135 230,85
Imóveis de serviço próprio.....	120 741,60	16 122,98	1 738,93	1 355,34	2 310,65	2 330,00	17,06	3 494,13	104 216,47
Outros imóveis.....	6 381,36	773,55				95,56			5 512,24
Obras em imóveis arrendados.....	9 060,86	4 603,51	1 572,77		388,92	686,91	-540,06		5 192,07
Equipamento.....	63 271,19	47 996,10	7 187,68		47,44	5 974,42	826,47	234,83	17 127,43
Património artístico.....	628,07		21,11						649,19
Imobilizado em locação financeira - equipamento.....	610,16	610,16			240,02	441,31	-6,87		2 533,46
Otras imobilizações corpóreas.....	6 248,55	3 770,51	263,59		-14 065,62		-154,79		15 551,98
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	21 355,68		8 416,70						
Imobilizações incorpóreas.....	10 347,19		1 494,63		-4 543,41				7 298,41
Imóveis de serviço próprio.....	2 437,57		2 926,23		-2 359,77				3 004,04
Imóveis arrendados.....	579,81		1 959,42		-579,81				1 959,42
Equipamento.....	1 547,90		1 882,58		-290,87				2 984,82
Património artístico.....									
Otras imobilizações corpóreas.....	6 443,20		153,84		-6 291,75				305,29
A diantamentos por conta de imobilizações.....									
TOTAIS	248 363,81	88 450,82	39 153,42	1 355,34	0,00	16 346,55	126,51	16 834,51	167 367,20

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA, Assinaturas ilegíveis

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

6.4 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.4.1 - BANCO

31 de Dezembro de 2001
(expressas em milhares de euros)

1 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS

a) Geral

As contas foram elaboradas segundo a convenção contabilística do custo histórico, em conformidade com o Plano de Contas para o sector bancário estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artº 115º do Decreto Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. As demonstrações financeiras integram as operações realizadas pela Sucursal Financeira Exterior da Região Autónoma da Madeira (Offshore).

b) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. Nos termos das normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre o crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

c) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos

Os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista

Constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, resultados em moeda estrangeira, operações à vista a aguardar liquidação e operações a prazo com vencimento nos dois dias subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diáriamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal e as diferenças cambiais apuradas são registadas mensalmente como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo

Constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas mensalmente como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diáriamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal.

As diferenças cambiais apuradas são registadas mensalmente como custos ou proveitos do exercício.

Instrumentos Financeiros Derivados

O Banco classifica os instrumentos financeiros derivados em função da sua intenção de negociação ou para outros fins que não de negociação (cobertura). Os instrumentos derivados utilizados para efeitos de cobertura do risco inerente a operações de negociação são classificados como de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura de riscos são utilizados, entre outros, para mitigar

riscos de taxa de juro e riscos de taxa de câmbio, inerentes a posições de investimento. Os instrumentos utilizados para efeitos de cobertura são "swaps" de taxas de juro e de câmbio e opções.

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura, desde que cumpram, cumulativamente, as condições seguintes:

- i) A posição a ser coberta esteja identificada e exponha o Banco ao risco de prejuízos resultantes de potenciais alterações de taxas de juro a que determinados activos, passivos, elementos extrapatrimoniais ou fluxos financeiros possam estar sujeitos;
- ii) Estejam especificamente qualificados de cobertura na documentação interna do Banco;
- iii) Que as alterações de valor do instrumento financeiro derivado estejam correlacionadas com alterações de sinal oposto no valor da posição coberta, de tal forma que o mesmo se torne eficaz como elemento de cobertura, eliminando ou reduzindo substancialmente o risco de perda na posição coberta.

Os resultados obtidos nos contratos de cobertura são relevados de acordo com o mesmo princípio que for seguido para os resultados de sinal oposto dos elementos cobertos, sendo diferidos até ao momento em que estes últimos sejam relevados.

Se um instrumento financeiro derivado de cobertura deixar de satisfazer qualquer das condições atrás referidas, o mesmo é reclassificado em negociação, devendo os correspondentes resultados ser imediatamente relevados.

Operações de permuta de taxas de juro ("Interest Rate Swaps" - IRS) e permuta de taxa de juro e moeda ("Currency and Interest Rate Swaps" - CIRS)

As operações de permuta de taxas de juro e permuta de taxas de juro e moeda permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal até à sua maturidade, sendo classificadas de acordo com a sua intenção de negociação ou cobertura.

As operações de cobertura, as únicas efectuadas pelo Banco, que se destinam à gestão do risco inerente aos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais, são valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos. A reavaliação dos contratos de cobertura apenas é relevada contabilisticamente no caso em que os elementos cobertos correspondam a activos avaliados ao custo de aquisição e sujeitos à constituição de provisões para depreciação, desde que o valor de mercado desses activos seja inferior. Em todos os restantes "Swaps" de cobertura é seguido o critério de custo histórico, que consiste no registo dos fluxos de juros corridos, de acordo com o princípio dos acréscimos.

Operações de fixação de taxa de juro a prazo ("Forward Rate Agreement" - FRA)

As operações de fixação de taxa de juro são registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal, sendo classificadas de acordo com a sua intenção de negociação ou cobertura.

Os contratos classificados como "negociação" são reavaliados, diariamente, com base na diferença entre a taxa contratada e a taxa de mercado em vigor, na data da reavaliação.

Os valores pagos ou recebidos na data de liquidação dos contratos de cobertura são diferidos no balanço como proveitos e custos diferidos, sendo reconhecidos diariamente em resultados, de acordo com o período de realização de cada contrato.

Os ganhos e perdas potenciais na reavaliação a preços de mercado dos contratos de cobertura, são controlados numa

base diária, não sendo, no entanto, reconhecidos contabilisticamente.

Futuros

As posições de negociação em contratos de futuros transaccionados em mercados organizados são registadas em rubricas extrapatrimoniais e são valorizadas com base nas cotações de mercado. As perdas e os ganhos, realizados e não realizados (custo ou proveito, necessários ao encerramento das posições detidas), são relevados em resultados do exercício. Se transaccionados em mercados não organizados ou com pouca liquidez, apenas as perdas latentes são reconhecidas em resultados do exercício.

Opções cambiais e sobre cotações ("Currency options" e "Equity Options")

Os montantes nocionais das opções são contabilizados nas contas extrapatrimoniais, na data de transacção, ao valor acordado. Os prémios pagos ou recebidos são diferidos nas rubricas de balanço "Despesas com custo diferido" e "Receitas com proveito diferido", respectivamente, até ao exercício da opção.

Opções de cobertura

As alterações no valor estimado dos prémios quando reavaliados às condições vigentes no mercado, são relevadas em resultados do exercício quando, e da mesma forma que as alterações que o justo valor das operações cobertas o forem. Contudo, se a operação coberta estiver relevada ao menor dos valores de custo de aquisição ou valor de mercado, qualquer ganho na opção, apenas é relevado em resultados na parte proporcional equivalente às perdas verificadas na operação de cobertura. No caso de a opção gerar uma perda, a mesma é capitalizada como parte do custo inerente à operação coberta.

Opções de negociação

Os prémios de opções pagos ou recebidos são reavaliados diariamente com base nos preços de fecho para contratos negociados em mercados organizados ou através de métodos internos de avaliação para contratos negociados em mercado não organizado (mercado de balcão ou OTC). Numa base diária, as reavaliações produzirão um ganho ou uma perda latente que será registada nas respectivas contas de resultados, por contrapartida das contas de balanço "Despesas com custo diferido" ou "Receitas com proveito diferido", depois de estornado o movimento relativo à reavaliação do dia anterior.

d) Títulos de Negociação, de Investimento e Participações Financeiras

Os Títulos de Negociação de Rendimento Fixo são registados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação de mercado, capital mais juros corridos. Na ausência de cotação, o valor da componente capital corresponde à diferença entre o valor de aquisição e os juros corridos, calculados à taxa nominal. Os Títulos de Negociação de Rendimento Variável que fazem parte dos índices BVL 30 ou PSI 20, são igualmente registados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação do mercado. As diferenças de reavaliação apuradas são registadas em Contas de Proveitos ou Custos por Natureza. Se os títulos não estiverem inseridos nos índices (BVL30 e PSI20) então as diferenças entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado são registadas em Contas Internas e de Regularização e só são relevadas em Custos ou Proveitos após a efectivação da venda.

Os Títulos de Investimento de Rendimento Fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados pelo valor de aquisição e os emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal).

Os Títulos de Investimento de Rendimento Variável e as Participações Financeiras, são mantidos ao custo de

aquisição. As menos valias resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado estão integralmente cobertas por provisões.

e) Juros

Os juros decorrentes das operações activas e passivas são contabilisticamente relevados como Proveitos e Custos dia a dia, independentemente do momento do seu vencimento. Não são registados em Proveitos quaisquer juros sobre crédito vencido sem garantias reais, até que a cobrança dos mesmos se efective. Também não são registados em Proveitos os juros vencidos e não pagos desse crédito, com antiguidade superior a 90 dias.

f) Imóveis e Equipamento

As imobilizações corpóreas são registadas pelo custo de aquisição e líquidas de amortizações.

As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes (exceptuando certas aquisições de 1989 e 1991, as quais são amortizadas pelo método das taxas degressivas) de forma a amortizar os activos durante a sua vida útil.

As amortizações referentes ao imobilizado adquirido entre os anos de 1994 e 2001 estão calculadas pelo método dos duodécimos, de acordo com o disposto no Aviso nº9/94 de 2 de Novembro, do Banco de Portugal.

g) Provisões

Foram constituídas as provisões impostas pelo Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, para riscos específicos de crédito, riscos gerais de crédito, menos valias de títulos e imobilizações financeiras, risco país e menos valias de outras aplicações.

Foram também constituídas as provisões impostas pela Instrução nº 27/2000, do Banco de Portugal, para os créditos cedidos no âmbito de operações de securitização.

h) Pensões de Reforma e de Sobrevivência

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, o Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A., assume a responsabilidade do pagamento do complemento com pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias, uma vez que estes se encontram integrados no sistema nacional de segurança social.

Com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, foi constituído pelo Banco, em 7 de Dezembro de 1989, ao abrigo do Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro, um Fundo de Pensões autónomo. A entidade gestora deste Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A partir do exercício de 2001, inclusivé, a cobertura destas responsabilidades e o reconhecimento do custo com as contribuições para o Fundo de Pensões passaram a observar o regime estabelecido no Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, de 23 de Novembro.

Em 31 de Dezembro de 2001, o Fundo abrangia uma população de 33 Pensionistas e 1.383 Activos.

Nessa data, o valor actual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência é de 60.310 milhares de Euros, das quais 24.715 milhares de Euros representam o valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, 7.064 milhares de Euros o valor actual das pensões em pagamento e 28.531 milhares de Euros o valor actual das responsabilidades por serviços futuros.

O valor do Fundo de Pensões naquela data era de 26.155 milhares de Euros a que se deverá acrescentar o valor de 1.632 milhares de Euros das provisões matemáticas dos seguros de rendas vitalícias efectuados em 1996 para cobertura de uma pensão de reforma.

O valor das responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo era, a 31 de Dezembro

de 2001, de 2.902 milhares de Euros. Este montante corresponde ao saldo do plano de amortização previsto na alínea c) do nº 1 do Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, que respeita à insuficiência de financiamento das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, e que está a ser reconhecido como custo e financiado de acordo com aquele plano de amortização, de prestações uniformes por 20 anos, que termina em 31/12/2014.

No exercício de 2001, o Banco reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência (milhares de Euros):

Custo dos serviços correntes	1.427
Custo dos juros	1.616
Rendimento esperado dos activos do Fundo	1.441
Custo dos serviços passados (al. C) do nº 1º do Aviso 12/2001)	347
Perdas Actuariais relacionadas com os pressupostos actuariais e com os financeiros	1.619

Durante o ano de 2001, o Fundo de Pensões pagou pensões no valor de 417 milhares de euros e recebeu contribuições no valor de 2.174 milhares de euros, dos quais 1.774 milhares de euros relativos a contribuições correntes e 400 milhares de euros de contribuições extraordinárias. As contribuições foram realizadas por numerário, no montante de 1.027 milhares de euros, e imóveis, no montante de 1.147 milhares de euros.

O valor total dos imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões e que são utilizados, por arrendamento, quer pelo Banco, quer por sociedades que com ele se encontrem em relação de grupo, ascende a 3.770 milhares de euros.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados foram:

Método de valorização actuarial:	Unit Credit Projected (UCP)
Taxa de desconto:	6,00%
Taxa de rendimento esperado dos activos do fundo:	6,00%
Taxa esperada de crescimento dos S.A.lários e out. benef.:	3,00%
Taxa esperada de crescimento das pensões:	2,00%
Tábua de mortalidade:	TV 73/77
Tábua de invalidez:	EVK 80
Tábua de turnover:	Não aplicada
Tipo de decrementos utilizados:	Invalidez 3) artº 7º Aviso 12/2001

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

Taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões:	1,66%
Taxa de crescimento dos S.A.lários e out. benef.:	9,31%
Taxa de crescimento das pensões:	5,47%
Taxa de mortalidade:	1,41%o
Taxa de invalidez:	0,72%o
Taxa de turnover:	6,03%

Para além do Fundo de Pensões existem dois contratos de seguro de Rendas Vitalícias para cobertura da Pensão de Reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas cujas sociedades não estão em relação de grupo com o Banco. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

i) Bens Obtidos por Recuperação de Créditos

Os imóveis e outros bens arrematados, obtidos por recuperação de créditos vencidos, são registados em "Outros Activos" pelo valor de arrematação, por contrapartida da respectiva conta de crédito vencido.

Caso o valor de mercado dos bens recuperados seja inferior aos montantes registados nesta rubrica, as respectivas menos valias são integralmente provisionadas.

j) Fundo de Garantia de Depósitos

Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas Instituições de Crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças efectuada através da entrega de títulos de depósito, foi amortizada num período de 60 meses, findadas em 31/12/99.

Adicionalmente, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que se referem.

2 - CAIXAE DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2001	2000
Notas e Moedas Nacionais	25.186	17.432
Notas e Moedas Estrangeiras	11.911	7.408
Depósitos à Ordem no Banco de Portugal	101.381	160.104
	<u>138.478</u>	<u>184.944</u>

3 - DISPONIBILIDADES À VISTASOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO Disponibilidades Sobre Instituições de Crédito no País

	2001	2000
Depósitos à Ordem	2.201	1.146
Valores a Cobrar	107.291	73.889
	<u>109.492</u>	<u>75.035</u>

Disponibilidades Sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro

	2001	2000
Depósitos à Ordem	13.039	43.271
Valores a Cobrar	745	937
	<u>13.784</u>	<u>44.208</u>
Saldo Bruto	123.276	119.243
Provisões	14	26
	<u>123.262</u>	<u>119.217</u>

4 - OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo dos outros Créditos sobre outras Instituições de Crédito decompõe-se da seguinte forma:

Aplicações em Instituições de Crédito no País

	2001	2000
Mercado Monetário Interbancário	-	10.000
Mercado Interbancário de Títulos	-	-
Títulos de Depósito	31.597	36.756
Empréstimos	66.717	43.187
Outras Aplicações	67.186	10.877
	<u>165.500</u>	<u>100.820</u>

Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro

	2001	2000
Empréstimos	143.350	1.047.510
Outras Aplicações	731.333	60.376
	<u>874.683</u>	<u>1.107.886</u>
Saldo Bruto	1.040.183	1.208.706
Provisões	-	-
	<u>1.040.183</u>	<u>1.208.706</u>

O escalonamento dos valores desta rubrica, por prazos residuais para o vencimento, apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
Até 3 meses	972.34	881.152
De 3 meses a 1 ano	42.544	270.709
De 1 ano a 5 anos	25.290	56.845
Mais de 5 anos	-	-
	<u>1.040.183</u>	<u>1.208.706</u>

5 - CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Desconto Comercial	144.574	135.671
Crédito Titulado por Efeitos	189.516	204.160
Créditos em Conta Corrente	1.063.272	890.641
Descobertos em D.O.	71.045	62.643
Outros Créditos	1.513.255	1.217.913
	2.981.662	2.511.028
Crédito e Juros Vencidos	58.679	57.357
Saldo Bruto	3.040.341	2.568.385
Provisões para Crédito, Juros Vencidos e		
Crédito de Cobrança Duvidosa	40.564	39.047
Saldo Líquido	2.999.777	2.529.338

O escalonamento dos Créditos sobre Clientes por prazos de vencimento, apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
Até 3 meses	627.045	419.962
De 3 meses a 1 ano	590.338	373.682
De 1 ano a 5 anos	745.327	826.316
Mais de 5 anos	1.018.952	891.068
Duração indeterminada (Crédito Vencido)	58.679	57.357
	3.040.341	2.568.385

6 - OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras, constante do ponto 6.2..

Sinteticamente, a composição é a seguinte:

	2001	2000
Títulos de Dívida Pública Portuguesa	1.162	18.063
Obrigações de O/Emissor. Públicos Nacionais	777	776
Saldo Bruto	1.939	18.839
Provisões	17	902
Saldo Líquido	1.922	17.937

Obrigações Emitidas por Outros Emissores, Residentes:

	2001	2000
Obrigações de Caixa	3.294	3.443
Outras Obrigações, não Vencidas	4.525	5.302
Papel Comercial	4.248	13.168
Outras Obrigações, Vencidas	0	0
Obrigações de Caixa Subordinadas	17.020	16.120
	29.087	38.033
Obrig. Emitidas p/ O/Emissores Não Residentes	4.534	11.376
Saldo Bruto	33.621	49.409
Provisões	12	54
Saldo Líquido	33.609	49.355

Cobertura da diferença entre o valor de mercado e o valor nominal (em milhares de euros):

1 - EMISSORES PÚBLICOS

OTM/97 - v.23/02/2007	15,4
OTMO/97 - v.23/03/2002	1,2
AÇORES 92/05	0,1
	16,7

2 - OUTROS EMISSORES

PORTUCEL99/04	1,3
BNC 99/03	0,5
CEMG/97 1ª - V.15/02/2002	4,5
CEMG/98 - V. 30/11/2003	2,9
PARTEST98/08	2,5
PETROGAL/96 2ª - VENC. 04/12/2003	0,1
	11,8

Os Títulos vencíveis em 2002 são os seguintes:

TIPO	VALOR DE BALANÇO
OTMP/97 V.23/03/2002	612,49
CEMG/97 1ª V.15/02/2002	1.496,39
Comintur 78ª Emissão	399,04
Comintur 79ª Emissão	399,04
Euroges	950,00
Lisgráfica 19ª Emissão	2.500,00
	6.356,96

As diferenças, em 31/12/01, entre o valor contabilístico dos Títulos de Investimento e o seu valor nominal, apresentam-se da seguinte forma:

- Títulos adquiridos por valor superior ao seu valor nominal 59,90 mil euros
- Títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor nominal 3,70 mil euros

Refira-se, por outro lado, que os Títulos de Investimento de Rendimento Fixo apresentam, em 31/12/01, um valor de mercado superior ao valor contabilístico em 37,6 mil euros.

7 - ACÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

A composição desta rubrica do Balanço encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras constante do ponto 6.2., sendo:

	2001	2000
Acções, emitidas por Residentes	6.133	6.188
Acções, emitidas por Não Residentes	2.450	5.841
Outros Valores	10.841	11.435
Saldo Bruto	19.424	23.464
Provisões	5.086	4.897
Saldo Líquido	14.338	18.567

O valor de aquisição destes títulos é, em 31/12/2001, superior ao do seu valor de mercado em 5.014,2 mil euros. As provisões para depreciação de títulos decompõem-se, em 31/12/01, da seguinte forma, em milhares de euros:

BEIRAVOUGA ACÇÕES ORDINARIAS	91,7
BEIRAVOUGAPREFERENCIAIS SEM VOTO	97,1
GESTENAVE	34,9
REALCOMPANHIASEGUROS	184,0
RENDIMO	92,7
COMP.PORTUGUESATRAB. PORTUARIOS	201,2
TERTIR	94 174,7
INAPA	94,3
EDP	0,5
GRÃO PARÁ	205,8
BANIFUNDO ESTRATÉGIAEQUILIBRADA	26,1
BANIFUNDO ESTRATÉGIAGRESSIVA	28,6
BANIFUNDO ESTRATÉGIACONSERVADORA	5,7
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	2.077,8
BANIFUNDO OPORTUNIDADES	592,9
EBBOKERS (EUR)	228,1
TELE NORTE CELULAR PART.-ADR	1,3
COMP. PARANAENSE DE ENERGIA	63,9
EBBOKERS (USD)	38,5
K FORCE	3,5
TELE LESTE CELULAR PART.-ADR	1,4
PETROLEO BRASILEIRO	51,7
TELE SUDESTE CELULAR -ADR	9,1
TELE NORTE LESTE PART-ADR	31,8
TELECOM S.PAULO	13,5
USINAS SIDERUGICAS	114,1

BRASILETECOM PART. -ADR	16,4
INRANGE TECHNOLOGIES CL B	252,5
TELESP	21,8
TELEMIG CELULAR PART. ADR	4,8
TELE CELULAR SUL PART.- ADR	3,7
BRASILDISTR PAO ACU-SPADR	45,2
TELE CENTRO OESTE CEL-ADR	6,4
TELE NORDESTE CEL. PART.-ADR	2,7
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES ADR	121,5
GLOBO CABO ADR	43,9
SIDERUGIABELGO MINEIRA	26,2
UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS	4,2
	<u>5.014,2</u>

Risco País

SIDERUGIABELGO MINEIRA	15,2
ITAUSAINVESTIMENTOS	13,3
UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS	18,7
GLOBO CABO - PREF	9,9
EMPRESABRAS DE AERONA- PREF	14,5
	<u>71,6</u>

Os Títulos de Negociação apresentavam em 31/12/01 um valor contabilístico superior ao valor que lhe corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição em 46,1 mil euros.

8 - PARTICIPAÇÕES

A composição das Participações Financeiras, em número de acções e valor de aquisição, em milhares de euros, apresenta-se da seguinte forma:

	2001		2000	
	Nº	Montante	Nº	Montante
Cabo TVMadeirense, Lda.	87.860	504,0	87.860	504,0
FINANGEST, S.A.	526	535,2	526	535,2
SIBS-Soc.Interbancária de Serviços, S.A.	34.479	136,4	34.479	136,4
UNICRE-Cartão Internacional de Crédito,S.A.	16.085	256,4	16.085	256,4
AMBELIS	400	20,0	400	20,0
SWIFT, SC	10	9,8	10	9,8
SUBLOC - Locação Submarino, S.A.	2.500	25,0	2.500	25,0
CENTRO EMP. INOV. MADEIRA	800	4,0	800	4,0
B.V.L.P., S.A.	36.645	29,4	36.645	29,4
Via Litoral, S.A.	4.750	<u>738,1</u>	4.750	<u>738,1</u>
		2.258,3		2.258,3

O valor de aquisição destes títulos é, em 31/12/01, superior ao seu valor de mercado ou contabilístico em 560 mil euros.

As Provisões para Depreciação das Participações Financeiras, decompõem-se, em 31/12/01, da seguinte forma, em milhares de euros:

AMBELIS	0,7
FINANGEST, S.A	531,8
Subloc - Loc. Submarino, S.A.	0,8
Via Litoral, S.A.	26,4
	<u>559,7</u>

9 - PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS COLIGADAS

O Saldo desta rubrica, é composto pelas seguintes participações:

(expresso em milhares de euros)

Nome e Sede	Capital Social	% Participação	Valor Participação	Capitais Próprios 2001	Resultados 2001	Diferença entre (1) e a parte proporcional de (2)
			(1)	(2)		
. Banif Investimentos - SGPS, S.A. Rua João Tavira, 30 - Funchal (Âmbito Institucional da Zona Franca da Madeira)	8.750	100 %	8.729	13.341	1.631	4.612
. Banif (Açores) SGPS, S.A. Rua Dr. José B. Tavares Carreiro Edifício Sol Mar - Ponta Delgada	25.075	90 %	23.021	17.509	619	(7.263)
. Banif (Brasil), Lda. Alameda Jaú, nº 389 - 14ª Sala 141 São Paulo - Brasil	73	20 %	15	52	(21)	(5)
. Banco Banif Primus, S.A. Av. República do Chile, 230-9º Rio de Janeiro - Brasil	15.149	66%	18.107	16.601	(1.608)	(7.150)
. BCA- Banco Comercial dos Açores,S.A. Largo da Matriz, 42 Ponta Delgada	51.892	62,65%	47.377	75.763	6.770	88
. Banif Finantial Services, Inc. 1001 Brickell Bay Drive Suite 1712 Miami, Fl. 33131 USA	421	100%	421	285	(135)	(136)
. BanifServ - A.C.E. (a) Rua de João Tavira, 30 Funchal		Agrupamento Complementar Empresas sem Capital Social	50% n/aplicável	0	0	0
			<u>97.670</u>			

(a) A Banifserv - A.C.E. é ainda participada pelas seguintes empresas do Grupo Banif:

- Banco Comercial dos Açores, S.A.	25,0%
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.	10,0%
- Mundicre - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.	2,5%

- Banif Banco de Investimento, S.A.	2,5%
- Banif Patrimónios - Soc. Gestora de Patrimónios, S.A.	2,5%
- Banifundos Cisalpina- Sociedade Gestora de Fundos Mobiliário, S.A.	2,5%
- Banif Investimentos - SGPS, S.A.	5,0%

Por sua vez a Banif - Investimentos - SGPS, S.A. detém directamente as seguintes participações:

Nome e Sede	Capital Social	% Participação	Valor Participação	Capitais Próprios 2001	(expresso em milhares de euros)	
					Resultados 2001	Diferença entre (1) e a parte proporcional de (2)
			(1)	(2)		
. Banif-Banco Int. do Funchal (Cayman), Ltd (*) P.O. Box 30124, Georgetown Grand Cayman	29.502	100%	29.775	35.181	49	5.406
. Banif (Brasil), Lda Alameda Jaú, nº 389 - 14º Sala 141 São Paulo - Brasil	73	80 %	59	52	(21)	(17)
. Banif - Imobiliária, S.A. Avª José Malhoa, lote 1792, 9º -1070 Lisboa	750	100%	748	1.265	16	517
. Mundicre - Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S.A. Rua Castilho, 32 - 4º/5º/6º Lisboa	3.000	100%	3.068	4.030	255	962
. Mundileasing- Soc.Loc.Fin. S.A. Rua Castilho,32 - 4º/5º/6º Lisboa	7.500	100%	8.978	9.907	748	929
. Espaço Dez-Soc.Imobiliária, Lda Avª Barbosa do Bocage 83 a 85 5º - Lisboa	5	25%	1	(1.057)	(190)	(263)
. CSA- Companhia Seguros Açoreana, S.A. (*) Largo da Matriz, 45/52 Ponta Delgada	36.250	52,31%	21.904	54.132	7.245	6.412
. Banif - Banco de Investimento, S.A. Açoreana, S.A. * Av. José Malhoa, Lt 1792 (*) 1099-012 Lisboa	20.000	75%	16.269	20.949	210	(557)
. Banif Information and Technology Holdings, Ltd (*) Genesis Building-3rd Floor Grand Cayman	1.000	30%	30	100	-	0
. Banif Securities Holding, Ltd (*) Genesis Building, 3rd Floor PO Box 32338-SMB Georgetown, Cayman Islands, BWI	908	85%	772	889	(20)	(16)

(*) Consolidado

Por sua vez a Banif - Banco de Investimento, S.A. detém directamente as seguintes participações:

Nome e Sede	Capital Social	% Participação	Valor Participação	Capitais Próprios 2001	(expresso em milhares de euros)	
					Resultados 2001	Diferença entre (1) e a parte proporcional de (2)
			(1)	(2)		
. Banif IMO, S.A. Av. José Malhoa, Lt 1792 1099-012 Lisboa	500	100%	493	502	2	9
. Banif ASCOR, S.A. Rua da Conceição, 131-3º 1100 Lisboa	250	100%	300	442	120	142
. Banifundos Cisalpina, S.A. Rua Rodrigo da Fonseca, 11 - 4º 1250-189 Lisboa	1.500	70%	1.104	1.645	1	48
. Banif Patrimónios, S.A. Rua Rodrigo da Fonseca, 11- 4º 1250-189 Lisboa	350	100%	431	416	1	(15)
. Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Rua Dr. José B. Tavares Carreiro Edifício BCA- 9º andar 9500 Ponta Delgada	1.850	45,95%	1.124	2.429	23	8

O BCA-Banco Comercial dos Açores, S.A., detém directamente as seguintes participações

(expresso em milhares de euros)

Nome e Sede	Capital Social	% Participação	Valor Participação (1)	Capitais Próprios 2001 (2)	Resultados 2001	Diferença entre (1) e a parte proporcional de (2)
. CSA- Companhia de Seguros Açoreana, S.A. * Largo da Matriz, 45/52 Ponta Delgada	36.250	14,07%	4.301	54.132	7.245	3.315
. Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Rua Dr. José B. Tavares Carreiro Edifício BCA- 9º andar 9500 Ponta Delgada	1.850	10,81%	240	2.429	23	23
. Banif - Banco de Investimento, S.A. Açoreana, S.A. * Av. José Malhoa, Lt 1792 (*) 1099-012 Lisboa	20.000	10%	2.000	20.949	210	95
. Banif Information and Technology Holdings Genesis Building-3rd Floor Grand Cayman Cayman Islands	100	10%	10	100	-	0

* Contas Consolidadas

O Banif (Cayman), Ltd detém directamente as seguintes participações:

(expresso em milhares de euros)

Nome e Sede	Capital Social	% Participação	Valor Participação (1)	Capitais Próprios 2001 (2)	Resultados 2001	Diferença entre (1) e a parte proporcional de (2)
. FINAB - Int. Corp. Manag. Services, Ltd P.O. Box 30124, Georgetown Grand Cayman	40	60%	24	87	7	28
. Banif - Banco de Investimento, S.A. Açoreana, S.A. * Av. José Malhoa, Lt 1792 1099-012 Lisboa	20.000	15%	3.000	20.949	210	142
. Banif Information and Technology Holdings Genesis Building-3rd Floor Grand Cayman Cayman Islands	100	30%	30	100	-	0

As empresas nas quais a percentagem de controlo indirecto do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. era superior a 20% eram as seguintes:

Nome e Sede	Fracção Capital detida Indirectamente	Observações Participações Directas
. Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora Fundo Pensões, S.A. Rua Dr. José Bruno T. Carreiro Edifício BCA- 9º- Ponta Delgada	68,85%	BCA..... 10,81% CSA..... 29,19%
. Banif Primus Corretora de Valores e Câmbios, S.A. Alameda de S.A.ntos, 745 - 1º CEP01419-001 S. Paulo - Brasil	66%	Banif Invest., S.A. ...45,95% Banco Banif Primus 100%
. Banif Primus Asset Management Alameda de S.A.ntos, 745 - 1º CEP01419-001 S. Paulo - Brasil	66%	Banco Banif Primus 90%
. O Trabalho, Comp. Seguros Rua Eng. Vieira da Silva, 12 1069-009 Lisboa		Banif Primus Corretora...10%
. FINAB - Int. Corp. Manag. Services, Ltd P.O. Box 30124, Georgetown Grand Cayman	60%	Banif-Banco Int. do Funchal (Cayman), Ltd 60%
. Econofinance, S.A. Av. República do Chile, 230-8º Rio de Janeiro	66,70%	Banif Information Tehnology Holding, Ltd..... 85%
. Banif Securities Holdings, Ltd Genesis Building, 3rd Floor	85%	Banif Investimento-SGPS....85%

Nome e Sede	Fracção Capital detida Indirectamente	Observações Participações Directas
PO Box 32338-SMB Georgetown, Cayman Islands, BWI . Banif Information and Technology Holdings Genesis Building-3rd Floor Grand Cayman Cayman Islands	78,47%	Banif (Cayman) 30% BCA..... 10% Banif Investimentos,SGPS.....30% CSA..... 10% OTrabalho10%
. Banif Securities, Inc. Genesis Building, 3rd Floor PO Box 32338-SMB Georgetown, Cayman Islands, BWI	85%	Banif Securities Holding, Ltd ... 100%
. CSA- Companhia de Seguros Açoreana, S.A. * Largo da Matriz, 45/52 Ponta Delgada	61,12%	Banif Investimentos,SGPS.....52,31% BCA..... 14,07%

10 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no mapa Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, constante do ponto 6.3.1.

11 - IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A composição destas rubricas encontra-se discriminada no mapa Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, constante do ponto 6.3.1.

12 - OUTROS ACTIVOS

	2001	2000
Devedores	30.509	38.878
Ouro e O/Materiais Preciosos, Numismática, Medalhística e O/Disponibilidades	5.772	1.360
Imóveis não afectos ao serviço	33.156	29.354
Outras Aplicações	1.374	1.367
Outras Imobilizações Financeiras	58.212	98.869
	<u>129.023</u>	<u>169.828</u>
Provisões para Outras Aplicações, Imóveis não Afectos ao Serviço e O/Imobilizações Financeiras ..	2.903	2.649
	<u>126.120</u>	<u>167.179</u>

13 - CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

	2001	2000
Proveitos a Receber	27.206	44.280
Despesas com Custo Diferido	1.654	1.946
Outras Contas de Regularização	11.904	17.250
	<u>40.764</u>	<u>63.476</u>

14 - DÉBITOS PARACOM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo dos Débitos para com Instituições de Crédito decompõe-se da seguinte forma:

	2001	2000
À Vista		
No País	25.355	13.083
No Estrangeiro	721.169	51.922
	<u>746.524</u>	<u>65.005</u>
A Prazo		
No País		
Mercado Monetário Interbancário	43.000	12.000
Depósitos a Prazo e outros recursos	76.283	141.585
	<u>119.283</u>	<u>153.585</u>
No Estrangeiro		
Depósitos a Prazo e outros recursos	1.053.892	1.631.149
	<u>1.173.175</u>	<u>1.784.734</u>
	<u>1.919.699</u>	<u>1.849.739</u>

Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
Até 3 meses	1.615.594	1.365.733
De 3 meses a 1 ano	304.105	481.386
De 1 ano a 5 anos	-	2.620
	<u>1.919.699</u>	<u>1.849.739</u>

15 - DÉBITOS PARACOM CLIENTES

O saldo dos Débitos para com Clientes decompõe-se da seguinte forma:

	2001	2000
Depósitos à Ordem	746.963	599.490
Depósitos a Prazo	1.441.092	1.408.303
Depósitos de Poupança	98.372	81.547
Cheques e Ordens a pagar	6.042	2.111
Outros Recursos	27	26
	<u>2.292.496</u>	<u>2.091.477</u>

Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
À Vista	746.963	599.490
Até 3 meses	1.012.996	1.032.329
De 3 meses a 1 ano	531.797	459.491
De 1 ano a 5 anos	740	167
	<u>2.292.496</u>	<u>2.091.477</u>

16 - DÉBITOS REPRESENTADOS POR TÍTULOS

A composição por prazos residuais para o vencimento, é a seguinte:

	2001	2000
Até 3 meses	18.797	20.615
De 3 meses a 1 ano	41.195	10.855
De 1 ano a 5 anos	11.392	59.994
Mais de 5 anos	0	2.471
	<u>71.384</u>	<u>93.935</u>

17 - OUTROS PASSIVOS

	2001	2000
Credores	12.159	21.442
Exigibilidades Diversas	3.743	3.552
	<u>15.902</u>	<u>24.994</u>

18 - CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

	2001	2000
Receitas com Provento Diferido	2.466	3.151
Custos a Pagar	25.667	38.272
Responsabilidades c/Férias e Sub.Férias	6.054	5.688
Outras Contas de Regularização	10.283	43.912
	<u>44.470</u>	<u>91.023</u>

19 - PROVISÕES

	Saldo em 31/12/00	Constituição ou Reforço	Transfe- rência	Utilizações e Reposições	Saldo em 31/12/01
Para Crédito e Juros Vencidos	37.871	16.959		15.564	39.266
Para Crédito de Cobrança					
Duvidosa	1.052	735		574	1.213
Para Títulos Vencidos					
Para Depreciação de Títulos					
de Investimento	5.765	3.951		4.673	5.043
Para outras Aplicações		2.648	470	215	2.903
Para Imobilizações Financeiras	561	7.263		1	7.823
Para Riscos Gerais de Crédito	26.277	6.196		539	31.934
Para Riscos Bancários Gerais	97	763	- 15	748	97
Para Risco País	238	157		223	172
Para Outros Riscos (*)		325	15	158	182
	74.509	36.819	0	22.695	88.633

(*) Valores não enquadráveis nas rubricas anteriores.

20 - CAPITAL

Nos termos da deliberação aprovada na Assembleia Geral Anual do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. realizada em 26 de Março de 1999 e da deliberação do Conselho de Administração realizada em 3 de Setembro de 1999 foi efectuada, no passado dia 29 de Dezembro de 1999, a redenominação, a renominalização e o aumento do capital social do Banco em Euros, passando, em consequência, e com efeito a partir de 30 de Dezembro de 1999, data do competente registo, o capital social do Banco a ser de 150.000.000 Euros, representado por 30.000.000 de acções, com o valor nominal unitário de 5 Euros.

21 - PRÉMIOS DE EMISSÃO

Refere-se a prémios de emissão resultantes dos aumentos de capital outorgados por escritura pública em 26 de Julho de 1988, 31 de Janeiro de 1989, 02 de Setembro de 1996, e de 29 de Setembro de 1998, de, respectivamente, 19.952 milhares de euros, 12.470 milhares de euros, 2.494 milhares euros, 23.658 milhares de euros, descontados da incorporação de reservas no Capital Social de 360 milhares de euros, em virtude da redenominação do Capital Social em Euros.

22 - CUSTOS COM O PESSOAL

	2001	2000
Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização	1.657	1.595
Remuneração de Empregados	31.832	30.191
Dotação Fundo de Pensões BANIF	1.873	1.722
Outros Encargos	9.360	8.913
	44.722	42.421

23 - OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

	2001	2000
Donativos e Quotizações	196	251
Custos de Avaliações	572	495
Indemnizações	-	2
Outros	62	47
	830	795

24 - PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

	2001	2000
Menos Valias na Venda de Imobilizado	57	-
Prejuízos de Exercícios Anteriores	2.102	1.764
Outros	1.214	2.004
	3.373	3.768

25 - OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

	2001	2000
Proveitos por Prestação de Serviços	1.687	1.067
Reembolsos de Despesas	6.629	6.571

Rendimentos de Imóveis	305	302
Outros Proveitos (*)	4.703	4.632
	13.324	12.572

(*) Esta rubrica inclui 2.507 milhares de euros de Recuperação de Crédito e Juros Abatidos ao Balanço

26 - GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

	2001	2000
Lucros na Venda de Imóveis	148	736
Lucros de Exercícios Anteriores	829	3.783
Outros	1.642	2.074
	2.619	6.593

27 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

	BANIF PORTUGAL		S.F.E. OFFSHORE		TOTAL
	na RAM	no CONTINENTE	SOMA	na RAM	
Juros e Proveitos Equiparados	42.619	192.195	234.814	36.069	270.883
Rendimentos de Títulos	0	3.083	3.083	261	3.344
Comissões	2.747	15.382	18.129	417	18.546
Lucros em Operações Financeiras	2	7.728	7.730	467	8.197
Outros Proveitos de Exploração	2.209	11.063	13.272	52	13.324

28 - OPERAÇÕES A PRAZO POR VENCER

	2001	2000
Operações Cambiais de Compras a Prazo	16.996	19.640
Operações Cambiais de Vendas a Prazo	16.910	20.628

29 - QUADROS DE PESSOAL

	2001	2000
Entradas	224	222
Saídas	143	109
Número de Efectivos em 31 de Dezembro	1412	1.331
Nº Médio de Efectivos no ano	1374	1.304

No final do ano, os efectivos distribuem-se do seguinte modo pelas várias categorias profissionais:

	2001	2000
Direcção	107	104
Técnicos	356	316
Quadros Intermédios	215	204
Empregados do Grupo I	699	671
Empregados do Grupo II	5	6
Empregados do Grupo III	20	20
Empregados do Grupo IV	10	10
	1412	1.331

30 - CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS PARTICIPADAS

	2001	2000
Banif - Investimentos - SGPS, S.A. (*)	40.940	38.893
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd	132.003	974.468
Mundicre - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.	12.397	4.680
Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	61.858	26.351
Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda.	4.623	6.911
Banif - (Açores) SGPS, S.A. (*)		37.609
Banco Comercial dos Açores, S.A.	35.686	33.213
Banif Imo	0	0
Banif Banco de Investimento, S.A.	18.960	1.251
Banif Patrimónios, S.A.	24	0
Banifserv - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E. (*)	17.828	21.847
Banco Banif Primus, S.A.	11	11
Banifundos Cisalpina	24	0
Banif Imobiliária, S.A.	13	0
Banif Ascior - Soc. Corretora, S.A.	42	0

(*) Financiamentos incluídos na rubrica "Outros Activos" - (Saldo Devedor).

31 - DÉBITOS PARACOM EMPRESAS PARTICIPADAS

	2001	2000
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	282	438
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd	1.434.965	1.565.107
Banif Banco de Investimento, S.A.	33.352	18.711
Banif Patrimónios, S.A.	115	89
Banif - Imobiliária, S.A.	16	142
Banifundos Cisalpina, S.A.	1.448	1.352
Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	0	1
Banif Imo	298	278
Mundicre - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.	0	0
Banif Ascor - Sociedade Corretora, S.A.	1.117	
Banif Açor Pensões, S.A.	939	1.757
Banco Comercial dos Açores, S.A.	121.022	53.496
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.	2.526	4.668
O Trabalho - Companhia de Seguros, S.A.	2.223	2.781
Banif - (Açores) SGPS, S.A.	17.295	550
Banifserv - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E.	5.741	6.088
Banco Banif Primus, S.A.	196	5

32 - EXTRAPATRIMONIAIS

	2001	2000
Garantias e Avals Prestados	300.116	299.424
Créditos Documentários Abertos	17.519	16.193
Activos Dados em Garantia	15.413	15.413
	333.048	331.030

32.A - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Resumo das Principais Políticas Contabilísticas e de Gestão de Risco

1) Operações em moeda estrangeira

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como se segue:

Posição cambial à vista - a posição cambial à vista em cada moeda é dada por um saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos e proveitos.

A posição cambial à vista é controlada numa base diária, cumprindo-se o que está instituído relativamente à exposição máxima permitida legalmente. Existe um sistema de limites internos, para as operações com Bancos e com particulares, quer em termos individuais e em termos de grupo, de modo a evitar uma excessiva concentração de riscos.

2) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir posição cambial à vista, com

exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos. Existe um sistema de limites internos, para as operações com Bancos e com particulares ou de natureza comercial, quer em termos individuais e em termos de grupo, de modo a evitar uma excessiva concentração de riscos.

3) Instrumentos financeiros derivados

O Banco classifica os instrumentos financeiros derivados em função da sua intenção de negociação ou para outros fins como cobertura de risco.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, identificados como tal no início do contrato, destinam-se à eliminação ou redução substancial da exposição ao risco de mercado ou à modificação dos perfis de exposição ao risco de variação da taxa de juro inerente a determinados elementos activos, passivos, fluxos de caixa ou extrapatrimoniais.

Desta forma, as variações no valor de mercado dos instrumentos derivados têm de estar correlacionados com as variações no valor de mercado e nos fluxos de caixa do elemento coberto, desde o início do contrato e até ao seu vencimento. Os instrumentos derivados utilizados para esta finalidade são como se segue:

- Currency Swaps
- *Interest Rate Swaps*
- Currency Interest Rate Swaps
- Equity Index Call Options

Se um instrumento financeiro derivado classificado como de cobertura for vendido ou abandonado antes do seu vencimento, o ganho ou perda realizado é diferido durante o período remanescente da operação inicialmente coberta e amortizado por contrapartida de proveitos ou de custos.

Os ganhos ou perdas nos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos conforme seguidamente se menciona para tipo de instrumento:

3.1) Operações de *Currency Swaps*, *Interest Rate Swaps* e *Currency Interest Rate Swaps*

Quanto às operações de Swap, os prémios e os descontos destas operações são amortizados até à data do seu vencimento por contrapartida de custos ou proveitos.

As operações referidas permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento, sendo classificados de acordo com a sua intenção de cobertura ou negociação.

O seu valor de mercado, é apurado com base nas condições da operação à data da avaliação, como se a operação se extinguisse.

3.2) Contratos de opções sobre cotações

Os contratos de opções negociados, dizem respeito a operações efectuadas para cobertura de produtos estruturados. Os contratos de opções sobre índices bolsistas, permanecem registados nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao vencimento. Estes contratos são valorizados com base nas cotações de mercado e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos.

De seguida, discriminam-se as operações a prazo por vencer no final do ano, bem como as posições em aberto com contratos de futuros e de opções.

	2001		2000
	Valor de Contrato (1)	Valor de Mercado (2)	Valor de Contrato
Operações Cambiais			
Forward			
Compra	18.937	246 A)	25.303
Venda	18.495		24.587
Currency Swaps			
Cobertura			
Compra	304.410	1.778 B)	181.236
Venda	303.642		188.883
Interest Rate Swaps			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra	339.294	- 849 C)	100.640
Venda	339.294		100.640
Currency Interest Rate Swaps			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra	71.442	- 1.054 D)	31.750
Venda	64.170		31.750
Forward Rate Agreements			
Negociação			
Cobertura			
Futuros			
Negociação			
Cobertura			
Contratos de opções transaccionados em mercados organizados			
Opções cambiais			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra			
Venda			
Equity Options			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra			
Venda			
Contratos de opções e de garantia de taxa de juro transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
Opções cambiais e sobre cotações			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra	17.500	249 E)	22.488
Venda			
Opções de taxa de juro			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra	-	-	7.500
Venda			
Interest Rate Caps and Floors			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra			
Venda			

- (1) Valor Teórico do Contrato
(2) Valor de mercado relativo aos produtos transaccionados em mercados organizados (valor de cotação)
Para os restantes produtos, corresponde ao proveito ou custo incorrido no eventual encerramento das actuais posições em aberto.
- A) Exclusivamente operações comerciais.
B) Exclusivamente operações de “matching” de Activos e Passivos em diferentes moedas, não envolvendo operações de arbitragem ou de especulação.
C) As operações respeitam à cobertura do risco de taxa de juro de operações comerciais. Inclui 190 milhões de euros, referente a um contrato no âmbito da operação de securitização efectuada em Novembro de 1999 e respectiva cobertura.
D) Operações comerciais integralmente cobertas no mercado.
E) Operações efectuadas para cobertura dos produtos estruturados “Banif Europa/Japão 2002”, “Banif Europa Rendimento Garantido”.

	Prazos de vida residual		
	< 1 ano	1 ano < 2 anos	> 2 anos
Operações Cambiais a prazo			
Compras	18.937		
Vendas	18.495		
Currency Swaps			
Compras	304.409		
Vendas	303.642		
Interest rate Swaps			
Compras			339.294
Vendas			339.294
Interest/Currency Swaps			
Compras		71.442	
Vendas		64.170	
Opções s/Cotações	10.000	7.500	

33 - ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA
O valor global dos Activos e Passivos em divisas corresponde, em 31/12/01 a 1.812.541 milhares de euros.

34 - OUTRAS NOTAS

Em 31 de Dezembro de 2001 não existiam dívidas em situação de mora para com o Estado, Segurança Social e outros Organismos Públicos.

As autoridades fiscais podem rever a situação fiscal do Banco e das empresas associadas incluídas na consolidação durante um período de quatro anos (dez anos no que se refere à Segurança Social). Devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, podem resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 1997 a 2001. Atendendo à natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco e das empresas associadas, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

6.4.2 - GRUPO BANIF

31 de Dezembro de 2001
(expressas em milhares de euros)

1- BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS

As demonstrações financeiras foram consolidadas e estão apresentadas de acordo com as disposições do Decreto-Lei nº 36/92, de 28 de Março e as Instruções Técnicas de Consolidação de Contas do Banco de Portugal, fixadas ao abrigo do artº 7º daquele Diploma.

As participações financeiras em filiais, aquelas que a empresa-mãe controla, directa e/ou indirectamente, de modo

exclusivo, estão consolidadas pelo método de consolidação integral. Os saldos e transacções significativas existentes entre as empresas do conjunto, estão eliminados.

As participações financeiras em empresas associadas, aquelas nas quais a empresa-mãe exerce, directa e/ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e sobre a sua política financeira, bem como as participações financeiras em empresas abrangidas pelo nº 1 artº 5º do D.L. nº 36/92, de 28 de Março, foi aplicado o método da equivalência patrimonial.

As diferenças entre o valor contabilístico dos investimentos financeiros nas empresas englobadas na consolidação e o valor da proporção que os mesmos representam nos Capitais Próprios respectivos estão demonstradas no Balanço na rubrica de Diferenças de Consolidação.

As diferenças entre o valor contabilístico das empresas reavaliadas pelo método da equivalência patrimonial e o valor da proporção que os mesmos representam nos Capitais Próprios respectivos estão relevadas no Balanço em Diferenças de Reavaliação - Equivalência Patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2001 não se verificaram quaisquer diferenças relativamente às bases de apresentação e principais políticas contabilísticas adoptadas em 31 de Dezembro de 2000.

a) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. Nos termos das normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre o crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

b) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos

Os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista

Constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, resultados em moeda estrangeira, operações à vista a aguardar liquidação e operações a prazo com vencimento nos dois dias subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal e as diferenças cambiais apuradas são registadas mensalmente como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo

Constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas, são registadas mensalmente como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal.

As diferenças cambiais apuradas são registadas mensalmente como custos ou proveitos do exercício.

c) Instrumentos Financeiros Derivados

O Banco classifica os instrumentos financeiros derivados em função da sua intenção de negociação ou para outros fins

que não de negociação (cobertura). Os instrumentos derivados utilizados para efeitos de cobertura do risco inerente a operações de negociação são classificados como de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura de riscos são utilizados, entre outros, para mitigar riscos de taxa de juro e riscos de taxa de câmbio, inerentes a posições de investimento. Os instrumentos utilizados para efeitos de cobertura são "swaps" de taxas de juro e de câmbio e opções.

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura, desde que cumpram, cumulativamente, as condições seguintes:

- i) A posição a ser coberta esteja identificada e exponha o Banco ao risco de prejuízos resultantes de potenciais alterações de taxas de juro a que determinados activos, passivos, elementos extrapatrimoniais ou fluxos financeiros possam estar sujeitos;
- ii) Estejam especificamente qualificados de cobertura na documentação interna do Banco;
- iii) Que as alterações de valor do instrumento financeiro derivado estejam correlacionadas com alterações de sinal oposto no valor da posição coberta, de tal forma que o mesmo se torne eficaz como elemento de cobertura, eliminando ou reduzindo substancialmente o risco de perda na posição coberta.

Os resultados obtidos nos contratos de cobertura são relevados de acordo com o mesmo princípio que for seguido para os resultados de sinal oposto dos elementos cobertos, sendo diferidos até ao momento em que estes últimos sejam relevados.

Se um instrumento financeiro derivado de cobertura deixar de satisfazer qualquer das condições atrás referidas, o mesmo é reclassificado em negociação, devendo os correspondentes resultados ser imediatamente relevados.

Operações de permuta de taxas de juro ("Interest Rate Swaps" - IRS) e permuta de taxa de juro e moeda ("Currency and Interest Rate Swaps" - CIRS)

As operações de permuta de taxas de juro e permuta de taxas de juro e moeda permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até à sua maturidade, sendo classificadas de acordo com a sua intenção de negociação ou cobertura.

As operações de cobertura, as únicas efectuadas pelo Banco, que se destinam à gestão do risco inerente aos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais, são valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos. A reavaliação dos contratos de cobertura apenas é relevada contabilisticamente no caso em que os elementos cobertos correspondam a activos avaliados ao custo de aquisição e sujeitos à constituição de provisões para depreciação, desde que o valor de mercado desses activos seja inferior. Em todos os restantes "Swaps" de cobertura é seguido o critério de custo histórico, que consiste no registo dos fluxos de juros corridos, de acordo com o princípio dos acréscimos.

Operações de fixação de taxa de juro a prazo ("Forward Rate Agreement" - FRA")

As operações de fixação de taxa de juro são registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional, sendo classificadas de acordo com a sua intenção de negociação ou cobertura.

Os contratos classificados como "negociação" são reavaliados, diariamente, com base na diferença entre a taxa contratada e a taxa de mercado em vigor, na data da reavaliação.

Os valores pagos ou recebidos na data de liquidação dos contratos de cobertura são diferidos no balanço como proveitos e custos diferidos, sendo reconhecidos diariamente em resultados, de acordo com o período de realização de cada contrato.

Os ganhos e perdas potenciais na reavaliação a preços de mercado dos contratos de cobertura, são controlados numa base diária, não sendo, no entanto, reconhecidos contabilisticamente.

Futuros

As posições de negociação em contratos de futuros transaccionados em mercados organizados são registadas em rubricas extrapatrimoniais e são valorizadas com base nas cotações de mercado. As perdas e os ganhos, realizados e não realizados (custo ou proveito, necessários ao encerramento das posições detidas), são relevados em resultados do exercício. Se transaccionados em mercados não organizados ou com pouca liquidez, apenas as perdas latentes são reconhecidas em resultados do exercício.

Opções cambiais e sobre cotações ("Currency options" e "Equity Options")

Os montantes nocionais das opções são contabilizados nas contas extrapatrimoniais, na data de transacção, ao valor acordado. Os prémios pagos ou recebidos são diferidos nas rubricas de balanço "Despesas com custo diferido" e "Receitas com proveito diferido", respectivamente, até ao exercício da opção.

Opções de cobertura

As alterações no valor estimado dos prémios quando reavaliados às condições vigentes no mercado, são relevadas em resultados do exercício quando, e da mesma forma que as alterações que o justo valor das operações cobertas o forem. Contudo, se a operação coberta estiver relevada ao menor dos valores de custo de aquisição ou valor de mercado, qualquer ganho na opção, apenas é relevado em resultados na parte proporcional equivalente às perdas verificadas na operação de cobertura. No caso de a opção gerar uma perda, a mesma é capitalizada como parte do custo inerente à operação coberta.

Opções de negociação

Os prémios de opções pagos ou recebidos são reavaliados diariamente com base nos preços de fecho para contratos negociados em mercados organizados ou através de métodos internos de avaliação para contratos negociados em mercado não organizado (mercado de balcão ou OTC). Numa base diária, as reavaliações produzirão um ganho ou uma perda latente que será registada nas respectivas contas de resultados, por contrapartida das contas de balanço "Despesas com custo diferido" ou "Receitas com proveito diferido", depois de estornado o movimento relativo à reavaliação do dia anterior.

d) Títulos de Negociação, de Investimento e Participações Financeiras

Os Títulos de Negociação de Rendimento Fixo são registados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação de mercado, capital mais juros corridos. Na ausência de cotação, o valor da componente capital corresponde à diferença entre o valor de aquisição e os juros corridos, calculados à taxa nominal. Os Títulos de Negociação de Rendimento Variável que fazem parte dos índices BVL 30 ou PSI 20, são igualmente registados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação de mercado. As diferenças de reavaliação apuradas são registadas em Contas de Proveitos ou Custos por Natureza. Se os títulos não estiverem inseridos nos indicadores (BVL30 e PSI20) então as diferenças entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado são registadas em Contas Internas e de Regularização e só são relevadas em Custos ou Proveitos após a efectivação da venda.

Os Títulos de Investimento de Rendimento Fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados pelo valor de aquisição e os emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal).

Os Títulos de Investimento de Rendimento Variável e as Participações Financeiras, são mantidos ao custo de

aquisição. As menos valias resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado estão integralmente cobertas por provisões.

e) Juros

Os juros decorrentes das operações activas e passivas são contabilisticamente relevados como Proveitos e Custos dia a dia, independentemente do momento do seu vencimento. Não são registados em Proveitos quaisquer juros sobre crédito vencido sem garantias reais, até que a cobrança dos mesmos se efective. Também não são registados em Proveitos os juros vencidos e não pagos desse crédito, com antiguidade superior a 90 dias.

f) Imóveis e Equipamento

As immobilizações corpóreas são registadas pelo custo de aquisição e líquidas de amortizações. Algum imobilizado corpóreo adquirido até 31 de Dezembro de 1992 encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

As amortizações do Imobilizado corpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes (exceptuando certas aquisições de 1989 e 1991, as quais são amortizadas pelo método das taxas degressivas) de forma a amortizar os activos durante a sua vida útil.

As amortizações referentes ao imobilizado adquirido de 1993 a 2000 estão calculadas pelo método dos duodécimos, de acordo com o disposto no Aviso nº9/94, de 2 de Novembro.

g) Provisões para crédito, para riscos gerais de crédito e créditos de cobrança duvidosa

Foram constituídas as provisões impostas pelo Aviso nº3/95 do Banco de Portugal, para riscos específicos de crédito, riscos gerais de crédito, menos-valias de títulos e immobilizações financeiras, risco país e menos-valias de outras aplicações.

h) Pensões de Reforma e de Sobrevivência

Relativamente ao Fundo de Pensões Banif, apresentamos na alínea h) do nr. 1 do ponto 6.4.1. as informações de acordo com o estipulado no nr. 11 do Aviso 12/2001 do Banco de Portugal.

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, o Banco Comercial dos Açores, S.A., assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias, uma vez que estes não se encontram integrados no sistema nacional de segurança social.

Com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, foi constituído pelo Banco, em 30 de Dezembro de 1988, ao abrigo do Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro, um Fundo de Pensões autónomo. A entidade gestora deste Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A partir do exercício de 2001, inclusivé, a cobertura destas responsabilidades e o reconhecimento do custo com as contribuições para o Fundo de Pensões passaram a observar o regime estabelecido no Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, de 23 de Novembro.

Em 31 de Dezembro de 2001, o Fundo abrangia uma população de 154 Pensionistas e 452 Activos.

As responsabilidades e respectivas coberturas eram naquela data:

Responsabilidades	
Valor Actual das Pensões em Pagamento	25.943
Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Passados	26.732
	<u>Total 52.675</u>
Cobertura das Responsabilidades	
Valor do Fundo de Pensões	45.332
Saldo Plano Amortização (al.c), nº1 do Aviso 12/2001	6.026
Valores a Pagar	1.317
	<u>Total 52.675</u>

O plano de amortização, previsto na alínea c) do nº 1 do Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, respeita à insuficiência de financiamento das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, e que está a ser reconhecido como custo e financiado de acordo com aquele plano de amortização, de prestações uniformes por 20 anos, que termina em 31/12/2014.

Os valores a pagar correspondem à parte não financiada das responsabilidades, nos termos do nº 5º do Aviso 12/2001, que se encontram reconhecidas como um passivo do Banco, relevadas na conta “395-Outras Exigibilidades - Contribuições para Fundo de Pensões”.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2001, era de 23.821 milhares de euros.

No exercício de 2001, o Banco reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

+ Custo do serviço corrente	1.129
+ Custo dos juros	2.925
- Rendimento esperado dos activos do Fundo	2.599
+ Custo dos serviços passados (al. C) do nº 1º do Aviso 12/2001	721
+ Custo de programas de reformas antecipadas	1.717
Total	3.893

Em 31 de Dezembro de 2001, o Banco registou em conta específica de “Flutuação de Valores”, por não ultrapassar os limites do “corredor” fixado na alínea e) do nº 1) do nº 2º do Aviso 12/2001, o montante de 2.939 milhares de euros, apurado nos termos do nº 3) do nº 2º do referido Aviso.

Durante o ano de 2001, o Fundo de Pensões pagou pensões no valor de 1.819 milhares de euros e recebeu contribuições no valor de 4.270 milhares de euros, dos quais 2.282 milhares de euros relativos a contribuições correntes e 1.988 milhares de euros de contribuições extraordinárias. As contribuições foram realizadas por numerário, no montante de 1.876 milhares de euros, e imóveis, no montante de 2.394 milhares de euros.

O Banco utiliza, por arrendamento, dois imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 1.197 milhares de euros.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados foram:

Método de valorização actuarial:	Unit Credit Projected (UCP)
Taxa de desconto:	6,00%
Taxa de rendimento esperado dos activos do fundo:	6,00%
Taxa esperada de crescimento dos Salários e out. benef.:	3,00%
Taxa esperada de crescimento das pensões:	2,00%
Tábua de mortalidade:	TV 73/77
Tábua de invalidez:	EVK 80
Tábua de turnover:	Não aplicada
Tipo de decrementos utilizados:	Invalidez 3) artº 7º Aviso

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

Taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões:	0,97%
Taxa de crescimento dos Salários e out. benef.:	4,79%
Taxa de crescimento das pensões:	6,01%
Taxa de mortalidade:	3,28%
Taxa de invalidez:	2,18%
Taxa de turnover:	1,10%

i) Bens Obtidos por Recuperação de Créditos

Os imóveis e outros bens arrematados, obtidos por recuperação de créditos vencidos, são registados em “Outros Activos” pelo valor de arrematação, por contrapartida da respectiva conta de crédito vencido.

Caso o valor de mercado dos bens recuperados seja inferior aos montantes registados nesta rubrica, as respectivas menos valias são integralmente provisionadas.

j) Fundo de Garantia de Depósitos

Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas Instituições de Crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições iniciais para o Fundo, fixadas por Portaria do Ministério das Finanças, efectuadas através da entrega de títulos de depósito, foi amortizada por um período de 60 meses.

Adicionalmente, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que se referem.

2 - EMPRESAS FILIAIS COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Nome e Sede	Capital Social	Participação do Grupo Banif (P/efeitos de consolidação%)	Valor Participação	(Expresso em mil euros)	
				Capitais Próprios 2001	Resultados 2001
Banif Investimentos - SGPS, S.A. Rua João Távira, 30 - Funchal (Âmbito Institucional da Zona Franca da Madeira)	8.750	100 %	8.729	13.341	1.631
Banif (Açores) SGPS, S.A. Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro Edifício Sol Mar - Ponta Delgada	25.075	90 %	23.021	17.509	619
Banif - Imobiliária, S.A. Avª José Malhoa, lote 1792, 9º -1070 Lisboa	750	100%(1)	748	1.265	16
Mundicre - Soc.Financeira de Aquisições a Crédito, S.A. Rua Castilho, 32 - 4º/5º/6º Lisboa	3.000	100%(1)	3.068	4.030	255
Mundileasing- Soc.Loc.Fin., S.A. Rua Castilho,32 - 4º/5º/6º Lisboa	7.500	100%(1)	8.978	9.907	748
Banco Banif Primus, S.A. (3) Av. República do Chile, 230-9º Rio de Janeiro - Brasil	15.149	66%	18.107	16.601	(1.608)
Banif Banco de Investimento, S.A. Av. José Malhoa, Lt 1792 1099-012 Lisboa	20.000	96,26% (6)	21.269	20.949	78

Banco Comercial dos Açores,S.A. Largo da Matriz, 42 Ponta Delgada	51.892	62,65%(2)	47.377	75.763	6.770
Banif-Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd (4) P.O. Box 30124 Georgetown Grand Cayman	29.502	100% (1)	29.775	35.181	49
Banif IMO, S.A. Av. José Malhoa, Lt 1792 1099-012 Lisboa	500	96,26% (5)	493	502	2
Banif Ascor, S.A. R. da Conceição, 131 - 3º/4º Lisboa	250	96,26% (5)	300	442	120
Banifundos Cisalpina, S.A. R. Rodrigo da Fonseca, 11 - 4º 1250-189 Lisboa	1.500	67% (5)	1.104	1.645	1
Banif Patrimónios, S.A. R. Rodrigo da Fonseca, 11 - 4º 1250-189 Lisboa	350	96,26% (5)	431	416	1
Banif (Brasil) Alameda Jaú nº 389,14º Sala 141 São Paulo - Brasil	73	100%	74	52	(21)
Banif Information Technology Holdings, Ltd (7) Genesis Building-3rd Floor Grand Cayman	1.000	78,47%	785	100	-
Banif Securities Holding, Ltd (1) (8) Genesis Building, 3rd Floor PO Box 32338-SMB Georgetown, Cayman Islands, BWI	908	85%	772	889	(20)
Banif Financial Services, Inc 1001 Brickell Bay Drive Suite 1712 Miami, Fl. 33131 USA	421	100%	421	285	(135)

(1) A participação indicada corresponde à participação detida pela Banif Investimentos SGPS, S.A.

(2) Detido directamente em 20% e indirectamente, pela Banif Investimentos, SGPS, S.A. em 80%.

(3) Valores consolidados com a Banif Primus - Corretora de Valores e Câmbios, S.A.

(4) Valores consolidados com a FINAB - International Corporate Management Services, Ltd

(5) A participação indicada corresponde à participação detida pelo Banif - Banco de Investimento, S.A.

(6) Participações: Banif Investimentos, SGPS, em 75%; Banif (Cayman), em 15%; BCA, em 10%.

(7) Valores consolidados com a Econofinance, S.A. - Participações: Banif (Cayman), em 30%; BCA, em 10%; Banif Investimentos, SGPS, S.A., em 30%; CSA, em 10%; O Trabalho, em 10%.

(8) Valores consolidados com a Banif Securities, Inc.

3 - EMPRESAS ASSOCIADAS

Nome e Sede	Participação do Grupo Banif	Filial que detém directamente a Participação
Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda. Av. Barbosa du Bocage, 83 a 85 - 5º- Lisboa	25,0%	Banif Investimentos SGPS, S.A.
Companhia de Seguros Açoreana, S.A. Largo da Matriz, 45-52 Ponta Delgada	61,12%	Banco Comercial dos Açores, S.A. (14,07%) Banif Investimentos - SGPS, S.A. (52,31%)
Banif Açor-Pensões-Soc. Gestora Fundo Pensões, S.A. R: Dr. José Bruno T. Carreiro Edifício BCA- 9º- Ponta Delgada	68,85%	Banco Comercial dos Açores, S.A.(12,22%) e Companhia de Seguros Açoreana,S.A.(29,19%) Banif Banco de Investimento, S.A. (45,95%)

4 - CAIXAE DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2001	2000
Notas e Moedas Nacionais	20.014	20.794
Notas e Moedas Estrangeiras	24.436	8.302
Depósitos à Ordem no Banco de Portugal	104.650	182.337
	<u>149.100</u>	<u>211.433</u>

Disponibilidades Sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro

	2001	2000
Depósitos à Ordem	32.279	14.546
Valores a Cobrar	2.127	2.768
	<u>34.406</u>	<u>17.314</u>
Saldo Bruto	158.889	102.094
Provisões	15	26
Saldo Líquido	<u>158.874</u>	<u>102.068</u>

5 - DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Disponibilidades Sobre Instituições de Crédito no País	2001	2000
Depósitos à Ordem	5.858	1.608
Valores a Cobrar	118.625	83.172
Outras Disponibilidades	0	0
	<u>124.483</u>	<u>84.780</u>

6 - OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O Saldo dos outros Créditos sobre outras Instituições de Crédito decompõe-se da seguinte forma:

Aplicações em Instituições de Crédito no País

	2001	2000
Mercado Monetário Interbancário e Tit.Dep	51.303	53.223
Empréstimos	30.188	33.211
Outras Aplicações	64.431	227.414
	145.922	313.848

Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro

	2001	2000
Empréstimos	70.520	141.682
Outras Aplicações	691.998	21.830
	762.518	163.512
Saldo Bruto	908.440	477.360
Provisões	0	0
Saldo Líquido	908.440	477.360

O escalonamento dos valores desta rubrica, por prazos residuais para o vencimento, apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
Até 3 meses	827.379	342.575
De 3 meses a 1 ano	46.008	121.634
De 1 ano a 5 anos	35.053	13.151
Mais de 5 anos	0	0
	908.440	477.360

7 - CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Desconto Comercial	157.330	145.544
Crédito Titulado por Efeitos	143.406	215.188
Créditos em Conta Corrente	1.150.617	935.250
Descobertos em D.O.	84.445	72.894
Outros Créditos	2.245.855	1.805.836
	3.781.653	3.174.712
Crédito e Juros Vencidos	74.497	74.139
Saldo Bruto	3.856.150	3.248.851
Provisões p/Crédito, Juros Vencidos,		
Crédito de Cobrança Duvidosa e Risco País	50.360	48.035
Saldo Líquido	3.805.790	3.200.816

O escalonamento dos Créditos sobre Clientes por prazos residuais para o vencimento, apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
Até 3 meses	710.584	469.351
De 3 meses a 1 ano	738.326	477.009
De 1 ano a 5 anos	1.007.946	1.058.721
Mais de 5 anos	1.324.797	1.169.631
Duração indeterminada		
(Crédito Vencido)	74.497	74.139
	3.856.150	3.248.851

8 - OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras, constante do ponto 6.2.2.

Sinteticamente, a composição é a seguinte:

	2001	2000
Títulos de Dívida Pública Portuguesa	17.295	52.160
Obrigações de O/Emissor. Públicos	32.487	23.158
Saldo Líquido	49.782	75.318
Provisões	380	1.644
Saldo Líquido	49.402	73.674

Obrigações Emitidas por Outros Emissores, Residentes:

	2001	2000
Obrigações de Caixa	2.945	8.796
Outras Obrigações, não Vencidas	18.770	12.402
Papel Comercial	7.699	16.154
Outras Obrigações, Vencidas	438	438
	29.852	37.790

Obrig. Emitidas p/ O/Emissores

Não Residentes	149.776	34.832
Saldo Bruto	179.628	72.622
Provisões	2.616	2.123
Saldo Líquido	177.012	70.499
Títulos Próprios	840	-

As Provisões para Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo referem-se em 31 de Dezembro de 2001, a:

De Emissores Públicos

Cobertura da diferença entre o valor de mercado e o valor nominal

OTMP/97 V.23/02/2007	80,6
OTMP/97 V.23/03/2002	18,3
OTMP/98 V.23/09/2003	181,8
LETRAS TESOURO NACIONAL	11,3
REP. BRASIL 6,625% 21/05/02	0,4
REP. BRASIL 6,625% 21/05/02	0,3
REP. BRASIL 8,625% 03/03/03	86,5
REP. BRASIL 9,5% 29/07/02	0,3
	379,5

De Outros Emissores

Cobertura da diferença entre o valor de mercado e o valor nominal (em mil euros):

PETROGAL/96 2ª VENC. 04/12/2003	0,1
PORTUCEL 99/04	1,3
BNC 99/03	1,0
CEMG/97 1ª V.15/02/2002	7,4
CEMG/98 V. 30/11/2003	5,0
PARTEST98/08	2,5
PETROGAL94/04	1,1
BANCO FINANTIA97/02	2,9
EDP96/06 22ª EMISSÃO	1,9
PETROGAL96/03 1ª EMISSÃO	0,2
PETROGAL96/03 2ª EMISSÃO	0,1
SONAE IND. 98/03 C/WARRANTS	0,4
MODELO CONTINENTE 95/03	0,6
GMAC 02/2004	49,2
BEAR STEARNS 04/2005	5,9
GROUPE 09/2003	3,4
CABELTE 02/2002	12,7
GOLMAN 10/2005	19,0
REPSOL08/2003	33,2
FORD 03/2003	37,9
DONALDSON 05/2005	5,1
ITAU EUROPA 11/2003	1,0
RENAULT 07/2004	8,6
MBNA 11/2003	4,6
BLADDEX 11/2002	6,4
SYNNVX 07/2003	0,1
PINAULT 07/2004	2,8
SONERA08/2002	0,5
ALCATEL09/2003	37,0
FRANCE TELECOM 11/2003	25,8
COUNTRYWIDE 09/2005	5,4
DT 08/2003	7,6
GMAC 08/2004	47,4
HERTZ 08/2004	171,8
DVB 06/2003	6,7
TOY02/2004	65,7
BCPN 05/2006	2,9
BPIN 05/2006	0,3
TYC 11/2004	39,3
BNDES 8,5% 25/02/02	0,2
BNDES 9,5% 10/09/02	3,1
BNDES 10% 25/02/05	2,0

BEI 5,75% EURO FUNG 97/07	6,0
BEI 5,625% EURO FUNG 99/28	33,4
CESP9,75% 27/02/04	2,9
METROPOLITANA0% 05/09/02	8,7
DEBENTURES UHSC11	37,2
DEBENTURES INHA11	4,0
OBRIG. CX. SUB. BCP/1995-2005	8,6
OBRIG. CX. SUB. BIC/1995-2002	12,2
OBRIG. CX. ESSI/1996-2006	9,3
BAYER HIPO 05/05/2014	176,6
	929,0

Risco País (Brasil):

OBRIG. BANIF CAYMAN-BRAZILLINKED NOTES	1.250,0
--	---------

Títulos Vencidos

FNACINVESTE/91	387,7
COBRE/87 - SERIE A	24,9
AGERG	24,9
	437,5
Total Provisões	2.996,0

Os títulos vencíveis em 2002 são os seguintes (em euros):

COMINTUR 78ª EMISSÃO	399,0
COMINTUR 79ª EMISSÃO	399,0
EUROGÉ'S	650,7
LISGRÁFICA 19ª EMISSÃO	3.750,0
EDA 18ª EM.	2.500,0
CEMG/97 1ª V.15/02/2002	2.493,9
BANCO FINANTIA 97/02	1.246,7
CABELTE 02/2002	4.585,3
BLADEX 11/2002	2.838,8
SONERA 08/2002	2.624,0
RODIA 07/2002	2.500,0
ICI 01/2002	3.261,4
TRADE INVEST 12/2002	4.538,7
BNDES 8,5% 25/02/02	1.546,2
BNDES 9,5% 10/09/02	699,4
OPP FINANCE 9,25% 11/06/02	3.706,5
GLOBO COM PART 8,625% MAR 02	1.170,0
LIR ENERGY 10% 06/09/02	176,9
TRADE INV 5,25% 13/12/02	11.610,1
METROPOLITANA 0% 21/08/02	1.351,6
METROPOLITANA 0% 05/09/02	1.401,6
METROPOLITANA 0% 09/12/02	2.630,2
ELETROPOLITANA 0% 11/01/02	179,4
	56.259,4

As diferenças, em 31 de Dezembro de 2001, entre o valor contabilístico dos Títulos de Investimento e o seu valor nominal, apresenta-se da seguinte forma:

Títulos adquiridos por valor superior ao seu valor nominal	1.350,2
Títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor nominal	685,8

9 - ACÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

A composição desta rubrica do Balanço encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras constante do ponto 6.2.2., sendo:

	2001	2000
Acções, emitidas por Residentes	14.420	8.398
Títulos de Participação	0	7.475
Acções, emitidas por Não Residentes	19.711	25.891
Outros Valores	24.473	3.960
Saldo Bruto	58.604	45.724
Provisões	7.491	6.356
Saldo Líquido	51.113	39.368

As provisões para depreciação de títulos decompõem-se, em 31/12/01, da seguinte forma, em contos:

BEIRAVOUGA ACÇÕES ORDINARIAS	91,7
BEIRAVOUGA PREFERENCIAIS SEM VOTO	97,1
GESTENAVE	34,9
REALCOMPANHIA SEGUROS	184,0
RENDIMO	92,7
COMP. PORTUGUESA TRAB. PORTUARIOS	201,2
TERTIR 94	174,7
INAPA	473,7
EDP	57,7
GRÃO PARÁ	205,8
BPI ESCRITURAS NOM.	168,9
IMPRESA	634,9
PT-MULTIMÉDIA-EMISSÃO/01-A	4,9
PT-MULTIMÉDIA-SUBSCRIÇÃO	1,7
PT-MULTIMÉDIA	118,2
SONAE SGPS - 1ª EMI/00	72,7
MULTIMÉDIA.COM	5,0
PORTUGALTELECOM	5,5
GALERIANAZONI	3,7
BANIFUNDO ESTRATÉGIA EQUILIBRADA	43,5
BANIFUNDO ESTRATÉGIA AGRESSIVA	47,6
BANIFUNDO ESTRATÉGIA CONSERVADORA	9,0
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	2.699,6
BANIFUNDO OPORTUNIDADES	790,1
EBBOKERS (EUR)	322,2
TELE NORTE CELULAR PART.-ADR	1,3
COMP. PARANAENSE DE ENERGIA	63,9
EBBOKERS (USD)	38,5
K FORCE	3,5
TELE LESTE CELULAR PART.-ADR	1,4
PETROLEO BRASILEIRO	51,7
TELE SUDESTE CELULAR -ADR	9,1
TELE NORTE LESTE PART-ADR	31,8
TELECOM S.PAULO	13,5
USINAS SIDERUGICAS	114,1
BRASILTELECOM PART. -ADR	16,4
INRANGE TECHNOLOGIES CL B	252,5
TELESP	21,8
TELEMIG CELULAR PART. ADR	4,8
TELE CELULAR SUL PART.-ADR	3,7
BRASILDISTR PAO ACU-SPADR	45,2
TELE CENTRO OESTE CEL-ADR	6,4
TELE NORDESTE CEL. PART.-ADR	2,7
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES ADR	121,5
GLOBO CABO ADR	43,9
SIDERUGIABELGO MINEIRA	26,2
UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS	4,2
	7.419,1

Risco País (Brasil):

Siderurgia Belo Mineira	15,2
Itausa Investimentos	13,3
União de Bancos Brasileiros	18,7
Globo Cabo - PREF	9,9
Empresa Bras de aeronas - PREF	14,5

71,6

Total Provisões

7.490,7

10 - OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica do Balanço contempla as participações no Capital de empresas excluídas da consolidação, no montante de 3.409,6 mil euros, cuja composição se apresenta da seguinte forma (valores em mil euros):

	2001		2000	
	Nº	Montante	Nº	Montante
Cabo TVMadeirense, Lda	87.860	504,0	87.860	504,0
FINANGEST, S.A.	526	535,2	526	535,2
SIBS-Soc.Interbancária de Serviços, S.A.	103.436	444,9	103.436	444,9
UNICRE-Cartão Internacional de Crédito,SA	24.335	497,4	24.335	497,4
AMBELIS	400	20,0	400	20,0
SWIFT, SC	11	10,5	11	10,5
CENTRO EMP. INOV. MADEIRA	800	4,0	800	4,0
ATLÂNTICO CLUBE INT. FÉRIAS AÇOR.	250	1,2	250	1,2
B.V.L.P., S.A.	124.594	89,2	124.594	89,2
CABO TVAÇOREANA, S.A.	66.000	355,5	66.000	355,5
CINAÇOR - Soc. Teatro e Cinema Açores	20	0,1	20	0,1
SUBLOC - Locação Submarinos	2.500	25,0	2.500	25,0
Outras Part. Financeiras - Banif Primus	-	-	-	6.840,0
VIALITORAL, S.A.	4.750	738,1	4.750	738,1
NORMAAÇORES-Soc. Est. Apoio Des. Reg.	10.000	49,9	10.000	49,9
SOGEO - Soc. Geotérmica dos Açores, S.A.	24.529	122,4	24.529	122,4
TRANSINSULAR(Açores)-Transp. M. Insul.	2.000	11,0	2.000	11,0
Banif Finantial Services, Inc			50.000	53,9
Comercial dos Açores, Inc.-S.José Calif	100	0,1	100	0,1
Comercial dos Açores, Inc. - Fall River	1.000	1,1	1.000	1,1
		3.409,6		10.303,5
Provisões		611,0		611,0
		2.798,6		9.692,5

11 - PARTES DE CAPITALEM EMPRESAS FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Esta rubrica contempla as participações das seguintes empresas (valores em mil euros):

	Participação Indirecta (Para efeitos das contas consolidadas do grupo Banif)	Valor de Balanço
- Companhia de Seg. Açoreana, S.A.	61,12%	33.835
- Banif Açor Pensões -Soc.Gest.Fundo de Pensões, S.A.	68,85%	1.376
		35.211

Estas empresas foram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, por se considerar que estão abrangidas pelo disposto no nº 1 do Art. 5º do Decreto -Lei nº 36/92 de 28 de Março.

12 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no mapa Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, constante do ponto 6.3.2.

13 - IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A composição destas rubricas encontra-se discriminada no mapa Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, constante do ponto 6.3.2.

14 - OUTROS ACTIVOS

	2001	2000
Devedores	45.679	45.514
Ouro e O/Materiais Preciosos, Numismática, Medalhística e O/Disponibilidades	6.289	1.954
Imóveis não afectos ao serviço	37.345	34.963
Outras Aplicações	5.606	3.106
Outras Imobilizações Financeiras	1.410	0
Saldo Bruto	96.329	85.537
Provisões para Outras Aplicações, Imóveis não Afectos ao Serviço e O/Imobilizações Financeiras	4.060	3.776
Saldo Líquido	92.269	81.761

15 - CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

	2001	2000
Proveitos a Receber	44.446	36.366
Despesas com Custo Diferido	15.406	14.411
Outras Contas de Regularização	34.071	54.878
	93.923	105.655

16 - DÉBITOS PARACOM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO O Saldo dos Débitos para com Instituições de Crédito decompõe-se da seguinte forma:

	2001	2000
À Vista		
No País	12.623	27.025
No Estrangeiro	688.557	7.452
	701.180	34.477
	2001	2000
A Prazo		
No País		
Mercado Monetário Interbancário	62.073	12.083
Depósitos a Prazo e outros recursos	348.048	86.146
	410.121	98.229
No Estrangeiro		
Depósitos a Prazo e outros recursos	140.210	319.814
	550.331	418.043
	1.251.511	452.520

Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
Até 3 meses	1.001.059	354.262
De 3 meses a 1 ano	232.187	92.660
De 1 ano a 5 anos	5.886	5.598
Mais de 5 anos	-	-
	1.239.132	452.520

17 - DÉBITOS PARACOM CLIENTES

O saldo dos Débitos para com Clientes decompõe-se da seguinte forma:

	2001	2000
Depósitos à Ordem	1.069.263	901.105
Depósitos a Prazo	2.457.953	2.313.669
Depósitos de Poupança	150.348	131.521
Cheques e Ordens a pagar	10.050	4.150
Outros Recursos	1.638	348
	3.689.252	3.350.793

Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:

	2001	2000
À Vista	1.080.951	905.603
Até 3 meses	1.879.094	1.682.252
De 3 meses a 1 ano	728.434	762.402
De 1 ano a 5 anos	773	536
Mais de 5 anos	-	-
	3.689.252	3.350.793

18 - DÉBITOS REPRESENTADOS POR TÍTULOS

	2001	2000
Obrigações em Circulação	120.858	78.875
Certificados de Depósito	54.380	46.557
	175.238	125.432

A composição por prazos residuais para o vencimento é a seguinte:

	2001	2000
Até 3 meses	72.687	67.879
De 3 meses a 1 ano	41.761	10.997
De 1 ano a 5 anos	45.790	44.085
Mais de 5 anos	15.000	2.471
	175.238	125.432

19 - OUTROS PASSIVOS

	2001	2000
Exigibilidades Diversas	7.923	9.656
Credores	24.139	27.426
Fornec.de Imobilizado em Locação	247	4.251
Outros Passivos	110	425
	32.419	41.758

20 - CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

	2001	2000
Receitas com Proveito Diferido	3.079	3.651
Custos a Pagar	41.604	24.653
Responsabilidades c/Férias e Sub.Férias	8.358	7.531
Outras Contas de Regularização	20.695	125.596
	<u>73.736</u>	<u>161.431</u>

21 - PROVISÕES

	Saldo em 31/12/00	Constituição ou Reforço	Trans- Ferência	Utilizações e	Saldo em 31/12/01
Reposições					
Para Crédito e Juros Vencidos	46.679,9	22.780,9	-	21.816,1	47.644,7
Para Crédito Cobrança Duvidosa	1.225,9	973,6	-	831,9	1.367,6
Para Títulos de Rend.Fixo Vencidos	437,5	-	-	-	437,5
Para Depreciação de Títulos	8.341,4	8.010,5	-	6.374,0	9.977,9
Para Outras Aplicações	3.776,4	626,0	-	342,4	4.060,0
Para Imobilizações Financeiras	611,0	-	-	-	611,0
Para Riscos Gerais de Crédito	33.641,5	8.543,3	-	795,8	41.389,0
Para Riscos Bancários Gerais	2.070,8	995,2	(15,2)	1.047,2	2.003,6
Para Risco País	1.497,4	187,1	-	250,4	1.434,1
Para Pensões de Reforma e Sobrevivência	-	-	-	-	-
Outras (***)	-	325,4	15,2	158,2	182,4
	<u>98.281,8</u>	<u>42.442,0</u>	<u>0</u>	<u>31.616,0</u>	<u>109.107,8</u>

(***) Valores não enquadráveis nas rubricas anteriores

22 - CAPITAL

Nos termos da deliberação aprovada na Assembleia Geral Anual do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. realizada em 26 de Março de 1999 e da deliberação do Conselho de Administração realizada em 3 de Setembro de 1999 foi efectuada, em 29 de Dezembro de 1999, a redenominação, a renominalização e o aumento do capital social do Banco em Euros, passando, em consequência, e com efeito a partir de 30 de Dezembro de 1999, data do competente registo, o capital social do Banco a ser de 150.000.000 Euros, representado por 30.000.000 de acções, com o valor nominal unitário de 5 Euros.

23 - PRÉMIOS DE EMISSÃO

Refere-se a prémios de emissão resultantes dos aumentos de capital outorgados por escritura pública em 26 de Julho de 1988, 31 de Janeiro de 1989, 02 de Setembro de 1996, e de 29 de Setembro de 1998, de, respectivamente, 19.952 mil euros, 12.470 mil euros, 2.494 mil euros, 23.659 mil euros, descontados da incorporação de reservas no Capital Social de 361 mil euros, em virtude da redenominação do Capital Social em Euros.

24 - CUSTOS COM O PESSOAL

	2001	2000
Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização	3.904	3.150
Órgãos de Administração Conselho Fiscal		
Remuneração de Empregados	46.272	41.998
Encargos com Pensões	5.766	7.711
Outros Encargos	14.530	15.192
	<u>70.472</u>	<u>68.051</u>

25 - OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

	2001	2000
Donativos e Quotizações	334	328
Custos de Avaliações	-	494
Menos valias venda Imob. Loc	15	51
Outros	2.950	2.546
	<u>3.299</u>	<u>3.419</u>

26 - PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

	2001	2000
Menos Valias na Venda de Imobilizado	59	1
Prejuízos de Exercícios Anteriores	1.597	1.983
Outros	2.899	2.293
	<u>4.555</u>	<u>4.277</u>

27 - OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

	2001	2000
Proveitos por Prestação de Serviços	3.266	3.046
Reembolsos de Despesas	8.699	8.468
Rendimentos de Imóveis	624	402
Mais valias venda Imobiliz. de Locação Financeira	169	187
Outros Proveitos	10.564	8.367
	<u>23.322</u>	<u>20.470</u>

28 - GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

	2001	2000
Indemnizações	64	70
Lucros na Venda de Imóveis	538	843
Lucros de Exercícios Anteriores	1.105	8.607
Outros	2.459	2.991
	<u>4.166</u>	<u>12.511</u>

29 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

	S.F.E. OFFSHORE e CAYMAN	BRASIL	CONTI- NENTE	RAM	RAA	Total
Juros e Proveitos Equiparados	40.155	19.168	207.058	25.848	41.443	333.672
Rendimentos de Títulos de Rendimento Variável	261	537	86	-	154	1.038
Comissões	417	1.208	20.989	2.747	3.916	29.277
Lucros em Operações Financeiras	599	86.973	14.961	2	7.044	109.579
Outros Proveitos de Exploração	52	1.661	15.034	2.209	4.366	23.322
	<u>41.484</u>	<u>109.547</u>	<u>258.128</u>	<u>30.806</u>	<u>56.923</u>	<u>496.889</u>

30 - OPERAÇÕES CAMBIAIS A PRAZO POR VENCER

	2001	2000
Operações Cambiais de Compras a Prazo	16.996	19.640
Operações Cambiais de Vendas a Prazo	16.910	20.628
	<u>33.906</u>	<u>40.268</u>

31 - QUADROS DE PESSOAL

O Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. e suas empresas filiais, consolidadas pelo método de consolidação integral apresentavam, no final dos anos de 2000 e de 2001, o seguinte quadro de pessoal distribuído pelas várias categorias profissionais:

	2001	2000
Direcção	155	148
Técnicos	471	437
Quadros Intermediários	355	340
Administrativos	1.050	1.012
Outros	68	70
	<u>2.099</u>	<u>2.007</u>
Nr. Médio de efectivos no ano	2.076	1.980

Os quadros de pessoal da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., "O Trabalho" - Companhia de Seguros, S.A. e o Banif Açor Pensões, S.A. (não incluídos nos números indicados) discriminam-se da seguinte forma:

	2001	2000
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	299	326
O Trabalho - Companhia de Seguros, S.A.	303	351
Banif Açor Pensões, S.A.	3	-
	<u>605</u>	<u>677</u>

32 - RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2001	2000
Garantias e Avals Prestados	515.434	477.035
Compromissos perante Terceiros	731.139	743.133
	1.246.573	1.220.168

32.A - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Resumo das Principais Políticas Contabilísticas e de Gestão de Risco

1) Operações em moeda estrangeira

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos Saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como se segue:

Posição cambial à vista - a posição cambial à vista em cada moeda é dada por um Saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos e proveitos.

A posição cambial à vista é controlada numa base diária, cumprindo-se o que está instituído relativamente à exposição máxima permitida legalmente. Existe um sistema de limites internos, para as operações com Bancos e com particulares, quer em termos individuais e em termos de grupo, de modo a evitar uma excessiva concentração de riscos.

2) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo Saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos. Existe um sistema de limites internos, para as operações com Bancos e com particulares ou de natureza comercial, quer em termos individuais e em termos de grupo, de modo a evitar uma excessiva concentração de riscos.

3) Instrumentos financeiros derivados

O Banco classifica os instrumentos financeiros derivados em função da sua intenção de negociação ou para outros fins como cobertura de risco.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, identificados como tal no início do contrato, destinam-se à eliminação ou redução substancial da exposição ao risco de mercado ou à modificação dos perfis de exposição ao risco de variação da taxa de juro inerente a determinados elementos activos, passivos, fluxos de caixa ou extrapatrimoniais.

Desta forma, as variações no valor de mercado dos instrumentos derivados têm de estar correlacionados com as variações no valor de mercado e nos fluxos de caixa do

elemento coberto, desde o início do contrato e até ao seu vencimento. Os instrumentos derivados utilizados para esta finalidade são como se segue:

- *Currency Swaps*
- *Interest Rate Swaps*
- *Currency Interest Rate Swaps*
- *Equity Index Call Options*

Se um instrumento financeiro derivado classificado como de cobertura for vendido ou abandonado antes do seu vencimento, o ganho ou perda realizado é diferido durante o período remanescente da operação inicialmente coberta e amortizado por contrapartida de proveitos ou de custos.

Os ganhos ou perdas nos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos conforme seguidamente se menciona para tipo de instrumento:

3.1) Operações de *Currency Swaps*, *Interest Rate Swaps* e *Currency Interest Rate Swaps*

Quanto às operações de Swap, os prémios e os descontos destas operações são amortizados até à data do seu vencimento por contrapartida de custos ou proveitos.

As operações referidas permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento, sendo classificados de acordo com a sua intenção de cobertura ou negociação.

O seu valor de mercado, é apurado com base nas condições da operação à data da avaliação, como se a operação se extinguisse.

3.2) Contratos de opções sobre cotações

Os contratos de opções negociados, dizem respeito a operações efectuadas para cobertura de produtos estruturados. Os contratos de opções sobre índices bolsistas, permanecem registados nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao vencimento. Estes contratos são valorizados com base nas cotações de mercado e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos.

De seguida, discriminam-se as operações a prazo por vencer no final do ano, bem como as posições em aberto com contratos de futuros e de opções.

	2001		2000
	Valor de Contrato (1)	Valor de Mercado (2)	Valor de Contrato
Operações Cambiais			
Forward			
Compra	20.967	232 A)	22.479
Venda	20.339		21.763
Currency Swaps			
Cobertura			
Compra	304.410	1.778 B)	181.236
Venda	303.642		188.883
Interest Rate Swaps			
Negociação			
Compra	34.935	3.610 C)	-
Venda			
Cobertura			
Compra	339.294	- 849 D)	100.640
Venda	339.294		100.640
Currency Interest Rate Swaps			
Negociação			
Compra			
Venda			
Cobertura			
Compra	71.442	- 1.054 E)	90.233
Venda	64.170		75.235
Forward Rate Agreements			
Negociação			
Cobertura			
Futuros			
Negociação			
Compra			

Venda		-	F)	1.274
Cobertura				
Contratos de opções transaccionados em mercados organizados				
Opções cambiais				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra				
Venda				
Interest Rate Options				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra				
Venda				
Equity Options				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra				
Venda				
Contratos de opções e de garantia de taxa de juro transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
Opções cambiais e sobre cotações				
Negociação	15.519	-	-	
Venda	13.145	-	-	
Cobertura				
Compra	17.500	249	G)	22.488
Venda				
Opções de taxa de juro				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra	-	-		7.500
Venda				
Interest Rate Caps and Floors				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra				
Venda				

- (1) Valor Teórico do Contrato
- (2) Valor de mercado relativo aos produtos transaccionados em mercados organizados (valor de cotação)
- Para os restantes produtos, corresponde ao proveito ou custo incorrido no eventual encerramento das actuais posições em aberto.
- A) Exclusivamente operações comerciais.
- B) Exclusivamente operações de “matching” de Activos e Passivos em diferentes moedas, não envolvendo operações de arbitragem ou de especulação.
- C) As operações referem-se principalmente a transacções do Banif Primus como intermediário para clientes, não representando riscos relevantes para o Banco. Nesta posição, R\$1 (R\$ 25 em 2000) encontram-se custodiados no Cetip, e R\$ 739 (R\$ 2.215 em 2000) refere-se a hedge de moedas (euro/dolar) contratado mediante a emissão de “fixed notes” no montante de 35.000.000 euros.
- D) As operações respeitam à cobertura do risco de taxa de juro de operações comerciais. Inclui 190 milhões de euros, referente a um contrato no âmbito da operação de Securitização efectuada em Novembro de 1999 e respectiva cobertura.
- E) Operações comerciais integralmente cobertas no mercado. Nas contas consolidadas, foi excluída uma operação de 15 milhões de euros efectuada com o Banif Primus, S.A.
- F) Operações de especulação do Banif Primus, para protecção de flutuação de moedas, títulos e taxas de juro a que estão sujeitas os seus Activos e Passivos ou em conexão com operações estruturadas para seus clientes. Esta posição está representada, substancialmente, por contratos vinculados a ouro e à posição vendida a taxa de juros.
- G) Operações efectuadas para cobertura dos produtos estruturados “Banif Europa/Japão 2002”, “Banif Europa Rendimento Garantido”.

	Prazos de vida residual		
	< 1 ano	1 ano < 2 anos	> 2 anos
Operações Cambiais a prazo			
Compras	20.967		
Vendas	20.339		
Currency Swaps			
Compras	304.410		
Vendas	303.642		
Interest rate Swaps			
Compras	34.935		339.294
Vendas			339.294
Interest/Currency Swaps			
Compras		71.442	
Vendas		64.170	
Futuros			
Compras			
Vendas	58.131		
Opções s/Cotações	38.664	7.500	

33 - ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDAESTRANGEIRA
O valor global dos Activos e Passivos em divisas corresponde em 31/12/01 a 2.976.971 milhares de euros.

34 - CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS PARTICIPADAS
Para além das mencionadas no numero 30 do ponto 6.4.1. acrescem os créditos que a seguir se discriminam (valores em mil euros):

- a) concedidos pelo Banco Comercial dos Açores a:
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd 5.341
 - Mundicre - Soc. Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. 1.002
 - Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A. 3.004
- b) concedido pelo Banif (Cayman) Ltd à:
- Banif Investimentos, S.G.P.S. 27.371
- c) concedido pela Mundicre a:
- Banco Comercial dos Açores, S.A. 4
- d) concedido pela Mundileasing a:
- Banco Comercial dos Açores, S.A. 4
 - Mundicre, S.A. 26
- e) concedido pelo Banco Investimentos a:
- Banco Comercial dos Açores, S.A. 3
 - Mundileasing, S.A. 299
- f) concedido pela Banif (Açores) a:
- Banco Comercial dos Açores, S.A. 11
- g) concedido pela Banif Investimentos SGPS à:
- Banif Imobiliária, S.A. (*) 4.888
- h) concedido pelo Banifundus a:
- Banco Comercial dos Açores, S.A. 3
- (*) Financiamento a título de Suprimentos

35 - DÉBITOS PARACOM EMPRESAS PARTICIPADAS
Para além das mencionadas no numero 31 do ponto 6.4.1. acrescem os débitos que a seguir se discriminam (valores em mil euros):

- a) tomados pelo Banco Comercial dos Açores, S.A. à:
- Banif (Açores), S.G.P.S. 11
 - Mundileasing-Soc.Loc.Financeira, S.A. 4
 - Mundicre-Soc. Financ.p/Aquis.a Crédito 4
 - Banco de Investimento, S.A. 3
 - Banifundus Cisalpina, S.A. 3
- b) tomados pela Mundicre, S.A. à:
- Banco Comercial dos Açores, S.A. 1.002
 - Mundileasing-Soc.Loc.Financeira, S.A. 26

- c) tomados pela Mundileasing, S.A. à:
 - Banco Comercial dos Açores, S.A.3.004
 - Banco de Investimento, S.A.299
- d) tomados pelo Banif (Cayman), Ltd a:
 Banco Comercial dos Açores, S.A.5.341
- e) tomados pela Banif Imobiliária, S.A. a:
 - Banif Investimentos, SGPS,S.A.4.888
- f) tomados pela Banif Investimentos, S.G.P.S., S.A. a:
 - Banif (Cayman) Ltd27.371

36 - OUTRAS NOTAS

1 - Não existem dívidas em situação de mora para com o Estado, Segurança Social e outros Organismos Públicos.

2 - Cálculos efectuados na determinação das “Diferenças de Consolidação”

A rubrica “Diferenças de Consolidação” que integra o Balanço Consolidado, traduz a contribuição líquida para o Grupo Banif das empresas englobadas pelo método da consolidação integral, contribuição esta que é dada pela diferença entre o valor contabilístico da participação no Capital Social de cada empresa e a parte proporcional dos respectivos Capitais Próprios e Resultados Transitados, apurada na primeira consolidação.

As “Diferenças de Consolidação” estão discriminadas da seguinte forma (valores milhares de euros):

Empresa - Filial	Diferenças de Consolidação			
	Activas		Passivas	
	Valor Bruto	Amortiz.	Valor Líquido	
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.				4.721
Mundileasing - Soc. Locação Fin.				188
Mundicre - Soc. Fin. Aquis. Crédito, S.A.	9	6	3	
Banif Imobiliária, S.A.	20	14	6	
Banif Banco de Investimento, S.A.	755	755	0	
Banco Comercial dos Açores, S.A. 1	5.355	4.257	11.098	
Banif Açores - SGPS, S.A.	1.413	336	1.077	
Banco Banif Primus, S.A.	8.049	1.555	6.494	
Banif Inform.Technology Holding, Ltd	21	2	19	
Banif Financial Service, Inc	1		1	
Banif Securities Holding				2
Banif Brasil, S.A.	21	1	20	
Finab				3
	25.644	6.926	18.718	4.914

A Diferença de Consolidação da Banif (Açores) S.G.P.S., S.A., é apurada da seguinte forma:

Explicação da Diferença de Consolidação da Banif (Açores), SGPS, S.A.

(em milhares de euros)	
Capital Social	25.075
Reservas	1
Resultados Transitados	- 8.186
TOTAL	16.890

Apuramento da nova Diferença de Consolidação

(milhares de euros)	
a) 90% do valor da Situação Líquida da Banif (Açores), SGPS,S.A.	15.201
b) Valor Contabilístico da Participação na Banif (Açores), SGPS,SA	23.021
	- 7.820
c) Anulação de provisão existente para Partes de Capital em Empresas Coligadas	7.263
90% Resultado do Exercício da Banif (Açores), SGPS, S.A.	557
Diferença Consolidação Actual	0
Diferença da primeira Consolidação	1.413

Esta diferença resulta do processo de reestruturação do Grupo Banif donde resultou a venda das participações da Banif (Açores), SGPS, S.A. no Banco Comercial dos Açores, S.A. e na Companhia de Seguros Açoreana, S.A., pelo que se deverá considerar a Diferença da 1ª Consolidação aquela data. Assim, efectuaram-se movimentos nas contas de Capitais Próprios em consonância com esta realidade, conforme se descreve a seguir:

Capital Social à data da 1ª Consolidação	25.075
Resultados Transitados à data da 1ª Consolidação	- 641
	24.434
Custo do Investimento	23.021
	1.413

A Diferença de Consolidação do Banco Banif Primus, S.A., foi calculada da seguinte forma:

CAPITAIS PRÓPRIOS Banco Banif Primus, S.A.	
Capital Social à data da 1ª Consolidação (51%)	17.264
Reservas à data da 1ª Consolidação (51%)	358
Resultados Transitados à data da 1ª Consolidação (51%)	- 97
Resultado do Exercício à data da 1ª Consolidação (51%)	612
	18.137
51% dos Capitais Próprios	9.249
Custo do Investimento	16.172
	6.923
Capital Social à data da 2ª Consolidação (15%)	16.336
Reservas à data da 2ª Consolidação (15%)	416
Resultados Transitados à data da 2ª Consolidação (15%)	1.239
Resultado do Exercício à data da 2ª Consolidação (15%)	17.991
15% dos Capitais Próprios	2.699
Custo do Investimento	3.739
Flutuação de Valores	86
	1.126
Total da Diferença de Consolidação	8.049

A Diferença de Consolidação do Banco Banif Primus, S.A. será amortizada num prazo de 10 anos tendo sido imputado ao Exercício de 2001 a amortização de 805 mil euros.

A Diferença de Consolidação do Banco Comercial dos Açores, S.A. foi calculada da seguinte forma:

Situação Líquida do Banco Comercial dos Açores, S.A.

(em milhares de euros)	
Capital Social	51.892
Reservas	6.277
Reservas de Reavaliação	2.190
Dif. Reavaliação - Equivalência Patrimonial (Passiva)	1.294
Resultados Transitados	8.634
TOTAL	70.287

Apuramento da nova diferença de Consolidação

(em milhares de euros)	
a) 62,65% do valor da Situação Líquida do Banco Comercial dos Açores, S.A. (70.287 milhares de euros x 62,65%)	44.035
b) Valor Contabilístico da Participação no Banco Comercial dos Açores, S.A.	47.377
c) Diferença de Consolidação (Actual)	3.342
1ª Diferença de Consolidação	16.536
10% da Diferença de consolidação da Banif (Açores)	1.654
A.c.e.rto na participação	473
Nova diferença de 1ª Consolidação	15.355

Diferença de consolidação actual3.342
12.013

A Diferença resulta:

Varição das reservas de reservas (3.679 x 62,65%)2.305
Varição dos resultados transitados (14.174 x 62,65%)8.880
Varição nas Difer. de Equiv. Patrimonial (1.297 x 62,65%)813
Diferença apurada nas vendas/dação acções do BCA16
12.013

A Diferença de Consolidação do Banco Comercial dos Açores, S.A., será amortizada num prazo de vinte anos, tendo sido imputado ao exercício de 2001 a amortização de 768 mil euros.

3. Interesses Minoritários

A rubrica “Interesses Minoritários” refere-se ao valor proporcional dos Capitais Próprios das empresas incluídas na consolidação pelo método integral, correspondente à parte não detida pelo Grupo Banif.

Em 31 de Dezembro de 2001 esta rubrica é discriminada da seguinte forma (valores em milhares de euros):

Interesses Minoritários		
Empresa Participada	Activos	Passivos
BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	-	493
BANCO COMERCIALDOS AÇORES, S.A.	-	29.943
BANIF (AÇORES) SGPS, S.A.	-	1.418
BANCO BANIF PRIMUS, S.A.	-	5.461
FINAB - INT. CORPORATE MANAG. SERVICES, LTD	-	20
BANIF INFORMATIONAND TECHNOLOGY HOLDINGS,LTD	-	12
BANIF SECURITIES HOLDING, LTD - 119	-	37.466

4. Diferenças de Reavaliação-Equivalência Patrimonial

A rubrica “Diferenças de Reavaliação-Equivalência Patrimonial” resulta da diferença entre o valor contabilístico da participação nas empresas reavaliadas pelo método de equivalência patrimonial e o valor da proporção que os mesmos representam nos Capitais Próprios respectivos.

O valor apresentado no Balanço Consolidado do Grupo Banif por esta rubrica, desdobra-se como segue (valores em milhares de contos):

	Diferenças de Equivalência Patrimonial			
	Valor Bruto	Activas		Passivas
		Amortiz.	Valor Líquido	
Banif Açor Pensões, S.A.	21	4	17	17
Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda	4	3	1	-
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.	-	-	-	2.820
	25	7	18	2.837

As Diferenças de Reavaliação-Equivalência Patrimonial Activas estão a ser amortizadas pelo prazo de vida útil esperado dos investimentos, que se fixou em 10 anos.

6.5. - ANEXO ÀS CONTAS

6.5.1 - Banco (Contas Individuais)

No cumprimento das normas emanadas pelo Banco de Portugal relativamente aos elementos para publicação oficial explicitam-se a seguir, pela respectiva ordem, as informações sobre as rubricas mencionadas no Balanço e na Demonstração de Resultados, referindo-se, quando for caso disso, as informações constantes das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (ponto 6.4.1.).

1 - Não foram efectuados quaisquer ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior.

- 2 - Não existem situações de ambiguidade ou incorrecção quanto à sua relevação contabilística.
- 3 - Os critérios de avaliação encontram-se explicitados no número 1 do ponto 6.4.1. - Principais Critérios Contabilísticos.
- 4 - Não existem derrogações dos critérios valorimétricos definidos pelo Plano de Contas em vigor.
- 5 - A avaliação efectuada no Balanço não difere, significativamente, das avaliações que têm por base o último preço de mercado conhecido antes da data de encerramento de contas.
- 6 - As empresas nas quais o Banco detém uma percentagem igual ou superior a 20% encontram-se referidas no número 9 do ponto 6.4.1.
- 7 - As “Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo” vencíveis em 2002 totalizam 6.357 mil euros e encontram-se discriminadas no número 6 do ponto 6.4.1.
- 8 - Os créditos sobre Empresas Participadas, encontram-se discriminados no número 30 do ponto 6.4.1.
- 9 - Os créditos sobre Empresas Coligadas, encontram-se igualmente discriminadas no número 30 do ponto 6.4.1.
- 10 - O Inventário da Carteira de Títulos, elaborado conforme modelo oficial, encontra-se inserido no ponto 6.2.
- 11 - O desenvolvimento das Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, elaborado de acordo com modelo oficial, encontra-se inserido no ponto 6.3.
- 12 - Os activos com carácter subordinado, contabilizados na conta 255 - Títulos de Investimento, referem-se aos seguintes títulos:
Banif (Cayman) (Obrig.Cx.Subord) (USD)17.020.310,90
17.020.310,90
- 13 - Não existem activos cedidos com acordo de recompra.
- 14 - Os “Créditos sobre Instituições de Crédito” e os “Créditos sobre Clientes”, encontram-se discriminados e desdobrados por prazos residuais, nos números 4 e 5 do ponto 6.4.1.
- 15 - Não foram efectuadas reavaliações de imobilizações corpóreas e financeiras.
- 16 - Os valores de trespases, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento encontram-se referidos no mapa Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, inserido no ponto 6.3.
- 17 - Não foram introduzidas quaisquer correcções ao Activo não imobilizado.
- 18 - Os “Débitos para com Instituições de Crédito” e os “Débitos para com Clientes” encontram-se discriminados e desdobrados por prazos residuais nos números 14 e 15 do ponto 6.4.1.
- 19 - As Obrigações em Curso constantes da rubrica 3-a) do Passivo no montante de 17.500 mil euros estão discriminadas como se segue:

	Montante	Data de Vencimento
Obrig. Caixa Europa/Japão/2002 (10.000.000 Eur)	10.000.000	31/05/2002
Obrig. Caixa Banif-Europa Rendimento Garantido (7.500.000 Eur)	7.500.000	17/03/2003

- 20 - Em 9 de Dezembro de 1996 o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 24.940 mil euros representado por 2.493.989.488 títulos de 0,01 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 9 de Junho e 9 de Dezembro de cada ano e foram calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 7,25% e para os cupões seguintes de acordo com a

taxa Lisbor a 6 meses que resultar da média aritmética nos últimos 5 dias úteis anteriores ao penúltimo dia útil do início do período semestral, acrescida de 0,25% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 9 de Dezembro de 2006 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado.

Em 2 de Dezembro de 1997 o Banco emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 24.940 mil euros representado por 2.493.989.488 títulos de 0,01 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 2 de Junho e 2 de Dezembro de cada ano e foram calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,75% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Lisbor a 6 meses que resultar da média aritmética nos últimos 5 dias úteis anteriores ao penúltimo dia útil do início do período semestral, acrescida de 0,30% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 2 de Dezembro de 2007 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado.

Em 31 de Julho de 2000 o Banco emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 25.000 mil euros representado por 25.000 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 31 de Janeiro e 31 de Julho de cada ano e foram calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,648% e para os cupões seguintes (até ao 10º cupão) de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. A partir do 11º cupão, a taxa de juro será a Euribor a 6 meses acrescida de 1.15%. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 31 de Julho de 2010 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado.

Em 8 de Dezembro de 2000 o Banco emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 25.000 mil euros representado por 25.000 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 8 de Junho e 8 de Dezembro de cada ano e foram calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,701% e para os cupões seguintes (até ao 10º cupão) de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. A partir do 11º cupão, a taxa de juro será a Euribor a 6 meses acrescida de 1.15%. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 8 de Dezembro de 2010 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente

por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado.

Em 16 de Julho de 2001 o Banco emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 12.500 mil euros representado por 12.500 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 16 de Janeiro e 16 de Julho de cada ano e foram calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,375% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%.

O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 16 de Julho de 2011 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado.

- 21 - Os Débitos para com Empresas Participadas encontram-se referidos no número 31 do ponto 6.4.1.
- 22 - Os Débitos para com Empresas Coligadas encontram-se igualmente referidos no número 31 do ponto 6.4.1.
- 23 - Os passivos subordinados do Banco referem-se aos empréstimos por obrigações de caixa subordinadas, conforme desenvolvido no número 19.
- 24 - Os “Compromissos Perante Terceiros” encontram-se discriminados no número 32 do ponto 6.4.1.
- 25 - Os compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas, encontram-se explicitados na alínea h) do número 1 do ponto 6.4.1.
- 26 - Os Saldos das Provisões, encontram-se desenvolvidos no número 18 do ponto 6.4.1.
- 27 - Os critérios adoptados na contabilização dos Títulos de Negociação e de Investimento e das Participações Financeiras estão explicitados na alínea d) do número 1 do ponto 6.4.1.
- 28 - Os Saldos das Contas “Despesas com Custo Diferido”, “Proveitos a Receber”, “Receitas com Provento Diferido” e “Custos a Pagar” encontram-se discriminados nos números 13 e 18 do ponto 6.4.1.
- 28 - a) Os montantes ainda não imputados a Resultados respeitantes a títulos adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso e a títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso, encontram-se referidos no número 6 do ponto 6.4.1.
- b) As diferenças entre o valor por que estão contabilizados os Títulos de Investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores do mercado, encontram-se referidas no número 6 do ponto 6.4.1.
- c) Caso os Títulos de Negociação estivessem avaliados ao custo de aquisição, o seu valor seria inferior em 46,1 mil euros ao valor pelo qual estão registados no Balanço.
- d) Não existem Títulos de Negociação com prejuízos/lucros não realizados com origem na avaliação feita a preços de mercado.
- 29 - Em 1999, procedeu-se à redenominação, renominalização e consequente aumento de Capital por incorporação de reservas de prémios de emissão do Capital Social do Banco para Euros no montante de

- 360.631 euros, passando este em consequência a ser de 150.000.000 Euros representado por 30.000.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada.
- 30 - Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.
- 31 - Os valores referentes às rubricas “Outros Activos” e “Outros Passivos”, encontram-se discriminados nos números 12 e 17 do ponto 6.4.1.
- 32 - O Banco não administra quaisquer fundos em nome próprio, mas por conta de outrem.
- 33 - Os Saldos das Contas de Operações a Prazo, por vencer, decorrem, exclusivamente de operações cambiais a prazo efectuadas na sua grande maioria com Clientes, consubstanciando assim operações comerciais.
- 34 - O efectivo médio de trabalhadores ao serviço foi de 1.374. No número 29 do ponto 6.4.1. discrimina-se a composição do quadro de pessoal.
- 35 - As remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontram-se referidas no número 22 do ponto 6.4.1.
- Não existem quaisquer créditos pessoais concedidos aos membros destes órgãos, ou por estes garantidos para além dos que resultam de políticas de pessoal e para fins sociais.
- Considerando as responsabilidades de empresas dominadas directa ou indirectamente por membros do órgão de administração e fiscalização, o seu total em 31 de Dezembro de 2001, eleva-se a 13.608 mil euros. Os membros do Conselho de Administração do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., auferiram uma remuneração total de 1.668 mil euros, pelo desempenho das funções no órgão de administração do Banif (Cayman), Ltd, do Banco Comercial dos Açores, S.A., da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., da Companhia de Seguros O Trabalho, S.A., da Banif (Açores) SGPS, S.A., da Banif Imobiliária, S.A., da Mundicre, S.A., da Mundileasing, S.A., do Banif - Banco de Investimento, S.A., da Banif Patrimónios, S.A. e da Banifundos Cisalpina, S.A.
- Os membros do órgão de fiscalização do Banif (excluindo os respectivos ROC'S) auferiram uma remuneração total de 22 mil euros pelo desempenho das funções no órgão da fiscalização do Banco Comercial dos Açores, S.A., e da Banif Investimentos - SGPS, S.A..
- 36 - O Banco não dispõe de serviço de gestão e representação de terceiros com dimensão significativa.
- 37 - Os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeiras em 31 de Dezembro de 2001, correspondem a 1.812.541 milhares de euros.
- 38 - A distribuição dos proveitos por mercados geográficos encontra-se referida no número 27 do ponto 6.4.1.
- 39 - As principais componentes das rubricas “Outros Custos de Exploração”, “Perdas Extraordinárias”, “Outros Proveitos de Exploração” e “Ganhos Extraordinários”, encontram-se referidas nos números 23, 24, 25 e 26, respectivamente, do ponto 6.4.1.
- 40 - Relativamente a passivos subordinados estão imputados no final do exercício de 2001 o montante de 1.024 mil euros respeitante a juros a pagar dos empréstimos obrigacionistas de 112.380 mil euros de valor nominal.
- 41 - As diferenças entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos 2 exercícios anteriores e a carga fiscal paga referente aos mesmos são, em contos, as seguintes:

Exercício	Carga Fiscal		Diferença
	Imputada	Paga	
1999	1.532,9	3.899,9	(2.367 ,0)
2000	759,4	1.630,0	(870,6)
2001	2.202,2	1.900,0	302,2

- 42 - A proporção em que o imposto sobre os lucros incide sobre os resultados do exercício reparte-se do seguinte modo:
- Resultados Correntes:100%
- Resultados Extraordinários:-
- 43 - As contas do Banco são consolidadas pelo próprio como empresa-mãe do Grupo Banif.
- 44 - O Grupo não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia, dispensadas da fiscalização e da publicação da Demonstração de Resultados.
- 45 - O Balanço de 31 de Dezembro de 2001 inclui equipamento informático adquirido em regime de locação financeira relevado nas seguintes rubricas:
- Imobilizado Corpóreo - Valor Bruto = 610,2 mil euros referente ao custo de aquisição
 - Imobilizado Corpóreo - Amortizações acumuladas = 610,2 mil euros
- 46 - Não foram efectuadas quaisquer compensações entre Saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas e de regularização.
- 47 - As operações realizadas com entidades em relação às quais exista relação de domínio ou que sejam filiais da mesma empresa mãe geraram os seguintes valores, de acordo com as respectivas rubricas da Demonstração de Resultados, e excluindo os juros recebidos ou pagos relativos a operações de tomadas e cedências de fundos nos mercados interbancários.

(em milhares de euros)

DÉBITO

1.Juros e Custos Equiparados	69.702
2.Comissões	1.099
4.Gastos Gerais Administrativas	
4.b) Outros Gastos Administrativos	306
6.Outros Custos Exploração	0
Perdas Extraordinárias	0
	<u>71.107</u>

(em milhares de euros)

CRÉDITO

1.Juros e Proveitos Equiparados	22.869
2.c) Rendimentos Partes Capital Empresas Coligadas	3.155
3.Comissões	560
7.Outros Proveitos de Exploração	5.048
9.Ganhos Extraordinários	0
	<u>31.632</u>

6.5.2 - Grupo (Contas Consolidadas)

No cumprimento das normas emanadas pelo Banco de Portugal relativamente aos elementos para publicação oficial explicitam-se a seguir, pela respectiva ordem, as informações sobre as rubricas mencionadas no Balanço e na Demonstração de Resultados, referindo-se, quando for caso disso, as informações constantes das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (ponto 6.4.2).

- 1 - Não foram efectuados quaisquer ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior.
- 2 - Não existem situações de ambiguidade ou incorrecção quanto à sua relevação contabilística.
- 3 - Os critérios de avaliação encontram-se explicitados no número 1 do ponto 6.4.2. - Bases de Apresentação e Principais Critérios Contabilísticos.

- 4 - Não existem derrogações dos critérios valorimétricos definidos pelo Plano de Contas em vigor.
- 5 - A avaliação efectuada no Balanço não difere, significativamente, das avaliações que têm por base o último preço de mercado conhecido antes da data de encerramento de contas.
- 6 - As empresas nas quais o Banco detém uma percentagem igual ou superior a 20% encontram-se referidas nos números 2 e 3 do ponto 6.4.2.
- 7 - As “Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo” vencíveis em 2002, totalizam 56.259,7 mil euros e encontram-se discriminadas no número 8 do ponto 6.4.2.
- 8 - Os créditos sobre Empresas Participadas, encontram-se discriminados no número 34 do ponto 6.4.2.
- 9 - O Inventário da Carteira de Títulos, elaborado conforme modelo oficial, encontra-se inserido no ponto 6.2.2.
- 10 - O desenvolvimento das Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, elaborado de acordo com modelo oficial, encontra-se inserido no ponto 6.3.2.
- 11 - Os activos com carácter subordinado, contabilizados na conta 255 - Títulos de Investimento, refere-se a:
- | | |
|-------------------------------|---------------------|
| Obrig. Cx. Sub. BCP/1995-2005 | 1.798.375,95 |
| Obrig. Cx. Sub. BIC/1995-2005 | 747.398,52 |
| Obrig. Cx. ESSI/1996-2006 | 398.841,99 |
| Bayer Hipo 05/05/2014 | 1.250.000,00 |
| Obrig. BTA 07/2006 | 96,96 |
| Obrig. Montepio 12/2006 | 99,76 |
| | <u>4.194.813,18</u> |
- 12 - Os activos cedidos com acordo de recompra, no montante de 5.471 mil euros, dizem respeito a operações do Banif Primus, S.A..
- 13 - Os “Créditos sobre Instituições de Crédito” e os “Créditos sobre Clientes”, encontram-se discriminados e desdobrados por prazos residuais, nos números 6 e 7 do ponto 6.4.2.
- 14 - Foi efectuada no exercício de 1999 uma reavaliação de imobilizado corpóreo (Imóveis de Serviço Próprio) no Banco Comercial dos Açores, S.A., no montante de 2.154 mil euros ao abrigo do Dec.Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.
- 15 - Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento encontram-se referidas no mapa Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas, inseridos no ponto 6.3.2.
- 16 - Não foram introduzidas quaisquer correcções ao Activo não imobilizado.
- 17 - Os “Débitos para com Instituições de Crédito” e os “Débitos para com Clientes” encontram-se discriminados e desdobrados por prazos residuais nos números 16 e 17 do ponto 6.4.2.
- 18 - Em 31 de Dezembro de 2001 existiam obrigações em circulação do grupo Banif no montante de 120.858 mil euros.
- | | |
|--------------------------------|-------------------------|
| Banif Banco de Investimento | 15.000 mil euros |
| Mundileasing (papel comercial) | 20.000 mil euros |
| Banif Cayman | 40.750 mil euros |
| Banif Primus | 34.874 mil euros |
| Banif | <u>17.500 mil euros</u> |
| | 128.124 mil euros |
- Deste montante total, 7.266 mil euros eram detidos por entidades do grupo Banif.
- 19 - Os Débitos para com Empresas Participadas encontram-se referidos no número 35 do ponto 6.4.2.
- 20 - Os Débitos para com Empresas Coligadas encontram-se igualmente referidos no número 35 do ponto 6.4.2.
- 21 - Os passivos subordinados do Grupo Banif referem-se aos empréstimos de obrigações de caixa subordinadas emitidos pelo Banco conforme desenvolvido no número 20 do ponto 6.5.1, no montante de 112.380 mil euros; e ainda aos seguintes:
- Obrigações de caixa subordinadas Mundileasing/97, no valor de 3.741 mil euros efectuada em 6 de Junho de 1997 pelo prazo de 10 anos, de taxa variável, indexada à Lisbor + 0,30% e arredondada para 1/16 do ponto percentual imediatamente superior;
- Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/98 Taxa Variável - 1998 - 2008
- Em 27 de Novembro de 1998 o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 1.000.000 contos representado por 100.000 títulos de 10.000\$00 cada.
- Em 25 de Outubro de 2001, procedeu-se à redenominação deste empréstimo obrigacionista, passando esta emissão a estar representada por 498.797.897 obrigações de valor nominal de um cêntimo, no montante total de 4.987.978,97 euros.
- Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 27 de Maio e 27 de Novembro e foram calculados, para o 1º cupão, com base na taxa de 4,5%, e para os cupões seguintes a taxa de juro nominal é a que resulta da média aritmética simples das taxas Lisbor a 6 meses, registadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao penúltimo dia útil anterior ao início do período semestral de contagem de juros, adicionada de 0,5% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. As taxas dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º cupões foram, respectivamente, de 3,1875%, 4,0625%, 5,25%, 5,75%, 5,125% e 3,875%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 27 de Novembro de 2008, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º, 16º e 18º cupões.
- Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/00 Taxa Variável - 2000 - 2010 - 1ª Emissão
- Em 23 de Outubro de 2000, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 1.000.000 contos representado por 100.000 títulos de 10.000\$00 cada.
- Em 25 de Outubro de 2001, procedeu-se à redenominação deste empréstimo obrigacionista, passando esta emissão a estar representada por 498.797.897 obrigações de valor nominal de um cêntimo, no montante total de 4.987.978,97 euros.
- Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 23 de Abril e 23 de Outubro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. As taxas de juro do 1º, 2º e 3º cupões foram de 5,847, 5,369% e 4,249 %.
- Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/00 Taxa Variável - 2000 - 2010 - 2ª Emissão
- Em 4 de Dezembro de 2000, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 10.000.000 Euros representado por 200.000 títulos de 50 Euros cada.
- Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 4 de Junho e 4 de Dezembro e

são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. As taxas de juro do 1º, 2º e 3º cupões foram de 5,848%, 5,258% e 4,037%.

Emissão de obrigações de caixa subordinadas Banif (Cayman), Ltd, totalmente detidas pelo Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A. (de um montante total de 17.020 mil euros) efectuada em 15 de Junho de 1998 pelo prazo de 10 anos, de taxa variável, indexada à Lisbor 6 meses + 2,50%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 27 de Novembro de 2008, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banif (Cayman) ("call option"), totalmente ou parcialmente em tranches de 3.000.000 USD, a partir do vencimento do 10º cupão.

Obrigações de Caixa do Banif - Banco de Investimento, S.A., Taxa Variável - 2001 - 2011 - 1ª Emissão

Em 29 de Junho de 2001, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 7.500.000 Euros representado por 7.500.000 Títulos de 1 Euro cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Dezembro e 29 de Junho de cada ano e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%.

- 22 - Os "Compromissos Perante Terceiros" encontram-se referidos no número 32 do ponto 6.4.2.
- 23 - Os compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas, encontram-se explicitados na alínea h) do número 1, do ponto 6.4.2.
- 24 - Os Saldos das Provisões, encontram-se desenvolvidos no número 21 do ponto 6.4.2.
- 25 - Os critérios adoptados na contabilização dos Títulos de Negociação e de Investimento e das Participações Financeiras estão explicitados na alínea d) do número 1 do ponto 6.4.2.
- 26 - Os Saldos das Contas "Despesas com Custo Diferido", "Proveitos a Receber", "Receitas com Proveito Diferido" e "Custos a Pagar" encontram-se discriminados nos números 15 e 20 do ponto 6.4.2.
- 27 - a) Os montantes ainda não imputados a Resultados respeitantes a títulos adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso e a títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso, encontram-se referidos no número 8 do ponto 6.4.2.
- b) As diferenças entre o valor por que estão contabilizados os Títulos de Investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores do mercado, encontram-se referidas nos números 8 e 9 do ponto 6.4.2.
- c) A diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos - negociação e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição, encontram-se referidas nos números 8 e 9 do ponto 6.4.2.

d) O montante dos lucros e dos prejuízos não realizados, imputados aos resultados do exercício, com origem na avaliação a preços de mercado dos títulos da carteira de negociação constantes do balanço, encontram-se referidas nos números 8 e 9 do ponto 6.4.2.

- 28 - Em 1999, procedeu-se à redenominação, renominação e consequente aumento de Capital por incorporação de reservas de prémios de emissão do Capital Social do Banco para Euros no montante de 361 mil euros, passando este em consequência a ser de 150.000.000 Euros representado por 30.000.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada.
- 29 - Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.
- 30 - Os valores referentes às rubricas "Outros Activos" e "Outros Passivos", encontram-se discriminados nos números 14 e 19 do ponto 6.4.2.
- 31 - O Grupo não administra quaisquer fundos em nome próprio, mas por conta de outrem.
- 32 - Os Saldos das Contas de Operações a Prazo, por vencer, decorrem, na sua grande maioria, de operações cambiais a prazo efectuadas com clientes, consubstanciando assim operações comerciais.
- 33 - O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco e das empresas incluídas na consolidação pelo método integral foi de 2.076. No nr. 31 do ponto 6.4.2. discrimina-se a composição do quadro de pessoal.
- 34 - As remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontram-se referidas no número 24 do ponto 6.4.2. Não existem quaisquer créditos concedidos aos membros destes órgãos, para além dos que resultam de políticas de pessoal e para fins sociais. Considerando as responsabilidades de empresas dominadas directa ou indirectamente por membros do órgão de administração e fiscalização, o seu total em 31 de Dezembro de 2001, eleva-se a 13.608 mil euros. Os membros do Conselho de Administração do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., auferiram uma remuneração total de 1.668 mil euros, pelo desempenho das funções no órgão de administração do Banif (Cayman), Ltd, do Banco Comercial dos Açores, S.A., da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., da Companhia de Seguros O Trabalho, S.A., da Banif (Açores) SGPS, S.A., da Banif Imobiliária, S.A., da Mundicre, S.A., da Mundileasing, S.A., do Banif - Banco de Investimento, S.A., da Banif Patrimónios, S.A. e da Banifundos Cisalpina, S.A.
- Os membros do órgão de fiscalização do Banif (excluindo os respectivos ROC'S) auferiram uma remuneração total de 22 mil euros pelo desempenho das funções no órgão da fiscalização do Banco Comercial dos Açores, S.A., e da Banif Investimentos - SGPS, S.A..
- 35 - Grupo não dispõe de serviço de gestão e representação de terceiros com dimensão significativa.
- 36 - Os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeiras em 31 de Dezembro de 2001, correspondem a 2.976.971 mil euros.
- 37 - A distribuição dos proveitos por mercados geográficos encontra-se referida no número 29 do ponto 6.4.2.
- 38 - As principais componentes das rubricas "Outros Custos de Exploração", "Perdas Extraordinárias", "Outros Proveitos de Exploração" e "Ganhos Extraordinários", encontram-se referidas nos números 25, 26, 27 e 28 respectivamente, do ponto 6.4.2.

39 - Relativamente a passivos subordinados, estão imputados ao exercício de 2001 o montante de 6.963 mil euros de juros, dos quais 1.322 mil euros encontram-se na conta "Custos a Pagar", respeitantes aos empréstimos obrigacionistas no montante global de 160.617 mil euros, das quais se encontram em circulação 141.120 mil euros.

40 - As diferenças entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal paga referente aos mesmos são, em milhares de euros, as seguintes:

Exercício	Carga Fiscal		Diferença
	Imputada	Paga	
1999	4.318	6.603	(2.285)
2000	3.855	3.941	(86)
2001	5.313	5.047	266

Conforme mencionado na nota nr. 34 do ponto 6.4.1., as autoridades fiscais podem rever a situação fiscal do Banco e das empresas associadas incluídas na consolidação durante um período de quatro anos (dez anos no que se refere à Segurança Social).

41 - Aproporção em que o imposto sobre lucros imputado ao Exercício de 2001 incide sobre os Resultados Correntes e os Extraordinários, é a seguinte:

Referente a Resultados Correntes 100%
Referente a Resultados Extraordinários 0

42 - As contas do Banco são consolidadas pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. como empresa mãe do Grupo Banif.

43 - O Grupo não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia, dispensadas da fiscalização e da publicação da Demonstração de Resultados.

44 - O Balanço de 31 de Dezembro de 2001, contempla na rubrica "Créditos sobre Clientes" operações de locação financeira, referentes a créditos outorgados pela Mundileasing, no valor bruto de 122.888 mil euros.

45 - As operações realizadas com entidades em relação às quais existam relação de domínio ou que sejam filiais da mesma empresa mãe geraram os seguintes valores, de acordo com as respectivas rubricas da Demonstração de Resultados, e excluindo os juros recebidos ou pagos relativos a operações de tomadas e cedências de fundos nos mercados interbancários.

(em mil euros)

DÉBITO	1.
1.Juros e Custos Equiparados 4.221	2.
2.Comissões 48	4.
4.Gastos Gerais Administrativos	
4.b) Outros Gastos Administrativos 360	6.
6.Outros Custos de Exploração.	37
	4.667

(em mil euros)

CRÉDITO	
1.Juros e Proveitos Equiparados 4.222	2.c)
2.c) Rendimentos Partes Capital Empresas Coligadas 5.368	3.
3.Comissões	14
7.Outros Proveitos de Exploração	418
	10.022

46 - Reestruturação do Grupo Banif

O Grupo BANIF é actualmente constituído por 27 sociedades, incluindo o BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A., empresa-mãe do Grupo, as quais desenvolvem principalmente a sua actividade no sector financeiro e segurador, em diversas vertentes, designadamente banca comercial e de investimentos, seguros, financiamento de aquisições a crédito, locação financeira, corretagem, gestão de patrimónios, gestão de fundos e serviços auxiliares. Face ao crescimento evidenciado nos últimos anos pelo Grupo Banif e à evolução verificada ao nível do sistema financeiro nacional e internacional, tornou-se fundamental em termos estratégicos determinar uma nova ordem organizacional interna tendo em vista a consolidação do Grupo, e o reforço da sua capacidade de manter um crescimento sustentado, assente numa adequada estrutura financeira e de gestão.

Para o efeito, torna-se necessário, numa primeira etapa, proceder à concentração das participações sociais directa ou indirectamente detidas pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL S.A., para, numa segunda etapa se proceder ao seu subsequente reagrupamento, em função do sector de actividade no qual se integram, sob o controle de sociedades gestoras de participações sociais (subholdings) a constituir para as principais áreas de negócio - banca comercial, seguros e outras actividades financeiras, procurando-se com tal reestruturação atingir os seguintes objectivos:

- Aumentar o grau de especialização por segmento de negócio e a rápida tomada de decisões;
- Implementar um eficiente comando unificado dentro do Grupo por área de negócio, com a conseqüente segregação de funções estratégicas e operacionais;
- Assegurar a crescente afirmação do Grupo Banif, enquanto Grupo financeiro privado português, apto a operar em termos competitivos nos mercados financeiros nacional (continente e regional) e internacional;
- Flexibilizar e potenciar a adopção de parcerias estratégicas por segmento de negócio e melhorar a capacidade de obtenção e alocação de fundos a cada empresa e actividade;
- Optimizar o aproveitamento dos Fundos Próprios do Grupo Banif;
- Facilitar e optimizar a cadeia de remuneração dos Capitais Próprios aos vários níveis do Grupo, incluindo o da "holding".

A concretização daqueles objectivos consagra-se com a realização das seguintes operações :

- i) Compra de 27,31% do capital social da COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA S.A. pelo BANIF INVESTIMENTOS SGPS S.A. ao BANIF AÇORES SGPS S.A. (sendo o preço desta venda destinado a reembolsar suprimentos do accionista BANIF, S.A.);
- ii) Cessão (parcial) de créditos de suprimentos existentes no BANIF AÇORES S.A. pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A., a favor da INVESTAÇOR (Accionista que detém actualmente os restantes 10% da Sociedade BANIF (AÇORES) SGPS, S.A.);
- iii) Dação em cumprimento (pagamento do remanescente da dívida de suprimentos ao BANIF - BANCO INTERNACIONAL do FUNCHAL, S.A. e INVESTAÇOR

- mediante transmissão de parte do capital social do Banco Comercial dos Açores) entre BANIF AÇORES SGPS S.A., BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A e INVESTAÇOR2;
- iv) Compra do capital social remanescente do BANCO COMERCIAL Dos Açores pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A e INVESTAÇOR ao BANIF AÇORES SGPS S.A.2;
 - v) Compra de 52,31% do capital social da COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA S.A. pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. ao BANIF INVESTIMENTOS SGPS S.A.;
 - vi) Compra de 100% do capital social da MUNDILEASING, MUNDICRE e BANIF IMOBILIÁRIA pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. ao BANIF INVESTIMENTOS SGPS;
 - vii) Venda de 100% do capital social da BANIF AÇORES SGPS, S.A. a efectuar pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. e a INVESTAÇOR SGPS, S.A.;
 - viii) Constituição pelo BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. do BANIF COMERCIAL SGPS S.A., capitalizada através de entradas em espécie, correspondentes às participações sociais por aquele detidas no BCA, MUNDILEASING, MUNDICRE e BANCO BANIF PRIMUS 3;
 - ix) Constituição pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. do BANIF SEGUROS SGPS S.A., capitalizada através de entradas em espécie, correspondentes às participações sociais por aquele detidas na COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA;
 - x) Alienação pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. à BANIF INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. de 100% do Capital Social da BANIF FINANTIAL SERVICES INC.;
 - xi) Constituição pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. de nova Sociedade (NEWCO) com a denominação social banif - banco internacional do funchal, s.a., mediante entradas em espécie (actividade bancária actualmente exercida pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.);
 - xii) Transformação do BANIF- BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. em BANIF SGPS, S.A., com alteração do objecto social e denominação social correspondente;
 - xiii) Aumento de capital do BANIF COMERCIALSGPS, S.A., por entradas em espécie correspondentes às participações sociais detidas pelo BANIF- BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. (à data BANIF SGPS, S.A.) na NEWCO.

As operações anteriormente descritas estão sujeitas à autorização prévia do Banco de Portugal e, quando for caso disso, de outras autoridades de supervisão, referindo-se que as operações descritas nos pontos i) a iv) supra inclusive foram concretizadas em 31 de Dezembro de 2001, sendo as demais concluídas até final de Março de 2002, resultando, no final, a reestruturação do Grupo BANIF.

47- Operações de Titularização

O Grupo Banif concretizou em 17 de Novembro de 1999, através do Deutsche Bank, uma operação de titularização de créditos pessoais e de contratos de *leasing*, de que resultou a venda definitiva de créditos num valor total de cerca de 200 milhões de Euros, aproximadamente 7% da carteira de crédito global do Grupo naquela data.

As empresas do Grupo Banif que estiveram envolvidas nesta operação na qualidade de cedentes e que procederam, assim, à venda definitiva dos seus créditos, foram o Banif (com cerca de 57,5 milhões de Euros de créditos pessoais), o Banco Comercial dos Açores (com cerca de 32,1 milhões de Euros de créditos pessoais), a Mundileasing (com cerca de 84,9 milhões de Euros de contratos de *leasing*) e a Mundicre (com cerca de 25,5 milhões de Euros de créditos pessoais).

Esta operação tem uma duração máxima prevista de 9,5 anos e um período de *revolving* de 2,5 anos, durante o qual as entidades envolvidas poderão proceder, trimestralmente, à venda de novos créditos pessoais e contratos de *leasing*, destinados a substituir os créditos e contratos entretanto reembolsados. Esta faculdade de reposição do valor dos créditos e contratos cedidos está condicionada à verificação de uma série de condições relacionadas com as características desses créditos e contratos e à manutenção de níveis de delinquência e de *default* dentro dos limites máximos definidos na documentação da operação. Até 31 de Dezembro de 2001 esta faculdade de reposição foi exercida pelas empresas do Grupo Banif na sua totalidade.

Através desta operação de titularização o risco associado aos créditos pessoais e aos contratos de *leasing* vendidos pelas entidades do Grupo Banif foi integralmente transferido para uma sociedade veículo, sediada em Jersey, nas Ilhas do Canal, designada *Atlantes No. 1 Limited*, que, para se financiar emitiu títulos de dívida (*Notes*) no valor global de 200 milhões de Euros, com uma vida máxima de 9,5 anos, garantidos exclusivamente por esses créditos pessoais e contratos de *leasing*, e Certificados Residuais (*Residual Certificates*), com um valor nominal de 16,768 milhões de Euros e a mesma maturidade.

A *Atlantes No. 1, Limited* tem como única actividade deter a carteira de créditos pessoais e de contratos de *leasing* vendidos pelo Grupo Banif, pelo que o pagamento do capital e juros das *Notes* emitidas por esta entidade dependerá exclusivamente dessa carteira e do valor obtido com a emissão dos *Residual Certificates*.

O Grupo Banif não poderá assim ser responsabilizado por um eventual montante de incumprimento da carteira de crédito ao consumo e de contratos de *leasing* vendida, superior ao valor de Balanço dos referidos *Residual Certificates* nos seus livros.

Dos 200 milhões de Euros de *Notes* emitidas pela *Atlantes No. 1 Limited* foram atribuídas, pelas Agências de Rating *Standard & Poor's e Fitch Ibc*,

² Operações comunicadas ao Banco de Portugal em 19 de Dezembro de 2001, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 13.º conjugado com os artigos 102.º e 107.º do RGICSFa provado pelo D. L. n.º 298/92, de 31 de Dezembro e concretizada em 31 de Dezembro de 2001.

³ As partições sociais detidas no BANIF PRIMUS pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. serão transmitidas para o BANCO COMERCIAL, S.G.P.S., no acto de constituição desta sociedade ou, em Março de 2002, por meio de aumento de capital a realizar no BANCO COMERCIALS.G.P.S..

as notações de *rating* “AAA” a 182 milhões de Euros (*Senior Secured Floating Rate Notes*), “AA” a 10 milhões de Euros (*Mezzanine Secured 5,515% Notes*) e “A” a 8 milhões de Euros (*Junior Secured Floating Rate Notes*), não tendo sido atribuída qualquer notação aos *Residual Certificates*. As Notes com as notações de *rating* “AAA” e “A” foram emitidas a taxas de juro variáveis indexadas à taxa Euribor a 3 meses, enquanto que as Notes com a notação de *rating* “AA” foram emitidas a taxa fixa.

A remuneração dos *Residual Certificates* é variável e dependente do comportamento dos créditos cedidos, correspondendo às mais valias e aos lucros residuais apurados na Sociedade Veículo, sendo paga trimestralmente e reconhecida como proveito na conta de exploração da entidade detentora.

As *Notes* foram integralmente colocadas pelo Deutsche Bank nos mercados financeiros internacionais, pelo que nenhuma sociedade do Grupo Banif as detem nos seus activos ou transaccionou até 31 de Dezembro de 2001.

Os *Residual Certificates*, por outro lado, são detidos na sua totalidade por sociedades do Grupo Banif, sendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2001 de cerca de 11,76 milhões de Euros. Estes *Residual Certificates* representam na sua quase totalidade as disponibilidades de caixa (*Cash Reserve*) da sociedade veículo e que ascendem a 5% do valor nominal total da operação, ou seja, 10 milhões de Euros.

Para além das já referidas entidades do Grupo Banif que intervêm nesta operação de titularização na dupla qualidade de entidades cedentes dos créditos e de agentes administradores (*servicers*) dos mesmos por conta e em representação da sociedade *Atlantes No. 1 Limited*, intervêm ainda nesta operação várias entidades do Grupo Deutsche Bank, na qualidade de entidades adquirentes, agentes, agentes pagadores, gestores de liquidez (*cash administrators*), contrapartes de *swaps* e *trustees*.

Pelo serviço administrativo de gestão e cobrança dos créditos objecto da operação de titularização, cada entidade do Grupo Banif que efectuou a venda dos créditos pessoais ou dos contratos de leasing recebe, anualmente, uma comissão (*Servicing Fee*) de 1% do valor da carteira por si titularizada.

No registo desta transacção e dos fluxos associados, têm sido seguidos pelas sociedades do Grupo Banif os princípios e políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, tendo, assim, os activos cedidos deixado de constar dos balanços das entidades cedentes, estando registados em contas de ordem e sendo imediatamente reconhecidos como proveitos as diferenças entre o valor nominal dos créditos cedidos e o valor da cedência. No que respeita ao provisionamento dos activos cedidos tem

sido seguido o disposto no Aviso nº 3/95 e na Instrução nº 27/2000 do Banco de Portugal.

Neste contexto e com referência a 31 de Outubro de 2001, data do último *rollover* efectuado no ano de 2001, a sociedade veículo *Atlantes nº 1, Limited* tinha riscos associados a contratos de crédito pessoal cedidos pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. no valor de cerca de 57,6 milhões de Euros, com uma duração média remanescente de 45,2 meses e uma taxa de juro média ponderada de 11,805%.

Em 31 de Dezembro de 2001, o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. tinha registado na sua carteira de títulos *Residual Certificates* emitidos pela *Atlantes nº 1, Limited* com um valor inicial de 4.800 milhares de Euros e com um valor de Balanço de 3.366 milhares de Euros.

No âmbito desta operação de titularização foram ainda contratados entre o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. e o Deutsche Bank AG, duas operações de *swap* de taxa de juro, uma de taxa variável contra taxa variável e outra de taxa fixa contra taxa variável, cujos valores nocionais à data de 31 de Dezembro de 2001 eram de respectivamente 72,7 e 117,4 milhões de Euros. De referir que a operação de *swap* de taxa de juro fixa contra taxa variável foi coberta, em Outubro de 2001, por uma outra operação de *swap* de sinal contrário.

- 48 - a) Conforme referido na Nota 50 do Anexo às contas consolidadas da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., o resultado do exercício consolidado desta Companhia, foi significativamente influenciado por uma mais valia realizada, no montante de cerca de 3.490.000 euros, gerada na alienação de uma participação financeira.
- b) Conforme descrito na Nota 17 do Anexo às contas consolidadas da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., e em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho vigente para o sector segurador, a Companhia e a sua participada O Trabalho, S.A., assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, prestações pecuniárias para assegurar o complemento das pensões de reforma atribuídas pela Segurança Social. A cobertura das responsabilidades consolidadas por serviços passados do pessoal no activo e dos pré-reformados, encontra-se insuficiente em 2.968.182 euros, estando no entanto, aquelas Companhias, a cumprir o normativo emanado pelo Instituto de Seguros de Portugal, para o seu financiamento.
- 49 - As Contas Consolidadas do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., são consolidadas pela Sociedade Rentipar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na qualidade de Companhia Financeira, de acordo com a classificação efectuada em 24 de Dezembro de 1997, pelo Banco de Portugal.

6.6 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

6.6.1 - Banco (Contas Individuais)

(Expresso em milhares euros)

**1.FLUXOS DE CAIXA DA
ACTIVIDADE OPERACIONAL**

Dec-01

1.1 Resultado da Exploração

Lucro do Exercício	11 821	
Provisões para Credito Vencido	16 959	
Outras Provisões	19 860	
Amortizações do Exercício	10 854	
Dotação para Impostos	968	
Lucros Excepcionais, Líquidos	754	61 216

**1.2 Variações nos Activos e
Passivos Operacionais**

Dec-01

Redução de Aplicações em Outras Instituições de Crédito	168 523	
Redução de Aplicações em Títulos	36 728	
Aumento de Crédito a Clientes	-471 955	
Redução de Outros Activos	40 804	
Variações em Contas de Regularização	-23 841	
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	69 960	
Aumento de Recursos de Clientes	178 468	
Redução de Outros Passivos	-9 092	
Total de Fluxos de Caixa da Actividade Operacional		-10 405
		50 811

**2.FLUXOS DE CAIXA DA
ACTIVIDADE INVESTIMENTO**

Dec-01

Aquisição de Imobilizado	-24 578	
Alienação de Imobilizado	1 463	
Variação em Participações Financeiras	-49 463	
Regularizações de Imobilizado	252	
Mais Valias obtidas na venda de Imobilizado Próprio	29 704	-42 622

**3.FLUXOS DA ACTIVIDADE
FINANCIAMENTO**

Dec-01

Dividendos distribuídos, referentes ao Exercício de 2000	-9 000	
Utilização e Reposição de Provisões	-22 696	
Perdas por Créditos e Juros Abatidos ao Balanço	40 846	
Dotação p/ Impostos s/Lucros do Exercício de 2001	-968	
Perdas Excepcionais	-71 304	
Passivos Subordinados	12 500	
		-50 622
		-42 433

**4.FLUXOS DE CAIXA E
EQUIVALENTES**

Caixa e seus equivalentes no início do período	304 187
Caixa e seus equivalentes no fim do período	261 754
	-42 433

6.6.2 - Grupo Banif (Contas Consolidadas)

(Expresso em milhares euros)

**1.FLUXOS DE CAIXA DA
ACTIVIDADE OPERACIONAL**

Dec-01

1.1 Resultado da Exploração

Lucro do Exercício	20 081
Provisões para Credito Vencido	22 781
Outras Provisões	19 661
Amortizações do Exercício	17 967
Dotação para Impostos	5 313
Lucros Excepcionais, Líquidos	389

Interesses Minoritários	2 349	
Resultado de empresas Excluídas da Consolidação	-4 774	<u>83 767</u>

1.2 Variações nos Activos e Passivos Operacionais

	Dec-01	
Aumento de Aplicações em Outras Instituições de Crédito	-431 080	
Redução de Aplicações em Títulos	-95 191	
Aumento de Crédito a Clientes	-607 299	
Aumento de Outros Activos	-10 792	
Variações em Contas de Regularização	-75 963	
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	798 991	
Aumento de Recursos de Clientes	388 265	
Redução de Outros Passivos	-9 339	
Total de Fluxos de Caixa da Actividade Operacional		<u>-42 408</u> 41 359

2.FLUXOS DE CAIXA DA ACTIVIDADE INVESTIMENTO

	Dec-01	
Aquisição de Imobilizado	-39 153	
Alienação de Imobilizado (liquido)	-1 355	
Regularizações em Imobilizado	16 835	
Variação em Participações Financeiras	127	
Dif. de Consolid. e de Reav.de Equival. Patrimonial	1 827	
Amort.das Dif. Consol. e Reav.de Equival.Patrimonial	-397	
Mais Valias obtidas na venda de Imobilizado	1 061	
Interesses Minoritários	4 072	
Outras Variações em Imobilizado	-1 800	
		<u>-18 783</u>

3.FLUXOS DA ACTIVIDADE FINANCIAMENTO

	Dec-01	
Dividendos distribuídos,ref.ao Exercício de 2000	-9 000	
Utilização e Reposição de Provisões	-31 616	
Dotação p/ Impostos s/Lucrosdo Exercício de 2001	-5 313	
Ganhos Excepcionais	-1 450	
Resultado de Empresas Excluídas da Consolidação	4 774	
Aumento de Reservas de Reavaliação	49	
Passivos Subordinados	18 122	
Variações Cambiais em Provisões	-615	
Outras Variações na Situação Líquida	-3 065	
		<u>-28 114</u> -5 538

4.FLUXOS DE CAIXA E EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no inicio do período	313 527
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>307 989</u>
	-5 538

6.7 - Demonstração de Resultados por funções**6.7.2 - INDIVIDUAL**

(Expresso em milhares de Euro)

1. Margem financeira	92 955
2. Provisões para riscos de crédito	<u>22 300</u>
3. Margem financeira líquida	70 655
4. Comissões líquidas	16 035
5. Outros resultados de exploração líquidos	<u>11 526</u>
6. Margem de serviços	27 561

7. Rendimentos de títulos	189
8. Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	3 155
9. Resultados de operações financeiras	3 700
10. Provisões para depreciação de títulos	6 524
11. Amortização do "goodwill"	0
12. Resultado operacional antes dos custos de transformação	98 736
13. Custos com pessoal	44 722
14. Outros custos administrativos	27 912
15. Amortizações	10 854
16. Custos de transformação	83 488
17. Resultado operacional	15 248
18. Outras provisões	470
19. Resultados na alienação de participações financeiras	0
20. Outros resultados extraordinários	-754
21. Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	14 024
22. Impostos	2 202
23. Interesses minoritários	0
24. Resultado líquido	11 822
25. Resultado por acção	0,39
Outros Proveitos / Total de Proveitos	26,7%
Custos Transformação / Total de Proveitos	79,9%

6.7 - Demonstração de Resultados por funções

6.7.2 - GRUPO

(Expresso em milhares de Euros)

1. Margem financeira	129 980
2. Provisões para riscos de crédito	25 679
3. Margem financeira líquida	104 301
4. Comissões líquidas	24 348
5. Outros resultados de exploração líquidos	23 322
6. Margem de serviços	47 670
7. Rendimentos de títulos	1 038
8. Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	4 774
9. Resultados de operações financeiras	5 464
10. Provisões para depreciação de títulos	1 637
11. Amortização do "goodwill"	1 644
12. Resultado operacional antes dos custos de transformação	159 966
13. Custos com pessoal	70 472
14. Outros custos administrativos	44 703
15. Amortizações	16 323
16. Custos de transformação	131 498
17. Resultado operacional	28 468
18. Outras provisões	336
19. Resultados na alienação de participações financeiras	0
20. Outros resultados extraordinários	-389
21. Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	27 743
22. Impostos	5 313
23. Interesses minoritários	-2 349
24. Resultado líquido	20 081
25. Resultado por acção	0,67
Outros Proveitos / Total de Proveitos	31,1%
Custos Transformação / Total de Proveitos	80,7%

ANEXOS

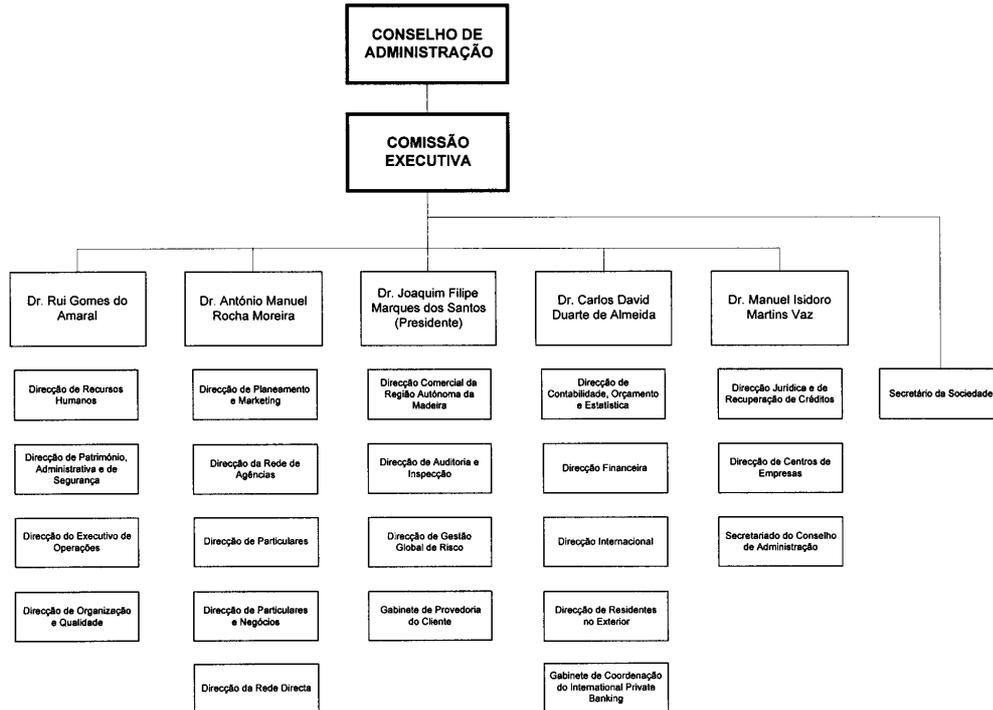
- RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DASOCIEDADE

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, integra-se no disposto no Regulamento nº7/2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

I - Divulgação de Informação

1 - Organigrama

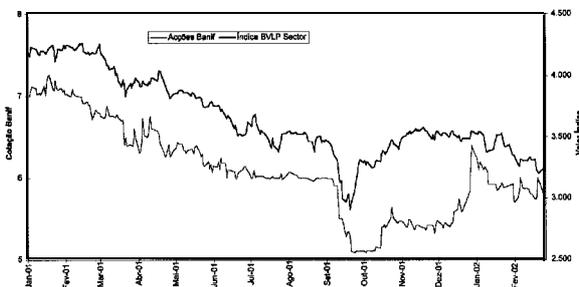
A seguir se inclui organigrama da sociedade, situando os diferentes órgãos directamente dependentes do Conselho de Administração e assinalando também a afectação de cada um daqueles órgãos ao pelouro do respectivo Administrador Executivo.



2 - Evolução da cotação das acções

O gráfico seguinte representa a evolução comparativa das cotações das acções do Banif e o índice BVL do sector da intermediação financeira entre 2 de Janeiro de 2001 e 22 de Fevereiro de 2002.

Evolução Comparativa da Cotação das Acções do Banif vs. BVL Sector Valores Diários



A tabela seguinte apresenta a evolução dos principais indicadores relativos ao comportamento e avaliação bolsista das acções do Banif nos últimos 5 anos, tomando por referência os valores contabilísticos consolidados:

	31-12-1996	31-12-1997	31-12-1998	31-12-1999	31-12-2000	31-12-2001
Nº de Acções Emitidas	17.500.000	22.500.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
Cotação (€)	6,36	7,08	8,99	7,50	7,01	6,40
Capitalização Bolsista (€ 10 ³)	111.294,3	159.365,9	268.527,8	225.000,0	210.300,0	192.000,0
Resultado Líquido por Acção (€)	0,4997	0,6447	0,5585	0,5086	0,5664	0,6694
Cash Flow por Acção (€)	2,2952	2,6953	2,1546	1,8486	1,8700	2,3021
Valor Contabilístico por Acção (€)	9,6885	7,8050	7,8072	7,6616	7,9508	8,2608

Cotação / Valor Contabilístico (PBV)	0,66	0,91	1,15	0,98	0,88	0,77
Cotação / Cash Flow (PCF)	2,77	2,63	4,17	4,06	3,75	2,78
Cotação / Res.Líquido p/Acção (PER)	12,73	10,99	16,09	14,75	12,38	9,56
Dividendo Bruto por Acção (€)	0,3207	0,3990	0,4190	0,2200	0,3000	0,3000 *
Dividendo Líquido por Acção (€)		0,3290	0,3460	0,1760	0,2250	
Dividendos Brutos / Resultado Líquido	64,2%	61,9%	62,5%	43,3%	53,0%	44,8%
Dividendo p/Acção / Valor Contab.Médio	3,43%	4,56%	4,47%	2,84%	3,84%	3,70%
Dividendo p/Acção / Cotação Média	4,47%	5,63%	3,11%	2,96%	3,85%	4,57%

* Conforme Proposta de Aplicação de Resultados

3 - Política de distribuição de dividendos

As acções representativas do capital social do Banif encontram-se admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Bolsa de Valores de Lisboa, actualmente Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, desde Novembro de 1992.

Durante o ano de 2001 estiveram admitidas à cotação 30 milhões de acções escriturais, com o valor nominal de 5 Euros.

As acções do Banif foram transaccionadas em 242 das 247 sessões normais da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, tendo-se transaccionado, durante o ano, cerca de 4,5 milhões de acções num valor total de cerca de 29,5 milhões de Euros, o que se traduziu numa média de 18 mil acções do Banif transaccionadas diariamente. A capitalização bolsista das acções do Banif era de 192 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2001, o que representava 0,20%

da capitalização bolsista das acções cotadas no mercado de cotações oficiais, naquela data.

Em 20 de Abril de 2001, na sequência do deliberado na Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Março de 2001, foi colocado à disposição dos accionistas um dividendo ilíquido, por acção, referente ao exercício de 2000, de 0,30 Euros, tendo as acções negociado sem direito a dividendo a partir do dia 17 de Abril.

- 4 - Planos de atribuição de opções de aquisição de acções
Não se encontram instituídos planos de atribuição de opções de aquisição de acções.
- 5 - Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação financeira e outra preparatória das assembleias gerais
Não se verifica actualmente a divulgação por meios electrónicos de informação preparatória das assembleias gerais, por razões de ordem técnica decorrentes da capacidade do servidor onde o site do Banco está colocado, prevendo-se que esta situação possa ser brevemente ultrapassada. O endereço da página do Banco na Internet é www.banif.pt.
- 6 - Gabinete de Apoio ao Investidor
Em face do reduzido número de contactos que os investidores estabelecem com o Banco, não existe actualmente um gabinete com funções específicas de apoio ao investidor, sendo aquele apoio, quando necessário, prestado directamente pela Comissão Executiva ou através do Secretário da Sociedade.
O representante para as relações com o mercado é o Senhor Dr. Carlos David Duarte de Almeida, Administrador Executivo e Vice Presidente do Conselho de Administração do Banco.

II – Exercício do Direito de Voto e representação de Accionistas

De acordo com o Artº 14º nº1 dos Estatutos do Banco, podem participar na Assembleia Geral os accionistas com direito a, pelo menos, um voto, sendo que, conforme o Artº 15º dos mesmos Estatutos, a cada cem acções corresponde um voto.

Para efeitos de participação na Assembleia Geral e exercício do direito de voto deve observar-se o seguinte: sem prejuízo do direito de agrupamento previsto no artº 379º nº5 do Código das Sociedades Comerciais, a participação e o direito de voto na assembleia dependem da inscrição, até quinze dias antes da data marcada para a referida assembleia, de pelo menos cem acções em conta existente junto de intermediário financeiro autorizado.

Para efeitos de participação, os accionistas com direito a voto deverão comprovar essa qualidade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao terceiro dia útil anterior à data da reunião, através de certificado emitido para o efeito pelo intermediário financeiro comprovativo da inscrição das suas acções.

Os Accionistas pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta recebida na Sede Social até às dezassete horas do dia útil anterior ao fixado para a reunião, o nome de quem as representa.

Não existe qualquer disposição estatutária que afaste o voto por correspondência.

Não existe um modelo específico para o exercício do direito de voto por correspondência, sendo para este efeito definido um conjunto de procedimentos constantes das convocatórias das assembleias gerais e que a seguir se transcrevem:

"b) Para efeitos de participação, os Senhores Accionistas com direito a voto deverão comprovar essa qualidade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao terceiro dia útil anterior à data da reunião, através de certificado emitido para o efeito pelo intermediário financeiro comprovativo da inscrição das suas acções.

c) Os Accionistas pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta recebida na Sede Social até às dezassete horas do dia útil

anterior ao fixado para a reunião, o nome de quem as representa.

d) Os Senhores Accionistas com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência, nos termos previstos no Código dos Valores Mobiliários. Serão considerados os votos expedidos por carta registada com aviso de recepção, recebidos na sede da Sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da assembleia. As cartas devem ser dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para a sede da Sociedade na Rua de João Tavira nº30, 9004 – 509 Funchal.

Cada carta deverá conter:

- 1. O certificado referido na alínea b) acima;*
- 2. Um sobrescrito fechado mencionando tratar-se de voto por correspondência e a reunião da Assembleia Geral a que respeita. O sobrescrito conterá a declaração de voto referindo (i) o nome completo do accionista, (ii) o sentido de voto relativamente a cada ponto da ordem de trabalhos, identificando a proposta a que se refere. A declaração de voto deverá ser assinada, devendo o signatário, em caso de pessoa singular, indicar o número, data e entidade emitente do bilhete de identidade ou documento equivalente emitido por autoridade competente de um país da União Europeia, ou do passaporte. Sendo o accionista pessoa colectiva, a declaração de voto deverá conter o respectivo carimbo, a assinatura e qualidade do representante."*

Não é actualmente possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

III – Regras Societárias

1 - Códigos de Conduta da Sociedade

Tendo em conta que o exercício da actividade bancária se deve pautar por rigorosos princípios de isenção e transparência, que devem ser observados por todos os colaboradores do Banco, encontra-se em vigor uma norma interna sobre deontologia profissional, estabelecendo directivas nesta matéria, designadamente no que respeita a actividades remuneradas fora do Banco.

Encontra-se igualmente instituído e em vigor um Regulamento Interno sobre as Normas de Conduta no Exercício da Actividade de Intermediação de Valores Mobiliários, o qual define normas e procedimentos que devem ser observados no exercício da actividade de intermediação mobiliária, estabelecidos à luz das disposições sobre esta matéria constantes, designadamente, do Código dos Valores Mobiliários e do Código de Conduta elaborado pela Associação Portuguesa de Bancos.

2 - Procedimentos internos para o controlo do risco

Neste âmbito, encontram-se constituídas e em funcionamento a Direcção de Gestão Global de Risco e a Direcção de Auditoria e Inspeção.

A Direcção de Gestão Global de Risco tem por missão "assegurar um eficaz e tempestivo controlo dos riscos da actividade da Instituição" e, como objecto:

"Participar na definição das políticas e metodologias de gestão de activos e passivos do Banco, propondo normas e regras gerais que visem salvaguardar a exposição do Banco aos riscos inerentes à actividade.

Difundir e transmitir a política de riscos definida pelo Banco e pelas Autoridades Monetárias, supervisionando a sua adequada aplicação e implementação aos vários níveis, com a finalidade de :

- que essa política seja executada de forma uniforme e eficaz;*
- obter a máxima rapidez e eficácia na decisão de risco;*
- otimizar os meios e medidas de controle do risco, produzindo informações de controle periódico da situação".*

A Direcção de Auditoria e Inspeccção tem por missão "zelar pelo bom cumprimento das normas internas e da conformidade das disposições legais que regulam a actividade da Instituição, reportando os factos e as situações que se constituam como desvios ao que se encontra determinado " e, como objecto, ainda:

"Analisar e rever, de forma sistemática, o Sistema de Controlo Interno, aferindo a sua eficiência e adequação, tendo em conta as normas ou orientações das Autoridades de supervisão bancária.

Colaborar com todos os Órgãos do Banco, nomeadamente com a Direcção de Organização e Qualidade, na implementação de normas e procedimentos que visem maior controlo e segurança e pugnar para que os procedimentos adoptados na execução das operações se encontrem devidamente regulamentados.

Auditar os controlos e mecanismos de segurança estabelecidos ao nível dos Sistemas de Informação. Auditar regularmente os riscos da actividade do Banco.

Assessorar a Comissão executiva no domínio do Sistema de Controlo Interno.

Assegurar, no âmbito das suas funções, a relação do banco com as Autoridades Judiciais, Policiais e de supervisão e outras entidades"

- 3 - Limites ao Exercício de direitos de voto, direitos especiais de accionistas e acordos parassociais
Não existem limites ao exercício dos direitos de voto, nem ocorrem direitos especiais de algum accionista, não sendo conhecido qualquer acordo parassocial.

IV - Órgão de Administração

1 - Caracterização

O Conselho de Administração é integrado pelos seguintes membros:

Presidente:

- Comendador Horácio da Silva Roque (Não Executivo);

Vice-Presidentes:

- Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos (Executivo);
- Dr. Carlos David Duarte de Almeida (Executivo).

Administradores:

- Dr. Artur Manuel Pires Chambel (Não Executivo) ;
- Dr. António Manuel Rocha Moreira (Executivo);
- Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes (Não Executivo);
- Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz (Executivo)
- Dr. Rui Manuel Silva Gomes do Amaral (Executivo);
- Dr. Artur de Jesus Marques (Não Executivo).

Todos os membros do Conselho de Administração exercem aquelas funções em nome próprio.

Indicam-se, de seguida, as funções desempenhadas noutras sociedades pelos membros do órgão de administração:

Comendador Horácio da Silva Roque

Presidente do Conselho de Administração das Sociedades:

- Banif - Banco de Investimento, S.A.
- Banco Banif Primus, S.A.

- Banif Primus – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif - Investimentos, SGPS, S.A.
- Banif - (Açores) - S.G.P.S., S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A
- Banco Comercial dos Açores, S.A
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
- O Trabalho – Companhia de Seguros, S.A.
- Rentipar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A
- Soil – SGPS, S.A.
- Rentiglobo – SGPS, S.A.
- Mundiglobo - Habitação e Investimentos, S.A
- Tempogest - Jornais e Publicações, S.A
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, S.A
- Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A
- TIVIL - Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador da Sociedade:

- Banif Securities Holdings, Ltd.

Vice-Presidente do Conselho de Administração das Sociedades:

- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A
- Rama - Rações para Animais, S.A
- Vitecaf - Fábrica de Rações da Madeira, S.A
- Aviatlântico – Avicultura, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral das Sociedades:

- Banif Ascor – Sociedade Corretora, S.A. (em representação da Rentipar - SGPS, S.A)
 - Banif Patrimónios - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A (em representação da Rentipar - SGPS, S.A)
 - Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A (em representação da Rentipar - SGPS, S.A)
 - Banif Imobiliária, S.A (em representação da Rentipar - SGPS, S.A)
 - Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (em representação da RENTIPAR - SGPS, S.A)
 - Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (em representação da Rentipar - SGPS, S.A)
 - Mundicre - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A (em representação da Rentipar - SGPS, S.A)
 - Investaçor - S.G.P.S., S.A. (em representação da Rentipar - SGPS, S.A)
 - Mundiglobo Trading - Comércio Internacional, S.A
 - Mundiplanos - Planeamento e Construção, S.A
 - Rentimedis - Mediação de Seguros, S.A
 - Genius – Mediação de Seguros, S.A.
 - EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A
 - Rama - Rações para Animais, S.A
 - Vitecaf - Fábrica de Rações da Madeira, S.A
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade:
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A
- Gerente das Sociedades:
- Ronardo - Gestão de Empresas, Lda.
 - Mundiglobo - Mediadores de Propriedades, Lda.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

- Mundicre - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.
- Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- Banifserv - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE, pelo Banif - Banco Internacional do Funchal

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco Comercial dos Açores, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco Banif Primus, S.A.
- Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Securities Holdings, Ltd

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Investimentos - SGPS, S.A.
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A., em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
- SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
- Banif - Banco de Investimento, S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

Vogal do Conselho Fiscal

- Associação Portuguesa de Bancos, em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
- Representante em nome próprio do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. no Conselho Geral da Ambelis - Agência para a Modernização da Base Económica de Lisboa, S.A.

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Patrimónios - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.
- Banif Financial Services Inc.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif – Banco de Investimento, S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- Banif - Investimentos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
- O Trabalho – Companhia de Seguros, S.A.
- Banco Comercial dos Açores, S.A.
- Banco Banif Primus, S.A.
- Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Econofinance, S.A.
- Banif Securities Holdings, Ltd

Administrador em nome próprio e em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. da BVLP – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (de Maio/00 a Jan/02)

Dr. Artur Manuel Pires Chambel

Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Imobiliária, S.A.
- Banif Imo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
- Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif - Investimentos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Geral

- Trabalho - Companhia de Seguros, S.A.

Representante na Assembleia Geral

- Banifserv - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

Gerente

- Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco Comercial dos Açores, S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- Mundicre – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.
- Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif (Açores), Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

- Banifundos Cisalpina – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Ascor – Sociedade Corretora, S.A.
- Banif – Multifund, Ltd

Presidente da Comissão Executiva e Vice - Presidente do Conselho de Administração

- Banif – Banco de Investimento, S.A.
- Banif Patrimónios - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.
- Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

Presidente da Comissão Executiva

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- Banco Banif Primus, S.A.
- Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Primus Asset Management, Lda
- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Vogal do Conselho de Administração

- Mundileasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

Dr. Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Vogal do Conselho de Administração

- Banco Comercial dos Açores, S.A.
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Econofinance, S.A.

Dr. Artur de Jesus Marques

Presidente da Comissão Executiva

- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- O Trabalho – Companhia de Seguros, S.A.
- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- CPR – Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.

Vogal do Conselho de Direcção

- APS – Associação Portuguesa de Seguradores

2 - Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração de 31/03/00 foi deliberado criar uma Comissão Executiva na qual foram delegados os mais amplos poderes de administração e gestão estabelecidos na lei e nos estatutos da sociedade e que tem a seguinte composição:

- Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos (Presidente)
- Dr. Carlos David Duarte de Almeida
- Dr. António Manuel Rocha Moreira
- Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz
- Dr. Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

3 - Controlo da vida societária pelo Conselho de Administração

As matérias vedadas à Comissão Executiva constam de deliberação do Conselho de Administração de 31/03/00, que estabelece serem da exclusiva competência do Conselho de Administração as seguintes matérias:

- "a) a cooptação de Administradores;
- b) a aprovação dos Relatórios do Conselho de Administração e das Contas Anuais;
- c) o pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) a aprovação da prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, com excepção de garantias e avales bancários que se relacionem com o seu negócio;
- e) a aprovação da mudança da Sede e de aumentos do Capital Social nos termos previstos nos Estatutos da Sociedade;
- f) a aprovação da abertura e encerramento de filiais, de sucursais, de agências e delegações ou de outras formas de representação social no estrangeiro;
- g) a aprovação dos projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- h) a aprovação dos planos e orçamentos anuais;
- i) a aprovação da emissão de empréstimos obrigacionistas;
- j) a aprovação das propostas de alteração dos Estatutos da sociedade;
- k) decisão sobre operações envolvendo responsabilidades globais de clientes ou grupos de clientes, que não sejam Instituições de Crédito, superiores a dois milhões de contos. São, no entanto, delegados na Comissão Executiva os poderes necessários no que concerne a decisões de utilização alternativa das várias modalidades de crédito dentro do valor global da respectiva linha, bem como a atribuição de taxas de juro diferentes das aprovadas nessas mesmas linhas;
- l) decisão sobre investimentos, projectos de investimento ou desinvestimentos de montante superior a 500 milhares de contos e a aquisição ou alienação de participações financeiras qualificadas ou que envolvam um montante superior ao atrás referido;
- m) a contratação de empregados com a categoria de Director e a designação ou destituição de responsáveis de Órgãos de primeira linha da estrutura do Banco;
- n) a atribuição de patrocínios e donativos de montante superior a 5 milhares de contos
- o) o relacionamento institucional com os accionistas do Banco, matéria que competirá directamente ao Presidente do

Conselho de Administração, sem prejuízo das competências próprias do representante do Banco para as relações com o mercado.

As competências previstas nas alíneas d), f), k), l) e m) são passíveis de ratificação pelo Conselho de Administração sempre que, por motivo de urgência ou manifesto interesse para o Banco, a mesma deva ser exercida pela Comissão Executiva que, para o efeito, a não poderá delegar."

Encontra-se ainda estabelecido que as reuniões da Comissão Executiva se realizem semanalmente ou sempre que forem convocadas pelo seu Presidente ou por dois quaisquer dos seus membros e que as suas deliberações sejam tomadas por maioria dos membros presentes; que a Comissão Executiva reúna com um mínimo de três dos seus membros e que, nas reuniões da Comissão Executiva em que não participem todos os seus membros as deliberações tenham de ser tomadas por unanimidade.

Durante o Exercício de 2001 realizaram-se onze reuniões do Conselho de Administração e 49 da Comissão Executiva

O Conselho de Administração acompanha a actividade da Comissão Executiva através da disponibilização de toda a informação necessária para o efeito e, designadamente, das actas das respectivas reuniões.

4 - Comissões de controlo internas

Não se encontram implementadas r comissões de controlo internas específicas com atribuições de competências em matérias em que existam potenciais situações de conflitos de interesses.

5 - Remuneração dos administradores e resultados da sociedade

A remuneração de todos os titulares do órgão de administração não se encontra dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções por esta emitida.

6 - Remuneração dos administradores

Durante o Exercício de 2001 foram as seguintes as remunerações pagas aos Administradores

Administradores Executivos

- Remunerações Fixas - 556139,86 Euros
- Remunerações Variáveis - 347861,65 Euros

Administradores não Executivos

- Remunerações Fixas - 585676,1 Euros
- Remunerações Variáveis - 108089,5 Euros

- OUTRAS INFORMAÇÕES

I - Informação nos termos do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre o movimento de acções e obrigações realizado durante o Exercício de 2001, em conformidade com o disposto no Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Comendador Horácio da Silva Roque

Era, no final do exercício de 2001, titular de mais de metade do capital social da Rentipar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., sendo Presidente do Conselho de Administração dessas duas sociedades.

Detinha directamente, em 31/12/001, 93.492 acções do Banif, quantidade idêntica à detida em 31/12/00.

A Rentipar – SGPS, S.A. detinha, em 31/12/01, 10.011.197 acções, quantidade idêntica à detida em 31/12/00.

A Renticapital adquiriu, em 07/06/01, 622.670 acções do Banif, ao preço unitário de EUR 6,69, passando aquela sociedade a deter, em 31/12/01, 2.892.499 acções.

A Mundiglobo – Habitação e Investimentos, S.A., da qual é igualmente Presidente do Conselho de Administração, detinha, em 31/12/01, 1.390 acções do Banif, número idêntico ao detido em 31/12/00.

No respeitante a acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., a única alteração, relativamente a 31 de Dezembro de 2000, resulta das seguintes aquisições, por subscrição no âmbito da OPV – 4ª Fase de reprivatização, em 17/12/01:

- Subscrição, em nome próprio, de 500 acções no segmento dos trabalhadores, ao preço unitário EUR 4,99 e 4920 acções, no segmento de pequenos subscritores, ao preço unitário de EUR 5,26, passando a deter 7.315 acções.

AMundiglobo Habitação e Investimentos, S.A. alienou, em 19/07/01, 299 acções do Banco Comercial dos Açores, ao preço unitário de Esc: 1.150.00, deixando de deter acções do mesmo.

A Banif (Açores) SGPS, S.A., alienou, em 31/12/01, as 7.139.126 acções do Banco Comercial dos Açores que detinha, ao valor unitário de Esc: 1.464.00, sendo:

- 4.331.637 acções dadas em pagamento ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
- 2.093.576 acções vendidas ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
- 481.293 acções dadas em pagamento à Investidor – SGPS, S.A.
- 232.620 acções vendidas à Investidor – SGPS, S.A.

Detinha ainda, em 31 de Dezembro de 2001, 1 acção do Banco Banif Primus, S.A. e 1 acção da Banif Primus – Corretora de Valores e Câmbio, S.A., ambas preferenciais e sem direito de voto.

A Rentipar detinha, em 31/12/01, 2.437.500 acções da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., número idêntico ao detido em 31/12/00.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Detinha, em 31/12/01, 69.000 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções de acções desta sociedade durante o período em apreço. Detinha ainda, na mesma data, 1 acção do Banco Banif Primus, S.A. e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais sem direito a voto). Adquiriu, em 17/12/01, aquando da 4ª fase de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, S.A., 1980 acções, sendo 500 acções ao preço unitário de EUR 4,99 e as restantes 1.480 acções ao preço unitário de EUR 5,26, ficando com um total de 2080 acções (das quais 100 já detidas em 31/12/2000).

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Detinha, em 31/12/01, 15.000 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções de acções desta sociedade durante o período em apreço. Detinha ainda, na mesma data, 1 acção do Banco Banif Primus, S.A. e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais sem direito a voto). Adquiriu, em 17/12/01, aquando da 4ª fase de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, S.A., 500 acções ao preço unitário de EUR 4,99, ficando com um total de 579 acções (das quais 79 acções adquiridas aquando do aumento de capital do Banco Comercial dos Açores, S.A., em 2000).

Dr. Artur Manuel Pires Chambel

Possuía, em 31 de Dezembro de 2001, 28.219 acções do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., não tendo efectuado qualquer movimento de acções durante o ano em referência.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Detinha, em 31/12/01, 5.000 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções de acções desta sociedade durante o período em apreço. Adquiriu em 17/12/01, aquando da 4ª fase de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, S.A., 500 acções ao preço unitário de EUR 4,99, passando a deter 600 acções desta sociedade (100 das quais já detidas em 31/12/00).

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Detinha, em 31/12/01, 490 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., adquiridas em 18/12/01 ao preço unitário de EUR 5,26. Detinha ainda, na mesma data, 1 acção do Banco Banif Primus, S.A. e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais sem direito a voto).

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Detinha, em 31/12/01, 5.000 acções do Banif, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço. Adquiriu, em 17/12/01, 490 acções do BCA na respectiva OPV, pelo valor de EUR 2.577,00.

Dr. Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Detinha, em 31/12/01, 1410 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., das quais 1310 subscritas em 17/12/01, por ocasião da 4ª fase de reprivatização daquela sociedade, sendo 500 acções ao preço unitário de EUR 4,99 e 810 ao preço unitário de EUR 5,26 (já detinha 100 acções em 31/12/2000).

Dr. Artur de Jesus Marques

Possuía, em 31/12/2001, 5.000 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., não tendo efectuado qualquer movimento relativo às mesmas no ano em apreço.

Procedeu, em Dezembro de 2001, à venda de 79 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A. ao preço unitário de 1.300\$00 e, em 17 também do mesmo mês à aquisição de 500 acções do mesmo Banco, ao preço unitário de EUR 4,99.

CONSELHO FISCAL

Dr. Carlos Alberto Rosa

Mantinha, em 31/12/01, os seguintes títulos já detidos em 31/12/00: 16.518 acções do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., 500 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., 738.221 obrigações de caixa Banif 96/2006 (correspondentes a 148 anteriores, que foram redenominadas), 200 obrigações de caixa Banif Europa 2000/2003 e 5 obrigações de caixa Banif 2 000/2010 2ª Emissão.

Foram amortizadas durante 2001 as obrigações de caixa Euroíndices e as obrigações de caixa Euribor que detinha naquela data.

Adquiriu, em 2001, 5 obrigações de caixa Banif 2001/2011, por subscrição ocorrida em Julho de 2001, ao preço unitário de EUR 1.000 e 1.980 acções do Banco Comercial dos Açores, na Oferta Pública de Venda ocorrida em 17 de Dezembro, sendo 1.480 ao preço unitário de EUR 5,26 e 500 a EUR 4,99.

Dr. José Luís Pereira de Macedo

Detinha, em 31/12/01, 5.000 acções do Banco, não tendo efectuado transacções durante o Exercício em apreço.

Os cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração encontram-se referidos no ponto IV.1 deste anexo. Os cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal (não incluindo as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas) são os seguintes:

Dr. Carlos Alberto Rosa

Presidente do Conselho Fiscal

- Banco Comercial dos Açores, S.A.
- Banif Ascor - Sociedade Corretora, S.A.
- Banif - Investimentos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Rentipar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A.
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, S.A.
- Mundiglobo - Habitação e Investimentos, S.A.
- MS MUNDI - Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, S.A.
- Companhia Cerâmica de Telheiras, S.A.
- Vestiban - Gestão e Investimentos, S.A.
- Tempogest - Jornais e Publicações, S.A.
- Rentigest - Sociedade Portuguesa de Gestão e Investimento, S.A.
- Sinergia - Estudos Técnicos, Investimentos e Representações, S.A.

Dr. José Luís Pereira de Macedo

Administrador

- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.
- Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.

Gerente

- SCDTM - Sociedade Geral de Distribuição de Tabacos da Madeira, Lda.

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Grupo Banif transaccionadas e/ou detidas durante o Exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo.

Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUANTIDADE/MONTANTE EM 31/12/01	
	Operação	Data	Quantidade	Valor		
Acções BCA	Compra	14/12/01	41.159	EUR266.890,29	6.502.483	
	Compra	17/12/01	30.140	EUR 173.003,60		
	Compra	18/12/01	1.600	EUR 8.926,00		
	Compra	19/12/01	544	EUR 3.008,32		
	Compra	20/12/01	2.307	EUR 12.719,19		
	Compra	27/12/01	79	EUR 436,87		
	Compra	28/12/01	1.441	EUR 8.030,50		
	Compra	31/12/01	6.425.213	EUR 46.904.054,90		
Acções Banif (Açores)						4.500.000
Acções Banif (Açores) Em.2001	Subscrição	9/05/01	13.500	PTE 24.570.000,00		13.500
Acções Banif-Investimentos SGPS						1.750.000
Acções Banif Primus ordinárias	Compra	23/02/01	9.979.356	BRL 6.018.518,87		43.909.167
Acções Banif Primus preferenciais	Compra	23/02/01	1.784.758	BRL 1.076.382,05		7.852.928
Acções Banif Financial Services Inc.	Subscrição	30/11/01	321.000	USD 321.000,00	371.000	
Obrigações Banif Cayman 98/08					USD 15.000.000,00	
Obrigações Banif Cayman 7,75% 2003	Compra	23/02/01	453	EUR 4.530.000	BRL 30.000	
	Venda	23/02/01	300	EUR 3.000.000		
	Venda	23/02/01	90	EUR 900.000		
	Venda	23/02/01	63	EUR 630.000		
Acções Banif (Brasil)						

Banif Investimentos - SGPS, S.A.

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUANTIDADE/MONTANTE EM 31/12/01
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Quotas Espaço Dez - Soc. Imobiliária, Lda	Aumento de Capital	21/08/01		EUR 751,20	EUR 1.358,39
Acções Mundiflease, S.A.					1.500.000
Acções Mundicare, S.A.					600.000
Acções Banif - Banco de Investimento, S.A.	Venda	31/05/01	1.000.000	EUR 5.000.000,00	3.000.000
Acções Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd					USD 26.000.000
Acções Banif Securities Holdings, Ltd	Subscrição	17/07/01	255.000	USD 255.000	
Acções Banif Securities Holdings, Ltd	Subscrição	24/09/01	425.000	USD 425.000	USD 680.000
Acções Companhia de Seguros Açoreana	Compra	28/12/01	3.980.000,00	EUR 12.177.352,58	3.792.500
Acções Banif Brasil, Lda					BRL 120.000
Acções Banif - Information Technology Holdings, Ltd	Subscrição	21/08/01	30.000	EUR 30.000	30.000,00
Acções Banif Imobiliária, S.A.					150.000

Banco Comercial dos Açores, S.A.

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUANTIDADE/MONTANTE EM 31/12/01
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Comp. Seguros Açoreana, S.A.					1.020.000
Acções Banif Açor Pensões					40.000
Acções Banif - Banco de Investimento	Compra	04/05/01	400.000	EUR 2.000.000,00	400.000
Ob.Cx. Banif Europa Japão 2002					21.998
Ob. Cx. Banif Europa Rend. Garantido					15.225
Ob. Banif Cayman Brasil Linked					
Note 8,125% /2007	Compra	28/02/01	5.000	EUR 5.000.000,00	5.000
Acções Banif - Information and Technology Holdings, Ltd	Subscrição	21/08/01	10.000	EUR 10.000	10.000

O Trabalho – Companhia de Seguros, S.A.

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUANTIDADE/MONTANTE EM 31/12/01
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif	Compra	08/06/01	580.000	780.000,502	580.000
Ob. Cx. Sub. Banif 00/10 Tx. Var. 4,52%			2.000.000	399.560,626	2.000.000
Ob. Cx. Sub. BCA 98/08			1.069.921	214.634,209	1.069.921
Ob. Banif PRIMUS	Compra	04/07/01	500.000	100.241.000	500.000
Acções Banif - Information and Technology Holdings, Ltd	Subscrição	21/08/01	10.000	EUR 10.000	EUR 10.000

Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUANTIDADE/MONTANTE EM 31/12/01
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif	Compra	30/11/01	5.000	5.499.744	15.000
Acções Banif Açor Pensões					108.000
Acções O Trabalho – Comp. Seguros, S.A.	Compra	03/01/01	4	10.417	2.493.420
	Compra	03/01/01	37	88.127	
	Compra	05/01/01	52	122.937	
	Compra	09/01/01	75	176.885	
	Compra	23/01/01	18	43.236	
	Compra	24/01/01	21	50.269	
	Compra	26/01/01	247	582.029	
	Compra	01/02/01	43	101.841	
	Compra	02/02/01	4	10.417	
	Compra	02/02/01	201	473.637	
	Compra	05/02/01	116	273.341	
	Compra	06/02/01	299	704.562	
	Compra	07/02/01	104	245.083	
	Compra	07/02/01	15	30.189	
	Compra	20/03/01	114	268.628	
	Compra	17/05/01	3	7.200	
	Compra	17/05/01	369	885.600	
	Compra	17/05/01	5.925	14.220.000	
	Compra	25/05/01	264	622.086	
	Compra	15/06/01	2	4.870	
Ob. Banif 97/07 – 5,00%				130.140.000	13.014
Ob. Cx. Sub. Banif 00/10 – 5,65%				100.000.000	500
Ob. Cx. Banif Europa/Japão 99/02				50.000.000	5.000
Ob. Banif PRIMUS 00/03 – 6,13%				100.155.384	500
Ob. Cx. Sub. Banif 96 – 5,00%				99.700.000	10.000
Ob. BCA 98/08 Tx. Var. 5,25%				150.000.000	15.000
Acções Banif - Information and Technology Holdings, Ltd	Subscrição	21/08/01	10.000	EUR 10.000	10.000

O Trabalho Vida" – Companhia de Seguros, S.A.

Esta Sociedade foi adquirida pela Companhia de Seguros Açoreana durante o exercício de 2001 à "O Trabalho" – Companhia de Seguros, S.A., pelo valor contabilístico a 31/12/2000, mais concretamente pelo valor de PTE 1.133.944.000, respeitante a 1.500.000 acções.

Por escritura pública de 27 de Dezembro de 2001, a "O Trabalho Vida", S.A. foi fusionada na Companhia de Seguros Açoreana, S.A. por incorporação, pelo que a sociedade incorporada, já não tinha existência jurídica a 31 de Dezembro de 2001.

Banif – Banco de Investimento, S.A.

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2001
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banifundos Cispalpa, S.A.					210.000
Acções Banif Patrimónios, S.A.					70.000
Acções Banif Imo, S.A.	Aumento Capital	31-Dez-2001	125.000	EUR 125.000,00	500.000
Acções Banif Assor, S.A.					50.000
Acções Banif Açor Pensões, S.A.					170.000
Obrigações Banif Europa Japão 2002	Compra	10-Jul-2001	40	EUR 1.910,00	
	Compra	12-Jul-2001	10	EUR 477,50	
	Compra	26-Out-2001	500	EUR 24.250,00	
	Compra	26-Out-2001	100	EUR 4.850,00	650
Obrigações Banif EuroÍndices 2001	Compra	17-Ago-2001	500	EUR 26.249,86	
	Reembolso	30-Nov-2001	500	EUR 26.396,00	0
Obrigações Banif Europa C/Rendimento Garantido 2003	Compra	26-Out-2001	2.500	EUR 121.272,60	
	Compra	26-Out-2001	300	EUR 14.552,71	
	Compra	31-Out-2001	500	EUR 24.252,33	
	Compra	31-Out-2001	500	EUR 24.252,33	
	Compra	31-Out-2001	300	EUR 14.551,40	
	Compra	31-Out-2001	100	EUR 4.850,47	
	Compra	31-Out-2001	800	EUR 38.803,72	
	Compra	31-Out-2001	100	EUR 4.850,47	
	Compra	31-Out-2001	500	EUR 24.252,33	
	Compra	31-Out-2001	250	EUR 12.126,16	5.850
Obrigações Subordinadas Mundileasing 2007					EUR 299.278,74
Banif Cayman Brazil Linked Note 7,75% 2003	Compra	14-Mar-2001	261	EUR 2.600.538,75	
	Compra	14-Mar-2001	125	EUR 1.228.472,13	
	Venda	19-Mar-2001	61	EUR 622.369,58	
	Compra	23-Mar-2001	45	EUR 453.198,29	
	Compra	26-Mar-2001	68	EUR 680.000,00	
	Compra	26-Mar-2001	63	EUR 630.000,00	
	Compra	26-Mar-2001	90	EUR 900.000,00	
	Venda	26-Mar-2001	7	EUR 71.283,80	
	Venda	26-Mar-2001	64	EUR 652.013,44	
	Venda	26-Mar-2001	221	EUR 2.251.483,91	
	Venda	26-Mar-2001	45	EUR 458.446,95	
	Venda	26-Mar-2001	254	EUR 2.587.678,34	
	Compra	1-Abr-2001	8	EUR 80.448,00	
	Venda	1-Abr-2001	4	EUR 40.734,00	
	Venda	1-Abr-2001	4	EUR 40.734,00	
	Compra	2-Abr-2001	90	EUR 900.000,00	
	Venda	2-Abr-2001	84	EUR 855.332,52	
	Venda	2-Abr-2001	6	EUR 61.095,18	
	Compra	3-Abr-2001	24	EUR 240.000,00	
	Venda	3-Abr-2001	24	EUR 244.132,80	
	Compra	5-Abr-2001	14	EUR 140.000,00	
	Venda	5-Abr-2001	14	EUR 142.545,97	
	Compra	6-Abr-2001	24	EUR 240.000,00	
	Venda	6-Abr-2001	24	EUR 244.350,14	
	Compra	9-Abr-2001	15	EUR 150.000,00	
	Venda	9-Abr-2001	15	EUR 152.715,38	
	Compra	19-Abr-2001	2	EUR 20.000,00	
	Venda	19-Abr-2001	2	EUR 20.360,00	
	Compra	9-Mai-2001	12	EUR 120.000,00	
	Venda	9-Mai-2001	12	EUR 122.116,79	
	Compra	29-Mai-2001	10	EUR 100.000,00	
	Venda	29-Mai-2001	10	EUR 101.733,96	
	Compra	1-Jun-2001	7	EUR 70.000,00	
	Venda	1-Jun-2001	7	EUR 71.209,70	
	Compra	6-Jun-2001	14	EUR 140.000,00	
	Venda	6-Jun-2001	14	EUR 142.413,33	
	Compra	6-Jun-2001	4	EUR 40.000,00	
	Venda	6-Jun-2001	4	EUR 40.690,10	
	Compra	8-Ago-2001	5	EUR 49.875,00	
	Venda	27-Dez-2001	5	EUR 50.000,00	0
Banif Cayman Brazil Linked Note 7,125% 2003	Compra	21-Mai-2001	1	EUR 10.000,00	

	Venda	11-Jun-2001	1	EUR 10.022,10	
	Compra	1-Ago-2001	5	EUR 49.675,00	
	Venda	28-Ago-2001	5	EUR 50.087,18	0
Banif Cayman Brazil Linked Note 6% 2004	Compra	15-Jun-2001	3	EUR 3.000,00	
	Venda	15-Jun-2001	3	EUR 3.007,50	0
Banif Cayman Brazil Linked Note 8,125% 2007	Compra	27-Sep-2001	102	EUR 102.000,00	
	Venda	27-Sep-2001	102	EUR 104.787,68	
	Compra	28-Sep-2001	511	EUR 511.000,00	
	Venda	28-Sep-2001	511	EUR 524.965,73	
	Compra	18-Out-2001	632	EUR 632.000,00	
	Venda	18-Out-2001	632	EUR 648.591,39	
	Compra	19-Out-2001	560	EUR 560.000,00	
	Venda	19-Out-2001	560	EUR 574.672,62	
	Compra	19-Out-2001	18	EUR 18.000,00	
	Venda	19-Out-2001	18	EUR 18.471,62	
	Compra	22-Out-2001	350	EUR 350.000,00	
	Venda	22-Out-2001	350	EUR 359.116,87	
	Compra	22-Out-2001	185	EUR 185.000,00	
	Venda	22-Out-2001	185	EUR 189.837,77	
	Compra	26-Out-2001	23	EUR 23.000,00	
	Venda	26-Out-2001	23	EUR 23.594,43	
	Compra	26-Out-2001	46	EUR 46.000,00	
	Venda	26-Out-2001	46	EUR 47.198,22	
	Compra	26-Out-2001	66	EUR 66.000,00	
	Venda	26-Out-2001	66	EUR 67.719,18	
	Compra	30-Out-2001	203	EUR 203.000,00	
	Venda	30-Out-2001	203	EUR 208.194,97	
	Compra	31-Out-2001	37	EUR 37.000,00	
	Venda	31-Out-2001	37	EUR 37.946,87	0
Banco Banif Primus, 6,125% 2003	Compra	23-Mai-2001	400	EUR 39.800,00	
	Venda	23-Mai-2001	400	EUR 40.000,00	
	Compra	25-Mai-2001	1.000	EUR 99.900,00	
	Venda	25-Mai-2001	1.000	EUR 100.000,00	
	Compra	21-Jun-2001	500	EUR 49.875,00	
	Venda	21-Jun-2001	500	EUR 50.000,00	
	Compra	22-Jun-2001	3.500	EUR 349.475,00	
	Venda	22-Jun-2001	3.500	EUR 350.000,00	
	Compra	18-Sep-2001	1.670	EUR 167.000,00	
	Venda	18-Sep-2001	1.670	EUR 167.835,00	
	Compra	5-Nov-2001	2.530	EUR 253.000,00	
	Compra	6-Nov-2001	125.000	EUR 12.125.000,00	
	Venda	6-Nov-2001	125.000	EUR 12.125.000,00	
	Venda	7-Nov-2001	2.530	EUR 255.683,09	
	Compra	14-Nov-2001	12.600	EUR 1.222.200,00	
	Venda	14-Nov-2001	12.600	EUR 1.243.116,00	
	Compra	16-Nov-2001	100	EUR 9.984,00	
	Venda	16-Nov-2001	100	EUR 10.102,44	
	Compra	3-Dez-2001	1.500	EUR 149.311,50	
	Venda	11-Dez-2001	1.500	EUR 151.413,78	0
Banco Banif Primus, 6,25% 2003	Compra	23-Nov-2001	830	EUR 805.100,00	
	Venda	23-Nov-2001	830	EUR 829.918,25	
	Compra	27-Nov-2001	87	EUR 84.390,00	
	Venda	27-Nov-2001	87	EUR 86.991,03	
	Compra	29-Nov-2001	50	EUR 48.500,00	
	Venda	29-Nov-2001	50	EUR 49.993,49	
	Compra	29-Nov-2001	25	EUR 24.250,00	
	Venda	29-Nov-2001	25	EUR 24.996,86	
	Compra	3-Dez-2001	3.000	EUR 2.970.000,00	
	Venda	3-Dez-2001	1.904	EUR 1.903.743,53	
	Compra	5-Dez-2001	1.733	EUR 1.681.010,00	
	Venda	5-Dez-2001	50	EUR 49.992,83	
	Venda	5-Dez-2001	23	EUR 22.996,70	
	Venda	7-Dez-2001	80	EUR 79.987,49	
	Venda	7-Dez-2001	90	EUR 89.985,92	
	Venda	7-Dez-2001	50	EUR 49.992,18	
	Venda	7-Dez-2001	35	EUR 34.994,53	
	Venda	11-Dez-2001	250	EUR 249.958,78	
	Venda	11-Dez-2001	50	EUR 49.991,76	
	Venda	11-Dez-2001	25	EUR 24.995,88	
	Venda	11-Dez-2001	253	EUR 252.958,28	
	Venda	11-Dez-2001	139	EUR 138.977,08	
	Compra	11-Dez-2001	1.999	EUR 1.939.030,00	
	Venda	12-Dez-2001	392	EUR 395.841,60	
	Venda	12-Dez-2001	294	EUR 296.881,20	
	Compra	12-Dez-2001	1.500	EUR 1.500.000,00	
	Venda	12-Dez-2001	1.500	EUR 1.460.250,00	
	Venda	17-Dez-2001	1.116	EUR 1.115.783,83	
	Compra	17-Dez-2001	300	EUR 300.000,00	
	Venda	17-Dez-2001	300	EUR 292.050,00	
	Venda	19-Dez-2001	213	EUR 212.957,04	
	Venda	19-Dez-2001	55	EUR 55.228,15	
	Venda	19-Dez-2001	490	EUR 494.992,95	
	Venda	21-Dez-2001	248	EUR 247.944,22	
	Venda	27-Dez-2001	280	EUR 279.937,03	

	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banco Banif Primus, 6% 2003	Compra	27-Dez-2001	2.000	EUR 1.940.000,00	0
	Venda	27-Dez-2001	2.695	EUR 2.625.738,50	
	Compra	28-Dez-2001	1.260	EUR 1.286.347,61	
	Venda	28-Dez-2001	1.260	EUR 1.286.305,15	
	Compra	4-Jul-2001	7.500	EUR 7.282.500,00	
	Venda	4-Jul-2001	500	EUR 500.000,00	
	Venda	8-Jul-2001	5	EUR 5.000,00	
	Venda	9-Jul-2001	4.751	EUR 4.751.000,00	
	Venda	9-Jul-2001	520	EUR 519.826,68	
	Venda	10-Jul-2001	25	EUR 24.987,50	
	Venda	10-Jul-2001	707	EUR 706.175,14	
	Venda	10-Jul-2001	141	EUR 140.788,50	
	Venda	10-Jul-2001	200	EUR 199.666,66	
	Venda	10-Jul-2001	150	EUR 149.650,01	
	Venda	10-Jul-2001	379	EUR 377.863,00	
	Venda	24-Jul-2001	9	EUR 9.000,00	
	Venda	30-Jul-2001	113	EUR 113.000,00	
	Compra	1-Ago-2001	113	EUR 113.000,00	
	Venda	1-Ago-2001	65	EUR 65.000,00	
	Venda	1-Ago-2001	30	EUR 30.002,73	
	Venda	17-Ago-2001	18	EUR 18.000,44	
	Compra	12-Set-2001	25	EUR 25.000,00	
	Venda	12-Set-2001	25	EUR 25.125,00	
	Compra	25-Set-2001	50	EUR 50.000,00	
	Venda	25-Set-2001	50	EUR 50.185,99	
	Compra	15-Out-2001	249	EUR 248.964,27	
	Venda	29-Out-2001	100	EUR 100.483,40	
	Venda	30-Out-2001	24	EUR 24.343,63	
	Venda	12-Nov-2001	125	EUR 126.763,25	
	Compra	19-Nov-2001	20	EUR 19.987,44	
	Venda	29-Nov-2001	17	EUR 17.087,84	
	Venda	28-Dez-2001	3	EUR 2.998,12	

Banif Açor Pensões, S.A.

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2001
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Cayman Brazil Linked Note 7,75% 2003	Compra	27-Dez-2001	10	EUR 100.000,00	45
	Compra	28-Dez-2001	35	EUR 350.000,00	
Banco Banif Primus, 6,125% 2003	Compra	14-Nov-2001	1.260	EUR 1.243.116,00	0
	Venda	28-Dez-2001	1.260	EUR 1.286.347,58	

Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2001
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Cayman Brazil Linked Note 7,75% 2003	Compra	25-Set-2001	8	EUR 80.000,00	84
	Compra	27-Dez-2001	116	EUR 1.160.000,00	
	Venda	27-Dez-2001	5	EUR 50.000,00	
	Venda	28-Dez-2001	35	EUR 350.000,00	
Banif Cayman Brazil Linked Note 7,125% 2003	Compra	27-Dez-2001	1	EUR 9.900,00	1
Banco Banif Primus, 6,25% 2003	Compra	6-Nov-2001	8.000	EUR 7.760.000,00	2.293
	Compra	6-Nov-2001	4.500	EUR 4.365.000,00	
	Venda	14-Nov-2001	1.260	EUR 1.222.200,00	
	Venda	16-Nov-2001	950	EUR 955.430,20	
	Venda	20-Nov-2001	200	EUR 199.985,00	
	Venda	20-Nov-2001	182	EUR 181.986,35	
	Venda	20-Nov-2001	184	EUR 184.000,00	
	Venda	23-Nov-2001	830	EUR 805.100,00	
	Venda	26-Nov-2001	350	EUR 339.500,00	
	Compra	26-Nov-2001	350	EUR 339.500,00	
	Venda	27-Nov-2001	87	EUR 84.390,00	
	Venda	29-Nov-2001	3.000	EUR 2.970.000,00	
	Venda	29-Nov-2001	50	EUR 48.500,00	
	Venda	29-Nov-2001	25	EUR 24.250,00	
	Venda	5-Dez-2001	1.733	EUR 1.681.010,00	
	Venda	11-Dez-2001	1.999	EUR 1.939.030,00	
	Compra	27-Dez-2001	2.695	EUR 2.695.000,00	
	Venda	27-Dez-2001	2.000	EUR 1.940.000,00	
	Venda	28-Dez-2001	64	EUR 63.984,19	
	Venda	28-Dez-2001	70	EUR 69.981,73	
Venda	28-Dez-2001	268	EUR 267.933,80		
Banco Banif Primus, 6% 2003	Compra	30-Jul-2001	113	EUR 113.000,00	3
	Venda	1-Ago-2001	113	EUR 113.000,00	
	Compra	28-Dez-2001	3	EUR 2.998,12	
Acções Banif Information and Technology Holdings Ltd	Subscrição	21-Ago-2001	30.000	EUR 30.000	30.000

II – Informação nos termos do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao disposto no Art.º 448º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos do Banco e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do Exercício a que se reporta o presente Relatório Anual, a RENTIPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. era titular de mais de um terço e menos de metade do Capital Social do Banco.

III - Informação sobre acções próprias

Nos termos do nº2 do Art.º 324º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que a sociedade, durante o exercício, não efectuou directamente qualquer movimento de acções próprias, não detendo quaisquer acções próprias quer em 31/12/00, quer em 31/12/01.

Nos termos do Art.º 325º A nº1 do Código das Sociedades Comerciais informa-se ainda que a Companhia de Seguros Açoreana, S.A., que no final de 2000 detinha 10.000 acções do Banif, adquiriu, em 30/11/01, para a sua carteira de investimento, 5000 acções do Banif, ao preço unitário de 5,48 Euros. Por outro lado, a O Trabalho – Companhia de Seguros, S.A. adquiriu, para a sua carteira de investimento, em 8/06/01, 580.000 acções do Banif ao preço unitário de 6,7 Euros. A Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e a O Trabalho - Companhia de Seguros, S.A. eram assim, em 31/12/01, respectivamente, titulares de 15.000 e 580.000 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., tendo, entretanto, procedido à sua alienação em sessão de Bolsa de 7/02/02 nas seguintes condições: a Companhia de Seguros Açoreana alienou 11.728 acções ao preço unitário de 6,82 Euros e 3.372 ao preço unitário de 6,79 Euros e a O Trabalho – Companhia de Seguros vendeu as 580.000 acções ao preço unitário de 6,7 Euros.

IV – Titulares de participações sociais qualificadas

Nos termos do artº 6º nº1 e) do Regulamento nº11/2000 da CMVM, informa-se sobre os accionistas titulares de participações qualificadas no final do ano em apreço, em conformidade com os elementos disponíveis na sociedade.

- HORÁCIO DA SILVA ROQUE, titular do BI 503 965, contribuinte nº 124 616 917, residente na Av. Conde de Barcelona, 4, Estoril - Detinha directamente 93.492 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., correspondentes a 0,31% do capital social.

A esta participação imputam-se direitos de voto correspondentes a:

- 10.011.197 acções detidas pela Rentipar SGPS, S.A., correspondentes a 33,37% do capital social;
- 2.892.499 acções detidas pela Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., correspondentes a 9,64% do capital social;
- 1.390 acções detidas pela Mundiglobo – Habitação e Investimentos, S.A., correspondentes a 0,005% do capital social.

- SEGUROS E PENSÕES GERE, SGPS, S.A., titular do cartão de pessoa colectiva nº 502 352 914, com sede na Avenida José Malhoa, 9 em Lisboa, com o capital social de 380.000.000 de Euros e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 1 532 detinha integralmente as sociedades Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., Auto Gere – Companhia Portuguesa de Seguros,

S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S.A., Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. e Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. que detinham globalmente uma participação correspondente a 1.616.700 acções (682.200, 15.000, 31.970, 6.700, 5.000 e 875.830 respectivamente) representativas, no total, de 5,39% do capital social (2,27%, 0,05%, 0,11%, 0,02%, 0,02% e 2,92%, respectivamente).

- INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL – FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL, pessoa colectiva n.º 501 328 599, com sede na Av. de Berna, n.º 19, 1050-037, Lisboa, era titular de 1.528.560 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., representativas de 5,10% do capital social.
- A ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS "4 DE SETEMBRO DE 1862", Instituição Particular de Solidariedade Social, pessoa colectiva n.º 511 010 400, com sede à Rua de João Távira, 59 – 1.º, no Funchal, era titular de 715.000 acções deste Banco, correspondentes a 2,38% do capital social.

Entretanto, a ACMAR HOLDING LIMITED, com endereço em Rue Tour-de-L'Île 1, 1204 Geneva, na Suíça, cuja última posição accionista referenciada se reportava a 12/07/01, detendo à altura 1.022.244 acções do Banif, correspondentes a 3,41% do capital social, comunicou que, em resultado de uma venda efectuada na sessão de 20 de Fevereiro de 2002, na Bolsa de Valores de Lisboa, reduziu a participação no capital social do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. para 597.244 acções, que representam menos de 2% do capital.

Dada a existência em 31/12/01, conforme referido no ponto anterior, de 595.000 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. - correspondentes a 1,98% do total de acções - detidas pela Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e pela O Trabalho Companhia de Seguros, S.A. e que, nos termos do art.º 325.º A n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, devem ser consideradas acções próprias, os direitos de voto correspondentes às acções acima mencionadas eram, àquela data, aumentados na correspondente proporção, conforme o quadro seguinte:

Participante	N.º de Acções (total imputável)	% Direitos de voto (total imputável)
Horácio da Silva Roque	12.998.578	44,19%
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S.A.	1.616.700	5,50%
Instituto de Seguros de Portugal-FGA	1.528.560	5,20%
Acmar Holding Ltd (*)	1.022.244	3,47%
Associação de Socorros Mútuos 4 Set 1862	715.000	2,43%

(*) – Posição em 12/07/01

Por outro lado, face à mesma circunstância e ao disposto no art.º 16.º do CVM, resulta que a FUNDAÇÃO HORÁCIO ROQUE, que em 31/12/01 era titular de 599.845 acções do Banif, correspondentes a 1,999% do capital social, detinha em consequência na mesma data 2,04% de direitos de voto. Entretanto, e como também atrás referido, a Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e a O Trabalho – Companhia de Seguros, S.A. procederam, em 7/02/02, à venda das respectivas participações no Banif, pelo que deixou de se verificar a existência de acções próprias ou a tal equiparadas. Deste modo, a percentagem de direitos de voto das entidades participantes passou a ser idêntica à percentagem de acções detidas, deixando assim a FUNDAÇÃO HORÁCIO ROQUE de se enquadrar nas condições previstas para as participações qualificadas.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

- 1 - Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o Exercício de 2001, e presta igualmente parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração.
- 2 - Tem o Conselho Fiscal continuado a privilegiar, no exercício das suas funções, como em anos anteriores, o acompanhamento directo e permanente das actividades do Banco, através de contactos frequentes com a Administração e com os Serviços. Mantém-se a prática de se fazer representar nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, sendo de salientar, mais uma vez, a disponibilidade sempre manifestada para responder aos pedidos de informação apresentados e às sugestões que vão sendo feitas. Quanto aos Serviços, prossegue um diálogo constante e, quando necessário, directo com os respectivos responsáveis, para a obtenção dos esclarecimentos e das informações que se entendem úteis para o exercício das funções do Conselho Fiscal. Mantém-se igualmente o diálogo permanente com os auditores e a sociedade de revisores oficiais de contas, essencial para que muitos dos aspectos fundamentais da acção fiscalizadora possam ser levados a cabo.
- 3 - O Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade do Banco e das empresas do Grupo durante o Exercício de 2001. Dela salientamos, em todo o caso, alguns aspectos que parecem do maior interesse.
- 4 - Começaríamos por salientar os esforços que vêm sendo feitos para implementar uma real cultura de Grupo e uma política generalizada de cumprimento dos objectivos de "cross selling" que correspondem a uma das necessidades mais sentidas e mais justificadas para o desenvolvimento global de todas e cada uma das empresas do Grupo. Havendo embora um longo caminho ainda a percorrer, os passos mais importantes vão sendo dados, mantendo-se as autonomias justificadas, mas eliminando-se os pontos fracos que não permitem desenvolver as actividades do Grupo, como tal.
- 5 - Por outro lado, assistiu-se, em 2001, ao lançamento das medidas essenciais para a reestruturação do Grupo, que levarão, a muito curto prazo, ao reagrupamento, em função dos sectores de actividade, das empresas que o compõem, com todas as vantagens, no que respeita a formulações de estratégia e formas de operacionalidade, que o Conselho de Administração bem salienta no seu relatório. Será, em nosso entender, um passo fundamental para a criação de condições jurídicas e pressupostos de gestão, essenciais para o desenvolvimento do Grupo.

- 6 - Salienta-se, também, a progressiva internacionalização do Grupo, quer pela aquisição de novas empresas no estrangeiro, quer pela criação de condições que as mesmas proporcionam, não só aos já clientes, nacionais e estrangeiros, residentes ou não, mas também quanto ao previsível alargamento de clientes (particulares e empresas) que dessa política possam vir a surgir, no universo dos possíveis interessados.
- 7 - A acção fiscalizadora do Conselho Fiscal tem continuado a dar a maior atenção ao que se refere ao acompanhamento do crédito vencido, ao grau da sua recuperabilidade, à sua cobrança e à política de constituição de provisões. Salienta-se aqui a diminuição progressiva da percentagem de crédito vencido sobre crédito concedido. No que se refere a provisões, para além das que dizem respeito ao crédito vencido, tem o Conselho Fiscal acompanhado atentamente os problemas relacionados com a sua constituição. Atenção especial tem igualmente incidido sobre a análise e acompanhamento das contas de regularização, que tiveram um muito sensível redução no seu volume, atentas as medidas que, com vista a essa redução, foram tomadas pela Administração.
- 8 - Acompanhámos, com o maior interesse, as providências tomadas para melhorar o controlo dos riscos de crédito e para implementar as medidas necessárias para reforçar e melhorar o sistema de controlo interno, nomeadamente, face a instruções mais rigorosas emanadas do Banco de Portugal. Registamos ainda a correcção com que foram tomadas as medidas necessárias para que a adaptação ao Euro corresse com eficiência e sem problemas.
- 9 - Tem o Conselho Fiscal seguido atentamente a actuação da Direcção de Auditoria e Inspeção, a qual vem produzindo relatórios de muito interesse, quer quanto à actuação das diversas Unidades de Negócio (Agências e Centros de Empresas), quer quanto aos Serviços Centrais do Banco, permitindo, assim, que sejam melhor apreciados quer os aspectos positivos verificados, quer a necessidade de introduzir correcções para a maior eficiência e para a eliminação de pontos fracos na execução dos serviços. Consideram-se muito importantes a análise dos trabalhos realizados e a sequência dada aos mesmos.
- 10 - Salientados estes aspectos, ocorre apenas anotar que não nos foram referidas nem encontrámos ilegalidades nem irregularidades.
- 11 - No tocante à parte do Relatório referente à apreciação das Contas Consolidadas, e porque no mesmo se dá conhecimento das actividades de cada uma das empresas abrangidas, não se considera necessário qualquer comentário adicional.
- 12 - O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com a qual declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Artº 452º do Código das Sociedades Comerciais.
- 13 - Também o Conselho Fiscal procedeu ao exame das Contas Consolidadas do Banco, com referência a 31 de Dezembro de 2001 e à apreciação da concordância, com essas contas, do Relatório Consolidado de Gestão - Artº 508º D, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais.
- 14 - Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2001;
 - Aprove as Contas relativas a esse Exercício;
 - Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual obteve, nos termos estatutários, parecer favorável do Conselho Consultivo e se encontra de acordo com a norma legal aplicável (Artº 97º, nº 1, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras);
 - Aprove o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas do Banco referentes ao mesmo período;
 - Nos termos do Artº 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização do Banco;
 - Emita um voto de louvor ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, pela forma notável como, no âmbito das respectivas competências, procederam à gestão do Banco durante o Exercício;
 - Manifeste o seu apreço aos empregados do Banco, pela colaboração dada aos Órgãos Sociais no exercício das respectivas funções.

Lisboa, 11 de Março de 2002.

Dr. CARLOS ALBERTO ROSA (Presidente)

A. GÂNDARA, O. FIGUEIREDO & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por:

- Dr. ALFREDO GUILHERME DASILVA GÂNDARA(ROC)
- Dr. JOSÉ LUÍS PEREIRADE MACEDO

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 - Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, do BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um total de 5.710.877 milhares de euros e um total de capital próprio de 266.560 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 20.081 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 - É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas englobadas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 - A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 - O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 - O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada

constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 - Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, do BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 4.728.606 milhares de euros e um total de capital próprio de 240.061 milhares de euros), as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Lisboa, 11 de Março de 2002.

A. GÂNDARA, O. FIGUEIREDO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registada na CMVM com o n.º 4417

Representada por:

- Alfredo Guilherme da Silva Gândara

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**Introdução**

1 - Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, do BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 4.728.606 milhares de euros e um total de capital próprio de 240.061 milhares de euros), as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 - É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

- 3 - A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4 - O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

- 5 - O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

- 6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 - Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. em 31 de Dezembro de 2001 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 11 de Março de 2002.

A. GÂNDARA, O. FIGUEIREDO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registada na CMVM com o n.º 4417

Representada por:

- Alfredo Guilherme da Silva Gândara

Extracto de acta da Assembleia Geral anual de 27 de Março de 2002 do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. relativo à aprovação das contas e à aplicação dos resultados

“...entrou-se de seguida na apreciação e discussão do ponto um da Ordem de Trabalhos, assim formulado:

“Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. e Grupo Banif respeitante ao Exercício de 2001 e sobre as Contas do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. e Contas Consolidadas do Grupo Banif, respeitantes ao mesmo Exercício”

O Senhor Dr. José Lino Tranquada Gomes perguntou se alguém desejaria usar da palavra antes de se passar à votação. Como nenhum Senhor Accionista manifestasse tal intenção passou-se à votação do Relatório de Gestão e Contas do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., bem como do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do Grupo Banif respeitantes ao Exercício de dois mil e um, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Entrou-se depois na apreciação e discussão do ponto 2 da ordem de trabalhos, assim concebido:

“Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados”

O Senhor Dr. José Lino Tranquada Gomes referiu ter estado à disposição dos Senhores Accionistas, nos termos legais, a proposta de aplicação de resultados, cujo teor se transcreve:

“Em resultado da actividade desenvolvida durante o ano de 2001, o Banco gerou um Resultado do Exercício, líquido de impostos, no montante de 11.821.430,83 Euros (Esc. 2.369.984.097\$00).

O Conselho de Administração S.A.lienta, no entanto, que o Resultado acima referido foi fortemente afectado pela provisão constituída nos termos do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, para fazer Face à depreciação da participação financeira do Banco na Banif Açores, SGPS, S.A. no montante de 7.262.993,56 Euros (Esc. 1.456.099.474\$00) e que resulta das operações efectuadas no final do ano, no âmbito do processo de reestruturação em curso do Grupo Banif, conforme explicado no Relatório e Contas e respectivos anexos relativos ao Exercício de 2001. A referida provisão afectou exclusivamente as contas individuais do Banco pelo que não tem expressão ao nível das suas contas consolidadas.

Assim, considerando que:

- 1 - Os resultados de exploração corrente do Banco, excepto quanto ao efeito da provisão referida anteriormente, apresentam uma significativa melhoria evidenciada pelos principais raios de rendibilidade e de eficiência, conforme demonstrado na análise às contas efectuada no Relatório do Conselho de Administração;

- 2 - A dedicação e empenhamento da generalidade dos empregados do Banco e a sua contribuição para a formação dos resultados obtidos justificam a distribuição de uma gratificação a título de participação nos resultados, calculada com base nos critérios que o Conselho de Administração entender por mais convenientes na prossecução das políticas de pessoal do Banco,

o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos da alínea b) do nº 1 do Artº 376º do Código das Sociedades Comerciais e do Art.º 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de resultados:

	EUR	PTE
Para Reserva Legal.	1.182.143,08	236.998.410\$00
Para Distribuição de Dividendos	9.000.000,00	1.804.338.000\$00
Para Distribuição pelos Empregados.	922.776,11	185.000.000\$00
Para Outras Reservas.	716.511,64	143.647.687\$00
	<u>11.821.430,83</u>	<u>2.369.984.097\$00</u>

(Dividendo de EUR 0,30 por acção)”

Perguntou de seguida o Senhor Dr. José Lino Tranquada Gomes se algum dos presentes pretendia usar da palavra sobre este ponto e, como ninguém se manifestasse nesse sentido, passou-se de imediato à votação em resultado do que foi a referida proposta aprovada por unanimidade.”



Ernst & Young Limitada
 Edifício República
 Av. da República, 90 - 3.^o
 1649-024 Lisboa
 Portugal

Tel. 21 791 2000
 Fax 21 793 7390
 Postal Address
 Apartado 50602
 1712-001 Lisboa

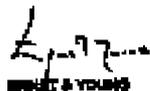
BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.

PARECER DOS AUDITORES

(Contas Individuais)

1. Auditámos o Balanço do **BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2001, a Demonstração de Resultados relativa ao exercício findo naquela data, o Anexo ao balanço e à demonstração de resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.
2. A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2001, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 11 de Março de 2002



ERNST & YOUNG



Ernst & Young Limitada
 Edifício República
 Av. da República, 90 - 3.^o
 1649-024 Lisboa
 Portugal

Tel. 21 791 2000
 Fax 21 793 7390
 Postal Address
 Apartado 50602
 1712-001 Lisboa

BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.

PARECER DOS AUDITORES

(Contas Consolidadas)

1. Auditámos o Balanço Consolidado do **BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2001, a Demonstração de Resultados Consolidados relativa ao exercício findo naquela data, o Anexo ao balanço consolidado e à demonstração de resultados consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.
2. A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras consolidadas. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2001, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e com o plano de contas aprovado na Demonstração Financeira do Grupo.

Lisboa, 11 de Março de 2002



ERNST & YOUNG

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 14,74 cada	€ 14,74;
Duas laudas	€ 16,08 cada	€ 32,16;
Três laudas	€ 26,40 cada	€ 79,20;
Quatro laudas	€ 28,13 cada	€ 112,52;
Cinco laudas	€ 29,20 cada	€ 146,00;
Seis ou mais laudas	€ 35,51 cada	€ 213,06.

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,28

ASSINATURAS

	<u>Annual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 24,31	€ 12,18;
Duas Séries	€ 46,84	€ 23,39;
Três Séries	€ 57,20	€ 28,57;
Completa	€ 66,98	€ 33,46.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 169/2001, de 4 de Dezembro) e o imposto devido.